

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

SARA REGINA RAMOS CORDEIRO

O SIGNIFICADO DO DINHEIRO EM BALZAC

Tese apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Sociologia junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,

Orientadora: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos.

**CAMPINAS - SP
2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

C811s **Cordeiro, Sara Regina Ramos**
O significado do dinheiro em Balzac / Sara Regina Ramos
Cordeiro - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Elide Rugai Bastos
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Balzac, Honoré de, 1799-1850. 2. Literatura francesa -
 História e crítica. 3. Moeda na literatura. 4. Economia - História -
 Sec. XIX. 5. Sociologia. I. Bastos, Elide Rugai. II. Universidade
 Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
 III. Título.**

Título em inglês: The meaning of money in Balzac

Palavras chaves em inglês (keywords):

French literatura - History and criticism
Money in literature
Ecomics - History - 19th century
Sociology

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

**Banca examinadora: Vera Alves Cepêda, André Pereira Botelho, Priscila
 Nucci, Jorge Lobo Miglioli**

Data da defesa: 17-05-2010

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

C
R. 139

SARA REGINA RAMOS CORDEIRO

“O SIGNIFICADO DO DINHEIRO EM BALZAC”

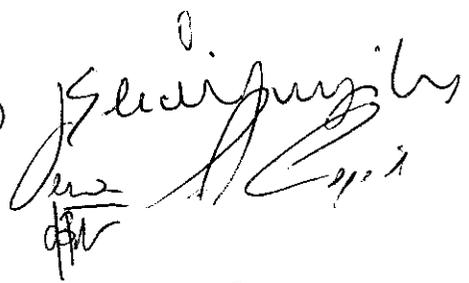
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Profa. Dra. Elide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/05/2010.

2010.05.17

BANCA

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos (UNICAMP)



Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCAR)



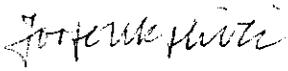
Prof. Dr. André Pereira Botelho (UFRJ)



Profa. Dra. Priscila Nucci (UNICAMP)



Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli (UNICAMP)



SUPLENTES:

Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP)

Profa. Dra. Ligia Maria Osorio Silva (IE- UNICAMP)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (UNICAMP)

MAIO / 2010

AGRADECIMENTOS

Desde o início dessa pesquisa professores, familiares e amigos estiveram comigo, acompanhando minhas dúvidas, anseios, pretensões e o árduo processo de redação. Por isso ela se deve a estes queridos colaboradores em especial à professora e orientadora Elide Rugai Bastos por todo estímulo e apoio que me levou diretamente à cidade mais querida de Balzac, Paris, a fim de completar minha formação e buscar subsídios para o desenvolvimento da tese.

Ao professor e amigo Jorge Miglioli, a quem devo certa valorização da auto-estima intelectual, por estar comigo em muitos momentos da pesquisa estimulando não só o trabalho específico da tese, mas a produção paralela que muitas vezes parece impossível para os discentes.

Ao professor Michael Löwy, meu diretor de tese em Paris, por toda a disposição em atender imediatamente a burocracia necessária à minha estada, assim como pelas sugestões que foram de grande valia para este trabalho.

Aos professores Maurizio Gribaudi e Hinnerk Bruhns pela recepção em seus seminários na EHESS e pelas sugestões bibliográficas.

Às secretárias da pós-graduação do IFCH, Christina, Maria Rita e Neide, com as quais sempre pude contar prontamente para o encaminhamento das questões acadêmicas e institucionais.

Aos meus pais por terem me acolhido depois de quase vinte anos, em presença de quem passei alguns meses terminando o texto de qualificação e a redação da tese.

Às minhas irmãs, mais uma vez me socorrendo emocionalmente e materialmente desde o mestrado até os últimos dias desse trabalho.

Aos amigos que foram tantos nessa caminhada, os colegas da UFSC, da Unicamp, da república em Campinas, da Maison do Brasil, entre outros. Afinal os últimos anos no meio acadêmico foram uma experiência não só intelectual, mas afetiva.

Ao Ioan, pelo carinho, pelo encorajamento e pelo conforto emocional tão necessário.

Finalmente, essa tese não seria possível se não tivesse contado com o financiamento do CNPq através da bolsa de doutorado no Brasil e da bolsa de doutorado no exterior.

RESUMO

Com a emergência da sociedade burguesa de mercado no século XIX o dinheiro passou a desempenhar um papel fundamental na nova configuração, uma vez que a manutenção e expansão de tal sociedade pressupõem a regularidade nas trocas e, conseqüentemente, uma economia monetária desenvolvida a ponto de assegurar essa regularidade. Alguns romancistas, em particular os realistas franceses, demonstraram em seus romances a emergência dessa sociedade motivada pelo lucro, tendo o dinheiro como elemento central de suas narrativas. A *Comédia Humana* de Honoré de Balzac (1799-1850) é considerada o maior registro literário da sociedade francesa desse período e muitas de suas tramas são atravessadas por relações mediadas pelo dinheiro. Mais tarde, sociólogos como Karl Marx (1818-1883), Georg Simmel (1858-1918) e Max Weber (1864-1920) desenvolveram suas análises numa perspectiva crítica à sociedade de mercado, destacando o dinheiro como elemento racionalizador das relações e desagregador dos laços tradicionais. Nesse sentido, este trabalho pretende mobilizar as categorias analíticas da sociologia clássica para analisar parte da obra de Balzac a fim de verificar como o romancista via a relação que os indivíduos de sua época estabeleciam com o dinheiro e quais os principais impactos dessa relação na moderna sociedade.

ABSTRACT

The raising of a bourgeois market society in the nineteenth century resulted in the great importance that money started to play in the new social arrangement, since the maintenance and expansion of that society predicted the regularity in exchanges and, as a consequence, a monetary economy developed to the point that insured this regularity. Some novelists, particularly French realists ones, showed in their novels the emergence of this market society motivated by profits, having money as the central element of their stories. *The Human Comedy*, by Honoré de Balzac (1799-1850) is considered the biggest literary register of the French society of that period and many of its plots are crossed by relations mediated by money. Afterwards, sociologists like Karl Marx (1818-1883), Georg Simmel (1858-1918) and Max Weber (1864-1920) developed their studies in a critical perspective from the market society, contrasting money as the rational element of relations and disintegrator of traditional ties. Therefore, this paper aims to mobilize the analytical categories of classical sociology in order to analyze part of Balzac's work with the intention of examine how the novelist used to see the relationship that individuals of his time established with money and what was the main effects of this relationship in that new society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TÍTULOS DE A *COMÉDIA HUMANA* (edição brasileira – Editora Globo)

Volume 1 (2ª ed, 1989)

CHP – *Ao “Chat-qui-pelote”*

BS – *O Baile de Sceaux*

MJE - *Memórias de Duas Jovens Esposas*

Bol – *A Bolsa*

MM – *Modesta Mignon*

Volume 2 (2ª ed, 1989)

UEV - *Uma Estréia na Vida*

AS - *Alberto Savarus*

Ven - *A Vendeta*

UDF - *Uma Dupla Família*

PC – *A Paz Conjugal*

SF – *A Senhora Firmiani*

EM – *Estudo de Mulher*

FA – *A Falsa Amante*

UFE – *Uma filha de Eva*

Volume 3 (1989)

Men - *A Mensagem*

Rom - *O Romeiral*

AMA – *A Mulher Abandonada*

Hon – *Honorina*

Btz - *Beatriz*

Gob – *Gobseck*

MTA – *A Mulher de Trinta Anos*

Volume 4 (1989)

PG – *O Pai Goriot*

CCh – *O Coronel Chabert*

Mis – *A Missa do Ateu*

Int – *A Interdição*

CC – *O Contrato de Casamento*

EM II – *Outro Estudo de Mulher*

Volume 5 (1990)

UM – *Ursula Mirouët*

EG – *Eugênia Grandet*

Ptt – *Pierrette*

CT – *O Cura de Tours*

Volume 6 (1990)

UCS – *Um Conchego de Solteirão*
 IG – *O Ilustre Gaudissart*
 MD – *A Musa do Departamento*
 SOL – *A Solteirona*
 GA – *O Gabinete das Antiguidades*

Volume 7 (1990)

IP – *Ilusões Perdidas*

Volume 8 (1990)

FE- *Ferragus*
 DL – *A Duquesa de Langeais*
 MOO – *A Menina dos Olhos de Ouro*
 CB – *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau*
 CN – *A Casa Nucingen*

Volume 9 (1990)

EMC – *Esplendores e Misérias das Cortesãs*
 SPC – *Os Segredos da Princesa Cadignan*
 FC – *Facino Cane*
 Sar – *Sarrasine*
 Gra – *Pedro Grassou*

Volume 10 (1990)

PB – *A Prima Bete*
 PP – *O Primo Pons*

Volume 11 (1991)

UHN – *Um Homem de Negócios*
 UPB – *Um Príncipe da Boêmia*
 Gau – *Gaudissart II*
 Fun – *Os Funcionários*
 CSS – *Os Comediantes Sem o Saberem*
 Bur – *Os Pequenos Burgueses*
 AHC – *O Averso da História Contemporânea*

Volume 12 (1959)

UET – *Um Episódio de Terror*
 UCT – *Um Caso Tenebroso*
 DA – *O Deputado de Arcis*
 ZM – *Z. Marcas*
 Bre – *A Bretanha em 1799*
 UPD – *Uma Paixão no Deserto*

Volume 13 (1992)Cam – *Os Camponeses*MR – *O Médico Rural***Volume 14 (1954)**CA – *O Cura da Aldeia*LV – *O Lírio do Vale***Volume 15 (1992)**PO – *A Pele de Onagro*JCF – *Jesus Cristo em Flandres*MA – *Melmoth Apaziguado*MD – *Massimilla Doni*OPI – *A Obra-prima Ignorada*Gam – *Gambara*PA – *A Procura do Absoluto***Volume 16 (1993)**FM – *O Filho Maldito*Ade – *Adeus*Mar – *As Maranas*Con – *O Conscrito*Ver – *El Verdugo*DBM – *Um Drama à Beira-mar*MC – *Mestre Cornélius*EV – *A Estalagem Vermelha*SCM – *Sobre Catarina de Médicis*ELV – *O Elixir da Longa Vida*Pro – *Os Proscritos***Volume 17 (1993)**LL – *Luís Lambert*Ser – *Seráfita*Fis – *Fisiologia do Casamento*PMVC – *Pequenas Misérias da Vida Conjugal*Pre – *Prefácio à Comédia Humana*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O dinheiro na sociologia clássica	16
O dinheiro na literatura.....	21
Balzac, um filho do século	26
Galeria balzaquiana de personagens – gradações de um mesmo tipo	33
Procedimentos de pesquisa.....	37
PARTE I – O AUTOR E SUA ÉPOCA	41
“O PÃO E AS FLORES”	43
Um Traçado Biográfico	43
“Um prato cotidiano”: o folhetim.....	54
“Um retrato histórico” - diagnóstico pessimista das novas condições	59
Romantismo e Realismo	66
Balzac realista.....	73
“Um retrato restaurado”	79
“Duas verdades eternas”	85
“O MAL DO SÉCULO”: ASCENÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO REGIME BURGUESES..	91
“Uma estréia na vida”	91
“A condenação do mundo burguês” – o reino da mediocracia.....	103
Riqueza mobiliária e mobilidade social.....	114
O <i>juste-milieu</i>	121
PARTE II - UMA LEITURA DE BALZAC À LUZ DA SOCIOLOGIA DE MARX E	
SIMMEL	129
O DINHEIRO EM MARX.....	133
“O mundo da mercadoria” – uma metáfora da sociedade de mercado.....	133
O dinheiro – forma acabada do mundo das mercadorias.....	137
A transformação do dinheiro em capital.....	142
O dinheiro em Balzac: “a procura do absoluto”	147
Capital bancário – “Agora é que a ação começa”	150
Nucingen: O Rothschild de A Comédia Humana.....	152
O espectro da crise.....	159
A moral da história é uma história sem moral.....	161
“A máquina em movimento”- O sistema de crédito.....	166

SIMMEL: DA SUBSTÂNCIA À FUNÇÃO.....	171
O diagnóstico das patologias em relação ao dinheiro.....	174
Balzac: patologista da vida social.....	175
Avareza, cobiça e parcimônia.....	176
Prodigalidade	189
O comportamento ascético	194
O <i>Blasé</i> e o Cínico	199
Algumas considerações sobre o valor simbólico do dinheiro	207
PARTE III – A SOCIEDADE IDEALIZADA POR BALZAC.....	213
“ <i>As grandes revoluções de um pequeno vale</i> ”	217
O dinheiro como elemento civilizador	220
“O Futuro é o Homem Social”	225
A utopia de O Médico Rural.....	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
REFERÊNCIAS	241
ANEXOS	249

INTRODUÇÃO

A emergência da sociedade moderna foi acompanhada por uma série de transformações sócio-culturais, econômicas e político-institucionais decorrentes, sobretudo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (HOBSBAWM, 2002, p.71).

A Revolução Francesa significou uma mudança na organização sócio-política do mundo ocidental. Significou o fim da sociedade aristocrática juntamente com as instituições que a organizavam e o surgimento da sociedade burguesa onde a lei é soberana e o indivíduo a unidade básica que a compõem. A Revolução Industrial engendrou modificações na tecnologia, no regime de trabalho e nas relações de propriedade. No “coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um processo miraculoso nos instrumentos de produção que se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns” (POLANYI, 2000, p.51). Essa desarticulação lamentada por Polanyi ocorreu em paralelo com uma preponderância crescente da esfera econômica em relação às demais. De função subsidiária na reprodução humana das sociedades tradicionais, a economia passou a ser um instrumento capaz de maximizar o resultado das escolhas, incentivando com isso a perseguição de objetivos individuais e tornando-se o fim por excelência na sociedade moderna. Contribuiu também para a disseminação de um comportamento racional e auto-interessado¹.

Para autores como Polanyi, essa ascensão da esfera econômica resultou numa “inversão de prioridades”, colocando a sociedade a serviço da economia e não o contrário. Em vez de assegurar o suprimento material à sociedade, o que se verificou foi um esforço da sociedade para garantir o funcionamento perfeito de uma economia de mercado.

A essa configuração sócio-econômica que desponta no século XIX alguns autores nomeiam “sociedade de mercado”. Muito embora suas raízes estejam fincadas nos séculos

¹ Alguns autores analisaram a emergência de uma ideologia econômica entre os séculos XVIII e XIX que contribuiu para a profusão de um comportamento auto-interessado por parte dos agentes econômicos. “[...] a perspectiva econômica desenvolveu-se, de fato, a partir de uma pulsão ideológica que infletiu poderosamente no seu curso, pelo menos nos estádios iniciais’ (DUMONT, 2000, p.39). Igualmente, o trabalho de Max Weber sobre capitalismo e as religiões protestantes, aborda essa questão ao analisar a profusão de um comportamento racional e auto-interessado voltado exclusivamente para o ganho econômico (WEBER, 2004). Ver também no trabalho de Albert O. Hirschmann, *As Paixões e os Interesses*, os argumentos políticos que levaram à legitimação de um comportamento auto-interessado (HIRSCHMANN, 2000).

precedentes é só a partir desse século que se impõe como modelo dominante das relações sociais. Uma sociedade de mercado é uma sociedade a serviço de uma economia de mercado, organizada exclusivamente ao redor de mercados autorregulados. “Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, [...] é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado” (POLANYI, 2000, p.62). Como mostraram Weber e Polanyi, a modernização tecnológica, a constituição de um mercado de trabalho e uma economia monetária ativa e permanente - processos que iniciaram seu movimento muito antes da sua consolidação no século XIX - foram fatores imprescindíveis para a emergência e expansão da sociedade de mercado. “A economia monetária torna possível, em primeiro lugar, a separação pessoal e temporal dos momentos da troca, e, em segundo lugar, a liberação da necessidade de correspondência entre as coisas trocadas, criando-se desse modo, a possibilidade de uma expansão do mercado” (WEBER, 1999, p.14).

Uma vez que a sua manutenção e expansão pressupõem uma regularidade nas trocas e, conseqüentemente, uma economia monetária desenvolvida a ponto de assegurar essa regularidade, o dinheiro passa a desempenhar um papel fundamental na nova sociedade. “Um intercâmbio em que possuidores de mercadorias trocam seus artigos por outros diferentes [...] não poderia jamais funcionar se nele não houvesse determinada mercadoria eleita, pela qual se trocam as diferentes mercadorias de diferentes possuidores e com a qual se comparam diferentes valores” (MARX, 1985, p.98). Nesse sentido, “o dinheiro passa a constituir uma expressão [...] das condições estruturais que sustentam as relações capitalistas de produção” (DODD, 1997, p.52).

Por isso, não é de estranhar que a temática do dinheiro assuma um lugar de destaque nas análises da sociologia clássica.

O dinheiro na sociologia clássica

O dinheiro ocupa um lugar de destaque nas análises de autores considerados pilares da teoria social clássica como, por exemplo, Karl Marx, Georg Simmel e Max Weber.

Na obra de Marx o dinheiro é também uma mercadoria. Possui, ao mesmo tempo, um valor de uso associado às suas funções - como meio de troca (medida de valor), meio de pagamento, entesouramento (reserva de valor), etc. - e um valor de troca que, na verdade, é uma

forma de expressão do valor na medida em que pode ser trocado por outras mercadorias em função de um núcleo que lhes é comum².

Cabe ressaltar que o dinheiro não era uma mercadoria pronta e acabada esperando o momento do seu triunfo como equivalente universal. O processo que reconhece a validade da mercadoria dinheiro como o equivalente geral diz respeito a um movimento histórico e social no qual suas características intrínsecas puderam se destacar em relação às demais mercadorias. “A forma corpórea dessa mercadoria torna-se desse modo, equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim ela vira dinheiro” (MARX, 1985, p.97). Muitos objetos desempenharam na história e nas diferentes sociedades este papel, desde animais, sal, dentes de golfinho, conchas, etc., mas foi o ouro a forma predominante de dinheiro na sociedade capitalista ocidental³.

Porém, há algo que torna o dinheiro especial perante as outras mercadorias uma vez que se converteu ou lhe facultou o direito (monopólio) de equivalente universal. De onde provém então seu caráter peculiar, aumentado pela potência da sua posse? A resposta só pode estar na própria forma da mercadoria dinheiro. O dinheiro converte as potencialidades físicas e espirituais contidas no objeto em potencialidades físicas e espirituais do seu possuidor. “O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força” (MARX, 2004, p.159)

Marx denunciou esse caráter fetichizante da mercadoria dinheiro que permite a “inversão universal das individualidades, que ele converte no seu contrário e que acrescenta aos seus atributos contraditórios” (2004, p.160). O dinheiro é a “forma transfigurada” das mercadorias através da qual é possível se abstrair todas as diferenças qualitativas, convertendo-as em meras quantidades. Por ser a forma acabada de equivalente geral, na qual as propriedades materiais das mercadorias estão subsumidas na forma valor, torna possível a conversão de tudo em dinheiro e o dinheiro passa a ter valor em si mesmo, invertendo sua prioridade de meio para fim. “O *dinheiro*,

² Este núcleo comum é o trabalho humano abstrato que não poderá ser aqui desenvolvido em função dos limites e objetivos da tese.

³ No período aqui analisado, o de emergência da sociedade de mercado, o ouro foi a forma predominante dinheiro, portanto considerar-se-á ouro como dinheiro. Podem-se elencar os fatores que conferiram ao ouro o status privilegiado de equivalente geral. Em primeiro lugar a raridade, um atributo que o torna cobiçado e desejado, depois, sua capacidade de conservação e manutenção e, finalmente, a divisibilidade que permite atingir as frações mais ínfimas do valor. Os dois últimos atributos são muito mais condizentes com uma economia monetária desenvolvida e ativa.

na medida em que possui o *atributo* de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o *objeto* enquanto *possessão eminente*” (MARX, 2004, p.157). Mas, enquanto as sociedades antigas viam no dinheiro o caráter “corrosivo da ordem econômica e moral”, a sociedade moderna o aplaude como o “princípio mais autêntico da sua vida” (MARX, 1989, p.146). Esse processo que tem o dinheiro como mediador das relações pessoais aparece na análise weberiana sob a forma de unidade de conta do “cálculo racional”.

Conforme já indicado, Weber também buscou entender o surgimento da sociedade capitalista de mercado e o lugar do dinheiro nessa nova constelação. Para Weber, a introdução do dinheiro nas trocas, além de levar a um alargamento da base monetária, acarretou a racionalização cada vez mais frequente das relações econômicas. A progressiva introdução do dinheiro no seio das comunidades tradicionais permitiu afastar o caráter mágico das transações econômicas a partir de uma contabilidade racional, bem como, foi um elemento decisivo para a supressão da “dupla ética”⁴. À medida que o cálculo racional foi penetrando nas atividades econômicas, tendo como unidade de conta o dinheiro, foi afastando os obstáculos ao pleno desenvolvimento de uma economia de mercado. Isso porque o cálculo torna possível fazer projeções futuras acerca das possibilidades de mercado, tanto para a venda como para compra.

Ao resgatar a história do dinheiro, Weber (1999) destaca essencialmente duas funções: como meio de pagamento e como meio de troca. Sendo a primeira função mais antiga, inicialmente ela não possuía nenhuma relação com a troca e o dinheiro era utilizado apenas para fins específicos⁵. Na maioria dos casos eram utilizados tipos diferentes de dinheiro que variavam de acordo com o pagamento a ser efetuado. Segundo Weber, o tipo geral de dinheiro tal qual o conhecemos foi também uma consequência da evolução da sociedade de mercado. Somente a partir de um comércio exterior é que o dinheiro como meio de troca começou a ser difundido, penetrando no interior das comunidades, substituindo os outros tipos de dinheiro e padronizando-se como meio de troca e meio de pagamento. “Somente quando o ‘dinheiro externo’ começou a

⁴ Havia uma *moral de grupo* que não permitia o comércio entre membros de uma mesma tribo, ou, entre irmãos e uma *moral com referência a estranhos*: “critério segundo o qual toda pessoa estranha é um inimigo, frente ao qual não existem barreiras éticas [...]. O cálculo penetra no processo das associações tradicionais, desintegrando as velhas relações de caráter piedoso. Enquanto isso, dentro de uma comunidade familiar, tudo se calcula e já não se vive em regime estritamente comunista” (WEBER, 1999, p.311). Embora o cálculo tenha contribuído para essa superação, Weber (1999, p.318) também aponta a importância da Reforma para o rompimento desse sistema: “A supressão dos *consilia evangelica* pela reforma luterana representou a ruína da dupla ética, isto é, da distinção entre uma moral que a todos obriga e outra de índole particular e vantajosa”.

⁵ Como, por exemplo, o pagamento de tributos, presentes aos chefes, preço da noiva, dotes, ajustes, multas, castigos etc.

sobrepujar e fundir-se com o ‘dinheiro interno’ é que surgiu um tipo geral de dinheiro” (SWEDBERG, 2005, p. 33, grifos do autor).

Outra função do dinheiro examinada por Weber foi a de entesouramento, o qual estava geralmente associado ao poder e prestígio social e, em muitos casos, o dinheiro entesourado era semelhante ao dinheiro utilizado como meio de pagamento, mas jamais como meio de troca. Por conseguinte, o dinheiro entesourado convertia-se em propriedade permanente, necessitando, portanto, a capacidade de conservação. Numa economia monetária mais desenvolvida, o ato de entesourar não é visto como uma atitude racional, por interromper a metamorfose que permite extrair mais dinheiro do próprio dinheiro.

Essa trajetória das funções do dinheiro é importante por permitir a sua compreensão como uma estrutura social de longa duração que atravessou as diferentes épocas da história econômica. “[N]uma panorâmica geral, o jogo monetário surge como uma ferramenta, uma estrutura, uma regularidade profunda das vidas em que há trocas razoavelmente animadas” (BRAUDEL, 1997, p.399).

A exemplo de Weber, Simmel viu no dinheiro a possibilidade de racionalização da vida. Numa obra de fôlego sobre o dinheiro, *A Filosofia do dinheiro*, Simmel identificou uma das características da vida moderna, a redução da qualidade à quantidade. Além disso, “essa ‘objetividade descomprometida’ permitiu ao dinheiro desempenhar a função de meio ‘tecnicamente perfeito’ para as trocas econômicas modernas [...]. Neste sentido o dinheiro funcionaria como o intermediário adequado e neutro num mercado impessoal e racional [...]” (ZELIZER, 2003, p.128). A trajetória do dinheiro, desde os diversos objetos que desempenharam essa função até a sua forma mais perfeita, também foi analisada por Simmel, ressaltando que o dinheiro só pôde se desenvolver como tal a partir de “valores preexistentes”.

Uma das observações mais interessantes na sua obra é a fragilidade à qual o dinheiro expõe alguns indivíduos, incapazes de estabelecer o limite entre o racional e o irracional em relação ao dinheiro. Sete patologias ou degenerações comportamentais em relação ao dinheiro que vão desde a avareza até a prodigalidade foram identificadas por Simmel, numa inversão do que ele chamou “série teleológica”, ou seja, o dinheiro, de mero instrumento para a consecução dos fins individuais, converte-se num fim em si mesmo. Isso tem, portanto, consequências na representação que os indivíduos fazem do dinheiro. De acordo com o quadro das patologias analisadas por Simmel, tanto para o avaro quanto para o pródigo o desejo pelo dinheiro tem a

mesma intensidade, a diferença é que o avaro precisa do dinheiro para retê-lo e o pródigo precisa do dinheiro para entregá-lo. No entanto, ambas as formas consistem em degenerações características de ambientes sócio-econômicos complexos. “Aqui, reside para Simmel, um dos paradoxos fundamentais da modernidade, a saber: tornando-se uma ferramenta cada vez mais eficaz, o dinheiro põe ele mesmo em perigo suas próprias funções” (CUSIN, 1998, p.420).

Mas, apesar dessas exceções identificadas por Simmel, ao referir-se às motivações psicológicas em relação ao dinheiro, de maneira geral, os sociólogos clássicos têm uma interpretação utilitarista do dinheiro ao atribuir ao “artefato” características puramente quantitativas e impessoais, deixando muitas vezes de lado a análise de seu significado social e cultural. “Impressionados pelas características impessoais e fungíveis do dinheiro, os pensadores sociais tradicionais enfatizaram a racionalidade instrumental e a capacidade aparentemente ilimitada de converter produtos, relações e por vezes mesmo emoções, em valores numéricos objetivos e abstratos” (ZELIZER, 2003, p.130).

Convém acrescentar que mais recentemente um ramo da sociologia econômica, conhecido como enfoque cultural, vem sublinhando a cultura como elemento formador dos atores e das instituições econômicas, além do seu papel em definir e regular os meios e os fins das ações desses atores. Ao trazer a cultura para o seio das relações econômicas, essa abordagem refuta as análises desenvolvidas por sociólogos e economistas que procuraram ressaltar a perspectiva utilitarista do dinheiro moderno. É o caso do artigo de Viviana Zelizer, “*O significado social do dinheiro: dinheiros especiais*”, publicado inicialmente no *American Journal of Sociology*, no qual a autora pretende chamar a atenção para o significado especial que os indivíduos atribuem ao dinheiro após a sua entrada em ambientes particulares. Sua pesquisa teve como objeto de análise o dinheiro doméstico, “[...] mostrando como este dinheiro, dado pelo marido ou ganho na lida da casa ou no mercado de trabalho, foi identificado como uma forma diferente de moeda [...]” (ZELIZER, 2003, p.127). Embora o significado do dinheiro possa estar geralmente associado a um tipo especial de dinheiro, o “dinheiro de mercado”, sua autonomia está parcialmente comprometida com um conjunto de signos e interpretações culturais que se transformam ao longo da história.

A mesma preocupação com relação a esse elemento chave da modernidade apareceu também sob outra forma, na produção artística. Esse efeito enigmático do dinheiro foi magistralmente mobilizado como objeto estético por poetas e escritores, conforme se pode

constatar em alguns fragmentos de Shakespeare e Goethe citados por Marx ao longo da sua obra, mas foi provavelmente com os realistas do século XIX que esse efeito fetichizante e corrosivo dos laços sociais foi captado em toda sua extensão.

O dinheiro na literatura

Alguns romancistas, em particular os realistas franceses⁶, demonstraram em seus romances a emergência dessa sociedade de mercado motivada pelo lucro, tendo o dinheiro como elemento central de suas análises. Partindo de uma observação da realidade e de uma tentativa de desvendar os mistérios da psicologia humana, puseram às claras o universo de motivações que dá sentido à ação e a inconstância das mesmas devido ao jogo das circunstâncias. Antes mesmo, ou concomitantemente a alguns sociólogos, muitos romancistas faziam as vezes de cientista social ao ocuparem-se com a descrição e análise das instituições e dos fatos sociais em suas obras⁷. “Foi [...] na década de 1830 que a literatura e as artes começaram a ser abertamente obsedadas pela ascensão da sociedade capitalista, por um mundo no qual todos os laços sociais se desintegravam, exceto os laços entre o ouro e o papel-moeda” (HOBSBAWM, 2001, p.43). De fato, na leitura de romancistas franceses como Stendhal (1783-1842), Honoré de Balzac (1799-1850), Gustave Flaubert (1821-1880), Émile Zola (1840-1902), Guy de Maupassant (1850-1893), notamos a recorrência de temas econômicos, como o dinheiro, o consumo, o comércio, as operações financeiras, onde são apontados os conflitos decorrentes de uma sociedade organizada pela lógica do mercado.

Essa estreita relação entre sociedade de mercado e literatura é claramente identificada em *A Comédia Humana*, o maior monumento literário da sociedade francesa do século XIX que conferiu ao seu genitor, Honoré de Balzac, o título de “pintor da vida real”. Em vários contos, novelas e romances do autor o dinheiro é o móvel das ações humanas. “O dinheiro é o elemento

⁶ Outros autores são comumente invocados como representantes do realismo, como é o caso do inglês Charles Dickens (1812-1870) e do russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881). Este último teve forte influência da obra de Honoré de Balzac, sendo, inclusive, o tradutor de alguns títulos do francês para o russo (CURTIUS, 1959).

⁷ Não se pode negligenciar o fato de que a divisão do trabalho científico ficou mais evidente somente a partir do século XIX. Fruto da especialização iniciada no final do século XIX, que afastou sempre mais a filosofia, as letras e as artes do estudo das realidades sociais, a sociologia permaneceu entre dois extremos, oscilando entre as humanidades e as ciências da natureza. Segundo Lepenies, a sociologia como disciplina autônoma emergiu do “debate entre uma intelectualidade literária e uma intelectualidade das ciências sociais” (LEPENIES, 1996, p.11).

mais geral dos romances de Balzac; outras coisas vêm e vão, mas o dinheiro está sempre presente” (JAMES, 1955, p. xxxvi). Balzac deslocou o objeto central dos romances de então, o amor puro e desinteressado, e trouxe à superfície os valores que formavam a nova sociedade. “Antes de Balzac o romance evoluíra em torno de um único sentimento: o amor. Balzac compreendeu bem que não era o amor, e sim o dinheiro o ídolo de sua época, e foi por isso que fez do dinheiro ou antes, da caça ao dinheiro, como que o centro de sua obra” (BRANDES, 1956, p.xxii). Percebeu os conflitos decorrentes da busca pela realização do auto-interesse e as modificações operadas na vida coletiva e particular. Ele demonstrou que a origem das “[...] ‘úlceras da civilização’ encontra-se no princípio do ‘dinheiro’, que é ele que destrói todas as fases da vida social e finalmente a humanidade mesma; que a sociedade burguesa está levando a humanidade ao caos e à degradação [...]” (GRIB, 1958, p.xxix). Balzac percebia o desbotar dos valores tradicionais e, de certa forma, lamentava a capilarização dos novos valores no tecido social. “No tempo dos carros de gala e das velhas tradições francesas, quando o clero dominava e a frivolidade reinava nas classes superiores, havia ainda lugar para uma concepção ampla da vida. Esta desapareceu com o advento do reinado do dinheiro [...]” (BRANDES, 1956, p.xv).

É dessa nova sociedade a qual Balzac observa, mas também da qual participa e sente suas pressões, que ele nos aproxima com seu talento.

Nos dá, em *A Comédia Humana*, a história mais maravilhosamente realista da *société* francesa [...] descrevendo sob forma de crônica de costumes, quase de ano em ano, de 1816 a 1848, a pressão cada vez maior que a burguesia ascendente exercia sobre a nobreza que se reconstituíra depois de 1815 [...]. Descreve como os últimos restos dessa sociedade, para ele exemplar, sucumbiram aos poucos em face da intrusão do *parvenu* vulgar da finança, ou foram por este corrompidos [...] em volta deste quadro central agrupa toda a história da sociedade francesa, onde eu aprendi mais, mesmo no que concerne a pormenores econômicos [...] do que em todos os livros dos historiadores, economistas e estatísticos profissionais da época, todos juntos (ENGELS *apud* RÓNAI, 1989, p.39).

Como romancista, Balzac conseguiu diferenciar as motivações da ambição na sociedade moderna. O que muda em relação ao Antigo Regime⁸ é que as possibilidades de ascensão social se estendem ao conjunto da sociedade não sendo restritas apenas a uns poucos privilegiados. No

⁸ Antigo Regime: sistema social e político da Europa ocidental e, particularmente, da França que vigorou entre os séculos XIV e XVIII. (Larousse Cultural, 1998).

entanto, essas mudanças não se deram de uma hora para outra, estavam ligadas a um lento processo de decadência de algumas práticas e ao “climatério” de algumas instituições que organizavam a sociedade tradicional⁹. Balzac, talvez pressentindo os impactos da desarticulação causada pelas possibilidades de ascensão social através da realização do auto-interesse, temia esse movimento.

Na opinião de Balzac, uma sociedade que sepultou juntamente com seus representantes os valores do Antigo Regime, como a fidelidade monárquica, a religião católica, a tradição, a família, a honra, etc., e abriu o caminho para a mobilidade social, condicionada pelo dinheiro e pelos valores que ele representa, não poderia ficar imune à luta travada entre os indivíduos pelas novas oportunidades de ascensão. Se no passado a honra foi imperiosa no condicionamento das ações humanas, como uma virtude distintiva dos seus dignitários, agora ela começa ceder lugar a outra forma de autoafirmação e os indivíduos passam a ser essencialmente motivados pela busca de valores materiais e pela construção da identidade a partir do dinheiro. No modelo anterior de sociedade, a sociedade aristocrática, a identidade provinha de um conjunto de relações senhoriais, cuja autoridade e legitimidade eram asseguradas por valores intrínsecos à propriedade territorial.

Ao mesmo tempo em que parece embutir na sua narrativa uma crítica aos valores emergentes, por vislumbrar aí os germes de um espírito egoísta, Balzac, talvez inconscientemente, torna legítima essa conduta auto-interessada. Justifica a busca de dinheiro como uma postura ativa por parte do indivíduo diante da ação que as circunstâncias exercem sobre ele, ou seja, “[n]ão estando reservado a alguém lugar algum – como outrora ao rei, à nobreza, ao clero – e tendo cada um o direito a tudo, os esforços dos indivíduos se decuplicam e a diminuição das possibilidades se traduz pelo redobrar das energias”(ZWEIG, 1946, p.17).

Na sociedade balzaquiana não existem bons ou maus indivíduos. Alguns de seus personagens são geralmente fantoches das circunstâncias. Mas, como veremos, essas circunstâncias são o efeito de manobras de personagens mais lúcidos como, por exemplo, o barão de Nucingen. “Entre esses dois extremos – a glória e a obscuridade – está a vida, isto é, o apetite das coisas [...] Considerado sob esse aspecto, o homem não é nem mau nem bom, é simplesmente uma possibilidade para o bem ou para o mal, que a sociedade aplaudirá ou repudiará conforme os

⁹ A idéia de “processo” na mudança social está na tese de Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução*, publicado em 1856. A *Comédia Humana* confirma essa idéia quando Balzac nos fala dos anos “climatéricos” das instituições do Antigo Regime, bem como de práticas incompatíveis com o modelo de sociedade tradicional, como por exemplo, o parcelamento da terra.

gritos da fortuna” (CARVALHO, 1954, p.xxvii). Ora, a sociedade moderna aplaude justamente o egoísmo vitorioso, mesmo com graves consequências sociais. “Sob a influência venenosa da ganância todos os laços sociais começam a afrouxar, o organismo social principia a romper-se em células isoladas de indivíduos que estão em plena batalha entre si” (GRIB, 1958, p.xxxiii).

Presumivelmente, os indivíduos na sociedade do século XIX estavam submetidos a uma espécie de “darwinismo social”¹⁰ e os seus contragolpes nada mais eram do que a resposta ativa a essa seleção. Resposta instintiva por parte do indivíduo traduzida pelo personagem Gobseck da seguinte maneira: “a única coisa que nos fica é o sentimento verdadeiro que a natureza pôs em nós: o instinto de conservação. Nas vossas sociedades europeias, esse instinto chama-se *interesse pessoal*” (Gob, p.485, grifos do autor).

Embora sua obra esteja recheada de indivíduos que lutam contra a ação impessoal da fortuna, o próprio Balzac estava submetido à nova lógica de reprodução social, pois “o sucesso passa por concessões necessárias à sobrevivência do artista, concessões às leis do mercado” (NOGAKI, 1999, p.28). Inúmeras tentativas frustradas no mundo dos negócios legaram ao romancista uma sucessão de dívidas das quais ele não conseguiu se livrar totalmente, não obstante o sucesso alcançado ainda em vida. Esse quadro levou-o a produzir num ritmo extraordinário a fim de atender a demanda de um público que queria ver narrada sua própria história.

Uma pista interessante sobre a relação entre arte e mercadoria, ou seja, o dilema da ação criadora e anseios materiais do qual sofrem a maioria dos artistas desse período, foi fornecida por Weber em seu ensaio sobre a objetividade. “Os fenômenos artísticos [...] muitas vezes, porém, são influenciados pela economia e, por isso, constituem ‘fenômenos economicamente condicionados’. [Weber] nota também que os interesses materiais e outras forças econômicas influenciam todos os tipos de arte, e que eles penetram até ‘as nuances mais sutis do sentimento estético’” (SWEDBERG, 2005, p. 266).

No caso de Balzac, a resposta merece uma investigação mais aprofundada, mas certamente o seu desejo de glória, fama e reconhecimento não estiveram ausentes no condicionamento da produção artística. Na opinião de Dumay (1950), *A Comédia Humana* não existiria se Balzac não fosse motivado, também, pelo retorno material da sua obra. Para

¹⁰ Apesar do anacronismo na analogia à obra de Charles Darwin (1809-1882), *A Origem das Espécies* de 1859, achamos interessante demonstrar que para Balzac a sociedade também possuía os seus mecanismos de seleção.

Bouteron, toda a luta do romancista, todos os esforços que empreendeu para tornar-se um “grande homem do seu país” estavam além do simples desejo de retorno material e era motivada, essencialmente, pelas suas principais ambições: “a ambição acadêmica e a ambição política” (1950, p.103).

Assim como ele, muitos indivíduos buscavam um lugar privilegiado no reino da igualdade e da liberdade, onde o dinheiro deveria ser o principal passaporte. Entretanto, temendo que essa conduta autointeressada pudesse tornar-se um fim em si mesmo, minando a ordem social na qual se apoiava a humanidade há centenas de anos, Balzac alertava para as consequências sociais desse comportamento:

Chegar *per faz et nefas*¹¹ ao paraíso terrestre do luxo e dos prazeres vãos, petrificar o coração e macerar o corpo em busca de posses passageiras, como outrora se sofria pelo martírio da vida em busca de bens eternos, eis a idéia geral! Idéia aliás inscrita por toda a parte, até nas leis, que perguntam ao legislador: “Que pagas?”, ao invés de: “Que pensas?” Quando essa doutrina tiver passado da burguesia para o povo, que será do país? (BALZAC, 1981, p.102).

De fato, um elemento tão polêmico e revolucionário como o dinheiro não poderia deixar de ocupar um lugar central na literatura do século XIX, assim como nas análises de sociólogos da envergadura de Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel.

Com base no que temos apresentado até aqui, algumas questões se colocam. Interessanos, por exemplo, saber como Balzac via a relação que os indivíduos estabeleciam com o dinheiro na sociedade de mercado do século XIX e quais as principais consequências sociais dessa relação. Em que medida os significados atribuídos ao dinheiro nos romances de Balzac estão relacionados com a experiência social e histórica do século XIX? Quais as possíveis relações entre as conclusões a que chega Balzac sobre o dinheiro e as análises dos sociólogos clássicos sobre esse tema? Seriam algumas das personagens balzaquianas exemplos característicos de comportamentos degenerados em relação ao dinheiro? Finalmente, existe em sua obra alguma alternativa à lógica monetária da sociedade de mercado?

Nosso principal objetivo é, portanto, investigar e analisar a obra de Balzac a fim de saber como ele percebia a relação entre os indivíduos e o dinheiro na emergente sociedade. Os objetivos específicos estão respectivamente relacionados com as questões levantadas acima.

¹¹ Pelo lícito e pelo ilícito. (N.T.)

Balzac, um filho do século

Em *A Comédia Humana*, Balzac procurou recensear a história da civilização francesa por meio da crônica de costumes desde o fim do Antigo Regime até a Monarquia de Julho. Com exceção feita a alguns romances que tratam de períodos anteriores¹², a maior parte é ambientada nesse intermezzo histórico. “Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor tipos pela reunião dos traços de múltiplos caracteres homogêneos, poderia, talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes” (Pre, p.670). Balzac tinha a ambiciosa intenção de legar a síntese de uma civilização de modo que existisse da França o que não existia das civilizações antigas cujos costumes não nos foram transmitidos dada ausência de uma obra dessa natureza. Assim ele se referia no prefácio de *A Comédia Humana* de 1840: “Ao ler as secas e enfadonhas nomenclaturas dos fatos denominados *históricos*, quem não advertiu que os escritores se esqueceram, em todos os tempos, no Egito, na Pérsia, na Grécia, em Roma, de nos dar a história dos costumes” (Pre, p.668, grifos do autor).

Esse conjunto de caracteres, essas biografias fictícias mescladas às biografias reais, formavam uma unidade, uma sociedade que foi exaltada por Victor Hugo em sua última homenagem a Balzac: “Todos os seus livros não formam senão um livro, livro vivo, luminoso, profundo onde se vê ir e vir, caminhar e agitar-se, como não sei que de espanto e de terrível misto de real, toda a nossa civilização” (HUGO *apud* CURTIUS, 1959, p. xviii). Discurso que ficou famoso pela eloquência com que Hugo laureou o criador de *A Comédia Humana* fazendo o reconhecimento que ele tanto desejou em vida, mas que não foi alcançado senão postumamente, pois Balzac nunca conseguiu um lugar na Academia Francesa, tampouco na política, suas duas grandes ambições¹³.

¹²*Os proscritos* (1308), *Mestre Cornélius* (1479), *O elixir da longa vida* (séc. XVI), *Sobre Catarina de Médicis* (1560), *A obra-prima ignorada* (1612) e *O filho maldito* (1617) (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p. lix).

¹³ Em 1843 Balzac abre mão, pela segunda vez, da candidatura à Academia Francesa de Letras ao saber que sua situação financeira pesaria contra ele. Em 1839 já havia desistido em favor de seu amigo Victor Hugo. Numa carta ao amigo Charles Nodier ele explica os motivos de sua segunda desistência e põe à disposição de outro talento o apoio que alguns amigos lhe prestariam, entre eles Nodier: “Mon cher Nodier, je sais maintenat trop sûrement que ma situation de fortune est une raison opposée au sein de l’Académie, pour ne pas vous dire avec une profonde douleur que je vous prie de disposer de votre influence autrement qu’en ma faveur. Si je ne puis parvenir à l’Académie à cause de la plus honorable des pauvretés, je ne me présenterai jamais aux jours où la prospérité

Seguindo com a ideia de sistema em *A Comédia Humana*, ainda nesse conhecido prefácio, Balzac refere-se à falta de conexão entre os romances do escocês Walter Scott (1771-1832), uma das suas principais influências no estilo de romance histórico e no qual se inspirou para escrever seu primeiro romance, *Le Dernier Chouan*, rebatizado *Les Chouans (A Bretanha em 1799)*¹⁴.

Nesse épico, Balzac relata as insurreições bretãs e normandas contra a República Francesa. Foi o resultado de uma investigação *in loco*, onde entrevistou pessoas idosas, visitou arquivos, recolheu informações sobre os principais fatos, enfim, inspirado em Scott, colocou em prática o método do qual mais tarde seria tributário. “É também na elaboração desse romance [*Les Chouans*] que vemos surgir um Balzac historiador e sociólogo, preocupado com a descrição verídica dos lugares e dos costumes” (TAILLANDIER, 2006, p.54).

Ao lado desse documento histórico sobre a sublevação do oeste francês contra a República temos outro romance, *Um Caso Tenebroso*, onde o alvo dessa vez é o Império e Napoleão. Nos dois casos, Balzac serve-se da história para prestar contas à sociedade sobre os acontecimentos revolucionários, misturando à sua ficção personagens reais como o próprio Napoleão, Fouché, Talleyrand, Sieyès¹⁵, etc., cuja atuação política foi fundamental para a compreensão da “fase contemporânea”. Aqui, temos a representação estética dos bastidores de um dos eventos mais famosos da história da França: o golpe Dezoito Brumário, pelo qual Napoleão torna-se cônsul, bem como a ação secreta dos emigrados no estrangeiro na tentativa de restaurar a monarquia francesa com o retorno da casa Bourbon.

Entretanto, Scott e Balzac serviam-se da história com diferentes perspectivas. “Walter Scott procurava nas idades passadas o que elas tinham de pitoresco, de peculiar, isto é, de diverso do presente. Quanto a Balzac, a história interessava-o sobretudo como repositório dos germes da fase contemporânea” (RÓNAI *apud* UCT, p.27). A sua preocupação com a história provinha da

m'accordera ses faveurs. J'écris en ce sens à notre ami commun V[ictor] Hugo, qui s'intéresse à moi. Dieu vous donne la santé, mon bon Nodier” (BALZAC, 1999, p.847).

¹⁴ Apesar de Scott a que se levar em conta a influência de Fenimore Cooper com *Le Dernier des Mohicans* (O Último dos Moicanos) de onde Balzac parodia o nome do seu romance *Les Chouans*.

¹⁵ Napoleão Bonaparte (1769- 1821) – Primeiro cônsul (1799-1804) e depois imperador da França (1804-1815). Joseph Fouché (1763-1820) – Ministro de Polícia de Napoleão. Descobriu o ex-correçãoário Vidocq em quem Balzac teria se inspirado para criar Vautrin.

Charles-Maurice de Talleyrand (1754-1838) – Ministro das relações exteriores da França sob o Consulado e o Império, contribuiu para a queda de Napoleão.

Abade Emmanuel Seyès (1748-1836) – Senador e membro do Diretório conspirou a favor do golpe 18 Brumário.

natureza dinâmica da sociedade cujo constante movimento tende a esfumaçar a velha estrutura privilegiando os eventos conjunturais. É exatamente essa desatenção que ele censura nos historiadores. Ao ocuparem-se com fatos efêmeros deixam de lado as “mesquinhas proporções da história, da história vulgar, da narrativa pura e simples [...]”. (BALZAC, 1981, p.9). Ao darem maior ênfase aos fatos, ou como dizia Balzac, aos fogos de artifício, eles percebiam apenas o que estava na superfície, deixando-se levar pela aparência dos fenômenos ignorando que estes nada mais são do que a manifestação esporádica do movimento perpétuo da sociedade. “A sociedade é como o Oceano, após um desastre retoma o seu nível e seu ritmo, e apaga os vestígios pelo movimento de seus devoradores interesses” (UCT, 179). No lugar de valorizarem os feitos heróicos que reluzem em Paris os historiadores deveriam se ocupar também com os detalhes da existência cotidiana nos cantões da França.

Balzac lamentava a transformação dos costumes. “Seu objetivo era produzir o que em 1825 mencionou como *Histoire de France pittoresque* – não uma sucessão interminável de batalhas e discursos, mas uma história social, uma recriação do ‘espírito da época’, ‘costumes em ação’” (ROBB, 1995, p.133). Para ele, interessava saber como as pessoas viviam e se reproduziam socialmente; como eram suas casas, o que cultivavam e o que comiam, como se vestiam, quais eram suas distrações e crenças, seus preconceitos, enfim, interessava-lhe a história das pessoas comuns. Pessoas sem uma identidade emoldurada pelo heroísmo, pelo poder ou pelo dinheiro, no entanto, concretas, social e historicamente determinadas. Nessa busca, a província foi por ele muitas vezes solicitada como o principal acervo de uma história em vias de ser esquecida: “Nenhum poeta foi tentado a descrever os fenômenos dessa vida que se vai, esmaecendo sempre. Por que não? Se há poesia na atmosfera de Paris [...] não haverá também nessa lenta ação do *siroco* da atmosfera provinciana [...]?” (BALZAC, 1981, p.7).

Ainda ao referir-se à atmosfera provinciana, ele fez notar a importância de se registrar as práticas e as ideias que durante muito tempo formaram o caráter francês, tão peculiar quando comparado aos demais europeus. Convicto da sua missão restauradora como cronista de costumes, ele escrevia com nostalgia na introdução de Beatriz: “A maioria dessas cidades estão decaídas de algum esplendor não mencionado pelos historiadores, mais ocupados com os fatos e datas do que com os costumes [...]. Mais alguns anos e essas cidades serão transformadas e não mais se verão a não ser nesta iconografia literária” (Btz, p.181). Essas cidades, especialmente na Bretanha, viviam “à margem do movimento social que imprime sua fisionomia ao século XIX”

(Btz, p.180). O que se infere dessas impressões é que ele via na província a manutenção da tradição e dos costumes que em Paris foram artificialmente substituídos pelos valores da modernidade.

À primeira vista, esse “uso” da história para explicar o presente e até mesmo prever o futuro pode parecer um pouco determinista. É preciso ter em conta que, para Balzac, as instituições do passado não determinavam, mas poderiam influenciar consideravelmente os fatos no presente, por isso seu esforço foi o de perceber o que resistia nos costumes, os elementos duradouros que não poderiam ser destruídos abruptamente pelas revoluções.

Portadores de uma energia inesgotável, após uma rápida passagem pelo direito que logo foi rejeitado em nome da literatura, ambos, Balzac e Scott, dedicaram-se a conhecer, a investigar e a descrever os costumes de uma época, deixando atrás de si uma obra gigantesca que pode ser elevada a altura de epopeia. Não fosse o sucesso precoce de Scott, pois aos vinte e dois anos já era reconhecido como o “poeta nacional”, poderíamos dizer que o discípulo Balzac imitou o mestre em quase todas as etapas da vida.

Balzac não apenas se espelhou em Walter Scott como também aperfeiçoou seu estilo. Sem diminuir a importância da obra desse autor, mas evitando repetir a falha no que respeita à ligação dos volumes entre si, ele se empenhou em sistematizar sua própria obra, conectando um romance ao outro, de modo a conferir verossimilhança aos enredos. Segundo seus biógrafos, foi em 1833 que ele comunicou com muita efusão à sua irmã Laure a intenção de articular seus romances sob um único título. Nascia assim o projeto de *A Comédia Humana*.

Boa parte de seus romances já estava escrita quando colocou em prática essa ideia. Daí, talvez, os “lapsos” identificados por peritos de *A Comédia Humana* em datas, idades e conexões entre romances e personagens como, por exemplo, o local e o ano do nascimento de Henri de Marsay, uma das grandes figuras no mundo balzaquiano. Mas esses lapsos não diminuem a riqueza das informações nem constroem o ritmo da leitura. Por outro lado, eles podem ser chamados a reavivar a memória do leitor sobre o conjunto de conexões que vão se estabelecendo em cada novela; conexões que se constroem não só a partir da memória do escritor, mas, nesse caso, também pela do leitor. Foi essa interação que interessou Daniel Aranda num artigo sobre o “*effet personnage*”, ou seja, “a elaboração do personagem recorrente através da instância leitora” (ARANDA *apud* LABOURET, 2005, p.129).

Outra influência citada no prefácio de *A Comédia Humana* é a da história natural. As teses dos naturalistas Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) e Georges Cuvier (1769-1832) sobre a unidade de composição e a reconstituição do todo a partir de uma de suas partes, respectivamente, podem ser confirmadas numa leitura atenta de *A Comédia Humana*, nos tipos sociais que Balzac construiu para compor a sua sociedade. Balzac admirava verdadeiramente a obra desses naturalistas. Numa das digressões de *A Pele de Onagro* refere-se a Cuvier como o “maior poeta do século”, capaz de reconstituir mundos através de restos fossilizados. Para esses naturalistas as partes poderiam dar uma ideia do conjunto e vice-versa e é daí que Balzac tira a explicação para a psicologia e a moral de seus personagens, a partir do meio em que vivem. Em sua opinião, “também os pormenores mais insignificantes do ambiente, da casa, explicam um homem; por outro lado, o caráter de um homem determina todos os aspectos de sua morada e [...] reflete-se em todo o seu aspecto físico” (RÓNAI, 1957, p.112). “A concha explica o caracol” é alusão recorrente em sua obra e os seus leitores estão habituados com as extensas descrições dos ambientes, do mobiliário, da domesticidade, enfim, de detalhes que prenunciam o personagem.

Além dos naturalistas citados, Buffon (1707-1788) foi também um modelo a ser seguido por Balzac numa analogia entre as espécies zoológicas e as espécies sociais. “Existe e existirão sempre Espécies Sociais como existem Espécies Zoológicas. Se Buffon fez uma obra magnífica, tentando representar em um livro o conjunto da zoologia, não haveria, pois, uma obra desse gênero a ser feita para a Sociedade?” (BALZAC, 2007, p.xl). A exemplo do mundo animal, Balzac acreditava que o tipo social era um único ser, com uma essência universal variando apenas na intensidade dos caracteres e nas “formas exteriores”; essas últimas variando em função do ambiente em que se desenvolvem.

Também foram influentes na construção dos seus tipos sociais as teses de Franz Joseph Gall (1758-1828) sobre a frenologia e a de Kaspar Lavatter (1741-1801) sobre a fisiognomonia; ambas relacionavam o caráter e a moral à anatomia craniana e aspectos da face. “Um exemplo de fisiognomista era a mamãe Vauquer, no romance *O Pai Goriot*, que diagnostica o temperamento forte de Goriot a partir do seu nariz muito grande – mostrando como as ideias de Gall e Lavatter estimularam Balzac na descrição dos tipos humanos do universo de *A Comédia Humana*” (FREITAS MOURÃO, 2006, p.83).

Teorias como essas estavam em voga quando Balzac escreveu seus romances. Mais tarde foram relegadas ao status de pseudociências, mas, até então, inclusive a polícia se servia delas como prognóstico de tipos criminosos a fim de elucidar suas investigações¹⁶.

Em outros romances ele foi além da relação fisionomia-caráter e chegou a explicar a natureza trágica ou feliz do destino de algumas pessoas pelas características essenciais de suas fisionomias, afirmando em *Um Caso Tenebroso* que “[a]s leis da fisionomia são exatas, não só na sua aplicação ao caráter, mas também relativamente à fatalidade da existência. Há fisionomias proféticas” (UCT, 1959, p.32). Para Hobsbawm essas teorias eram fruto da “dupla revolução”¹⁷, e representavam “um obscuro subproduto deste desenvolvimento inicial das ciências sociais” (2000, p.314). Para Fischer (1977), nem a ciência oficial nem os sistemas filosóficos davam conta de responder às questões engendradas pelas mudanças que marcaram a virada do século XVIII para o XIX. E Balzac, preocupado em compreender essas transformações e encontrar a “unidade do mundo”, lançava mão dessas “pseudociências”.

Assim, seus personagens constituem uma galeria de tipos sociais, uns meio caricaturados lembrando o burlesco pela exagerada ênfase que Balzac dá as suas afetações, outros tão sóbrios e sensatos que nos convencem da sua existência real. Compreendidos numa escala de valores que vai do mais virtuoso ao mais degenerado moralmente, eles se movimentam nos repertórios de conflitos e intrigas articuladas nas diversas cenas de *A Comédia Humana*. Eugênia Grandet e as filhas de Goriot, Anastácia e Delfina, são exemplos femininos desses dois pólos de valores, ao passo que o cura Birotteau e Vautrin são exemplos masculinos. Desse modo, “Balzac dá aos personagens de *A Comédie Humaine* uma representação não somente física [...] mas também psicológica e social” (GAGNEUX, 2000, p.18).

Balzac discorda da tese de Rousseau¹⁸ de que o homem nasce bom. Para ele, o homem não é nem bom nem mau, age e reage aos contragolpes que recebe da sociedade. Não existe um homem abstrato no sentido atribuído pela filosofia iluminista, mas socialmente determinado. Por outro lado, concorda com Rousseau quando este diz que a sociedade corrompe o indivíduo.

¹⁶ Um fator importante nessas investigações foi o uso do daguerreótipo, aparelho inventado por Louis Daguerre (1787-1851) no final de 1830 que permitia fixar a imagem numa placa metálica. Esse método permitiu à polícia fotografar tipos criminosos e a partir daí elaborar manuais de antropometria judiciária que levavam em conta aspectos da face, como tamanhos e formatos de olhos, nariz, orelhas, etc..

¹⁷ Dupla revolução – segundo Hobsbawm (2000), diz respeito às duas maiores revoluções no ocidente, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

¹⁸ A tese de que o homem é um ser “naturalmente bom, cuja bondade foi corrompida pela sociedade” é sustentada por Rousseau em *O Discurso sobre a origem da desigualdade* de 1755.

Balzac vê os homens como os animais, com apetites e instintos que precisam ser domados e aperfeiçoados; “[...] não se trata de maldade ou perversidade individuais, mas de uma certa força que os domina e os deforma a todos” (FISCHER, 1977, p.140). Como o homem não é nem bom nem mau, é suscetível de manifestar uma natureza boa ou má dependendo da circunstância que o faz agir. No início de *Esplendores e Misérias das Cortesãs*, referindo-se ao seu mais temido vilão, Vautrin, Balzac explica como esses contragolpes influenciam e mesmo condicionam a formação de um caráter. “Para nos convenceremos desta verdade [...] basta que estendamos aos rebanhos de homens a observação recentemente feita sobre os rebanhos de carneiros espanhóis e ingleses que, nos prados de planície onde a erva é abundante, pastam uns ao pé dos outros, e nas montanhas onde a erva é rara se dispersam” (EMC, p.59). Balzac via na sociedade humana a mesma luta pela sobrevivência comum aos animais. Para ele, os homens assim como os animais desenvolvem o instinto de conservação. Mas esse instinto em situações limites de luta pela sobrevivência, sobretudo quando os meios são escassos, concorre para o aniquilamento dos mais fracos. Dessas conclusões era natural que a composição que fez da sua época “apresentasse mais mal do que bem” (Pre, p.673).

Suas intrigas desenrolam-se em torno desse determinismo do meio. Mas, como veremos, esses meios são as “unidades vivas” que compõem o quadro dessas intrigas. O meio é o conjunto dos indivíduos cuja ação individual para satisfazer seu interesse pessoal entra constantemente em choque com outras unidades vivas e o seu raio de ação. Esses choques aparentemente ocasionais e sem um sentido inteligível ganham consistência quando revelados os nexos da sua causalidade. Balzac esclarece esse obscuro conjunto de causas e efeitos em termos de relações pessoais. “Em Paris não há acasos senão para pessoas extremamente relacionadas. O número de relações aumenta nela as possibilidades de qualquer espécie de êxito, e o acaso também se põe do lado dos batalhões mais fortes” (IP, p.187). Significa dizer que quanto maior o número das suas relações, maior a possibilidade do acaso interferir no seu destino, geralmente a favor, dependendo da influência dessas relações. “O acaso age perpetuamente. Mas para alguém servir-se dele é preciso movimentar-se, mostrar-se em toda parte, ter relações” (RÓNAI, 1957, p.135). O acaso é o cenário e o cenário é social, é ele que define o status, a mobilidade, etc. Daí Balzac explicar os fenômenos a partir da rede de relações de cada indivíduo. Não foi por acaso que em *O Pai Goriot*, Balzac introduziu o estudante Eugênio de Rastignac, descendente de uma antiga família de nobres provincianos, nos salões da alta roda parisiense, fazendo a condessa de Restaud

apresentá-lo ao conde Máximo de Trailles com as seguintes palavras: “*Parente da sra. Viscondessa de Beauséant pelos Marcillac!*” (PG, p.67). Os nomes abriam portas. Abriram mais facilmente para Rastignac do que para muitos burgueses da Chaussée d’Antin¹⁹.

Para conter ou impedir que esses instintos egoístas prevaleçam no indivíduo, é preciso que uma instituição com valores e princípios morais seja um dos alicerces do edifício social. Uma das soluções que o romancista invoca para domar os impulsos egoístas nesses combates cotidianos geralmente ignorados é a sua moderação por meio da religião católica. O catolicismo é uma necessidade política que Balzac aceita com todas as suas consequências. Voltaremos a essa questão ao longo da tese.

Herdeiro, pelo lado paterno, de uma determinação inabalável e uma curiosidade de autodidata e, pelo lado materno, de toda uma formação filosófica e mesmo “ocultista”, ele aplicou esse conhecimento aos seus personagens. “[É] esse ascendente materno que nutre a veia mística da obra balzaquiana”. (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p.v). O magnetismo animal de Swedenborg (1688-1772), um dos autores da biblioteca de sua mãe, juntamente com os escritos do teósofo Jacob Boëhme (1575-1624), associado a toda energia vital das prescrições de longevidade de seu pai, formavam a base filosófica dos seus romances. Sobre esse aspecto, seu manuscrito colegial intitulado *Tratado da Vontade*²⁰ confirma, em certa medida, as influências domésticas na sua formação.

Galeria balzaquiana de personagens – gradações de um mesmo tipo

“Existe apenas um animal. O criador serviu-se de um único e mesmo modelo para todos os seres organizados. O animal é um princípio que toma sua forma exterior, ou para falar mais exatamente, as diferenças da sua forma, no meio onde é chamado a se desenvolver” (BALZAC, 2007, p.xi).

¹⁹ Bairro parisiense onde vivia a alta burguesia da sociedade balzaquiana.

²⁰ Esse tratado foi escrito durante os seis anos (1807-1813) em que Balzac foi interno no Colégio Vendôme regido pelos oratorianos. Segundo Rónai, o título “indica no menino uma consciência surpreendente do que seria sua força maior na vida” (1989, p.20), a vontade. Em *Luis Lambert*, Balzac expõe as bases filosóficas da sua obra que tem na Vontade o centro vital de todas as potências humanas. Rafael de Valentin em *A Pele de Onagro* será o continuador dos esforços de Lambert.

Esse fragmento corresponde ao que acabamos de mencionar sobre a influência das teses naturalistas em *A Comédia Humana*. Para Balzac, o mundo dos homens é ainda mais complexo que o mundo animal, porque compreende também este último. Ao contrário dos animais, entre os homens não existe uma regra fixa para as suas relações estando sujeitos a acasos que não se admitem no mundo animal. Como observou Balzac, no mundo animal uma leoa será sempre a fêmea de um leão, mas na sociedade essa correspondência entre espécies superiores e inferiores nem sempre acontece. Traduzindo em termos sociológicos, ele está se referindo à mobilidade social que permite a passagem de uma classe à outra, uma das principais teses relacionadas à passagem do Antigo Regime para a sociedade moderna. Em *A Comédia Humana*, “também são mencionados os dramáticos conflitos amorosos, raramente existentes no reino animal e os diferentes graus de inteligência de diferentes seres humanos” (AUERBACH, 2004, p.426).

Propondo-se à imensa tarefa de legar às gerações futuras uma história dos costumes da civilização francesa, Balzac empreendeu, impregnado do que Oscar Wilde chamou de “temperamento artístico e espírito científico”, um trabalho arqueológico de constante observação sobre as instituições, práticas e costumes do Antigo Regime que se estavam perdendo depois da Revolução. “Não era pequena tarefa pintar as duas ou três mil figuras salientes de uma época, pois tal é em definitivo, a soma dos tipos que cada geração apresenta e que *A Comédia Humana* comportará” (Pre, p.676)

O resultado desse esforço é um afresco com mais de 2000 personagens em quase uma centena de novelas, numa produção concentrada em menos de vinte anos. Na sua galeria de tipos são descritas todas as classes francesas, desde a esfera social mais elevada até os mais humildes trabalhadores. Passando pelo mundo da política, da finança, das artes (pintura, literatura, escultura, teatro, música) e pela nobreza militar da era napoleônica, os burocratas e profissionais liberais, pelos camponeses, ele encerra sua obra sem concluí-la, em 1850.

Composta de três grandes rubricas, *A Comédia Humana*, em suas divisões e subdivisões, mostra a intenção do seu autor em contemplar as mais variadas camadas da sociedade francesa. Primeiro temos os *Estudos de Costumes*, subdividido em: *Cenas da Vida Privada*, *Cenas da Vida Provinciana*, *Cenas da Vida Parisiense*, *Cenas da Vida Política*, *Cenas da Vida Militar* e *Cenas da Vida Rural*. Em seguida os *Estudos Filosóficos* e, para finalizar, os *Estudos Analíticos*. No prefácio de 1842, Balzac refere-se aos *Estudos de Costumes* como um conjunto de consequências que tem suas causas explicadas nos *Estudos Filosóficos*. Uma reflexão mais profunda sobre os

nexos entre essas causas e consequências estaria desenvolvida nos *Estudos Analíticos*. Em 26 de outubro de 1834, numa carta à Eveline Hanska, sua namorada estrangeira, Balzac explica em detalhes o sistema que representaria mais tarde em *A Comédia Humana*:

Os *Estudos de costumes* representarão todos os efeitos sociais em que nenhuma situação da vida, nenhuma fisionomia, nenhuma característica de homem ou mulher, nenhum estilo de vida, nenhuma profissão, nenhuma zona social, nenhuma cidade francesa, nem a infância ou a velhice, a idade madura, a política, a justiça, a guerra, seja esquecida.

Então, a história do coração humano traçado fio a fio, a história social feita em todas as suas partes, eis a base [...]

Pois bem, a segunda parte são os Estudos filosóficos, pois depois dos efeitos, virão as causas [...]. Nos *Estudos de filosóficos*, eu direi o porquê dos sentimentos, o porquê da vida; qual é a parte, quais são as condições para além das quais nem a sociedade nem o homem existem; e depois de tê-la percorrido (a sociedade) para descrevê-la, percorrê-la-ei para julgá-la [...].

Em seguida, após os efeitos e as causas, virão os *Estudos analíticos*, [...] pois após os efeitos e as causas devem-se buscar os princípios (BALZAC *apud* CASTEX, 1970, p.xiii-xiv, grifos do autor).

Em nossa opinião, o plano acima não dever ser considerado tão à risca. Como lembrou Sainte-Beuve, em artigo publicado em 1850 em *Causeries du Lundi*²¹, a partir de uma frase escrita, Balzac já se via como autor de uma série de histórias e romances. Projetava em seu cérebro um mundo que deveria se concretizar no papel, mas os atropelos da vida do homem muitas vezes frustravam os projetos do artista. Sabe-se, inclusive, que *A Comédia Humana* intencionada por Balzac não chegou a ser concluída e do plano original só uma parte foi realizada²². O artista se dividia entre o amante, o homem de negócios, o homem político, etc., mas o tempo, implacável, foi o seu maior concorrente. Há uma historinha engraçada que Rónai (1957) relembrou sobre o ritmo de trabalho de Balzac. Certa vez perguntaram-lhe [a Balzac] porque escrevia durante a noite e ele ironicamente respondeu: “porque as horas do dia não me bastam”. A intensa produção concentrada em menos de duas décadas foi excitada com “baldes” de café que ele preparava de um modo especial e que o permitia ficar até quarenta e oito horas

²¹ *Causeries du Lundi* – nome dado por Sainte-Beuve a uma série de estudos publicados na forma de artigos semanais de 1850 a 1869 nos jornais *Le Constitutionnel*, *Le Moniteur* e *Le Temps*. (BERÈS, 1992, p.v).

²² Ver nos anexos deste trabalho, o plano original estabelecido por Balzac.

acordado²³. Infelizmente, o efeito devastador das suas orgias de trabalho foi uma morte relativamente prematura aos cinquenta e um anos.

Balzac foi um artista, e como todo artista, um criador. Criou a sociedade de *A Comédia Humana* e dentro dessa sociedade caminhos possíveis foram se desenhando como vias de passagem de um mundo caótico e turbulento desde o 14 de julho de 1789, dia conhecido como a “tomada da Bastilha”, rumo à sua utopia mais velada, *O Médico Rural*. Nessa narrativa feérica, o Dr. Benassis e a sua obra representam a encarnação mais pura do mundo idealizado por Balzac e, talvez, ela possa ser vista como uma alternativa à lógica monetária que está se consolidando na sociedade burguesa de mercado. Depois de uma vida cheia de vícios em Paris, esse médico se retira para um dos cantões da França e se ocupa com a gestão comunitária desse pequeno “falanstério”, onde o dinheiro não é mais que um meio para assegurar o bem estar e suprir as necessidades de reprodução material de seus membros. No decorrer do trabalho teremos a oportunidade de invocar novamente a figura do Dr. Benassis tratando mais detalhadamente do seu modelo de administração coletiva.

Como o Dr. Benassis, outros personagens tornaram-se tão famosos quanto as novelas que protagonizaram, a ponto de Baudelaire referir-se à morte de Luciano de Rubempré como “uma das maiores tragédias da sua vida” (BAUDELLAIRE *apud* PIETRI, 2004, p.168). Além de personagens-heróis, envolvidos em tramas excitantes que transcendem o caráter documental e pitoresco, Balzac concebeu também alguns tipos comuns à época, como o *épicer*, a *grisette*, o *provincial*, apresentados sob forma de artigos em *La Silhouette* e em *La Caricature*, entre 1830 e 1839. Conforme escreveu Rónai, na introdução de *O Pai Goriot*, um dos recursos de Balzac consistia “em dar às personagens um valor de tipos”, fazendo da sua obra uma vasta galeria dos exemplares humanos. “Balzac foi chamado o retratista literário por excelência, e o incomparável efeito de sua arte foi atribuído ao poder de suas caracterizações de personagens” (HAUSER, 1995, p.770). Entretanto, na época em que Balzac compôs seus tipos, havia uma tendência na França em se registrar essas figuras, através de traços inofensivos e bem humorados, visando legar à posteridade a caricatura dos seus cidadãos. É dessa mesma época o livro “*Os franceses pintados por si mesmos*”, no qual Balzac apresentou em verbete o seu *épicer*. Além do referido livro, uma série de outras fisiologias com o objetivo de catalogar a diversidade de exemplares

²³ Segundo Dufief e Dufief (2007), Balzac preparava seu café a partir de uma receita pessoal que substituíva o pó de café coado em água fervente por uma infusão dos grãos quebrados em um pouco de água fria

humanos circulava entre os franceses. “Desde o vendedor ambulante do bulevar até o elegante no *foyer* da ópera, não havia nenhuma figura da vida parisiense que o fisiólogo não tivesse retratado” (BENJAMIN, 2000, p.33). Na sua galeria de personagens, encontramos um inventário de tipos caricaturados que se relacionam de diferentes maneiras com o dinheiro, atribuindo significados variáveis ao vil metal, porém, geralmente à luz de “uma perspectiva utilitarista”.

Alguns deles são mais comumente associados a *A Comédia Humana* como o banqueiro, o dândi, o avaro, o jornalista, etc., sendo que, em alguns casos, como tentaremos demonstrar, esses últimos são a forma caricaturada dos arquétipos das degenerações provocadas pelo dinheiro que seriam descritas por Simmel em sua *Filosofia do Dinheiro*. Nessa galeria de tipos balzaquianos, outras fisionomias também merecem atenção:

Seus negociantes, seus magistrados, seus estudantes, seus rendeiros, seus pequenos proprietários, seus caixeiros-viajantes, seus jornalistas, seus pequenos artistas [...], seus comediantes e atrizes, seus provincianos, burgueses, semiburgueses, fidalgotes, são excelentes, dignos de ser estudados pela posteridade, e formam o quadro mais real e mais vivo de uma sociedade como jamais apareceu outro, desde La Bruyère (FAGUET, 1959, p.xxiii).

São, na sua maioria, os porta-vozes das críticas ou dos elogios à nova sociedade. Representam a manifestação mais saudosista de um tempo passado ou os expectadores mais entusiasmados pelo futuro, mas sempre os mais potentes pensamentos postos em ação no presente, confirmando a concepção napoleônica da vida que Martinez-Estrada (1964) atribuía a Balzac. No plano das idéias, esse embate se dava no discurso de liberais, realistas e sansimonianos, dividindo as opiniões entre um progresso certo e inevitável e as ponderações mais conservadoras.

Procedimentos de pesquisa

Nesse sentido, consideramos válida a análise a partir dos personagens sem a escolha sumária de alguns romances. É claro que, ao analisá-los, estamos fazendo novamente uma seleção sumária, uma vez que não poderíamos contemplar todo o elenco balzaquiano que conta com mais de 2000 tipos. Selecionaremos, portanto, aqueles que sejam mais representativos do momento histórico em análise, i.e., da emergência da sociedade burguesa, como por exemplo, um banqueiro, ou aqueles que expressem melhor ou de modo mais emblemático a relação com o

dinheiro, como por exemplo, um avaro. A escolha de personagens é igualmente uma maneira de prestar homenagem ao genitor desses tipos sociais, tão ligada era a sua vida à vida de suas próprias criaturas. É, sobretudo, um modo de ser fiel à maneira como o autor pensava a sua obra.

Seus biógrafos costumam citar diálogos de Balzac com seus amigos e familiares, nos quais ele costumava misturar detalhes da vida dos seus personagens como se fossem situações reais: “Você sabia com quem Félix de Vendenesse vai se casar? [escrevia ele numa carta a familiares] Uma moça da família Granville. É um excelente casamento, os Granville são ricos [...]” (BALZAC *apud* TAILLANDIER, 2006, p.82).

Rónai lembra a dificuldade que os leitores enfrentam quando se trata de penetrar no universo de *A Comédia Humana* principalmente com a leitura daqueles romances escritos no final da carreira do escritor. Nesse momento, vida e obra estavam tão imbricadas que ele costumava tirar desfechos e criar situações a partir da intimidade que tinha com esses personagens, dificultando a compreensão do enredo para os recém chegados na sociedade balzaquiana. “O escritor vive obsedado pelo mundo de milhares de personagens que criou e cuja lembrança lhe ocorre constantemente a ponto de fazer-lhe supor que os leitores também guardam armazenada na memória toda aquela multidão de figuras com sua biografia acidentada” (RÓNAI, 1957, p.29).

Como o eixo principal da pesquisa bibliográfica consistia numa leitura dos romances de Balzac, mais especificamente dos títulos que compõem os ciclos de *A Comédia Humana*, optamos por contemplar o conjunto da obra, mobilizando aquelas passagens e personagens que melhor ilustrassem o pensamento do autor dentro das questões que nos propusemos a analisar. Como é sabido entre seus leitores, não há uma linearidade dos romances nem uma constância nos diversos arranjos feitos pelo romancista nos planos de *A Comédia Humana*. Além disso, ele mesmo admitiu essa diacronia romanesca da vida de seus personagens: “[...] vocês terão o meio de uma vida antes do seu começo, o começo após o seu fim, a história da morte antes daquela do nascimento” (BALZAC *apud* LABOURET, 2005, p.131). Sendo assim, optamos por tratar da obra como um todo conexo, sem fazer uma seleção prévia de certos títulos em detrimento de outros.

Para Victor Hugo, uma das maiores qualidades do romancista foi ter conferido unidade à sua obra fazendo dela um “livro único”. “A concepção de *A Comédia Humana* não era, pois, uma ideia fortuita, mas respondia a uma tendência inata do espírito do seu criador, que via os

fenômenos do mundo numa imensa unidade” (RÓNAI, 1957, 87). Também por isso seria difícil privilegiar, *a priori*, um conjunto de romances a despeito de outros.

Outra razão pela escolha da obra foi a técnica utilizada em *A Comédia Humana* que fez de Balzac seu principal inovador: a famosa circularidade de personagens, ou seja, eles reaparecem em vários romances conferindo autoridade à ideia de sistema que Balzac explicitou no prefácio de 1842. Na verdade, segundo Marie-Bénédicte Diethelm (*apud* LABOURET, 2005), essa técnica já aparecia nos romances de juventude de Balzac, mas é a partir de *O Pai Goriot* (1834) que passa a ser sistematicamente empregada em *A Comédia Humana*.

Segundo Labouret, alguns autores dedicaram suas pesquisas às estatísticas dessas aparições. O trabalho de Fernand Lotte, também autor do *Dicionário biográfico de personagens fictícios de A Comédia Humana*, sobre o retorno de personagens, elenca alguns desses campeões de retornos:

[...] o barão de Nucingen, que reaparece em 31 romances, seguido de perto por Bianchon (29 reaparições) e de Marsay (27). Rastignac, com 25 ocorrências, constitui o correspondente masculino da Senhora d’Espard (24 reaparições). Em seguida vêm os dândis, mais ou menos financeiros e literatos: du Tillet (23), Máximo de Trailles e Ronqueroles (21), Nathan (19). Diane de Maufrigneuse reaparece 20 vezes, Florina 18 e Delfina de Nucingen, bem atrás de seu esposo e de seu amante, 17 vezes (LABOURET, 2005, p. 135).

Cabe notar que a importância do personagem não está necessariamente ligada ao número de suas reaparições. Em alguns casos essa importância está muito mais atrelada ao efeito dramático dos eventos nos quais participa, ou, à intensidade das características físicas e morais da sua biografia, do que ao número de ocorrências. Por exemplo, os eventos relacionados a Goriot são tão ou mais marcantes quanto aos relacionados a Bianchon, no entanto, Goriot não aparece mais que em cinco romances. Por outro lado, podemos nos perguntar por que o barão de Nucingen é o campeão de reaparições nas tramas balzaquianas uma vez que a sua atuação se dá geralmente de maneira marginal e acessória. Veremos no decorrer deste trabalho que o seu protagonismo diz respeito à função que desempenha nas tramas romanescas e ao papel que Balzac lhe atribui como a personificação do dinheiro mediando muitas relações. Nucingen detém o poder sobre o destino de diferentes personagens cujos êxitos e catástrofes aparecem na superfície desses acontecimentos como fatalidades, mas logo são elucidados quando Balzac

revela os nexos das intrigas. Nucingen é uma espécie de *parcas*²⁴ tecendo o fio da vida de muitos deles graças à institucionalização do sistema bancário, do qual é na obra balzaquiana o principal representante, e sem o qual o capitalismo moderno não triunfaria.

Para situar o leitor neste trabalho, as citações de cada personagem serão referenciadas pelas iniciais do romance em que aparece, visto que o mesmo personagem pode aparecer em vários títulos. Essas iniciais encontram-se disponíveis para visualização na lista de siglas e abreviaturas nas páginas iniciais desta tese. Também será disponibilizada em anexo uma lista dos principais personagens citados, extraída do glossário de personagens de *A Comédia Humana* estabelecido por Pierre Dufief e Anne-Simone Dufief.

Conforme definido nos objetivos, nossa intenção é analisar como Balzac via a relação que os indivíduos estabeleciam com o dinheiro na emergente sociedade de mercado do século XIX e, para dar conta dessa questão, mobilizaremos o arranjo conceitual da sociologia clássica. Mais especificamente, na segunda parte da tese apresentaremos uma leitura de Balzac embasada nas categorias elaboradas por Karl Marx e Georg Simmel. A intenção não é diminuir a contribuição do romancista, enquadrando-o nas metanarrativas da sociologia clássica, mas, ao contrário, ressaltar o mérito da literatura, nesse caso, de Balzac, como precursor na observação e no esforço de compreensão dos fatos sociais.

²⁴ “As *Parcas da mitologia* eram três deusas infernais – Cloto, Láquesis e Atropos – que fiavam a trama da vida humana. A primeira delas segurava a roca, a segunda virava o fuso, a última cortava o fio”. N.T (CC, p.452).

PARTE I – O AUTOR E SUA ÉPOCA

Pensar como Balzac concebia o dinheiro em sua obra nos leva imediatamente a imaginar em que condições se tornou possível elevar um objeto vulgar, um simples mediador de trocas econômicas, em objeto estético de representação literária. O primeiro equívoco surge ao supormos que a emancipação e autonomização do dinheiro das suas formas primitivas - meio de pagamento e meio de troca - tenha resultado de um aperfeiçoamento endógeno desse instrumento. Não foi a partir do desenvolvimento técnico das suas funções monetárias que ele se tornou esse ente polêmico e até místico, mas a partir do desenvolvimento das relações sociais inter-humanas, da reprodução material da vida, para as quais se tornou imprescindível, que o dinheiro atingiu o status de um deus moderno. Embora ele roube a cena na maioria das intrigas de *A Comédia Humana*, o que se percebe quando se avança na leitura de Balzac é que o dinheiro, na sua forma moderna, quando se converte em fim, resulta da ampliação e complexidade das relações sociais na sociedade em formação, incidindo sobre elas na mesma intensidade. A apreciação subjetiva que comumente se tem do dinheiro é, portanto, fruto de uma série de transformações objetivas situadas num longo processo histórico que possibilitaram a sua emancipação e completa autonomia. Na obra de Balzac, por exemplo, Paris não se destacava da província simplesmente por ser a capital da França, mas por ser o local onde essas relações se expressavam de maneira mais complexa e mais intensa porque eram mediadas pelo dinheiro.

Ao abordarmos o dinheiro como objeto de representação literária, devemos ter em conta o universo das relações sociais mediadas por ele. Em nosso caso, esse universo é o de *A Comédia Humana*, que concentra basicamente as principais transformações históricas e sociais na França a partir da Revolução Francesa. Nesse sentido, a análise sobre o dinheiro em Balzac, ou mais precisamente, de como ele via a relação que os indivíduos estabeleciam com o dinheiro no século XIX, durante a ascensão da sociedade burguesa de mercado, merece uma reflexão sobre as condições da sua formação como romancista e o contexto em que se originaram suas principais concepções sobre essa sociedade. O período de sua formação artística (1819-1829) é quase coincidente com o período historicamente reconhecido como uma das etapas cruciais à formação dessa sociedade, a Restauração (1815-1830). A partir daí tentaremos esboçar o julgamento que Balzac faz dos valores emergentes, os valores do regime burguês, confrontando-os com os valores que a Restauração reclamava para si, os valores da aristocracia; esses últimos, ao que

tudo indica, serviram-lhe de referência para julgar os primeiros. Ao escrever a história das tradições francesas, Balzac acabou fazendo a crítica do que estava se configurando como novo no quadro das relações sociais, lamentando a dissolução dos costumes e das instituições que estruturavam a vida nas etapas precedentes.

Através de um traçado biográfico, abordaremos, na primeira parte da tese, a sua conformação como artista dentro desse quadro de ascensão da sociedade burguesa, assim como uma síntese das suas principais concepções sobre essa sociedade.

“O PÃO E AS FLORES”

Um Traçado Biográfico

Entre inúmeras empresas intentadas por Balzac, figuram os investimentos na indústria da comunicação. Para Dumay (1950), a literatura foi a mais exitosa entre elas. Frustrando os sonhos da família Balzac, que esperava ver em Honoré um grande advogado com a possibilidade de subir os degraus dessa profissão até um lugar no Tribunal, ele comunicou aos seus o desejo de tornar-se escritor. Com algumas condições previamente estabelecidas e redigidas num contrato entre pai e filho, como por exemplo, um prazo de dois anos para realizar essa fantasia, a família consentiu que ele se mudasse em 1819 para uma mansarda na Rue Lesdiguières, em Paris, onde teria o mínimo necessário para ensaiar uma carreira de escritor. Ele receberia então, até 1821, “cento e vinte francos por mês, ou seja, quatro francos por dia, para financiar a epopeia de um conquistador de imortalidade” (ZWEIG, 1996, p. 34).

Munido dessa pequena ajuda pecuniária e contando com a energia dos seus vinte anos de idade - diga-se de passagem, uma idade bastante prematura em que acariciamos as quimeras juvenis, penhoradas no presente em nome de um gozo futuro, afinal, “se o presente é frio, nu, mesquinho, o futuro é azul, rico e esplêndido” (IP, p.180) - ele empenhou-se em provar seu talento como romancista, disposto a enfrentar as vicissitudes de uma vida humilde, mas honesta, para fazer um nome que lhe rendesse glória, fama e, claro, dinheiro. Como o narrador de *Facino Cane*, “vivia frugalmente, tinha aceitado todas as condições da vida monástica, tão necessária para os trabalhadores” (FC, p.551).

O retiro na Rue Lesdiguières terminaria com alguns títulos menores, então assinados por Lorde R’hoone e Horace de Saint Aubin, pseudônimos sob os quais Balzac escondia a sua autoria. *Cromwell*, *Clotilde*, *Anette e o Criminoso*, *A Herdeira de Birague*, *João Luis ou a Enjeitada*, *O Vigário das Ardenas*, etc., inaugurariam a carreira de escritor, mas, infelizmente desacreditavam-lhe o futuro perante seus familiares e amigos mais próximos, devotados leitores desses títulos de complexão medíocre. O talento de Honoré foi logo desmentido pela leitura de *Cromwell*, um “drama histórico em versos” ao qual ele se dedicou inteiramente sem alcançar a consagração esperada.

É um erro comum aos iniciantes submeter os seus ensaios aos próximos, que, conhecendo-os bem demais só podem ter um julgamento falseado, seja porque admiram uma obra medíocre por afeição ao seu autor, seja, ao contrário, porque não conseguem imaginar que um talento real ou gênio possa ter surgido em casa (TAILLANDIER, 2005, p.39).

Ao apresentar essas linhas por intermédio de seu cunhado Surville a um renomado professor do Instituto de Paris, recebeu uma condenação tão sumária que, se dirigida a outros espíritos menos otimistas do que ele, isso representaria o fim da carreira de escritor: “Esse rapaz deve fazer seja lá o que for, menos literatura” (TAILLANDIER, 2005, p.39). Tal sentença assemelha-se ao conselho recebido por Pedro Grassou na novela balzaquiana de mesmo nome. Grassou, um pintor de Fougères que chegou em Paris disposto a fazer fortuna “cavando”²⁵, submeteu suas telas ao veredicto do experiente e talentoso pintor Schinner e este sem hesitar desaconselhou ao amigo seguir no mundo das artes: “Volta cedo para casa, enfia um gorro de algodão e deita-te às nove horas. E na manhã seguinte vai às dez horas a algum escritório pedir um emprego e abandona as artes” (Gra, p.609).

Ambos persistiriam no mundo das artes. O jovem Honoré reconhecia a mediocridade dos seus títulos, porém, desesperado em provar sua capacidade como escritor, em fugir da existência miserável que levava em sua mansarda, em escapar da vida mecânica de uma função burocrática qualquer e, acima de tudo, obstinado por glória e dinheiro, ele seguia com suas tentativas. Escrevia, e muito. Lia, estudava, escrevia, passava horas debruçado sobre tragédias que não lhe acrescentavam nada, nenhum *sou*²⁶. Na verdade ele ganhava, mas não o suficiente para sair da condição de aprendiz de escritor. Por *Clotilde de Lusignan*, de autoria de Lorde R’Hoone, ele recebeu 2000 francos, sendo 800 a vista e o restante na entrega do romance, que não suscitou o menor interesse do público leitor (BARBÉRIS, 1971).

Segundo Rónai (1989), não há nesses títulos (aproximadamente trinta volumes) relação alguma com a sua principal obra, *A Comédia Humana*. Nesses registros juvenis não havia nenhum traço da sua maturidade. Para Zweig, “em um ponto apenas esses romances deixavam perceber que o artesão de um amontoado de histórias deploráveis é o futuro Balzac: a incompreensível, a indescritível rapidez da produção” (1996, p.61).

²⁵ Na gíria dos ateliês cavando quer dizer pintando. N.T.

²⁶ Menor unidade monetária francesa. Na época de Balzac correspondia à 20ª parte de um franco.

O desapontamento causado por esse primeiro revés no mundo das letras afastá-lo-ia temporariamente das suas fantasias literárias. Mas, a frustração de *Cromwell*, no qual ele via o “breviário dos reis e dos povos”, não seria suficiente para abalar a determinação de Honoré em seguir na carreira de poeta. Apenas, concordando que talvez seu forte não fosse a rima, ele resolveu se especializar na produção de romances. Tem ainda um ano de prazo até o fim do contrato familiar e, nesse ínterim, quando estava prestes a voltar para casa da família em Villeparisis e encarar seu destino burguês, conheceu Auguste Le Poitevin de L’Egreville²⁷ cuja amizade significaria a independência financeira de Honoré junto à família. Esse jovem tinha um romance começado e propôs a Honoré a parceria para concluí-lo, assegurando-lhe a publicação e a partilha dos lucros. Além desse, eles deveriam escrever outros títulos bem comerciais, de modo que o conteúdo fosse qualquer coisa que atraísse a curiosidade popular, que estivesse na moda e vendesse facilmente. Formaram então a sociedade A. de Viellerglé e Lord R’Hoone, respectivamente os anagramas de Egreville e Honoré²⁸. A sociedade produzia romances como uma fábrica produzia utilidades, aceitava qualquer assunto ou prazo e Honoré sufocou temporariamente seu orgulho e seu gênio, impelido por uma necessidade muito mais imperiosa naquele momento, ganhar dinheiro. “É por amor a sua liberdade que ele torna-se ‘negro’, escriba secreto a serviço dos outros [...] durante anos seu gênio e seu nome permanecerão invisíveis nos porões de um trabalho clandestino” (ZWEIG, 1996, p.58). Segundo Zweig (1996), mesmo depois de desfeita a sociedade com Le Poitevin, Balzac continuou escrevendo sob o domínio dessa literatura apócrifa que lhe permitira nos primeiros anos uma relativa independência financeira e a garantia de afastar do seu caminho qualquer profissão burocrática. Entretanto, a autoria desses títulos nunca foi admitida por ele. Envergonhado de se utilizar de um expediente tão vulgar, esforçou-se até o fim em negar a sua venalidade²⁹.

Em dez anos, desde o dia em que mudara para a Rue Lesdiguières, sua carreira não decolou como planejara. Foram anos de aprendizado e, mesmo quando se tornou conhecido na França e no exterior, ainda possuía dívidas com esse passado tenebroso. Algumas aventuras como compilador de obras clássicas (semelhante às funções do republicano Miguel Chrestien em

²⁷ Segundo Zweig (1996), não são conhecidas as circunstâncias que apresentaram de L’Egreville a Balzac. Sabe-se apenas que este novo sócio era filho de um ator e que possuía, além de um nome nobre, uma vida confortável.

²⁸ Ver nos anexos o frontispício de *A Herdeira do Birague*, publicada em nome de A. de Viellerglé e Lord R’Hoone.

²⁹ No prefácio de 1842 Balzac escreveu a esse respeito: “A propósito, devo advertir que só reconheço como obras minhas as que trazem meu nome. Além da Comédia Humana, não existem de meu nome senão os Cent Contes Drolatiques, duas peças de teatro e artigos avulsos, que, aliás, são assinados” (Pre, p. 678).

Ilusões Perdidas), entre elas as de La Fontaine e Molière, as quais ele se encarregava de apresentar com um belo prefácio, também naufragariam. “O sucesso resistente aos seus esforços de romancista fará dele sucessivamente, de 1826 a 1828, editor, impressor e fundidor de caracteres [...]” (BOUTERON, 1950, p.94).

Acreditando-se vítima dos livreiros de Paris que detinham o controle do mercado literário, resolveu ele mesmo editar seus romances escapando assim do monopólio dessa indústria. O insucesso, no entanto, legaria uma dívida considerável levando-o a ampliar seu negócio, introduzindo-se no ramo imediatamente anterior da cadeia produtiva, a tipografia. “Os impressores trabalhavam mal e cobravam caro. Se a editora possuísse uma tipografia própria, o trabalho seria melhor e mais barato, podendo-se vender livros a preços bem mais acessíveis” (RÓNAI, 1989, p.30), em condições de concorrer com os demais editores. Comprou então uma tipografia com auxílio pecuniário do Sr. D’Assonvillez³⁰, para imprimir suas obras e também prosseguir com a ideia dos clássicos em volume único. Mas um novo insucesso daí resultaria.

Sem desanimar, concluiu que o custo da impressão era alto porque os tipos eram caros, era preciso então dominar inclusive essa esfera. Recuando ainda mais na cadeia produtiva, Balzac adquiriu uma fundição de caracteres para, dessa vez, resistir às pressões que essa indústria exercia sobre o seu talento. Convencido de que o sucesso material dos quais seus textos eram merecedores somente se realizaria se ele controlasse toda engrenagem desde a sua origem, Balzac transitou nessas três indústrias sem tirar o proveito que esperava. “Em 1828 tendo naufragado totalmente como ‘industrial’ e como ‘especulador’, Balzac não terá mais que um recurso para ganhar a vida: retomar à pluma” (BARBÉRIS, 1971, p.62).

Importante lembrar que todas essas empresas comerciais intentadas por Balzac tiveram direta e indiretamente o apoio da Sra. Laure Berny, a *Dilecta*, como ele a tratava. Os inúmeros estudos sobre a vida e a obra do romancista apresentam Laure como o modelo vivo da Sra. Mortsauf, protagonista em *O Lírio do Vale* e, do que se conhece pelas suas biografias, eles foram amantes até 1836, ano da morte de Laure. “Todos os biógrafos insistem na influência importante exercida pela *Dilecta* [...] sobre o rumo não apenas da vida, mas da obra deste. Animando-o desde o começo de sua carreira, [...] lia-lhe as obras, estimulava-o com elogios, forçava-o com censuras a se emendar” (RÓNAI, 1989, p.27). Em correspondências com Eveline Hanska, com

³⁰ O Sr. D’Assonvillez, amigo da família Balzac, já havia investido capital na editora. Com a expectativa de reaver as perdas sofridas, resolveu embarcar novamente na ideia de Balzac, emprestando dinheiro para o novo negócio. Para mais detalhes, consultar RÓNAI, 1989.

Zulma Carraud, com a irmã, Laure, Balzac coloca a senhora de Berny como a razão dos seus esforços, a afeição profunda que consolava suas mágoas. Em 1836, ao retornar de uma viagem à Itália, teve a triste notícia da morte de sua dileta cuja extensão do afeto pode ser comprovada na confissão de uma carta à amiga secreta, Louise:

A pessoa que perdi era mais do que uma mãe, mais do que uma amiga, mais do que tudo que alguém pode ser para o outro. [...] Ela me sustentou com palavra, com ação e com devotamento durante as grandes tempestades. Se eu vivo, é por ela, ela era tudo para mim; mesmo se há dois anos a doença, o tempo, nos tenham separado, somos visíveis um ao outro à distância; ela agia sobre mim, era um sol moral (BALZAC, 1999, p.801).

De fato, os estímulos da sua dileta seriam necessários para suportar o peso das disputas no campo literário parisiense. Como em tantos ramos comerciais e industriais, a literatura também estava à mercê das forças invisíveis do mercado.

Essa breve apresentação do Balzac empreendedor ajuda-nos a compreender o enredo de alguns romances, como por exemplo, o de *Ilusões Perdidas*. Este é o seu romance mais extenso e talvez o mais realista no que se refere à literatura e à crítica literária da época. Em *Ilusões Perdidas* Balzac retratou o poder do editor ao narrar as decepções do jovem poeta de Angoulême, Luciano de Rubempré, diante do livreiro Dauriat. Este livreiro estabelecido nas antigas Galerias de Madeira do Palais-Royal armava-se da reputação que um proprietário de uma “livraria de novidades” poderia usufruir, numa época de tantas invenções, para escolher os manuscritos mais lucrativos e recusar os que não atendessem a um mínimo esperado em termos de lucro.

Naquela ocasião era do maior interesse de Luciano fazer editar seu manuscrito por esse audacioso “desbravador” do ramo das livrarias. Certo do valor histórico e literário do seu romance, o *Archeiro de Carlos IX*, o jovem poeta de Angoulême, no primeiro contato com os editores, deparou-se com a dura realidade da economia parisiense. Não era o conteúdo do seu épico que estava em jogo, mas o seu potencial como escritor profícuo, ou seja, não bastava simplesmente fechar um contrato para editar o seu *Archeiro*, mas saber quantos romances ele seria capaz de escrever por ano e quanto isso renderia a Dauriat. Pouco importava o conteúdo dessas obras, ele tinha que se tornar uma máquina de escrever e agradar a um público ávido por emoções numa época em que o gosto estético que as obras literárias do passado tinham a capacidade de despertar já começava a se perder.

Conforme salientaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, algumas atividades nobres e honrosas, entre elas a de poeta, foram reduzidas pela sociedade burguesa a trabalho assalariado. Luciano, que pensava viver dignamente em Paris com os honorários da sua pena, viu-se forçado a aceitar as novas condições de produção como um trabalhador qualquer que deve “produzir” mercadorias, de acordo com o ritmo e intensidade industriais.

Para Barbéris (1971), a literatura “alimentar”, ou mais comumente, mercadológica, contribuiu para um novo “mercado de leitura” com o surgimento de um público diferenciado. No romance-folhetim, como veremos a seguir, a situação se repetia de forma análoga. “Em 1845, Dumas fechou contrato com *Le Constitutionnel* e com *La Presse*, pelo qual lhe foram prometidos durante cinco anos honorários mínimos de 63 mil francos por uma produção mínima anual de 18 volumes” (LAVISSE *apud* BENJAMIN, 2000, p.25). É na agressividade desse mercado literário que Balzac lança o personagem Luciano fazendo-o receber os primeiros esclarecimentos sobre a lógica de seu funcionamento pelas palavras do livreiro Dauriat. Acutilando uma a uma as ilusões do provinciano, o livreiro explicava-lhe o intuito do seu negócio: “Não me divirto a publicar um livro, a arriscar dois mil francos para ganhar dois mil. Especulo com a literatura [...]. O meu poder e os artigos que obtenho visam um negócio de cem mil escudos e não um volume de dois mil francos” (IP, p.252).

Dumay lembra, num artigo sobre a “morte da literatura”, que o critério empregado pelo editor, nos casos de selecionar os talentos literários, é o critério do lucro comercial. Ele só conhece dois tipos de escritores: “Aqueles que têm sucesso (ou seja, para ele, os que vendem) e aqueles que não o têm (ou seja, os que não vendem)” (DUMAY, 1950, p.44, comentários do autor). Igualmente, para publicar seu manuscrito junto à Dauriat, Luciano deveria, por recomendação do próprio editor, primeiro tornar-se famoso e só depois procurá-lo.

Quando a literatura entrou no dinamismo industrial, ela também se tornou industrial. Conforme lamentou Sainte-Beuve num artigo de 1839 sobre a “literatura industrial”, a corrupção de alguns escritores poderia se justificar pelos prêmios que essa indústria oferecia. Muitos famosos assinavam títulos de obras que estreariam sob uma forte publicidade em torno dessa autoria. Mas o que Benjamin (2000) observa é que nem sempre a assinatura correspondia ao autor de fato. Havia um comércio de obras literárias onde autores desconhecidos vendiam seus

manuscritos a empresas que se encarregavam de publicá-los sob uma renomada autoria, mediante pagamento de honorários excelentes para o cedente do nome³¹.

Ao deixar a livraria de Dauriat, Luciano partiu para a concorrência, Fendant. Este, interessado em ajudar o poeta, cujo talento reconhecera logo após a leitura do manuscrito, desaconselhou-lhe o título da obra por acreditar que frustraria as expectativas do público leitor: “Não gostamos de *O Archeiro de Carlos IX*, não provoca bastante a curiosidade dos leitores. Houve muitos reis com o nome de Carlos, e na Idade Média havia tantos archeiros!” (IP, p.375). Esse conselho significava que os livreiros eram por essa época embriões de capitalistas e que a literatura deveria ajustar-se às leis do mercado, ser explorada como um negócio, ou seja, deveria ser lucrativa atendendo às expectativas dos leitores, ampliando a demanda do ramo literário.

As entrevistas que Luciano teve com os diversos livreiros de Paris, Dauriat, Doguerau e Fendant, fizeram-no constatar essa dura verdade: a literatura era um negócio como outro qualquer, com as mesmas regras e jargões que animam os demais empreendimentos comerciais e industriais. Segundo Fischer (1977), ela expressava um jogo de forças entre a oferta e a demanda, nesse caso, entre o escritor e o editor. Luciano estava do lado mais fraco, pois, assim como o dele, muitos manuscritos chegavam diariamente às editoras sem a chance de serem publicados. Essa era a inevitável constatação a que chegavam todos aqueles que acreditavam ser apenas o mérito a condição necessária para uma carreira bem sucedida.

O que pode ser deduzido da experiência de Luciano é que, na complexidade da sociedade burguesa em formação, nem sempre o talento cruza com a sorte, ou como Balzac costumava referir-se, com o acaso. As oportunidades de êxito não dependem exclusivamente do indivíduo, apesar do discurso de liberdade e igualdade para todos que fundamentou a mobilidade social na sociedade democrática depois de 1789, mas de uma rede de relações e interesses nem sempre coincidentes. Como ironicamente lembrou o espião de polícia Contenson, “o acaso tanto é contra como a favor” (EMC, p.117).

Como o seu poeta de Angoulême, Balzac, mesmo depois de se tornar um autor consagrado, teve de enfrentar os desafios da vida literária produzindo num ritmo extraordinário concentrado num período de aproximadamente duas décadas. A maioria dos títulos de A

³¹ “Amplas informações sobre o assunto são dadas por um panfleto, *Fábrica de Romances*, Casa Alexandre Dumas e Cia. A Revista dos Dois Mundos escreveu na época: ‘quem conhece os títulos de todos os livros assinados pelo Sr. Dumas? Será que ele mesmo os conhece?’[...] Corria o boato de que Dumas empregava em seus porões toda uma companhia de literatos pobres” (BENJAMIN, 2000, p.26).

Comédia Humana, assim como uma série de artigos para revistas e jornais, foi escrita entre 1827 e 1848.

Dumay pleiteia a tese de que, sem as pressões diárias que Balzac enfrentava para livrar-se das dívidas, ele não teria escrito *A Comédia Humana*. Foi a necessidade de dinheiro que inspirou a maior parte dos romances de Balzac e talvez por isso mesmo seja um dos temas mais recorrentes nas suas intrigas. Nesse ponto estamos de acordo, pois, se não fossem as pressões de seus credores, ele não passaria até quinze horas diárias escrevendo suas histórias e seus artigos. Por outro lado, Dumay lembra que uma literatura desinteressada não pode produzir obras-primas quando o escritor tem a mente ocupada com questões prementes da vida ordinária, como a falta de dinheiro. Uma base material sólida que assegure as condições objetivas está em relação direta com o processo da escritura e os resultados, em termos de valor estético, correspondem à magnitude dessa base. De fato, foi justamente durante os anos de aprendizado, quando a falta de dinheiro se mostrou mais ameaçadora, que Balzac pactuou com uma literatura meramente comercial e comprometida, embora nunca tenha admitido a autoria desses romances de juventude. Mas, se é verdadeira a afirmação de Dumay, como explicar então Balzac no auge da sua fama, o Balzac da maturidade que não tem nenhum traço do aprendiz Honoré? Como explicar o talento de um autor crivado de dívidas que chegou a passar um tempo escondido na sua própria casa, evitando os meirinhos e o encarceramento em Santa Pelágia³² e mesmo assim escrevia sucessivamente sem descanso, um após o outro os títulos que formariam *A Comédia Humana*, sem comprometer o seu valor estético? Dumay contradiz sua afirmação inicial de que Balzac não a teria escrito sem as inquietações de ordem financeira e não podemos concordar com essa tese simplesmente porque, apesar de todos os problemas que enfrentava com seus credores, ele criou uma verdadeira obra-prima. Embora fosse atormentado por dívidas, contraídas ainda no início da carreira, ele costumava se vangloriar de já haver quitado mais da metade delas e tudo isso graças às obras que produzia. Dos trezentos mil francos que importava o volume da sua dívida, ele já havia pago, pelo menos, uns duzentos mil. Trabalhava sim para pagar dívidas, mas o resultado desse esforço sobre-humano não deve ser considerado como o fruto de uma inspiração tendenciosa.

³² Famosa prisão de Paris para onde eram encaminhados os inadimplentes. Balzac faz referência a este lugar em várias passagens de *A Comédia Humana*.

Contrariamente à concepção de Dumay sobre as condições materiais do processo criador, na opinião de Balzac, o gênio e o conforto material não são suficientes para fazer o artista. O talento sem o trabalho e uma disciplina rigorosa, como por exemplo, a do cenáculo de d'Arthez em *Ilusões Perdidas*, morre estéril e no anonimato em meio a tantos prodígios desiludidos, abortados antes mesmo de desabrocharem, vítimas das leis sociais numa sociedade de mercadorias. Para d'Arthez, poeta através do qual Balzac exprimiu algumas das suas concepções, o talento era também efeito da vontade, do esforço contínuo rumo ao aperfeiçoamento, assim como a resistência do artista diante dos obstáculos, sobretudo em sua fase prematura. “O talento é uma entidade moral que tem, como todos os seres, uma infância sujeita a várias doenças [...]. Quem se quer elevar acima dos homens deve preparar-se para a luta, não recuar, diante de dificuldade alguma” (IP, p.197).

Era preciso, como seu personagem d'Arthez, resistir às tentações de dinheiro fácil, mantendo-se firme numa conduta sistemática e rigorosa sob pena de ver corrompidas as suas convicções. “Daniel d'Arthez queimava bolas de turfa e suportava heroicamente a miséria: não se queixava nunca, era metódico como uma solteirona e, de tão metucioso, assemelhava-se a um avaro” (IP, p.207). Tornou-se “um dos mais ilustres escritores da época”, cujo talento provinha da firmeza do seu caráter. Era preciso resistir, mesmo que a miséria fosse a principal escusa para transigir³³.

Em outras passagens, Balzac revela as leis da criação artística e reforça a ideia de que o verdadeiro artista não se curva aos caprichos que vêm do público:

O trabalho constante é a lei da arte, como é a lei da vida; porque a arte é a criação idealizada. Como os grandes artistas, os verdadeiros poetas não esperam nem as encomendas nem os fregueses; eles produzem hoje, amanhã e sempre. Disso resulta o hábito do trabalho, o permanente conhecimento das dificuldades que os mantêm em concubinação com as musas, com as suas forças criadoras (PB, p.209).

³³Em *A Pele de Onagro*, a maior indignação de Rafael de Valentin foi ouvir seu amigo Rastignac aconselhando-lhe a venda de todo material que ele tinha pesquisado sobre um antigo caso da Corte de Luís XVI como se fossem memórias de uma parente sua. Rastignac sugeria-lhe atribuir a fonte dessa pesquisa a uma tia de Rafael, a marquesa de Montbaouron, para que, a cem escudos o volume, fossem “enxovalhadas” pela pluma de um crítico inescrupuloso. No início Rafael hesitou, mas acabou aceitando a proposta diante dos argumentos de Rastignac: “Vamos, podes muito bem escrever memórias históricas, mesmo que fossem uma obra de arte, pois Diderot fez seis sermões por cem escudos” (PO, p.126).

Aqui estamos nos referindo ao modo como Balzac via o artista puro, aquele que não corrompe a sua escritura em função de condicionantes externos, como por exemplo, as pressões do mercado literário, o gosto do público ou tendências políticas. Como acabamos de ver, ele mesmo passou alguns anos do início da sua carreira como um profissional da literatura, vivendo dos lucros sedutores de uma forma prostituída de escrever. O conflito entre a forma idealizada e as deturpações que a realidade impõe está presente em quase todos os heróis da sua narrativa cuja recorrência expressa as contradições de uma época histórica vivenciada também por ele. O conflito entre o velho, simbolizado nos valores do Antigo Regime e o novo, simbolizado nos valores da sociedade burguesa de mercado, representa o núcleo da contradição histórica em *A Comédia Humana*. O mais profundo dilema moral a que submete seus personagens é sempre a escolha entre o caminho mais curto, porém equívoco e o caminho árduo e lento, porém sem manchas na consciência.

O artista, nesse caso o escritor, idealizado por Balzac está muito longe do produto híbrido que resultou da fusão entre o romancista e o jornalista, ora guiado por suas musas, ora motivado pelas ofertas atraentes da escrita jornalística. Numa breve analogia ao mundo antigo, Balzac fez a distinção dessas duas frentes literárias num artigo intitulado *A Moda em Literatura* publicado na revista *La Mode* em 1830, mostrando a posição de combate que existe entre ambas: “Paris tem seu Coliseu como a antiga Roma; mas seus gladiadores são os escritores; suas hienas, seus tigres, são os jornalistas” (BALZAC, 1993, p.136). Na *Monografia da Imprensa Parisiense*, escrita em meados de 1840, ele prossegue com uma crítica incisiva sobre a atuação muitas vezes imoral dos jornalistas, pondo às claras o universo em que se movem esses deuses da opinião pública: “A Imprensa, como a mulher, é admirável e sublime quando conta uma mentira. Não o deixa em paz até tê-lo forçado a acreditar nela, e emprega as maiores qualidades nessa luta em que o público, tão tolo quanto um marido, sucumbe sempre” (BALZAC, 2004a, p.165)

Ainda em *Ilusões Perdidas*, Luciano, seduzido pelos argumentos do jornalista Estevão Lousteau, abandona as reuniões do cenáculo de D’Arthez que vinha frequentando regularmente e envereda pelo caminho mais curto, o do jornalismo e da crítica literária, alinhando-se aos mais cínicos homens das letras de Paris. Se ele fosse capaz de escrever artigos para dois ou três jornais de diferentes identidades ideológicas, atacando a reputação das obras antes mesmo de estream, ele teria nas mãos os livreiros que diminuiriam seu manuscrito com propostas aviltantes. Era uma espécie de desforra que Lousteau o aconselhava, despertando no jovem ambicioso o amor-

próprio que os livreiros melindraram. Assim, o tom melífluo com que Lousteau o enredou, a ambição que o trouxera a Paris e mais a humilhação das propostas dos livreiros, tudo isso foi como o canto da sereia³⁴ para Luciano:

Mostre talento [dizia-lhe Lousteau] e pespegue em dois ou três jornais diferentes três artigos que ameacem matar qualquer das especulações de Dauriat ou um livro com o qual ele conta [...] os livreiros que neste momento mais ou menos polidamente o põem todos à porta, hão de fazer fila na tua casa, e o manuscrito, que o pai Doguereau avaliou em quatrocentos francos, terá o lance coberto por quatro mil! São esses os benefícios da profissão de jornalista (IP, p.267).

Essa iniciação como jornalista era um expediente corriqueiro para avançar as etapas necessárias ao mundo literário. “Como jornalista não só se lançava como uma ponte para o mundo da política e o mundo da verdadeira literatura como também, com frequência, granjeava-se considerável influência, renda e reputação através do próprio jornalismo” (HAUSER, 1995, p.739). Luciano vendeu o seu talento vendendo-se a si mesmo. Ora liberal, ora monarquista, ele oscilava entre as duas tendências políticas, barganhando os benefícios de ambas. Além do valor pecuniário de cada artigo, o jornalista costumava beneficiar-se dos frutos da sua crítica literária. “Jantares, lisonjas, presentes, de tudo se lançava mão junto aos jornalistas” (IP, p.330). Dos artistas ganhava as entradas das apresentações que ele depois vendia, dos homens de negócios os banquetes e as orgias que satisfaziam os apetites mais vulgares. Esses jovens navegavam conforme a onda política, sem filiação partidária ou convicção moral. Epigramáticos, eles faziam subir ou descer o objeto de suas críticas, controlando as rédeas da opinião pública.

Assim como Luciano, Balzac deve ter hesitado no começo da sua carreira quando sentiu a mão pesada de uma miséria tirânica. Em *Facino Cane*, pequeno conto em primeira pessoa do qual se infere que seja um relato pessoal, ele descreve a pressão que as contrações nervosas exerciam sobre o seu cérebro depois um dia inteiro de estudos e aperfeiçoamentos necessários às suas primeiras obras. Provavelmente nesses momentos ele sonhou com uma solução mágica como aquela que o vendedor de antiguidades ofereceu a Rafael de Valentin em *A Pele de Onagro* ou com o próprio tesouro escondido na Itália de *Facino Cane*. Enquanto a fantasia não se realizava, ele exercitava o seu realismo com um passeio pelas ruas pobres de Paris. Saía da sua

³⁴ Alusão à Rapsódia XII da *Odisséia* de Homero, na qual Ulisses, a conselho de Circe, deve manter-se afastado do canto sedutor e irresistível das sereias de Caribdes se não quiser permanecer eternamente “cativo” a elas (HOMERO, 2003).

humilde mansarda e juntava-se à aglomeração urbana. Em meio a essa massa humana, ele extraía parte da matéria-prima de sua futura Comédia³⁵. Acreditava-se dotado de um poder sobrenatural capaz de encarnar os sentimentos alheios, da faculdade de sentir as angústias e as misérias dos outros como se fossem as suas: “Ao ouvir essa gente, eu podia identificar-me com a vida deles, sentia seus farrapos no meu lombo, caminhava com os pés metidos nos seus sapatos furados; seus desejos, suas necessidades, tudo passava para a minha alma ou a minha alma passava para a deles” (FC, p.552).

Talvez essa encarnação fosse consequência de um esgotamento causado pelo esforço sobre-humano e pelo estoicismo que se impunha nas suas jornadas de aprendiz de escritor; talvez fosse o efeito da Vontade, teoria que desenvolve em Louis Lambert que, provinciano como ele, deixou Blois e veio a Paris para dedicar-se à conclusão de uma obra filosófica cujas bases estavam assentadas na teoria de Swedenborg sobre a hipnose e o magnetismo animal. O mais provável é que fossem os primeiros impulsos de uma alma jovem de poeta renunciando o Balzac da maturidade, pois, conforme percebeu Marx em outra ocasião, “[o] poeta goza o inigualável privilégio de poder ser, conforme queira, ele mesmo ou qualquer outro. Como almas errantes que buscam um corpo, penetra, quando lhe apraz, a personagem de qualquer um” (MARX *apud* BENJAMIN, 2000, p. 52). De qualquer maneira, esse prelúdio em Paris foi um lento processo de perda das ilusões que exigiu de Honoré a mesma perseverança com a qual ele dotou seu herói Daniel D’Arthez.

“Um prato cotidiano”: o folhetim

Mais tarde, seguindo as tendências literárias da época e assumindo o lugar de um escritor já famoso, Balzac divulgará seus romances em jornais como *La Presse*, *Le Siècle*, *Le Courrier Français*, *Journal des Débats*, *Le Parisien*, *Le Messenger*, etc. Trata-se da literatura de folhetim a qual tornou célebres e milionários Eugene Sue com o romance *Os mistérios de Paris* e Alexandre Dumas com *Os três mosqueteiros*. “Balzac se adapta rapidamente às novas condições da

³⁵ Outra parte da matéria-prima de *A Comédia Humana* e talvez a mais considerável, Balzac colheu nos salões aristocráticos que frequentava. Suas relações com a nobreza transcendiam as fronteiras da França, estendendo-se a outros países, como a Itália, a Polônia, conforme se pode constatar em algumas dedicatórias de seus romances, evidenciando a amizade e admiração que tributava aos nobres europeus.

produção literária; ele estará entre os primeiros a apresentar seus romances em folhetim publicando *A Solteirona* no *La Presse*, em 1836” (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p. xvii).

Essa literatura em fascículos contribuiu para estabelecer padrões de remuneração aos romancistas cujos honorários eram geralmente estipulados em função do sucesso que os seus capítulos, exibidos semanalmente, proporcionavam aos jornais. “A obra literária converte-se agora em mercadoria [...] seus preços ajustam-se à demanda e nada tem a ver com o valor artístico do que produzem” (HAUSER, 1995, p.741).

Foi a partir de uma inovação de Émile de Girardin que, decidido a competir com jornais de maior tiragem, baixa o preço da assinatura, contando para essa redução partilhar os custos de produção com os anúncios publicitários. Além dos anúncios publicitários, o folhetim passou a ser também um dos instrumentos de redução do valor das assinaturas e a interessar um público bem heterogêneo que contemplava desde burgueses até aristocratas. “O romance em folhetins significa uma democratização sem precedentes da literatura e uma quase completa redução do público leitor a um só nível” (HAUSER, 1995, p.743). Na verdade, como lembra Benjamin, o público tornara-se individual e o texto não está mais voltado para um grupo específico como nos gêneros literários anteriores.

Para entender melhor como funcionavam reciprocamente, anúncio e folhetim, na redução do preço da assinatura, tomamos a mesma citação que Benjamin extraiu de *Nettement* para explicar esse circuito:

Devido ao novo arranjo – a redução da taxa da assinatura – o jornal tem de viver de anúncios [...]; para obter muitos anúncios, a página quatro, que se voltara para a publicidade, precisava ser vista pelo maior número possível de assinantes. Foi necessária uma isca que se dirigisse a todos sem considerar opiniões pessoais e que tivesse o seu valor no fato de por a curiosidade no lugar da política... Uma vez dado o ponto de partida, isto é, o preço da assinatura a 40 francos, chegou-se quase forçosamente ao romance-folhetim por via do anúncio (NETTENENT *apud* BENJAMIN, 2000, p.25).

Embora agradasse a todas as camadas sociais, o folhetim caracterizava-se por um estilo bem popular, como os melodramas que eram representados nos *vaudevilles*, tipo de comédia leve com conteúdo prosaico e forma picaresca de grande sucesso; o folhetim “obedece aos mesmos critérios estéticos do teatro popular da época” (HAUSER, 1995, p. 742). Segundo Hauser (1995), essa literatura tem algumas técnicas de recepção que estimulam a curiosidade do leitor e, em

contrapartida, reverterem lucros satisfatórios aos proprietários dos jornais e aos romancistas. Geralmente esses episódios narravam aventuras domésticas, adultérios e crimes envolvendo os leitores em tramas misteriosas, eternamente adiadas. “A interrupção da história no final de cada número do jornal, o problema de criar um clímax diário e deixar o leitor curioso pelo “próximo número”, induz o autor a adquirir uma espécie de técnica teatral e a aproveitar do teatrólogo o método descontínuo de apresentação em cenas separadas” (HAUSER, 1995, p.742).

Balzac lançou a *Solteirona* na forma de folhetim no *La Presse* e, de fato, como se pode verificar a respeito dos personagens nessa novela, eles realmente são apresentados como caricaturas com certos exageros como, por exemplo, a Srta. Cormon e o Cavaleiro de Valois com as suas panturrilhas postiças que volta e meia ele as vestia ao contrário, tornando ainda mais débil o aspecto desses representantes vivos da antiga nobreza.

Mas não podemos dizer que a literatura de Balzac foi corrompida pelo folhetim, que ele adequou suas obras a esse novo formato de “narrativa em pedaços”. Pelo contrário, a maioria dos seus romances publicados em folhetim já tinha sido editada em livro, o que representou uma dificuldade a mais para Balzac e outros escritores já consagrados, quando tiveram que adaptar a forma dos seus romances aos parâmetros do folhetim, ou seja, realizar os cortes e cisões necessárias à apresentação periódica. “Na verdade, Balzac possuía inúmeros problemas para adequar sua escrita a tal engrenagem. Sua técnica de montar um texto era anacrônica (do ponto de vista da imprensa, é claro) pois ele escrevia um capítulo inteiro para somente depois cortá-lo para publicação” (ORTIZ, 2001, p.97). Além disso, não se sentia à vontade com esse gênero literário. Muito antes da febre do folhetim ele já acusava a um público esfomeado por dramas e sensações diárias que eles, os escritores, tinham que infinitamente saciar:

Um forçado conhece o seu trabalho, um autor jamais está a par do que o capricho de Paris vai lhe demandar. É preciso hoje em dia, a esse público exigente, fogos de artifício em literatura [...] a cada semana a imprensa fornece-lhe cinquenta volumes inéditos; o teatro lhe dá três peças novas. Cada manhã os jornais lhe servem um homem ridiculamente transpassado por uma boa palavra; príncipes ou sábios, reis ou professores, que importa! O essencial é que se tenha um prato cotidiano (BALZAC, 1993, p.135).

Uma das explicações para a sua relação com essa literatura é provavelmente financeira. Como vimos na seção precedente, Balzac tinha necessidades prementes quando o assunto era dinheiro, mas isso não foi uma exclusividade da época do folhetim. Desde o início até o fim da

sua vida de escritor ele foi atormentado por esse fantasma. Poderíamos supor que o folhetim foi só mais uma das suas tentativas fracassadas, pois, como se sabe, Balzac passou longe dos lucros auferidos pelos escritores Alexandre Dumas e Eugene Sue e, como esses lucros estavam diretamente relacionados com o sucesso das novelas junto ao público, essa relação mercantil por si só já explica muita coisa.

O romance-folhetim está muito mais próximo de um produto mercadológico do que um desdobramento artístico da literatura. Sai do meio erudito, mas obedece a regras externas aos padrões estéticos. Pode-se dizer que passa por uma submissão do artista ao gosto que vem do público, seu novo mecenas. Caracteriza-se por uma literatura instrumentalizada visando lucro aos proprietários dos jornais e seus autores, assim como a saciedade “espiritual” dos leitores. Mas, se por um lado, o folhetim configura-se como um tipo de literatura popular e comercial sem muita preocupação com os padrões estéticos, o que o torna alvo da crítica erudita como a de Sainte-Beuve, por exemplo; por outro lado, esse processo de democratização da literatura através do folhetim contribuiu para aumentar significativamente a população de leitores e de certa forma veicular suas visões de mundo. Com a redução que a publicidade proporcionou no preço das assinaturas, “[o] número de assinantes cresce e atinge os 200.000 em 1846, comparados aos 70.000 de dez anos antes” (HAUSER, 1995, p.740).

Além da redução no preço da assinatura, outro fator que contribuiu para a febre do folhetim foi o avanço no processo de instrução popular idealizado pela Revolução de 1789. Entre as metas esboçadas pelos revolucionários e levadas a cabo por Napoleão estavam a instrução pública e a reforma escolar com a instituição de liceus em quase todas as províncias francesas. Assim previa o artigo 22 da segunda Declaração dos Direitos do Homem: “A instrução é uma necessidade de todos e a sociedade deve favorecer com todo seu poder o progresso da razão pública, colocando a instrução ao alcance de todos os cidadãos” (PERNOUD, 1981, p.307). Com a democratização do ensino, as camadas que até então eram desprovidas de instrução e, portanto, não sabiam ler nem escrever, passaram a constituir um importante mercado consumidor para a imprensa. Ainda assim podemos inferir que o sucesso de vendas da literatura de folhetim se devia mais ao rebaixamento do preço das assinaturas do que provavelmente a instrução pública, uma

vez que os *vaudevilles* com a sua linguagem leve e forma cômica, continuaram a atrair a maior parte da população para as cadeiras do *Variétés*³⁶.

Para os socialistas, esse processo de democratização lançava as bases para uma reflexão das condições históricas engendradas pela Revolução, ao mesmo tempo em que recrutava algumas celebridades do mundo artístico para a militância literária. Segundo Hauser, a literatura de folhetim convertendo-se num instrumento de denúncia das mazelas do povo pôs os problemas sociais na ordem do dia. “Hugo, Lamartine, George Sand – professam um ativismo artístico e colocam-se à disposição da arte ‘popular’ reclamada pelos socialistas” (HAUSER, 1995, p.744). Essa militância resistirá até o ponto em que houver a possibilidade de concretizar todos aqueles princípios revolucionários que proclamaram a soberania do povo francês. Todavia, o descomprometimento da Monarquia de Julho com esses princípios e a paulatina consolidação do regime burguês, levou a maioria desses artistas a abandonar o ativismo literário, retornando “à sua anterior concepção de arte [...]. No final, nem um só escritor importante permanece fiel ao ideal socialista e, de momento, a causa da ‘arte popular’ parece estar perdida” (HAUSER, 1995, p.745).

Quanto a Balzac, seria inútil dizer que se viu comprometido com os anseios populares, embora muitos críticos, sobretudo de tendência marxista, sublinhem na sua obra traços de simpatia para com uma sociedade democrática. Para Löwy e Sayre (1993), a provável afinidade com essas demandas, a boa disposição em relação às solicitações do povo não era mais do que a filantropia que caracterizava seu “paternalismo monárquico”, cujo sentido passava longe da verdadeira democracia.

No começo de sua carreira, ele parece simpatizar com a causa popular, mas logo que se vê entre os círculos aristocráticos, rodeado de pessoas ilustres, assume cada vez mais o seu legitimismo em defesa da monarquia. Seu comprometimento será até o fim da vida com a causa monárquica e com a crítica da sociedade burguesa na qual enxergava um perigoso apego às conquistas de 1789. Mesmo tendo posto em evidência a superioridade de personagens como o republicano Miguel Chrestien, um dos membros do Cenáculo de *Ilusões Perdidas* morto em uma revolta quando lutava pelos interesses do povo, com muita frequência condena a igualdade outorgada pela Revolução na qual percebe um poderoso fermento para a inveja generalizada.

³⁶ Theatre des Variétés. “inaugurado em 1807 no boulevard Montmartre para a representação de *vaudevilles*” N.T. (IP, p.186).

A ligação com Zulma Carraud, amiga e leitora de seus manuscritos, foi constantemente marcada por um severo julgamento das doutrinas sustentadas por Balzac. “Essa republicana defenderá os pobres e criticará as ideias reacionárias do romancista” (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p.xiv). Uma amizade tão sincera e devotada como a dela deve ter influenciado o seu lado republicano e revolucionário. No entanto, se o resultado da sua obra pode ser considerado revolucionário é porque, precisamente na convicção de combater pela causa monárquica, acabou revelando o lado mais opressor e mais contraditório do mundo burguês, a destruição das potencialidades humanas e da sensibilidade criadora postas agora a serviço de um novo patrocinador, o dinheiro.

“Um retrato histórico” - diagnóstico pessimista das novas condições

Falar da obra balzaquiana pressupõe um conhecimento das novas condições de relações sociais na sociedade burguesa de mercado, bem como dos seus antecedentes históricos. Isso porque sua narrativa está impregnada de detalhes e fatos que marcaram as transformações iniciadas a partir de 1789. Aqui chegamos a uma das questões que norteiam nosso trabalho, ou seja, em que medida os significados atribuídos ao dinheiro nos romances de Balzac estão relacionados com a experiência social histórica do século XIX.

No período em que viveu Balzac, 1799 a 1850, a França foi constantemente sacudida por revoluções, golpes de estado, guerras e insurreições populares a cada sucessão de regime político. Em 1799, Napoleão Bonaparte, futuro imperador da França, encabeçou o golpe de estado “18 Brumário” que marcaria o início da era napoleônica até sua derrota em 1815. A esse golpe suceder-se-iam o estabelecimento do Império em 1804, a abdicação de Napoleão I em 1814 e seu retorno no ano seguinte com a restauração do Império, período também conhecido como “Os Cem Dias³⁷”, cujo breve governo dividiu a opinião pública sobre o futuro da “águia imperial”.

Com a derrota de Napoleão em 1815, os Bourbons retomaram o trono da França onde permaneceram mais quinze anos. A Restauração (1815-1830), retorno da Casa Bourbon sob Luís XVIII e mais tarde com seu irmão Carlos X, numa tentativa de restaurar a monarquia destituída em 1789, teve seu fim com abdicação do rei Carlos X durante as “três gloriosas” em 27, 28 e 29

³⁷ Período conhecido como o segundo reinado de Napoleão quando do seu retorno da Ilha de Elba e que durou de 22 de março a 20 de junho de 1815.

de julho de 1830. Nessa segunda revolução de julho de 1830, o ramo primogênito dos Bourbons foi substituído pelo ramo secundogênito, os Orléans, na pessoa de Luís Filipe, que iniciaria o reinado da “Monarquia de Julho”, uma espécie de monarquia constitucional, até a sua abdicação em 1848. Finalmente, a instauração da Segunda República Francesa com Luís-Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, que em 1852 tornar-se-ia Napoleão III, com a proclamação do Segundo Império.

Acompanhando essa alternância de poder entre republicanos, monarquistas e liberais, viriam as mudanças decorrentes da criação do Banco da França em 1800, da instituição dos liceus em 1802, da promulgação do Código Civil em 1804, do Código Penal em 1810, do restabelecimento do sufrágio universal em 1848, entre outras. Essas mudanças foram responsáveis pela trajetória da França nos séculos seguintes, algumas perpetuadas até hoje com difusão e influência internacionais.

“A existência de Balzac coincide exatamente com o meio século que medra entre os dois golpes de Estado: o de 1799, pelo qual Napoleão I liquidou a Revolução Francesa, e o de 1851, pelo qual Napoleão III extinguiu a Segunda República” (RÓNAI, 1989, p.12). Esse conturbado cenário não passaria despercebido à pena de Balzac. “É a história que apresenta a Balzac, de bandeja, um mundo a ser descrito; se ninguém o fez antes dele, é porque esse mundo não existia” (TAILLANDIER, 2006, p.75). Mas, esses eventos não foram apenas o cenário neutro e estático onde o romanista moveu suas tramas, eles estavam entrelaçados com o enredo e a vida dos personagens de modo a se pressuporem ou interferirem no seu curso. Por exemplo, em *A Procura do Absoluto*, Balzac mostrou como os fuxicos dos habitantes de Douai, nas Flandres, sobre a vida doméstica dos Claës, família tradicional flamenga, cessaram graças às especulações decorrentes da guerra dos Cem Dias que colocou em xeque a segurança da cidade e o futuro do império francês. Por essa época “houve tantos interesses postos em jogo, tantas existências postas em discussão, tantos movimentos e desgraças que cada qual só podia pensar em si” (PA, p.560). Igualmente, “sem a Revolução, o Império e a Restauração, a história de Grandet [protagonista de Eugênia Grandet] é impossível. As suas ambições – enriquecer e obter um casamento prestigioso para a sua filha – não podem se desenvolver sem eles” (TAILLANDIER, 2006, p.74).

Era também o processo de transformação das antigas instituições em modernos aparelhos de reprodução do poder de uma nova classe, a burguesia, e a consolidação do sistema capitalista centrado no mercado. “De certa maneira, a sua figura [a de Grandet] permite compreender o

profundo apego dos franceses à Revolução – o mesmo apego dos burgueses à República. Esse sentimento pertence à classe vencedora” (TAILLANDIER, 2006, p.74), a burguesia.

A obra da Revolução não se limitou a destronar os reis, a derrubar os pilares da Igreja Católica e a pôr fim aos privilégios de que gozavam a nobreza e o clero. A obra da Grande Revolução compreende também uma mudança cultural para além das fronteiras francesas, espalhando pelo mundo os ideais da causa revolucionária, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo em Napoleão I o seu principal arauto. Dessa maneira, a obra da Revolução teve impacto sobre a arte de um modo geral e sobre a literatura, particularmente. “Essa literatura [...] encarnará, no pensamento de todo o século XIX, critérios não por obras acabadas e modelos, mas, sobretudo, pelos ideais proclamados e pelas relações existentes entre esses ideais e a realidade, entre o sonho do belo e sua realização, entre o ideal e a ação” (FISCHER, 1977, p.10). Nesse sentido, Fischer afirma que a Revolução Francesa lançou as bases da ideologia, da literatura e da arte do século XIX.

Mas, apesar das promessas emancipatórias que embalaram a luta revolucionária, os indivíduos se depararam com contradições indissolúveis entre os ideais levantados por ela e as possibilidades de efetivação numa etapa posterior. A Constituição jacobina, por exemplo, concedia uma série de direitos democráticos ao povo francês, mas o tempo provou serem inatingíveis pelo próprio choque de interesses. “De acordo com esse nobre documento, todavia acadêmico, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência” (HOBSBAWM, 2000, p.87). Além desses direitos, o estado deveria assegurar a felicidade de todo cidadão. Em pouco tempo, tornou-se evidente a impossibilidade de harmonizar tantos interesses.

Tomada de decepção, pode-se dizer então que a literatura da primeira metade do século XIX significava um “processo de perda das ilusões” em relação aos ideais revolucionários que culminaria num tipo de arte completamente divorciada das causas sociais e políticas, voltada principalmente para o aprimoramento de si mesma. Mais tarde, quando esse processo já estava melhor delineado, alguns romancistas passaram a escrever para o seu círculo restrito, preocupando-se apenas com o gosto e refinamento estéticos. Entre eles Lukács distingue Flaubert e Zola como homens que se recusaram a aceitar a evolução social da época retirando-se na solidão, “tornando-se observadores e críticos da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 1968, p.57)

Se a Revolução pretendia derrubar as antigas estruturas que obstaculizavam o pleno desenvolvimento do homem e dos seus direitos, substituindo a antiga aristocracia pela burguesia emergente, agora, baixada a poeira revolucionária, uma nova luta tomava fôlego nas diferentes camadas da sociedade, cuja pluralidade de interesses ultrapassava o simples antagonismo dos dois antigos grupos. A luta de classes, se é que podemos falar em classe, começa agora com o terceiro estado, uma parcela da população que não era considerada antes da Revolução como coletividade legítima portadora de direitos. O povo, em nome do qual falavam os representantes do Terceiro Estado, vinha se transformando em proletariado e as suas demandas foram sucessivamente ignoradas, substituídas pelo lema panfletário do “*enrichessez vous!*”³⁸. “O liberalismo e a democracia pareciam mais adversários que aliados; o tríplice slogan da Revolução Francesa – liberdade, igualdade, fraternidade – expressava melhor uma contradição que uma combinação” (HOBSBAWM, 2000, p.262).

A crítica de Fischer também é dirigida contra os liberais no poder, que faziam vista grossa a essa luta cotidiana. Eles continuavam a falar em nome de igualdade, de liberdade, de fraternidade, mas esses estandartes eram levantados em prol de interesses particulares. “A concepção liberal da sociedade pós-revolucionária era apologética, conformista, ela se limitava a celebrar a vitória sobre o antigo regime, a lutar contra as suas sobrevivências” (FISCHER, 1977, p.21), ignorando que uma nova luta, uma luta popular por acesso aos direitos concedidos pela Revolução, havia substituído o antigo antagonismo aristocracia/burguesia.

Coube à literatura a visão crítica, a percepção de uma luta velada nos estratos marginais da sociedade. “O conflito entre as várias camadas da sociedade já fora descrito por grandes escritores em épocas anteriores, é claro [...]. Mas o verdadeiro significado da luta não foi percebido pelos personagens literários nem mesmo por seus criadores” (HAUSER, 1995, p.758).

O tom de denúncia que essa nova literatura assumiu é tributário da tradição iluminista do pensamento “crítico e acusador” da Ilustração e veio à tona com as grandes obras literárias do período pós-revolucionário. Para Fischer, *A Comédia Humana* é resultado das influências iluministas, com sua “fé entusiasta na potência do Homem, na possibilidade de conhecer e transformar o mundo [...]” (1977, p.19). De fato, ela está muito mais próxima de uma perspectiva realista e combatente do que de uma perspectiva romântica de desilusão. Mesmo que alguns

³⁸ Do francês, “enriquecei-vos”. “Enriquecei-vos pelo trabalho e pela poupança!”. Conselho dado por François Guizot, ministro sob Luis Filipe. (PERNOUD, 1981, p.334).

personagens como Luciano de Rubempré e Eugênio de Rastignac tenham sofrido esse processo de perda das ilusões, eles experimentaram-na vivendo e participando ativamente dos problemas da época, cada um na sua filiação política e com os seus interesses em jogo. Enquanto Luciano escrevia gratuitamente artigos para a causa monárquica, Rastignac era considerado como uma “roda” que movia a engrenagem parisiense. Isso demonstra que ambos viveram intensamente suas trajetórias dentro das possibilidades reais e concretas da sociedade em formação, o que não significa dizer que as suas lutas culminariam, necessariamente, em êxito para eles. E o fim trágico de Luciano parece confirmar a inutilidade do seu empenho. Por extensão, os demais personagens são de um realismo marcante lutando no raio de suas pequenas esferas ou, em dimensões maiores, como atores políticos em causas coletivas como, por exemplo, a *chouannerie*³⁹.

Alguns casos isolados de fuga da realidade, seja na morte voluntária e consciente, seja na vida religiosa, contrariam essa tendência positiva em relação à vida que é característica distintiva da narrativa balzaquiana. O mais significativo entre eles talvez tenha sido o suicídio do jovem Atanásio Granson em *A Solteirona*, em que a morte representava a negação de um mundo opressor que não lhe deixava exprimir sua sensibilidade, ridicularizava o seu amor e o talento que ele sabia possuir.

Embora pudesse exprimir a mais elevada sensibilidade, o envelope de timidez destruía nesse moço até mesmo as graças da juventude, assim como os gelos da miséria impediam sua audácia de se revelar [...]. O jovem Granson pertencia à classe de homens de talento que se ignoram e se desencorajam facilmente. Sua alma era contemplativa. Vivia mais pelo pensamento do que pela ação. [...] O desprezo que a sociedade extravasa sobre a pobreza ia matando Atanásio; o calor enervante de uma solidão que nada arejava ia afrouxando o arco sempre retesado, e a alma se fatigava nesse horrível jogo sem resultados (SOL, p.510).

³⁹ A *chouannerie* foi uma insurreição bretã e normanda contra a República Francesa narrada por Balzac no romance “A Bretanha em 1799”. Os *chouans*, como eram chamados os seus membros, lutavam pela causa monárquica e pela restauração do rei e dos cultos católicos abolidos durante a Revolução Francesa. Nessa época, 1799, o Diretório mandava alguns Azuis (soldados republicanos) recrutarem camponeses, pequenos burgueses e alguns fidalgos para se unirem à causa republicana, mas eram recebidos com hostilidade pelos *chouans* que tentavam impedir esses requisicionários de se aliarem à República. Entre os líderes da *chouannerie*, figuram o Barão Du Guénic (reaparece em *Beatriz*), o Cavaleiro de Valois (reaparece em *A solteirona* e o *Gabinete das Antiguidades*), o Conde de Bauvan, o Cavaleiro do Vissard, o Major Brigaut e o chefe dos insurretos, o Marquês de Montauran, conhecido como Gars (reaparece em *O Avesso da História Contemporânea*). Nesse romance histórico aparece também outro personagem importante, o capitão Hulot, que se tornará barão num dos últimos romances escritos por Balzac, *A Prima Bete*.

“As resistências que a modernidade opõe ao impulso produtivo natural ao homem são desproporcionais às forças humanas. Compreende-se que ele se vá enfraquecendo e busque refúgio na morte” (BENJAMIN, 2000, p.74). O talento de Atanásio, desiludido por determinadas circunstâncias, assim como pela sua condição plebeia em uma vila provinciana, fizeram-no buscar esse refúgio. Sua sorte era semelhante àquela “da flor desconhecida que morre no fundo da floresta virgem sem que ninguém lhe sinta o perfume ou lhe admire a beleza” (LL, p.74).

Antes, porém, de consumir a sua decisão, ele viu em perspectiva o futuro glorioso que tantas vezes desejara para si: “passou pelas cidades emocionadas ao seu nome; ouviu os aplausos da multidão; respirou o incenso das festas, adorou toda a vida sonhada, lançou-se radioso em radiosos triunfos, ergueu sua própria estátua, evocou todas as suas ilusões para lhes dizer adeus num último banquete olímpico” (SOL, p.528). Quem sabe se o seu gênio tivesse franqueado os limites da província em direção a Paris, a profecia de Balzac teria se realizado: “Em qualquer outro lugar que não fosse a cidade de Alençon, o aspecto da sua pessoa lhe teria valido a proteção dos homens superiores ou das mulheres que reconhecem o gênio incógnito” (SOL, p.510). Entretanto, muitos podem argumentar que Luciano de Rubempré encontrava-se em condições análogas às de Atanásio Granson, era provinciano, plebeu, jovem e talentoso, deixou a província para fazer sua sorte em Paris e nem por isso a metrópole acolheu seu gênio com a hospitalidade merecida. Ora, sabemos de cor como é egoísta a sociedade criada por Balzac, onde “todo aquele que sofre no corpo ou na alma, que não tem dinheiro ou prestígio, é um pária” (PO, p.221).

Seu desfecho será o mesmo de Atanásio, o suicídio. Contudo, no caso de Luciano, o suicídio foi motivado por um ato de vaidade e até mesmo covardia enquanto que em Atanásio ele aparece como um ato heróico. Se transportássemos esses destinos para a tipologia lukácsiana do romance, fundamentada na “relação entre o herói e o mundo”, diríamos que em Luciano tem-se aquele idealismo abstrato; “caracterizado pela atividade do herói e por sua consciência demasiado estreita em relação à complexidade do mundo” enquanto que em Atanásio tem-se o comportamento característico do romance psicológico de desilusão no qual a “consciência é demasiado vasta para contentar-se com o que o mundo da convenção lhe pode propiciar” (LUKÁCS *apud* GOLDMANN, 1967, p.10),

A atitude positiva perante a vida manifestada pela maioria dos personagens balzaquianos é também uma característica do próprio romancista. A trajetória de Balzac é um testemunho da sua concepção realista frente às novas condições de reprodução social. As dificuldades materiais

e os limites intelectuais do seu noviciado em Paris, os seus fracassados empreendimentos comerciais, as suas diversas candidaturas políticas sucessivamente frustradas e, finalmente, o próprio trabalho titânico que resultou em *A Comédia Humana*, são uma prova viva da sua ação consciente frente à realidade. A trajetória de Balzac é um exemplo real dos vários destinos que ele representou na ficção. O herói balzaquiano é um brinquedo das circunstâncias. Ator muitas vezes impotente perante a “mão invisível” de uma sociedade caprichosa, nova, complexa e inatingível no seu *telos*, que interdita a ação humana e quase aleatoriamente faz triunfar uns e perecer outros. Pelo menos é assim que aparece, embora saibamos pela própria *A Comédia Humana* de onde provém o aparente acaso que coordena tantos destinos.

Força e otimismo o acompanharam por toda vida como se pode constatar em fragmentos de cartas nas quais se via senhor de enormes fortunas que o livrariam, finalmente, de todos os inconvenientes causados por suas dívidas. Assim, ele escrevia à Zulma Carraud em 1833: “Nesse momento, apresenta-se para mim a certeza de grande fortuna; é preciso ainda esperar e trabalhar durante três anos”. Mais adiante justificava o claustro a que se submetera em nome da liberdade: “Vejo minha liberdade, minha independência moral e pecuniária; diante desse pensamento sacrifico o mundo sem o menor lamento” (BALZAC, 1999, p.757). Ao amigo Auguste Borget ele escrevia em 1835: “Serei rico em 1836 – 1835 será ainda cheio de misérias secretas, embora iluminadas por um luxo exterior” (BALZAC, 1999, p.787).

Em outras ele desabafava, narrando o fardo da sua rotina de escritor e explicando os motivos da sua escravidão ao trabalho. Numa carta de 1836, endereçada a uma amiga, Louise, no momento em que redigia vários romances, assim como a liquidação do jornal *La Chronique de Paris*, e ainda, ocupava-se na Itália com a sucessão dos bens do conde Guidoboni-Visconti, temos uma ideia da luta de *Sísifo*⁴⁰ que empreendera contra “um formidável adversário”, o mundo: “Então, os dias e as noites são empregados nessa obra e nada é suficiente! É preciso lutar sempre, não somente contra as dificuldades materiais da vida, mas ainda contra o cansaço, contra as dificuldades literárias, contra tudo” (BALZAC, 1999, p.800).

Diante de tudo isso, a primeira pergunta que nos ocorre é: de onde provinham tantas dívidas, pois, como sabemos por seus biógrafos e por suas cartas, sua vida era absorvida por uma

⁴⁰ Sísifo - personagem da mitologia grega. “Sísifo tornou-se conhecido por executar um trabalho rotineiro e cansativo. Tratava-se de um castigo para mostrar-lhe que os mortais não têm a liberdade dos deuses. Os mortais têm a liberdade da escolha, devendo, pois, concentrar-se nos afazeres da vida cotidiana, vivendo-a em sua plenitude, tornando-se criativos na repetição e na monotonia”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADsifo>. Acesso em 13.02.2010.

extensa e fatigante rotina de trabalho. Como um autor que levava uma existência monacal em uma casa modesta, trabalhando aproximadamente quinze horas por dia poderia encontrar tempo para contrair dívidas?

A esse aparente paradoxo a resposta é evidente. Suas dívidas são anteriores à sua fama e ao seu sucesso, são aquelas herdadas do início da carreira e das quais sua mãe, Laure, foi a credora mais pertinaz. Além disso, conforme Dufief e Dufief (2007), Balzac levava uma dupla existência: aquela dos salões aristocráticos, da Ópera, dos Italianos, dos gastos exagerados com as quinquilharias e falsificações dos antiquários com as quais se pavoneava, enfim, uma vida despreocupada de dândi e aquela do “anacoreta”, do hábito branco de monge que ele vestia para entrar em seu gabinete de trabalho e lá permanecer horas escrevendo seus romances, tecendo os destinos de suas criaturas sob o efeito estimulante do café. Para o dândi eram necessárias as muitas horas de trabalho do anacoreta e para este era preciso o brilho dos salões com os quais abastecia sua pluma. Mas, “Se o homem Balzac deixou-se fascinar pelo Faubourg [...] o escritor, por sua vez, permanece de uma lucidez inexorável” (TAILLANDIER, 2005, p.69).

Porém, nem todos os artistas desse período encararam a realidade com a mesma determinação que distingue a vida e a obra de Balzac. Muitos preferiram a “esterilidade absoluta do afastamento romântico da realidade”. Veremos a seguir como esses posicionamentos em relação à vida moderna refletiram nos estilos literários da época, resultando basicamente em duas tendências estéticas.

Romantismo e Realismo

A classificação das obras desse período em estilos literários, principalmente uma obra como *A Comédia Humana*, é uma das maiores dificuldades enfrentadas por críticos e historiadores da literatura e, seguramente, escapa a uma rotulação precisa quando se trata de situá-la nesse ou naquele estilo. Entretanto, muitos autores procuraram em suas linhas gerais argumentos que bastassem a um enquadramento em um estilo ou outro. A polêmica divide-se em dois “princípios e métodos fecundos”, o romântico e o realista, cujas posições são muito próximas, mas também muito restritas. O primeiro caracteriza-se por uma fuga da realidade e a elevação do herói romântico acima do meio onde se desenrolam as relações sociais; o segundo, “baseado sobre a consciência de que é somente na realidade, ela mesma, em seu seio, lutando

concretamente contra ela que se pode encontrar o belo real [...]” (FISCHER, 1977, p.25), caracteriza-se pelo entrelaçamento do personagem com a realidade objetiva. Faguet resolve a questão da seguinte maneira: “Balzac, na observação das coisas e dos fatos materiais, é um realista, e na invenção das aventuras mostra-se não raro um romanesco” (FAGUET, 1959, p.xxix). Acrescentaríamos ainda que Balzac, quanto aos fins esperados, quanto à sociedade idealizada era um romântico, quanto aos meios de atingi-la, um realista.

Fischer (1977) não aceita a divisão tradicional que define a primeira metade do século XIX como “época romântica” e a segunda, “época realista naturalista”. Prefere se referir à literatura da primeira metade do século como uma época “do romantismo e do realismo crítico”. Reconhece que os dois métodos, o realismo e o romantismo têm maneiras diferentes de abordar a realidade, embora ambos sejam frutos da mesma realidade. Mas, em que consistia essa nova forma de abordagem da realidade? Para responder a essa pergunta, deve-se partir da própria realidade da época, situando o processo de criação artística no conjunto de eventos que marcaram o período revolucionário e o imediatamente posterior.

O realismo crítico de Balzac, por exemplo, apontou as causas das contradições sociais nas relações entre o indivíduo e o meio social, no indivíduo como “ser social” que “forma e deforma” seu caráter no meio onde se desenvolve; “[...] a atitude do realismo crítico face à realidade parte, assim, de uma concepção materialista da relação entre o indivíduo e o mundo objetivo, a consciência estando subordinada ao ser” (FISCHER, 1977, p.26). Em contrapartida, Auerbach (2004) lembra que, em Victor Hugo, por exemplo, a realidade aparece nos temas históricos, mas não tem, como em Balzac, a intenção da representação da “realidade dada de forma compreensiva”.

Segundo a maioria dos livros de história da literatura francesa, Balzac faz parte da geração de românticos da França no início do século XIX, a geração de Victor Hugo, de Stendhal, Vigny, Musset, Georg Sand, etc. Para Fischer, o fato de Balzac ser alinhado juntamente com os românticos supracitados representa uma “contradição flagrante”. A apostasia do real e o saudosismo de um passado ideal são os traços românticos da literatura balzaquiana, mas a sua contribuição para o conhecimento das forças motrizes da nova realidade foi fundamental para a conceitualização do gênero realista. Para ele, Balzac e Stendhal inauguraram um gênero literário que não pode ser considerado romantismo, na sua acepção mais pura, nem o realismo dos positivistas que precede ao realismo-naturalismo, ou seja, como simples reflexo da realidade.

A dificuldade, conclui Fischer, em distinguir o realismo crítico do romantismo, é que esse movimento ou estilo literário ficou mais nítido a partir de 1830, com o fim da Restauração e a ascensão do rei burguês, Luís Filipe. A Revolução de Julho teve um efeito “catalisador”, fez a síntese histórica de todas as mudanças ressentidas desde o início do século, mas que não possuíam ainda uma definição clara “das suas formas e nomes”. De fato, os romances realistas de Balzac foram escritos após 1830, mas o período representado se concentra na época da Restauração (1815-1830).

Para Auerbach (2004), Balzac e Stendhal realizaram um “fenômeno estético” ao solucionar o problema clássico dos níveis de representação literária e, desta forma, completaram “uma evolução que vinha se preparando fazia tempo”, além de formar as bases da literatura subsequente, o realismo moderno. Essa nova forma de abordagem literária da realidade é também conhecida como “mistura de estilos”, o que permite considerar como objeto da representação estética as diferentes classes sociais, “com todos os seus entrelaçamentos vitais prático-cotidianos” (AUERBACH, 2004, p.424). Essa tarefa foi encarada por Balzac e Stendhal, os criadores do realismo moderno. “Balzac [...] recusou constantemente a representação ilusória da história-batalha, em detrimento de uma reconstituição, por assim dizer, arqueológica, da vida cotidiana e dos costumes, com a ajuda de vestígios e documentos esparsos” (CHOTARD, 1990, p. 61). A diferença em relação aos românticos é a atenção dispensada por esses romancistas, Balzac e Stendhal, aos acontecimentos cotidianos da vida de pessoas comuns e a sua conexão com os eventos históricos, políticos e econômicos da sua época. “Balzac e Stendhal viam dois lados na existência do homem privado: não somente o lado cotidiano, mas também o lado histórico” (IVACHTCHENKO *apud* FISCHER, 1977, p. 285).

Uma das características do realismo balzaquiano é, conforme dissemos, a fusão do personagem com o meio, não apenas com esse meio externo que foi o palco dos conflitos supracitados, mas também a ambientes comuns como, por exemplo, o ambiente doméstico. Para ilustrar, Auerbach apresenta uma passagem de *Pai Goriot* na qual a descrição física da Pensão Vauquer está renunciando as características físicas, mas também morais, em função do próprio ambiente e do comportamento que ele sugere, da Sra. Vauquer e dos prováveis pensionistas:

Este cômodo está em todo o seu esplendor quando, perto das sete horas da manhã, o gato da Sra. Vauquer precede sua dona, salta sobre os aparadores para farejar o leite contido em várias jarras cobertas com pires e faz ouvir o seu

ronrom matinal. Logo a viúva aparece, ataviada com sua touca de tule, sob a qual pende uma mecha de cabelo postiço, mal colocada; ela anda arrastando seus chinelos tortos. O rosto velhusco, rechonchudo, do meio do qual surge um nariz de bico de papagaio; as pequenas mãos roliças, a figura redonda de um rato de igreja, o corpete demasiado cheio e flutuante, estão em harmonia com esta sala onde ressuma a desdita, onde se acaçapa a especulação, e cujo ar mornamente fétido a Sra. Vauquer respira sem repugnância. Sua figura, fresca como uma primeira geada outonal, os olhos enrugados, cuja expressão passa do sorriso prescrito às dançarinas ao franzimento amargo do usurário, enfim, toda a sua pessoa explica a pensão, como a pensão implica a sua pessoa. [...] A gordura baça dessa pequena mulher é o produto desta vida, como o tifo é a conseqüência das exalações de um hospital. A sua anágua de lã tricotada, que sobressai da sua saia, feita de um velho vestido cujo recheio escapa pelos rasgos do tecido puído, resume o salão, a sala de jantar, jardinzinho, anuncia a cozinha e faz pressentir os pensionistas (BALZAC *apud* AUERBACH, 2004, p. 420).

Auerbach nota que esse recurso estilístico “apoderou-se” de Balzac de maneira a constituir uma segunda significação que não a racionalmente cognoscível, a saber: “uma significação que é definida, da melhor maneira possível, pelo adjetivo ‘demoníaco’”. As características dos personagens que Balzac pretende pronunciar são reforçadas por comparações que têm um apelo sensório demoníaco; “[...] impõe-se a comparação com um rato ou com um outro animal que tem sobre a força imaginativa dos homens um efeito demoníaco e vil” (AUERBACH, 2004, p.423).

Os meios são “unidades-orgânicas” na obra de Balzac e essa influência, do meio em sentido sociológico, ele recebeu de Geoffroy Saint-Hilaire. Balzac assume no prefácio de *A Comédia Humana*, a intenção de descrever, classificar e ordenar as espécies humanas, ou os tipos sociais, a exemplo do que fizeram os botânicos com as plantas.

Outra interpretação sobre as conexões entre a ficção literária e a realidade em Balzac é dada por Lukács. Nos vários escritos sobre o realismo francês, *A Comédia Humana* é um quadro coerente, todavia caótico, das possibilidades e direções do desenvolvimento do capitalismo moderno. O que ele observa é que no período em que Balzac escreveu esse desenvolvimento estava ainda se completando e é por isso que em Balzac essas conexões e possibilidades ainda estão abertas, expressando caminhos possíveis.

No ensaio, *Narrar ou descrever*, Lukács analisa dois estilos literários, a narração e a descrição, e a sua relação com os estágios do capitalismo. Narrar ou descrever está diretamente ligado com a forma como os escritores se colocam na sociedade. No caso da narração eles participam e fazem parte ativamente enquanto na descrição comportam-se apenas como

observadores da sociedade à qual pertencem. No primeiro caso, que ele considera até 1840, o trecho é importante porque é através dele que as relações inter-humanas ganham sentido. “Um traço acidental, uma semelhança de superfície, um estado de ânimo, um encontro casual passam a constituir a expressão imediata das vastas relações sociais” (1968, p.53). Por isso, quando Balzac descreve o teatro, a bolsa, as operações de crédito, tudo isso está diretamente relacionado com as transformações que estas instituições estavam sofrendo naquela fase do capitalismo e representa o cerne da sua narrativa. São essas “descrições exageradas” que sustentam os dramas vividos. A apresentação demorada dos ambientes e personagens, a preocupação excessiva com os detalhes, todas aquelas atenções que muitas vezes cansam os leitores de Balzac e que muitos de seus críticos apontaram como um defeito da sua narrativa não é uma falha fortuita, uma imperfeição de estilo como pretendia Sainte-Beuve, mas, justamente, os trechos têm ali um papel decisivo na sistematização da obra e na verossimilhança como recurso ficcional.

O próprio Balzac justifica sua técnica através dos argumentos de seu personagem, o romancista Daniel D’Arthez. A descrição dos ambientes e dos personagens como condição prévia para a compreensão da narrativa vem do conselho de d’Arthez para Luciano de Rubempré, no qual ele vira um simples imitador de Walter Scott depois de ter lido o seu manuscrito: “Substitua essas conversas difusas, magníficas em Scott, porém sem cor no seu livro, por descrições às quais tanto se presta a nossa língua. Faça com que em seu livro o diálogo seja a consequência esperada a coroar os preparativos” (IP, p.199). Mais adiante ele prossegue sugerindo o estilo que Luciano deveria adotar e, confirmando, em certa medida, o seu (do próprio Balzac), apresentando-lhe as vantagens dessa técnica: “Será mesmo original adaptando à história da França a forma do drama dialogado do escocês [...]. Fará assim uma história da França pitoresca, na qual pintará os costumes, os móveis, as casas, os interiores, a vida privada, comunicando-lhe o espírito do tempo, em vez de narrar penosamente os fatos conhecidos” (IP, p.199-200). Curioso, o que é penoso para a maioria dos leitores de Balzac, as extensas descrições de ambientes, assim como das características físicas e o morais dos personagens, é justamente o original para D’Arthez. Para ele, os diálogos é que são exaustivos e pouco interessantes, devendo ser substituídos por uma apresentação detalhada do ambiente, dos preparativos.

Na maioria das vezes é assim que Balzac estrutura seus romances, com uma apresentação do personagem pela sua vida pregressa ou pelo ambiente em que vive, descrevendo-o minuciosamente de modo que não nos surpreendamos mais tarde com suas atitudes. Geralmente

começa com um: “para dar mais interesse à cena provocada por essa situação, é indispensável devassar a vida anterior de...” (PA, p.496) ou “para explicar esse fato é necessário referir sucintamente algumas circunstâncias da sua vida anterior...”, etc. Em *Os Pequenos Burgueses*, Balzac explica claramente as razões de seus preâmbulos: “Se todos estes fatos anteriores, se todas essas generalidades não fossem narradas, em forma de argumento, para pintar o quadro dessa cena, dando uma idéia do espírito dessa sociedade, talvez o drama ficasse prejudicado” (Bur, p.400). Porque para Balzac, “as vicissitudes da vida social ou privada são geradas por um mundo de pequenas causas que se ligam a tudo” (Cam, p.147).

Moretti (2003) chama a atenção para esse estilo em Balzac, mostrando que em *A Comédia Humana* os entrecchos - “que são os episódios em que não acontece grande coisa e dos quais, terminada a leitura, mal nos lembramos” - aparentemente desnecessários e acessórios tornam-se determinantes e chegam a constituir “capítulos de romance”.

É o mundo de Balzac. Como no ‘efeito-borboleta’ de que fala a teoria do caos, o evento inicial pode muito bem ser insignificante, mas o sistema no qual ele se dá [...] é suficientemente rico de variáveis para agigantar seus efeitos além de toda expectativa. Como exemplo ele cita a segunda parte de *Ilusões Perdidas* em que Luciano de Rubempré está em vias de revolucionar o mundo jornalístico com seu primeiro artigo e realizar seu sonho desde que chegara em Paris. Do lado do jornal qualquer coisa que ele escrevesse, que preenchesse “os espaços em branco”, seria bem vinda pois o jornal quase não tinha artigos. “Entretanto, esse tapa-buraco acaba por atingir um grupo de pessoas que mais tarde, depois de mil reviravoltas, selará a derrocada de Luciano (MORETTI, 2003, p.13).

No ensaio *Ilusões Perdidas*, Lukács explica que as “minuciosas descrições” que encontramos em *A Comédia Humana* são imprescindíveis ao ambiente no qual os acasos se entrelaçam. “Com elas, Balzac cria o ambiente indispensável ao desenvolvimento da catástrofe” (LUKÁCS, 1968, p.112). Diante de acontecimentos imprevistos, muitos indícios anteriormente insinuados assumem a relevância que não possuíam quando eram apenas “pormenores não essenciais”.

Para Lukács, a dialética fenômeno-essência, uma das questões chave da estética marxista, é solucionada em Balzac pelo desvendamento das causas e princípios que estão na base dos eventos que aparecem na sua forma fenomênica. É por isso que os escritos estéticos de Marx e Engels sempre colocaram o romancista numa posição de destaque em relação aos demais escritores da época.

Aliado ao talento do romancista, em criar um universo coerente sem ser o simples reflexo da realidade, há a conjuntura à qual estiveram ligados esses escritores da geração de 1830. Talvez nenhuma outra época tenha concentrado tantos acontecimentos decisivos para o futuro da humanidade, pelo menos se concebida a partir do mundo ocidental, como o período representado em *A Comédia Humana*. Balzac presenciou e viveu, não apenas como um expectador, mas como uma dessas “unidades dinâmicas” na qual se chocam todas as contradições inerentes ao processo social de consolidação da sociedade burguesa. “Balzac não foi apenas o historiador da sociedade do seu tempo, mas igualmente o criador profético de figuras que, sob Louis Phillipe, achavam-se ainda em estado embrionário e que só alcançaria seu completo desenvolvimento após a morte do autor, sob Napoleão III” (MARX *apud* LUKÁCS, 1968, p.35).

Ao ultrapassar a aparência imediata das coisas, revelando os princípios e as causas de tantos fenômenos insolúveis, o romancista foi percebido por Marx e por marxistas como Lukács como um dos escritores que melhor representou, artisticamente, o que na linguagem desses filósofos é entendido como o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista e as suas mais elementares contradições.

Toda uma geração de personagens de *A Comédia Humana*, a geração pós-revolucionária, como Lukács se referiu a respeito de Luciano de Rubempré e Eugênio de Rastignac, por exemplo, encarna destinos possíveis; suas ilusões, frustrações e conquistas, são a expressão da “tragicomédia do espírito burguês”. Balzac centraliza a ação naqueles personagens que expressam melhor esse aspecto, aquelas “figuras mais salientes” (Pre, p.676). “Cada uma das partes do ciclo adquire, portanto, vida e independência próprias, como acontecimentos particulares dos destinos mais individuais. Mas, esse ‘individual’ resulta sempre no socialmente ‘típico’, o movimento socialmente ‘universal’, que só a análise posterior pode distinguir dos fatos individuais” (LUKÁCS, 1968, p.110).

A complexidade que caracteriza todas essas tramas, todas as ligações e sucessões de acasos em *A Comédia Humana* dão a mais robusta consistência ao seu realismo. Como geralmente acontece na vida real, esses destinos se entrecruzam, se mesclam de modo que a resultante, “a imagem do mundo fornecida por Balzac criador aproxima-se extraordinariamente do quadro crítico da sociedade capitalista em formação [...]” (LUKÁCS, 1968, p.41). Essa interpretação não impede que aspectos românticos se manifestem entre o realismo que vimos

assinalando, pois, como observou a Sra. Necker⁴¹, o romance, diferentemente da história, tem a prerrogativa de tender “para um mundo melhor”. Ao que o próprio Balzac complementa: “O romance, porém, nada seria se, nessa augusta mentira, não fosse verdadeiro nos pormenores” (Pre, p.674).

Balzac realista

Balzac não é considerado somente um representante do realismo literário, mas também do realismo político. Foi a partir de 1830 que assumiu politicamente sua simpatia pela monarquia, tendo enfrentado mais tarde uma disputa frustrada para se fazer deputado pelo partido realista. “Ele tentará em 1831 as candidaturas em Tours, em Fougères e em Cambrai nas eleições para deputado, renovando-as em Chinon e Angoulême em 1832, todas culminaram numa derrota” (BOUTERON, 1950, p.103). Uma última tentativa malograda em 1848 encerrou a vida política de Balzac sem que ele satisfizesse sua ambição de se tornar um homem de Estado. Esse itinerário político tem, segundo algumas biografias do romancista, entre elas a de Graham Robb, um correspondente fictício no personagem Alberto Savarus. Nessa novela homônima, o jovem Alberto Savarus, candidato à deputação pelo departamento de Besançon, expõe suas frustrações políticas decorrentes do fracasso da sua candidatura, donde se percebe a proximidade da identidade do Balzac político à experiência do personagem. “Como sua personagem, Balzac via desaparecer o verdadeiro propósito de todo o seu trabalho, via suas ambições políticas revelarem-se uma perda de tempo” (ROBB, 1995, p. 334).

A trama gira em torno dos esforços inúteis de Savarus e suas ligações com a aristocracia local para se fazer deputado de modo que toda a intriga confunde-se com as próprias aspirações de Balzac no plano político. Ambas, a ficção e a realidade, foram frustradas com a agitação revolucionária de 1830 que derrubou definitivamente os Bourbons: “[E]u ia finalmente entrar, como uma engrenagem necessária na má quina política, cometi a falta de permanecer fiel aos vencidos [os Bourbons], de lutar por eles, sem eles” (AS, p. 222). A fala do personagem parece exprimir o lamento de Balzac pela ingratidão dos que nele não reconheceram sua fidelidade à monarquia restaurada.

⁴¹ Sra. Suzanne Necker (1739-1794) - “esposa do famoso banqueiro e ministro Jacques Necker, famosa por seu espírito; mãe de mme. de Staël”. NT. (Pre, p.674).

Mas essa tão sonhada carreira política foi minada pelas próprias opiniões controversas de Balzac. Para os realistas membros do partido ultraconservador, também conhecidos como legitimistas, ele era demais liberal, concedendo ao povo e à burguesia o direito de se revoltar, de lutar pela sua emancipação no plano político e também econômico. Para os liberais, ele era demais conservador, exaltava as qualidades patricias da aristocracia num momento em que isso não passava de um acessório pomposo. Não agradando nem a uns nem a outros, ficou sozinho no campo de batalhas políticas num momento em que as principais armas do combate implicavam posições bem definidas.

Segundo Hauser (1995), foi a partir dessa época que o processo de politização da vida se intensificou, combinando política e literatura como profissões de um mesmo indivíduo. “O talento literário é considerado uma óbvia condição prévia para a carreira política, e a influência política é, com frequência, a recompensa por serviços literários” (HAUSER, 1995, p.739). Daí, talvez, o fato de Balzac ter almejado um lugar na Câmara, de conciliar glória e fortuna, de expressar uma força inata que desde a juventude o impulsionava a se transformar num grande homem do seu tempo. Na correspondência com a irmã Laure, ele informava o desejo de triunfar, mesmo se para ele não estivesse ainda muito claro que caminhos seguir, fosse o teatro, a literatura, a política, ou mesmo, a combinação de tudo isso. Ele via chegar o momento em que estaria na “cabeça das inteligências da Europa” (BALZAC, 1999, p.745).

Essa crença persistirá mesmo com a queda dos Bourbons. Como se pode verificar da sua correspondência com a amiga e conselheira, Zulma Carraud, a ideia de uma carreira política animava-o sobremaneira: “Você acredita que eu seria capaz de deixar o mundo das idéias [...] pelo mundo político, se eu não pressentisse que eu posso ser qualquer coisa de grande servindo ao meu país?” (BALZAC, 1999, p.754). Era a chance de um filho da burguesia concorrer a um lugar no Parlamento e firmar-se politicamente, realizar finalmente uma das etapas da sua ambição, despertada desde que chegara a Paris como aprendiz de escritor em 1819. Entretanto, essa combinação de política e literatura não se realizou para ele. Da sua geração apenas Victor Hugo conseguiu se distinguir de maneira memorável nas duas tendências, deixando atrás de si um poeta engajado e um político veemente.

Foi também a partir de 1830 que Balzac incorporou a aristocracia ao seu nome, passando a assinar-se Honoré de Balzac, mais precisamente com a publicação de *A Pele de Onagro* em 1831. Em 1829, ano em que surgiu *A Bretanha em 1799*, seu primeiro romance com autoria

reconhecida e não mais sob pseudônimos como os romances de juventude, ele ainda não usava a partícula aristocrática⁴². Esse acréscimo de um “d” no nome foi o expediente empregado por Luciano Chardon, protagonista em *Ilusões Perdidas* e em *Esplendores e Misérias das Cortesãs*, para tornar-se nobre e concluir um casamento vantajoso com a aristocrata Clotilde de Grandlieu. Luciano vasculhou os anais da família materna alegando que sua mãe era descendente de uma família nobre, os De Rubempré. Suas ligações com algumas senhoras bem relacionadas com o rei resultaram num “decreto que lhe permiti[a] usar o nome e as armas de seus antepassados maternos” (EMC, p.75). Dudief e Dufief (2007), numa breve apresentação biográfica do romancista, contam que o senhor François Balzac, pai de Balzac, procedera de modo semelhante ao acrescentar, a próprio punho, no sobrenome da certidão de nascimento de sua filha Laurence, um “d” aristocrático. Um expediente como esse pode ter inflamado o esnobismo que Zulma Carraud tantas vezes censurou no amigo escritor.

A partir 1834, Balzac seria o eterno enamorado de Eveline Hanska, uma condessa polonesa com a qual manteve um relacionamento tortuoso por mais de quinze anos. Durante esse período, a condessa enviuvou e as esperanças de Balzac renasceram com a notícia em 1842. Quem sabe agora ele poderia finalmente desposar essa rica aristocrata e desfrutar a vida nos salões do Castelo de Wierzchownia, localizado nos vastos domínios da família na Ucrânia. Por cartas a condessa descrevia os bosques, as fontes, os jardins, as edificações e a rotina que levava em seu feudo. Em sua primeira estada em 1847, Balzac comprovaria tudo isso e ficaria temporariamente deslumbrado com o que conheceria na Ucrânia: “um modo de vida que corresponde perfeitamente a seu ideal social e político; defensor do direito de primogenitura, o escritor é favorável à grande propriedade” (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p.xxiii). Mas logo se desiludiria dessa vida bucólica, planejando voltar imediatamente à eufórica Paris onde preparará, à custa de novas despesas, o futuro ninho de amor da Rue Fortunée⁴³.

Sua simpatia pela aristocracia foi constantemente alimentada nos salões que frequentava e pelas relações que mantinha com pessoas dessa esfera tão elevada. Graças aos Hanki, Balzac foi dignamente recebido pela elite vienense onde teve um encontro com o então chanceler

⁴² Ver, nos anexos da tese, o frontispício da 1ª edição de *A Bretanha em 1799*, assinada por Balzac sem a partícula aristocrática.

⁴³ Trata-se de um hotel particular comprado pelo autor em 1846 na Rue Fortunée, atualmente Rue Balzac, onde fez despesas consideráveis a fim de forrar de luxo a casa onde pretendia receber sua futura esposa (PICON, 1993).

Matternich⁴⁴ durante uma viagem à Áustria em 1835. Além disso, podemos verificar nas dedicatórias de vários títulos de *A Comédia Humana* quão estreitas e amistosas eram as suas relações com a aristocracia da época⁴⁵. Entre elas podemos destacar a duquesa d’Abrantes com a qual nutriu uma amizade plena de galanteios e atenções. “Graças à duquesa, Balzac fez verdadeiros debutes no grande mundo; foi recebido por Juliette Récamier em Abbaye-aux-Bois. Foi recebido igualmente na casa do pintor Gérard onde encontrou Eugène Delacroix e Ary Scheffer” (DUFIEF e DUFIEF, 2007, p.x). Enfim, estava se aproximando o momento tão sonhado de triunfar pela sua obra.

Todavia, não foi apenas sedução pelo brilho e pelo luxo das casas aristocráticas que levou Balzac a fazer apologia de uma classe em detrimento de outra. Afinal, nessa época, muitos salões burgueses rivalizavam em riqueza e opulência com as famílias mais tradicionais da aristocracia. Suas concepções aristocráticas e a aproximação ao partido legitimista foram, segundo Grib, “o resultado de longos estudos. Chega a elas porque se convence que não pode haver outra saída objetiva no beco de contradições sociais” (GRIB, 1958, p.lxvi-lxvii)

Suas análises levaram-no a conceber a aristocracia como a “cabeça da nação”. Via nesses jovens nobres o preparo iniciado desde a infância para a vida política, para se fazerem amados, respeitados e obedecidos, mostrando que aqueles que tudo possuem têm algo a perder e temem por isso, enquanto aos desafortunados pouco importa os meios para triunfarem e, como não têm nada a perder, agem com menos precaução, conduzindo-se muitas vezes de maneira duvidosa.

A grandiosidade dos castelos e dos palácios aristocráticos, o luxo de suas minúcias, a suntuosidade constante do mobiliário; o espaço no qual se move sem constrangimento e sem experimentar atritos o feliz proprietário, rico antes de nascer; o hábito de jamais descer ao cálculo dos interesses diários e mesquinhos da existência; o tempo de que dispõe; a instrução superior que pode prematuramente adquirir; enfim as tradições patricias que lhe emprestam as forças sociais e que seus adversários só compensam a poder de estudos, por força de vontade ou vocações tenazes; tudo deveria elevar a alma do homem que, desde a juventude, possui tais privilégios, imprimindo-lhe o alto respeito de si mesmo, cuja menor consequência é a nobreza de coração em harmonia com a nobreza do nome (DL, p.148).

⁴⁴ Klemens Wenzel von Matternich (1773-1859) – importante estadista do Império Austro-Húngaro, apoiou a restauração dos Bourbons (LAROUSSE CULTURAL, 1998).

⁴⁵ A relação de títulos e suas respectivas dedicatórias encontram-se nos anexos da tese.

Em *A Comédia Humana*, um dos representantes dessa antiga nobreza é o marquês d'Espard, personagem de *A Interdição*, cujo caráter Balzac definiu em algumas linhas: “Considerado como um remanescente dessa grande corporação chamada feudalismo, o Sr. d'Espard merecia uma admiração respeitosa. Se se considerava superior, pelo sangue, aos outros homens, acreditava igualmente em todas as obrigações da nobreza” (Int, p. 371).

Grib selecionou algumas falas do romancista em que podemos constatar a sua preferência pela sociedade aristocrática onde as artes e o desenvolvimento do espírito humano estavam acima do progresso capitalista e do desenvolvimento das suas indústrias.

O mundo do ‘grande igualador’, o dinheiro, sufoca todo ímpeto extraordinário, viola todo talento e toda habilidade individual. Móveis toscos, feitos em fábricas, tomam o lugar da obra dos artesãos. Em vez de pitorescas cidades, que se estendem em paisagens encantadoras e variadas, com suas torres decorativas dentro de um cinturão de muros, elevam-se as sombrias chaminés das fábricas (*Beatriz*); as ruínas das fazendas, outrora idílicas, da nobreza, caem sob o arado; onde antes se erguiam obras de arte plantam-se agora couves (*Os camponeses*) (GRIB, 1958, p. xxxvii, grifos do autor).

Em *Os Pequenos Burgueses*, ao referir-se às desproporções da especulação imobiliária, Balzac lamenta a “Paris que vai embora” cedendo lugar às aglomerações de casas burguesas, onde a necessidade está separada dos prazeres. Por onde passa, a burguesia emergente vai impingindo sua mesquinhez, transformando os antigos monumentos em canteiros de obra da indústria:

É fácil explicar a lastimável profanação exercida sobre esse monumento da vida privada no século XVII, pela vida privada no século XIX. [...] A indústria do proprietário parisiense imprime sua marca desonrante na frente de tanta elegância, assim como os jornais e suas máquinas de imprimir, a fábrica e seus depósitos, o comércio e seus balcões de venda substituem a aristocracia, a velha burguesia, a finança e a magistratura em todos os lugares onde tinham, antigamente, exibido seus esplendores (Bur, 1959, p.346).

Em *Beatriz*, Balzac inicia o romance com uma descrição das transformações operadas pela indústria e a redução das obras (de arte) em mercadorias, lamentando o processo de mercantilização e racionalização da vida. “Hoje temos *produtos*, não temos mais *obras* [...]. Ora, para a indústria, os monumentos são as canteiras de onde saem os blocos para a alvenaria, são as minas de salitre ou os armazéns-depósito de algodão” (Btz, p.181, grifos do autor). No entanto, a

Bretanha, região desse romance, é uma das mais resistentes na manutenção dos costumes e foram esses costumes que ele fez questão de destacar e enaltecer ao longo da narrativa.

A denúncia que fez dos avanços do mundo burguês sobre o mundo aristocrático pode ser entendida como aquele elemento romântico, definido por Löwy e Sayre como uma revolta contra o capitalismo que “no real moderno algo precioso se *perdeu*, tanto no que concerne ao indivíduo quanto à humanidade [...]. A visão romântica caracteriza-se pela dolorosa convicção de que faltam ao real presente certos valores humanos essenciais que foram *alienados*” (Löwy e Sayre, 1993, p.22).

Quantas vezes Balzac descreveu a riqueza e o luxo de ambientes aristocráticos ornados por preciosidades de uma época pré-capitalista! Em *Os Camponeses* ele introduz a propriedade a partir de uma minuciosa descrição das dependências do castelo das Aigues e os requintes da decoração interior no estilo Luís XV, encerrando esse quadro artístico com a seguinte perplexidade: “Como é que não se compreende que as maravilhas da Arte se tornam impossíveis num país sem grandes fortunas, sem a garantia de existências faustosas” (Cam, p.31).

Reproduzindo a moral de Mandeville⁴⁶, defendia a ociosidade de uma classe, a aristocracia, e todos os benefícios que dela resultassem. “Se as pessoas ricas, as fortunas hereditárias da Câmara Alta, corrompidas por seu modo de viver, praticam abusos, estes são inseparáveis da existência de toda a sociedade; é preciso aceitá-los com as vantagens que oferecem” (BALZAC *apud* RÓNAI, 1989, p.37). Entre essas vantagens, talvez ele estivesse se referindo às primícias de uma época glamorosa cujas obras até hoje são o orgulho dos franceses. Justiça seja feita aos talentos forjados nessa corte ociosa, um Molière, um Racine, um La Fontaine⁴⁷ e tantos outros espíritos que transmitiram à França o legado do seu gênio, aos quais Balzac muitas vezes fez referência ao longo de *A Comédia Humana*.

⁴⁶ Bernard de Mandeville (1670-1773) economista holandês famoso por ter enunciado em *A Fábula das Abelhas* a premissa: vícios privados benefícios públicos. A fábula, utilizando uma colmeia para representar a sociedade humana, narra a licenciosidade das classes abastadas e a vida laboriosa de uma classe inferior. Cansados dessa vida desonesta, os membros dessa colmeia pedem um dia que ela passe a ser honesta, mas a conclusão é que a virtude não traria benefícios materiais e a colmeia não poderia viver sem o vício e a corrupção das elites que, na verdade, resultavam em benefício para a colmeia (o país) e todos os seus habitantes.

⁴⁷ Molière (1622-1673) - cognome de Jean-Baptiste Poquelin, dramaturgo francês sob o mecenato de Luís XIV. Entre suas peças mais famosas estão *O Avaro*, *O doente imaginário*, *Tartufo*, *Preciosas*, *Ridículas*, *Escola de Mulheres*, etc. (PEIXOTO, 1993)

Jean Racine (1639-1699) - matemático e dramaturgo francês, também sob o mecenato de Luís XIV. Estreou com a peça *Andrômaca* e mais tarde outras obras consagraram o talento do jovem dramaturgo. Entre elas, *Berenice*, *Ifigênia*, *Fedra* (ROIS DE FRANCE, 2008).

Da mesma forma, algumas manufaturas como a de Sevrès no fabrico dos ladrilhos e das porcelanas em geral e a dos Gobelins com as tapeçarias, são exemplos de empresas reais representativas da grandeza de um tempo de prosperidade espiritual, cultural e não exclusivamente econômica; um tempo em que a arte, sob o mecenato do Estado, podia se expressar livremente, descuidada das preocupações mais ordinárias da vida material.

Essas manufaturas, símbolos dos reinados de Luís XIV e Luís XV respectivamente, foram progressivamente substituídas por grandes indústrias e empresas financeiras modernas, os bancos, e toda a sorte de mazelas de uma sociedade de mercado consolidada pelo liberalismo do “rei burguês”⁴⁸. Os vícios da antiga corte foram transferidos para o prédio da Bolsa. Os fuxicos e as cartas de amor que circulavam de boca a boca e de mão em mão foram substituídos pelos fuxicos da bolsa e pelas letras de câmbio. Como bem lembrou Rónai, “a letra de câmbio desempenha em *A Comédia Humana* um papel igual ao da carta de amor” (RÓNAI, 1957, p.143). O cavaleiro de Valois, um dos representantes da velha nobreza balzaquiana, prevendo a desarticulação nos costumes, explicou à ambiciosa Susana que “os reinados de Luís XIV e Luís XV [...] foram as despedidas dos costumes mais belos deste mundo” (SOL, p. 496).

“Um retrato restaurado”

Exatamente duzentos anos depois do início dessa fase de prosperidade cultural, o ramo primogênito dos Bourbons seria violentamente destronado pelos ímpetos revolucionários de 1789, cujo sentimento de desigualdade, opressão e miséria do país foi o artífice da revolução burguesa. Restaurados em 1814 e depois em 1815, não poderiam reinar por muito tempo, pois a grande revolução de 1789 havia enraizado no sentimento dos franceses os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que o reinado reacionário de Carlos X, último representante dos Bourbons, feria profundamente. O rei Carlos X, coroado em 1826, sucedeu ao trono após a morte de seu irmão Luís XVIII, mas seu governo ultraconservador não pactuou com uma França já liberal e as ordenanças de 25 de julho de 1830, dissolvendo a Câmara e restringindo a liberdade de imprensa, foram o estopim para as Três Gloriosas, revolução que levou ao poder a

Jean de La Fontaine (1621-1695) - advogado e poeta da corte do “rei sol”, ficou famoso pelas suas fábulas que se “serviam dos animais” para moralizar o homem (ROIS DE FRANCE, 2008).

⁴⁸ Luís Filipe

casa Orléans instaurando a Monarquia de Julho e pondo fim à Restauração. Por isso, Luís Filipe teve as condições necessárias para o seu golpe de estado.

A liberdade, tão cara aos franceses, foi, de certa forma, respeitada por Luís Filipe mesmo se essa liberdade, como Balzac concluiu na fala de muitos personagens, fora apenas uma liberdade postiça baseada numa igualdade também postiça que anulava as diferenças do nascimento para substituí-las pelas diferenças econômicas.

Dostoiévski, leitor, admirador e tradutor de Balzac na Rússia, numa viagem que fez a algumas cidades europeias no verão de 1862, resumiu em suas “impressões”, referindo-se a Paris, o quadro das idiossincrasias sociais numa sociedade “recém- libertada” dos seus antigos grilhões, confirmando a tese de Balzac sobre o limitado alcance desses princípios:

A liberdade. Que liberdade? A liberdade de, igual para todos, de fazer o que bem se entender, dentro dos limites da lei. Mas quando é que se pode fazer o que bem se entender? Quando se possui um milhão. A liberdade concede acaso um milhão a cada um? Não. O que é um homem desprovido de milhão? O homem desprovido de milhão não é aquele que faz o que bem entende, mas aquele com quem fazem o que bem entendem. O que se conclui daí? Conclui-se que, além da liberdade, existe a igualdade e justamente a igualdade perante a lei [...]. O que subsiste da fórmula? A fraternidade [...]. O ocidental refere-se a ela como a grande força que move os homens, e não percebe que não há de onde tira-la, se ela não existe na realidade. O que fazer, portanto? É preciso criar a fraternidade, custe o que custar. Verifica-se, porém, que não se pode fazer a fraternidade, porque ela se faz por si, concede-se por si, é encontrada na natureza. Todavia, na natureza do francês e, em geral, na do homem do Ocidente, ela não é encontrada, mas sim o princípio pessoal, individual, o princípio da acentuada autodefesa, da auto-realização, da autodeterminação do seu próprio Eu, da oposição deste a toda a natureza e a todas as demais pessoas, na qualidade de princípio independente e isolado, absolutamente igual e do mesmo valor que tudo o que existe além dele (DOSTOIÉVSKI, 2000, p.130).

Mesmo sendo partidário da ala mais reacionária e conservadora da aristocracia, os ultras ou legitimistas, em vários romances Balzac foi o crítico mais consciente de um governo esclerosado, cuja debilidade transparecia dia a dia na ausência de uma unidade entre os interesses da nação e os de classe. “Sem dúvida, Balzac era legitimista na política; sua grande obra é uma elegia perpétua que deplora a irremediável decomposição da alta sociedade [...] mas, apesar de tudo isto, sua sátira nunca é mais incisiva, sua ironia mais amarga do que quando faz agir esses aristocratas [...]” (ENGELS *apud* RÓNAI, 1989, p.39).

Em *A duquesa de Langeais*, Balzac revela as causas desse colapso e censura os abusos cometidos pela aristocracia em proveito próprio, ignorando o “perigo” das mudanças que, desde

1789, declaravam o “povo” portador de direitos e este, sempre cioso das suas conquistas, impunha-se violentamente e até fraudulentamente para fazer valer esses direitos; “o povo soberano andava então muito cômico do seu poder [...]” (Cam, p.94).

Em *Os Camponeses*, tem-se o retrato desse povo livre que usa meios espúrios para atingir a igualdade que lhes foi outorgada pela grande Revolução. “O interesse, sobretudo depois de 1789, tornou-se o único móvel de suas idéias; para eles nunca se trata de saber se uma ação é legal ou imoral, mas se é proveitosa” (Cam, p.60).

A aristocracia combatia esses anseios como um concorrente e não percebia que, segundo Balzac, estava em suas mãos a chance de unir a nação através dos interesses. “Em vez de se mostrar protetor como um Grande, o Faubourg Saint-Germain⁴⁹ se fez ávido como um *parvenu*. E, desde o dia em que se provou à nação mais inteligente do mundo que a nobreza restaurada organizava o poder e o orçamento em seu proveito, ela foi ferida de morte” (DL, p.151).

As futuras gerações, a geração dos jovens de *A Comédia Humana*, a qual Lukács se refere como uma geração perdida, sem perspectivas diante das novas condições sociais impostas pelo capitalismo, não seguiu os conselhos de Balzac proferidos na fala de uma de suas aristocratas, Sabina de Grandlieu:

Os jovens gentis-homens desta época deveriam pensar em reconquistar no seu país o terreno perdido por seus pais. Não é fumando charutos, jogando *uïste*, tornando mais inaproveitável ainda a sua ociosidade, contentando-se em dizer impertinências aos *parvenus* que os expulsaram de todas as suas posições, apartando-se das massas, para as quais deveriam servir de alma e inteligência, aparecer-lhes como uma providência, que eles existirão (Btz, p.397).

Balzac lamentava a conivência da aristocracia restaurada para com os valores burgueses. Nos quinze anos em que teve a oportunidade de restaurar a sociedade monárquica (1815-1830) ela se deixou seduzir pelas possibilidades de lucro na especulação financeira, abandonando as rédeas políticas aos burgueses emergentes, o que no discurso conservador de Balzac minou todas

⁴⁹ Bairro residencial da aristocracia francesa desde a vacância de Versalhes. Num fragmento do romance *A Duquesa de Langeais*, Balzac explica o que de fato esse bairro representava para Paris naquela época e mesmo para a França: “O que em França se denomina o Faubourg Saint-Germain não é um bairro, nem uma seita, nem uma instituição, nem nada que se possa claramente exprimir. A place Royale, o Faubourg Saint-Honoré, a chausse d’Antin possuem igualmente edifícios onde se respira o ar do Faubourg Saint-Germain. Assim, pois, todo faubourg não está no faubourg. Pessoas nascidas muito longe de sua influência podem-no sentir e ingressar naquele mundo, enquanto certas outras que lá nasceram podem dele ser para sempre banidas. Os modos, a fala, numa palavra, a tradição do Faubourg Saint-Germain é em Paris, há cerca de quarenta anos, o que a Corte era antigamente [...]” (DL, p.145).

as possibilidades da Restauração. “Matava um futuro certo em proveito de um presente duvidoso” (DL, p.150). Nesse caso, o que Balzac percebe é que o *ethos* do trabalho mudou. Não é mais pelas habilidades que exhibe na caça, na montaria, no jogo, etc., que um senhor se distingue dos seus súditos, mas como homem público envolvido politicamente nas grandes questões nacionais.

A Restauração falhou porque a capacidade de direção da aristocracia sucumbiu ante as aspirações burguesas, tão distantes dos hábitos e costumes “patricios” que não mais se harmonizavam com os interesses liberais. A duquesa de Langeais, personificação feminina do Faubourg Saint-Germain, nos diálogos entusiasmados com os quais exercia seu coquetismo sobre o liberal Montriveau, deixava transparecer a impotência de uma classe dirigente. “Por meio desse personagem feminino [...] Balzac quis simbolizar e pintar uma aristocracia ultrapassada, imobilizada, egoísta, incapaz de compreender que os tempos mudaram e que, por isso, está condenada ao esquecimento” (TAILLANDIER, 2005, p.69).

Para complicar as chances da restauração, nos dois séculos em que estiveram no poder, os Bourbons marcaram sua presença com os reinados polêmicos de Luís XIV e Luís XV, deixando na lembrança dos franceses o fausto de Versalhes e todos os privilégios de uma corte parasitária. Quando retornaram, em 1815, encontraram uma França transformada, pois a Revolução de 1789, seguida pelas guerras napoleônicas, foi decisiva para lançar as bases da nova sociedade e impedir o efetivo restabelecimento da antiga ordem.

Um detalhe, no entanto, faz diferença quando se trata de julgar as causas do fracasso da Restauração. Régine Pernoud (1981) lembra que é preciso distinguir os homens da Restauração daqueles grupos de tendências ultras. A esses últimos se devem todas as reações e exaltações do Antigo Regime. Dos quadros políticos nomeados pelo rei Luís XVIII, quando do seu retorno em 1815, um percentual muito pequeno era composto pelos emigrados, sendo a grande maioria composta por antigos funcionários imperiais. “Os bonapartistas como se sabe, fizeram-se em quase sua totalidade liberais” (UCS, p.113). Isso significava que a condução da Restauração não estava nas mãos dos ultras ou legitimistas, mas nas dos antigos funcionários de Napoleão, o que no entender de Balzac, levou a um descompasso de interesses. Hobsbawm lembra que “[a] sociedade do período da restauração foi a dos capitalistas e dos carreiristas de Balzac, do Julien Sorel de Stendhal, e não a dos duques emigrantes que retornaram” (2000, p.204).

Mas então de onde vinha o conflito? Se a França estava durante a Restauração nas mãos dos liberais e os interesses em jogo eram na sua maioria burgueses, não haveria motivo para o malogro real.

De fato, visto sob a ótica burguesa, a Restauração não significou nenhum fracasso, pelo contrário, foi uma etapa de ajustamento de interesses e de articulação entre os atores políticos e as expectativas da alta finança, extremamente necessária à fase posterior. A Restauração foi uma fase pacífica, porque permitiu a conciliação dos valores antigos e modernos. Na análise que faz da novela *Os Camponeses*, Lukács destaca a qualidade de Balzac em narrar a unidade do desenvolvimento histórico compreendido entre a Revolução Francesa e a Monarquia de Julho, em que a Restauração foi apenas uma etapa desse desenvolvimento “unitário e contraditório” (1989a, p.325).

Um dos exemplos apresentados por Régine Pernoud dessa fusão de interesses é o do banqueiro Jacques Laffite (1764-1844), homem de confiança de Napoleão sob o Império. Mudou de partido durante a Restauração para ser o governador do Banco da França e mais tarde apoiou e arquitetou, juntamente com outros banqueiros, a revolução de 1830. Casimir Périer, sucessor de Laffite, é outro exemplo de banqueiro e político. Foi presidente da Câmara no final da Restauração e presidente do Conselho de 1831 a 1832. Suas trajetórias põem às claras a estreita relação que havia entre a alta finança e a nobreza imperial na época da Restauração, bem como as dificuldades que a antiga nobreza encontrou para se restabelecer.

Outra razão para a impossibilidade e fracasso da Restauração é frequentemente citada por Balzac. Trata-se da promulgação da Carta Constitucional por Luís XVIII em junho de 1814. Esse documento previa, entre outras coisas, o sufrágio censitário para os proprietários de terra e o direito às eleições por indivíduos a partir dos quarenta anos com pelo menos mil francos em arrecadação. “A Carta Constitucional concedida por Luís XVIII tinha o defeito de amarrar as mãos dos reis, forçando-os a entregar os destinos do país aos quadragenários da Câmara dos Deputados e aos septuagenários do pariatto, de os privar de ir buscar um homem de talento político [...], apesar da sua mocidade ou da pobreza de sua situação” (Fun, p.208). Ora, quem atendia mais prontamente essas exigências eram os novos ricos, os burgueses enriquecidos pela Revolução e nobilitados por Napoleão. Esse foi um grande obstáculo à aristocracia restaurada e evidenciava o contraste observado por Pernoud (1981) entre o “país real” e o “país legal”.

O estudo de Elias remonta à sociedade de corte, mas pode ser estendido ao período da Restauração. Para ele, o antagonismo aristocracia/burguesia é uma simplificação que não dá conta de explicar as divergências que culminaram na Revolução de 1789 e, como sabemos, seguiu velada até meados do século XIX. Sua explicação está na distribuição do poder social que nem sempre era idêntico ao nível social. “O que está na base de tal simplificação é uma confusão de nível social com poder social. [...] Um ministro como Colbert, cuja origem burguesa ninguém esquecia, nem ele mesmo, tinha à sua disposição chances de poder incomparavelmente maiores do que a maioria dos membros da aristocracia da corte” (ELIAS, 2001, p.268). Embora Colbert estivesse há séculos de distância do embate entre a aristocracia e a burguesia no período da Restauração, ele não deixa de representar para aquela sociedade o que agora, por exemplo, os banqueiros representam para esta.

A Restauração foi também um período de relativa paz, pois já havia passado o terror revolucionário e o furor das guerras napoleônicas, em que foi assegurada a estabilidade necessária para a acumulação econômica que levaria a burguesia a se consolidar enquanto classe a partir de 1830 e se emancipar de qualquer referência externa depois de 1848. O fracasso foi somente para aqueles que esperavam na Restauração um retorno das antigas instituições cujo restabelecimento encontrou sempre um adversário de peso, a burguesia emergente. “Enfim, deve-se reconhecer que a Restauração merecia seu nome no sentido mais positivo do termo, pois é um período eminentemente reparador, durante o qual a França reencontra no exterior seu prestígio e no interior sua prosperidade econômica” (PÉRNOUD, 1981, p.327).

Partidário dos Bourbons, dinastia que reinou na França desde 1589 com Henri IV até 1793 com o rei guilhotinado, Luís XVI, e depois, no período da Restauração, de 1815 a 1830, Balzac tinha consciência de que o retorno da monarquia não poderia restaurar na França os valores e as tradições perdidos com o fim do Antigo Regime, mas, pelo menos, atenuar-se-iam os impactos sociais negativos da vitória burguesa de 1789. Para Löwy e Sayre, o romantismo revolucionário do romancista desiludia tanto as possibilidades de um retorno às formas precedentes quanto a certeza de que o progresso com as suas benesses poderia preencher o vácuo deixado nessas vidas desestruturadas pela Revolução. Essa visão “compreende que o restabelecimento das estruturas pré-capitalistas é impossível e considera, mesmo lamentando profundamente que o advento do capitalismo industrial é um fato irreversível ao qual é preciso se resignar” (LÖWY e SAYRE, 1993, p.30).

A crítica à aristocracia restaurada é encontrada também na análise de Auerbach quando se refere a outro romance, *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal. Auerbach nota que a aversão que o protagonista Julien Sorel tem por esses nobres restaurados que admitiam “como aliados pessoas *snoobs* e corruptas dos círculos da burguesia enriquecida, as quais, pela desavergonhada baixez de seus afãs e pelo zelo pela fortuna mal ganha, acabam por deteriorar completamente a atmosfera” (AUERBACH, 2004, p.407), era consequência de um “fenômeno político e sócio-histórico da época”. Essa época é da epopeia do capitalismo e do dinheiro como estrutura funcional imprescindível para a sua consolidação. O apego aos valores burgueses que Stendhal e Balzac condenaram em suas obras não era um sentimento alheio às mudanças ocasionadas na sociedade, fazia parte da própria evolução do capitalismo.

“Duas verdades eternas”

No prefácio de *A Comédia Humana*, Balzac diz escrever “à luz de duas verdades eternas: a religião e a monarquia, as duas necessidades que os acontecimentos contemporâneos proclamam e para as quais todo escritor de bom senso deve fazer voltar a nossa terra” (Pre, p.672). Essas duas instituições foram violentamente banidas da sociedade francesa desde a Revolução de 1789 e só tiveram o seu restabelecimento alguns anos mais tarde. O culto católico, em 1802, numa missa de ação de graças durante o consulado, e a monarquia, em 1814, com a primeira restauração e depois, em 1815, com a segunda restauração do ramo destituído, os Bourbons.

O Antigo Regime tinha suas bases assentadas e articuladas nessas duas instituições, de modo que cada uma delas possuía seus impostos, seu orçamento, seus privilégios e claro, suas obrigações. À igreja cabia a responsabilidade de inverter os fundos arrecadados na forma de caridade (dom gratuito), à universidade e aos hospitais. A pesquisa de Régine Pernoud (1981) estima que o montante das contribuições da igreja para com o estado estava próximo de 250 milhões entre 1715 e 1788 e 1,3 milhões de libras por ano em contribuições fixas. Apesar da relativa autonomia, estava submetida à vontade régia.

Na França, a instituição católica gozava de forte influência junto à nobreza e, salvo o período dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos no século XVI, a sua autoridade esteve sempre amparada pelas dinastias monárquicas. Esses eram os dois grandes pilares da

sociedade francesa no Antigo Regime e foi contra essas instituições que a Revolução de 1789 dirigiu a sua luta, fazendo-as cessar pela guilhotina. Era essa estrutura o principal alvo da revolta jacobina, ficando muito mais evidente no período do Terror que durou de 31 de maio de 1793 até 9 Termidor (dia da prisão de Robspierre, 27 de julho 1794), quando milhares de pessoas consideradas inimigas da República pereceram no cadafalso. Em *Um Caso Tenebroso*, romance que figura nas cenas da vida militar de *A Comédia Humana*, os Simeuse são um exemplo do Terror em ação. Essa antiga família de nobres da Lorena inventada por Balzac teve sua propriedade confiscada e vendida como bem nacional pela República depois que o marquês de Simeuse e sua esposa foram acusados de traição e condenados à morte pelo tribunal revolucionário de Troyes.

Entretanto, um dos mais graves ataques contra essas instituições dizia respeito ao monopólio político pelo qual exerciam o poder na França, o que perturbava a burguesia emergente que, por essa época, já concentrava a riqueza do país, assim como a uma parcela significativa da população que vivia da mendicância ou no limite de seus rendimentos. A ambição política da burguesia somada à situação de penúria da população foi o mais contundente suporte da revolução burguesa. “Conjugam-se oposição política à monarquia, o desejo da burguesia enriquecida de controlar o Estado – e particularmente suas finanças – e a agitação social: de maio a julho de 1789, os motins urbanos dos desempregados se justapõem às pilhagens dos comboios de grãos, clássicos nos casos de fome” (VILAR, 1980, p. 371).

As mudanças desencadeadas com a Revolução tiveram repercussão muito além do período considerado revolucionário. Como lembrou o doutor Benassis em *O Médico Rural*, elas abalaram a França por mais de quarenta anos. Foi daí que seu personagem e também Balzac tiraram suas conclusões sobre a época. Época da evolução burguesa que demoliu o edifício social para reconstruí-lo sobre as bases da ideologia liberal.

Em vários romances encontramos longas digressões sobre a época, sobre o século que trazia em seu frontispício a morte da Igreja Católica e substituía as riquezas da eternidade pelas do mundo material, a escuridão do dogma religioso pela lucidez do esclarecimento. Novamente, em *O Médico Rural*, o cura Janvier explica a um ex-soldado de Napoleão que o triunfo das ideias modernas, difundidas pelo processo de secularização, desviou os homens dos trilhos do cristianismo e que o sistema político que tanto buscavam havia sido um dos princípios da Igreja no passado. Em sua opinião, “será difícil aos novos sistemas políticos, por mais perfeitos que os

suponhamos, recomeçar as maravilhas devidas às épocas em que a Igreja sustentava a inteligência humana” (MR, p. 400).

No mesmo prefácio supracitado, Balzac se diz discípulo do visconde Louis de Bonald (1754-1840) e Bossuet (1627-1704). Ao lado do conde Joseph de Maistre (1753 – 1821), outro importante representante do pensamento conservador francês, de Bonald foi um dos pensadores mais combativos das doutrinas liberais. Esses filósofos de origem aristocrática foram na França os principais opositores da filosofia Iluminista. Para eles, a família e não o indivíduo deveria ser a unidade básica da sociedade. Opinião compartilhada por Balzac e expressa de modo muito semelhante no prefácio de *A Comédia Humana*: “considero a família e não o indivíduo “como o verdadeiro elemento social” (Pre, p.672). Na concepção desses autores, o grande edifício social se esboroava com o fim das antigas instituições.

O pensamento conservador baseou sua contestação nos próprios enunciados intelectuais e filosóficos dos séculos XVII e XVIII que procuraram combater. Era, portanto, um movimento intelectual de reação nascido da necessidade de demonstrar os perigos que a filosofia iluminista representava para a manutenção das sociedades. “Para Bonald, como para todos os conservadores, essa havia sido a enormidade política da Revolução Francesa: ter o Estado assumido, sozinho, a autoridade naturalmente afeta à família, a Igreja e às outras instituições” (NISBET, 1980, p.133).

Esses pensadores ficaram conhecidos como “os profetas do passado” pelo passadismo que transparecia de seus escritos. “Foi a ênfase no passado histórico que teve a maior relevância para os conservadores. Balzac, “em vez de ir com os inovadores modernos” (Pre, p.672), compartilhava suas profecias. Admitia o catolicismo e a monarquia como dois “princípios gêmeos”, que devem ser proclamados pelos escritores na função que têm de esclarecer a sociedade.

Para ele, a religião católica era o que entendia sua personagem, a duquesa de Langeais, uma necessidade política. Somente pelos mandamentos dessa doutrina é que se poderia organizar uma sociedade livre, restituir o sentimento de fraternidade que os artífices da Revolução de 1789 pretendiam como obra sua, o que se mostrou paradoxalmente inatingível na lógica egoísta da sociedade pós-revolucionária. A religião teria então a função disciplinadora de domar os instintos egoístas do homem, despertados pela livre concorrência do mercado, no qual agora todos eram mais ou menos vistos como atores econômicos, cingidos com a racionalidade instrumental e

utilitária do *homo economicus*. A inveja que despertaria as massas contra as superioridades sociais só poderia ser evitada se fosse substituída por um sentimento menos egoísta.

Mas, se a famosa afirmação do prefácio de *A Comédia Humana* contribuiu para enfileirar Balzac ao lado de escritores conservadores que defendiam a Igreja Católica e a monarquia, em muitas ocasiões, sua obra desmentiu sua lealdade a essas duas instituições. Rónai lembra que o autor se considerava discípulo da igreja mística de São João⁵⁰. “Desde 1836, aliás, Balzac acha que ‘a religião mística de São João... será a dos seres superiores; a de Roma, a da multidão’” (RÓNAI, 1989 p.66). Seu misticismo também está presente em outras cenas como no romance *Úrsula Miroüet* onde aparecem cartomantes e uma sessão de hipnose para desvendar o misterioso caso de uma herança.

Se em alguns romances ele invocou a religião católica como disciplinadora, moralizadora e acima de tudo de uma nobreza tão firme como a da monarquia, em outros ela foi parcial, artilosa e manipuladora através dos personagens que a representavam.

Foi em nome dessa instituição e dos milagres de Sant’Ana de Auray, a patrona da Bretanha, que o padre Gudin incitou o ódio dos *chouans* contra a república, valendo-se de cultos católicos clandestinos para requisitar os rebeldes. Vejamos como procedia esse sacerdote:

Oh! Oh! Esta República de réprobos vendeu em leilão os bens de Deus e os dos seus senhores, e dividiu o preço entre os *Azuis*⁵¹; depois, para alimentar-se de dinheiro como se alimenta de sangue, acaba de decretar que dos escudos de seis francos se tirem três libras, assim como deseja carregar três homens em seis; e os mancebos de Marignay não tomaram suas carabinas para expulsar os *Azuis* da Bretanha? Ah! Ah!...O Paraíso lhes será recusado, e eles jamais poderão obter a salvação! Eis o que dizem de vós. É portanto de vossa salvação, cristãos, que se trata. É vossa alma que salvareis combatendo pela religião e pelo rei. A própria Sant’Ana de Auray me apareceu anteontem, às duas horas e meia. E falou-me conforme vos repito: És um padre de Marignay? – Sim, senhora, a vosso serviço – Pois bem, sou Sant’Ana de Auray, tia de Deus, à moda da Bretanha. Continuo sempre em Auray e agora aqui, porque vim para que digas aos rapazes de Marignay que não poderão esperar salvação se não se armarem. Assim sendo, tu lhes recusarás a absolvição de seus pecados, a menos que sirvam a Deus! Abençoarás as suas carabinas, e os jovens que estiverem sem pecado não errarão a pontaria contra os Azuis, porque suas carabinas estarão bentas!... (Bre, p.510).

⁵⁰ Não encontramos nenhuma referência, mas provavelmente, está se referindo a São João da Cruz, o patrono dos poetas espanhóis.

⁵¹ Eram assim chamados os soldados da República francesa.

Vemos, portanto, que existe uma diferença muito clara para Balzac entre a instituição religiosa representada na Igreja Católica, uma entidade física, forte, com sua organização hierárquica a qual impõe desde a sua cúpula até os mais recônditos curatos os mandamentos e preceitos religiosos e a religião da comunhão de ideias cristãs, o laço, o *reliigar*, que une os semelhantes pelo sentimento de fraternidade. A primeira, como ele sustentará em várias ocasiões, é uma necessidade política, um princípio organizador; a segunda, uma manifestação natural dos seres humanos capaz de “unir as espécies sociais e lhes dar uma forma durável” (MR, p.349). Assim, explica o doutor Benassis: “Uma religião é o coração de um povo, ela exprime os seus sentimentos e os engrandece atribuindo-lhes uma finalidade, mas sem um Deus visivelmente respeitado a religião não existe e, portanto, as leis humanas não têm nenhum vigor” (MR, p.348).

Mas, por que seria necessário um princípio organizador numa sociedade de iguais? No modo como Balzac julgava a sua época, a igualdade era um princípio postiço, impossível, embora legalmente sancionado. Para ele, existirão sempre, mesmo em condições de igualdade, indivíduos que revelam qualidades superiores e por essa razão cedo ou tarde subjugarão os demais por suas ideias. Veremos na última parte deste trabalho que o seu sistema social admitia a hierarquia estabelecida a partir da superioridade das ideias, do poder e da fortuna. As supremas manifestações da arte, da política e do dinheiro.

“O MAL DO SÉCULO”: ASCENÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO REGIME BURGUÊS

“Uma estréia na vida”

A centralização administrativa em Paris foi uma das medidas legislativas da Revolução de 1789 levadas a cabo por Napoleão. Dividida em 83 departamentos que após alguns ajustes, passariam a 85, tendo por sede administrativa a cidade mais importante do departamento, “com um prefeito que era o agente do poder central” (PERNOUD, 1981, p.301), a França estava próxima de uma unificação política e administrativa com homogeneidade na aplicação das leis, favorável, segundo Pernoud, aos interesses da burguesia legista. Com isso, a província ficava submetida administrativamente à capital, acentuando a oposição que existia entre o que se pode chamar de velho e novo. O resultado não foi apenas de ordem administrativa e as influências de Paris sobre o resto do país não tardaram a criar uma rivalidade que se expressava, sobretudo, nos hábitos e a atrair a nova geração de provincianos para as chances de uma carreira bem sucedida na capital. A emigração provinciana deveria ter também na lenda napoleônica um dos seus motores, afinal o jovem Bonaparte deixou um dia a província para fazer carreira em Paris. Seu nome se perpetuou por toda a Europa e os mais ambiciosos devem ter-se inspirado na determinação do ilustre filho de Ajacio para tentar o mesmo na capital.

A oposição Paris/província é muito marcada ao longo da obra de Balzac e uma das formas em que ela se expressa é na confrontação direta de personagens. Aqui pretendemos confrontar alguns tipos provincianos com os tipos parisienses através dos seus estilos de vida. Nessa etnografia dos costumes e tradições da civilização francesa, a província foi uma fonte inesgotável de tipos humanos e é também na província que os valores burgueses, ou trazidos pela Revolução de 1789, tardam a chegar e a modificar as velhas tradições. A província não “admite coisa alguma vinda de Paris sem um longo exame, recusa as casimiras assim como as inscrições no Grande Livro da Dívida Pública, caça das novidades, não lê nada e quer ignorar tudo: ciência, literatura, invenções industriais” (SOL, p.517). Portanto, a confrontação desses tipos expressa mais claramente a dicotomia antigo/novo, a oposição que Balzac pretende destacar entre

a sociedade tradicional e a moderna⁵². A primeira, símbolo da era palaciana e encarnação dos valores aristocráticos; a segunda, sediada no prédio da Bolsa encarnava os valores da burguesia.

Quando postos face a face, provincianos e parisienses, tornam-se evidentes as suas diferenças físicas e morais, seja no vestuário, nos trejeitos ou mesmo nas considerações sobre os valores, costumes e tradições. Podem ser homens ou mulheres, jovens ou já amadurecidos pela idade, é impossível não perceber o contraste que Balzac faz questão de destacar. “O mundo de Balzac é sórdido, ruim, egoísta, de instintos e ambições rasteiras e as nobres figuras se destacam sempre por contraste contra um segundo plano sombrio ou inumano” (MARTINEZ-ESTRADA, 1964, p. 23).

Alguns desses provincianos foram imortalizados pelos seus destinos em Paris, como é o caso de Luciano de Rubempré em *Ilusões Perdidas* e em *Esplendores e Misérias das Cortesãs* e de Eugênio de Rastignac em *O Pai Goriot* e em *A Casa Nucingen*. Embora nunca tenha sugerido que seus romances fossem autobiográficos, vimos que o próprio Balzac foi um desses provincianos em Paris. Deslumbrado com essa “grande cortesã”, ele deixou que a cidade fosse uma das maiores “colaboradoras” da sua obra e, talvez, em meio aos sobressaltos das suas angústias e vitórias, ele tenha concebido os destinos de seus personagens, confundindo-os com a sua própria biografia. “As lutas de Rastignac com a pobreza e suas transigências com a consciência constituem um quadro da mocidade penosa do próprio escritor” (RÓNAI, PG, p.18). Martinez-Estrada também reconhece esses indícios biográficos na obra de Balzac ao afirmar que “um dos traços típicos do romantismo que se sedimentou em seus romances foi o marcado caráter autobiográfico que transmitiu a alguns personagens” (1964, p.21). É a transposição da experiência na forma romanesca.

Em *Úrsula Mirouët*, romance no qual Balzac explora a tese do magnetismo animal de Swedenborg para elucidar o caso de uma herança, dois provincianos, Desidério e Saviniano, deixam Nemours pelos ares de Paris e, cada um a seu modo, desafiou e foi desafiado na capital francesa. Desidério “desejara satisfazer em Paris todas as suas fantasias, como as satisfazia em sua cidadezinha e havia, cada ano, gasto mais de doze mil francos. Por outro lado, adquirira, por vias dessa soma, idéias que nunca lhe ocorriam em Nemours. Despira a pele de provinciano,

⁵² Segundo Nisbet, essa oposição apareceu de várias maneiras na tipologia de diferentes autores: “em Sir Henry Maine, é a ‘situação’ versus ‘contrato’; em Tocqueville, é o ‘aristocrático’ versus ‘democrático’; em Marx, é o ‘feudal’ versus ‘capitalista’; em Tönnies, é a *Gemeinschaft* versus *Gesellschaft*; em Weber, é o ‘tradicional’ versus ‘racional-burocrático’; em Simmel, o ‘rural’ versus ‘urbano’; e assim por diante” (NISBET, 1980, p.120).

compreendera o poder do dinheiro e vira na magistratura um meio de subir”(UM, p.23). Desidério, porém, era filho de uma família burguesa e seu destino em Paris será mais promissor do que o de Saviniano, que era de origem aristocrática. O momento era propício para a ascensão dos valores burgueses, a Revolução de 1789 já havia nivelado juridicamente os indivíduos e “apagado as asperezas”, e o que Balzac costumava lamentar, uma concepção mais ampla da vida, não tinha lugar na sociedade “meritocrática”.

Sem se dar conta dessas transformações, mesmo porque sempre vivera numa cidade pacata onde os grandes eventos nada mais eram do que os incidentes domésticos ou o ofício semanal religioso, Saviniano deixou Nemours em busca dos prazeres parisienses. O fragmento a seguir expressa o sentimento que muitos provincianos tinham de suas vilas. Foi esse mesmo sentimento que levou Saviniano a deixar Nemours:

O tédio duma vida sem ar, sem objetivo e sem ação, sem outro alimento além do amor dos filhos pelas mães, fatigou de tal modo Saviniano que ele rompeu suas cadeias, por brandas que fossem, e jurou nunca mais viver na província, compreendendo, um pouco tarde, que seu futuro não estava na rua dos Burgueses. Aos vinte e um anos, pois, deixara a mãe para se apresentar aos parentes e tentar fortuna em Paris (UM, p.105).

Assim que foi introduzido nos salões parisienses, cujas portas lhe foram abertas graças ao nome comum à sua rica parentela, ele percebeu o contraste que separava a vida de Paris e a vida provinciana. O luxo e o brilho daquelas casas aristocráticas onde os serviçais eram mais bem vestidos e asseados que qualquer nobre de província, a graça das mulheres sempre frescas por uma toalete impecável, a desenvoltura dos dândis da época, etc., impressionaram facilmente um jovem de vinte e um anos “faminto de prazeres”. Mas, para desfrutar esses prazeres novos e estar em condições de mostrar-se no “arquipélago parisiense”, foi-lhe preciso sangrar as economias que sua mãe vinha acumulando há pelo menos vinte anos.

Saviniano gastou logo seis mil francos que ela lhe dera para ver Paris. Essa importância não cobriu as despesas dos seis primeiros meses e ele ficou devendo o dobro dela ao hotel, ao alfaiate, ao sapateiro, ao alugador de carros e cavalos, a um joalheiro, a todos os comerciantes que concorrem para o luxo dos jovens. Apenas havia conseguido fazer-se conhecer, apenas sabia falar, apresentar-se, vestir os coletes e escolhê-los, encomendar as casacas e amarrar a gravata, e já se achava diante de trinta mil francos de dívidas [...] (UM, p.105).

Todo esse aparato fazia parte de uma espécie de batismo, de ritual de entrada no mundo parisiense. Balzac descreveu muitas vezes essa formatação a que são submetidos os provincianos recém chegados. Em *Ilusões Perdidas*, o estreante Luciano de Rubempré, para estar à altura dos mais evidentes dândis dos salões de Paris, encomendou uma sobrecasaca, sapatos, chapéus, lenços, a roupa branca, bengala, etc., gastando em alguns dias o dinheiro que trouxe para passar o ano. “Os seus estreantes que chegam a Paris, sabem com muita presteza, o que custa freqüentar a boa sociedade, uma indumentária elegante, sapatos de verniz, uma carruagem nova, um apartamento, um criado, mil pequenos nada e futilidades que necessitam ser conhecidas e pagas” (ZWEIG, 1946, p.35). Luciano não sabia, mas reconheceu logo no primeiro passeio que fez pelas ruas de Paris o quanto seus trajes e seus modos contrastavam com os dos demais transeuntes, o quanto a simplicidade provinciana contrastava com o luxo parisiense. “Surpreendido por aquela multidão a qual se sentia estranho, aquele homem de imaginação sentiu como uma imensa diminuição de si mesmo” (IP, p.154).

Enfim, Luciano encontrava-se em Paris porque seguira sua amante, a Sra. De Bargenton, em solteira Maria Luisa Anaís de Nègrepelisse, uma espécie de soberana, de mecenas na tranquila Angoulême, rainha em um pequeno salão onde Luciano estreou como poeta, aos seus olhos, de grande talento. De fato, suas *Boninas*, um volume de poesias, e o manuscrito de um romance histórico no qual ele trabalhava há alguns anos, *O Archeiro de Carlos IX*, faziam sobressair o talento literário do jovem poeta entre as pessoas daquele “Faubourg Saint-Germain mirim”. Mas esse talento, como ele saberá mais tarde, não foi suficiente para impedir o seu desastre no meio literário parisiense. De acordo com Lukács, as decepções de Luciano não foram somente o efeito dramático de uma trajetória frustrada em Paris, mas a consequência obrigatória de uma série de conexões, aparentemente marginais, que levaram à sua catástrofe; são a causa e o efeito do realismo balzaquiano.

Com a profunda e ampla concepção de seus tipos, com a profundidade e amplitude de sua visão social, com a requintada e múltipla conexão dos seus personagens com a base social e com o ambiente das suas ações, Balzac cria aquele vasto campo, dentro do qual centenas e centenas de casos podem se cruzar e o seu efeito de conjunto dará sempre a impressão de uma profunda necessidade (LUKÁCS, 1968, p. 112).

Além dos gastos desproporcionais à sua origem, a sobrecasaca que encomendara foi uma espécie de rótulo de estrangeiro ao mundo dos salões. Ao entrar na Ópera, no camarote da Sra.

d'Espard, Luciano foi logo notado, inclusive pela sua amante, percebido como um endomingado que destoava dos rapazes elegantes daquela atmosfera. O estranhamento, porém, foi recíproco. A Sra. de Bargeton encontrava-se no camarote da Sra. d'Espard, sua prima e verdadeira dama da alta sociedade, “parenta de um dos mais importantes membros da Câmara real”, no momento em que Luciano viu eclipsarem-se todas as qualidades que até então o seduzira.

Luciano, duplamente esclarecido pela bela sociedade daquela pomposa sala e por aquela mulher eminente, viu, enfim na pobre Anaïs de Nègrepelisse a mulher real, a mulher que os parisienses viam: uma mulher grande, seca, de pele áspera, fanada, mais que ruiva, angulosa, afetada, pretenciosa, provinciana no falar, e, sobretudo, mal-amanhada [...] Luciano, envergonhado de haver amado aquela espinha de peixe, prometeu a si mesmo aproveitar o primeiro acesso de virtude de sua Luísa para a deixar (IP, p.162).

Os dois amantes se repeliram, lamentando a paixão que até então os unira, sem perceber que em cada um refletia sua própria imagem de provincianos. Aqui vale a pena um parêntese, pois o próprio Balzac foi um desses provincianos deslumbrados com a capital. Assim como o neófito de *Ilusões Perdidas*, ele passou muitas vezes por essa figura ridícula mal trajada, ostentando um luxo ordinário e exagerando nos acessórios que ele fazia questão de exibir como raridades. “Amigos e testemunhas [...] zombam de bom grado do seu mau gosto, da sua famosa bengala com o suporte de mão cravejado de turquesas que lhe custou 700 francos, das suas roupas confeccionadas por Buisson, o alfaiate mais chique de Paris. Ridiculamente vestido, dizem que se parece como um ovo de páscoa” (TAILLANDIER, 2006, p. 88).

Em *Ilusões Perdidas*, o constrangimento de Luciano pelo vestuário não teve apenas como efeito a constatação de certa inferioridade frente aos outros rapazes, mas a manifesta incompatibilidade de duas concepções de mundo, a do provinciano e a do parisiense. A do provinciano conserva ainda traços daquela bondade ingênua e protetora que Balzac atribui à sociedade tradicional, suplantada no parisiense pela lógica egoísta da sociedade burguesa em formação.

Acariciado pela vaidade da amante, a Sra. de Bargeton, e pela admiração indulgente da sua família, pois aos olhos de Eva Séchard, sua irmã, Luciano era o “madrugar da fortuna”, ele compreendeu tarde demais que a contradição entre os seus valores de provinciano e a sua ambição em tornar-se famoso como escritor deveriam passar por um ajustamento das suas convicções. Para Lukács “[a] contradição íntima entre o talento poético e a fraqueza humana de

Luciano o reduz a um brinquedo nas mãos de todas aquelas tendências poéticas e literárias que estão a serviço do capitalismo” (1968, p.107).

Mas essa confrontação não se dava apenas em Paris. Na província, um dos exemplos mais chocantes desse contraste foi a chegada de Carlos Grandet em Saumur e o encontro com sua prima Eugênia Grandet, protagonista do romance homônimo. Seu pai, Guilherme Grandet, ao falar em Paris, recomenda-lhe uma temporada na casa do tio em Saumur, omitindo-lhe os verdadeiros motivos dessa viagem. Carlos, desconhecendo a falência dos negócios do pai, pensou em fazer uma estreia digna de parisiense com toda a coqueteria dos jovens janotas e marcar presença na casa dos tios. “Numa palavra, enfim, queria passar mais tempo escovando as unhas em Saumur do que em Paris, e ostentar o excessivo rebuscamento no vestir [...]” (BALZAC, 1981, p.47).

Ao perceber suas roupas, suas mãos, o cabelo bem frisado e os hábitos que mais pareciam de uma moça, Eugênia reconheceu a distância que a separava do primo. Apesar de acostumada a uma vida simples, sem ostentação, foi impossível não considerar o efeito que aquela visão de querubim causara em si. “Gostaria de poder tocar a pele acetinada daquelas belas luvas finas. Invejava as pequenas mãos de Carlos, sua tez, a frescura e a delicadeza de seus traços” (BALZAC, 1981, p.250).

Carlos chegou em Saumur trazendo as últimas invenções da moda parisiense. Um estilo de vida que não se expressava apenas no vestuário, mas também no próprio pensar e agir e, segundo Balzac, era a consequência de uma vida cheia de vícios iniciada por Anette, sua amante. Anette iniciou-lhe nos meandros da vida parisiense, inculcando-lhe egoísmo que não tardaria a despertar “logo que de espectador ocioso ele passasse a ator no drama da vida real” (BALZAC, 1981, p.133). Toda essa experiência concentrada em alguns anos de juventude fazia de Carlos um “velho sob a máscara de moço”. De fato, quando partiu para as Índias em busca de fortuna, extinguíram-se nele os últimos vestígios de virtude, deixando que o interesse fosse o principal móvel de suas ações.

São alguns exemplos dos efeitos mais nefastos de uma sociedade de mercado onde os laços se fazem pelo dinheiro e pela aparência imediata. Luciano tinha as ilusões bastante vivas para poder distinguir essas aproximações efêmeras. Sucumbiu porque se deixou levar pelas possibilidades de lucro fácil, tornando-se um brinquedo nas mãos de hábeis arrivistas, confirmando o aforismo balzaquiano de que “os homens ou são tolos ou são velhacos” (LUKÁCS, 1968,

p.118). Em Carlos Grandet, os laços sanguíneos não foram suficientes para conter o egoísmo e a ambição pelo dinheiro. Outros, porém, perceberam o interesse que sustentava as relações. “[...] Saviniano refletira sobre a época [...]. Enfim, o dinheiro era o eixo, o único meio, o único móvel de uma sociedade que Luís XVIII quisera criar a exemplo da Inglaterra” (UM, p.119).

Numa sociedade onde a honra, a moral, o *savoir-faire* e a tradição foram destronadas juntamente com a nobreza, o interesse pessoal impera como o único soberano. Numa sociedade onde a família cede ao indivíduo, ela tende a fragmentar-se em células isoladas, lutando umas contra as outras. Nessa sociedade não havia lugar para ilusões como as de Luciano.

Rastignac é, provavelmente, o exemplo mais exitoso de provinciano em Paris. Entre uma novela (*O Pai Goriot*) e outra (*A Casa Nucingen*) ele se torna ministro. Isso porque, após um período de convivência na pensão Vauquer⁵³ com o ex-galé Jacques Collin, também conhecido como Vautrin, Eugênio de Rastignac abandona os valores morais que recebera na província de uma educação familiar religiosa e compreende os ensinamentos do seu mentor. Para penetrar na cidade de Paris e nas suas engrenagens é preciso agir segundo o interesse pessoal, é preciso ajustar-se a ela conhecendo muito bem sua jurisprudência social, tão importante quanto o Código. “O raciocínio mefistofélico de Vautrin nada mais é que a formulação brutal e cínica disso que nesse mundo todos fazem, todos devem fazer, se não quiserem perecer” (LUKÁCS, 1968, p.117). Essas lições de vida foram constantemente proferidas por Vautrin e a clareza de suas palavras foi evidenciada pelo destino trágico de outro pensionista, o Sr. Goriot. Esse antigo comerciante de massas, honesto e de sentimentos verdadeiros morreu vítima do egoísmo de suas filhas e da indiferença da sociedade. A agonia de Goriot é uma das tragédias burguesas mais comoventes da sociedade balzaquiana. Junto com ela agonizavam as virtudes do jovem meridional⁵⁴ que refletia sobre o quadro trágico do pai abandonado. Velando o moribundo em seu leito, Eugênio concluía: “As almas belas não podem ficar muito tempo nesse mundo. Realmente, como se poderiam aliar os grandes sentimentos a uma sociedade mesquinha, pequena, superficial?” (PG, p.218).

Depois de lutar contra o assédio constante da maior das cortesãs, Paris, e o de sua futura amante, Delfina de Nucingen, ele trocou os sentimentos ingênuos do provinciano pela ambição,

⁵³Pensão burguesa situada no quartier Latin em Paris de propriedade da personagem Mama Vauquer onde Rastignac, na época estudante de direito e recém chegado na capital, conheceu Vautrin e Bianchon e o próprio Goriot. Essa pensão e seus habitantes são minuciosamente descritos em *O Pai Goriot* (PG).

⁵⁴Balzac faz questão de ressaltar algumas personalidades em função do meio geográfico em que se desenvolveram e assim ele se referia a Rastignac.

latente desde a sua chegada. O egoísmo reinante da capital fizera-o aceitar as regras do jogo, “ele devia, como num campo de batalha, matar para não morrer, enganar para não ser enganado” (PG, p.113) e a famosa apóstrofe que encerra o romance *Pai Goriot*: “E agora, nós”, desferida por Rastignac do alto do cemitério *Père Lachaise* no dia do enterro do pensionista, foi o primeiro desafio lançado à cidade que até então o desafiara. Como num processo de formação, era o sinal de que a (trans)formação acontecera. “E agora, nós”, a frase mais emblemática de *A Comédia Humana*, simboliza o conflito latente entre o indivíduo e a sociedade. Conflito íntimo de muitos personagens balzaquianos sempre que precisaram agir em interesse próprio.

A partir daí Rastignac manipula em seu favor, decide “enganar toda essa sociedade, e de nela se manter em grande uniforme de virtude, de probidade e de belas maneiras” (CN, p.620). Armou-se de egoísmo da cabeça aos pés e a maior fonte do seu sucesso material foi a cumplicidade nas transações financeiras do barão de Nucingen, marido da sua amante. A história da ascensão de Rastignac é narrada na novela *A Casa Nucingen*, novela altamente sofisticada pela complexidade das manobras financeiras da época e que foram descritas por Balzac com muita perspicácia como se ele mesmo fosse um veterano nessa esfera.

A trajetória bem sucedida de Rastignac impulsionou o protagonista de *Beatriz*, Calisto du Guénic, a deixar a cidade de Guerande na província. Motivado pelo êxito de seu colega, ele tentava convencer a família sobre as chances de sucesso na capital: “Eu posso fazer o que fez o Barão de Rastignac hoje no ministério” (Btz, p.267).

Tanto Rastignac como Calisto eram descendentes de uma nobreza provinciana muito diferente daquela que gravitava na corte. Economicamente, eram muito menos abastados do que alguns burgueses da capital. O desejo de fazer fortuna em Paris era motivado por uma necessidade imperiosa e não por um capricho juvenil. A família de Rastignac, por exemplo, passava o ano com míseros recursos e como o fez observar Vautrin, “com[iam] mais mingau de castanhas do que pão branco” (PG, p.100) a fim de enviar-lhe mil e duzentos francos por ano para o custeio dos estudos. A degradação material dessas famílias tradicionais de nobres provincianos obrigava seus descendentes a recorrer aos meios modernos, ou seja, burgueses, de enriquecimento.

Calisto, um jovem de origem aristocrática de Guérande, educado na rígida tradição bretã, católica e devota à monarquia, é o tipo de provinciano tradicional no qual Balzac expôs os conflitos permanentes entre a província e Paris. Esse romance, ao lado de *A Solteirona* e *O*

Gabinete das Antiguidades, constitui uma das representações balzaquianas mais saudosistas dos hábitos e costumes pré-revolucionários e também a luta lenta e silenciosa desses bretões pela preservação das suas crenças. Ao se referir à Guérande, Balzac enfatiza o aspecto selvagem de um povo que vive e reproduz seus costumes e tradições não ousando admitir as novidades vindas da capital que circulam de boca em boca como a predição de uma catástrofe. “Ali tudo é ainda de limites definidos; a plaina revolucionária encontrou massas ainda demasiado ásperas e duras para nivelá-las [...]” (Btz, p.183). Foi da Bretanha, no oeste francês, que partiu a contra-revolução dos *chouans*, uma guerra civil que buscava a manutenção de suas antigas instituições, em perigo desde 1789. Por isso Balzac faz questão de situar esse espaço francês como o mais hostil à “civilização”.

Entretanto, em Calisto, essas crenças foram abaladas a partir de sua amizade com Camilo Mupin⁵⁵, uma escritora e musicista também de origem bretã que possuía uma propriedade próxima aos du Guénic. Codinome de Felicidade de Touches, Camilo Maupin viveu em Paris onde frequentou os círculos mais elevados dos artistas parisienses; ela representava a elite da intelectualidade francesa e, assim como Vautrin fizera com Rastignac, iniciou Calisto nos meandros da sociedade, guiando a sua sensibilidade para a literatura e as artes, despertando no jovem a curiosidade por um mundo de novidades para além da mediocridade incrustada nas rochas da Bretanha. Assim, “o mundo moderno, com suas poesias, opunha-se vivamente ao mundo melancólico e patriarcal de Guérande, pondo em presença dois sistemas. De um lado os mil efeitos da arte; do outro, a unidade da selvagem Bretanha” (Btz, p.247).

Ela contou-lhe a vida de muitos jovens em Paris, como vivia a nata de parisienses que frequentaram seus salões. Calisto repetia entusiasticamente essas histórias aos seus familiares a fim de convencê-los das suas possibilidades de sucesso na capital: Ela “contou-me a vida em Paris de alguns rapazes da mais alta nobreza, vindos da província, como eu poderei ir, separando-se de uma família sem fortuna e conquistar lá pelo poder da vontade e da inteligência grandes riquezas” (Btz, p.268).

Como Calisto, a maioria dos provincianos teve seus “preceptores” no aprendizado da vida parisiense. “Esses mestres de moral são ou as belas mulheres da alta sociedade, ou os

⁵⁵ Apesar de se tratar de uma personagem do sexo feminino, o codinome é masculino, Camilo. Foi, provavelmente, inspirada na personagem real, a escritora francesa Aurore Dupin conhecida mundialmente pelo seu pseudônimo masculino, Georg Sand. Balzac e George Sand foram contemporâneos e amigos, fato que resultou numa extensa correspondência entre ambos.

espertalhões, ou ainda os artistas” (RÓNAI, 1957, p.141). Lousteau, um espertalhão, foi o mentor de Luciano de Rubempré. Rastignac descobriu nos conselhos de Vautrin e nos de sua prima, a viscondessa de Beauséant, o verdadeiro mecanismo ao qual estavam submetidos. Em Calisto esse aprendizado não foi somente a inovação no campo das ideias oferecida pela Srta. de Touches, ou os prodígios pelos quais deveria sobreviver em Paris, mas, sobretudo, o colocar em xeque a credibilidade dos valores que recebera da sua família bretã e que até então guiara suas ações.

Por outro lado, Felicidade de Touches está longe de ser comparada, quanto ao seu caráter, a Lousteau e a Vautrin e mesmo à viscondessa de Beauséant. Ela não manipula e não usa de meios ilícitos ou imorais na sua conduta, talvez porque sua posição social não exija tais artifícios. Sua experiência no mundo parisiense permitiu iniciar em Calisto uma formação imprescindível para não sucumbir como Luciano. “Durante uma permanência de dois anos em Paris, Calisto despojara-se completamente daquela inocência, cujos prestígios tinham decorado seus primeiros passos no mundo da paixão [...] percebeu as diferenças que separam a vida da província e a vida parisiense” (Btz, p.385).

Esse vai e vem de parisienses e provincianos é amplamente encontrado nas tramas da sociedade balzaquiana e, de certo modo, representa o cruzamento cultural dos valores da província e de Paris, com certa antipatia a esses últimos e apologia aos primeiros. Nessa arenga Paris/província, Balzac é rico em detalhes, como se pode constatar no fragmento de carta a seguir que Laura de Rastignac escreve a seu irmão em Paris: “E se houver modas em Paris que não conhecemos, manda-nos um modelo, principalmente para vermos como são os punhos” (PG, p.94). A faceirice desse pedido mostra, além do afeto pelo irmão ausente, o entusiasmo dos mais jovens para com as novidades e modas da capital.

A pureza de valores que alguns tipos provincianos encarnam entra em choque com as condições de sobrevivência na sociedade burguesa de mercado e caminham para a sua corrupção ou para a sua resignação. Para ilustrar, podemos citar o exemplo de Luís Lambert que, depois de uma temporada em Paris, onde frequentava as aulas do Museu de História Natural, decide retornar a Blois, no Vale do Loire. Numa carta endereçada a seu tio e tutor ele antecipa as razões do seu retorno:

Caro tio, deixarei em breve esse lugar, onde não consigo viver [...] Aqui o ponto de partida para tudo é o dinheiro. É preciso dinheiro, mesmo para nos livrarmos dele, Mas, apesar desse metal ser necessário a quem quer pensar tranquilamente,

não me sinto com coragem de o transformar no único móvel do meu pensamento (LL, p.70).

Do lado feminino, Diná Piedfer, a Sra. de La Baudraye em *A Musa do Departamento*, que, como o próprio título sugere, não era mais que uma divindade em Sancerre, viu o brilho que coroava sua superioridade de mulher na província embaçado pela graça de muitas parisienses durante uma representação literária que costumava reunir a escol daquela sociedade. “Na província não há escolha nem comparação a fazer: o hábito de ver as fisionomias dá-lhes uma beleza convencional. Transportada para Paris, uma mulher que passa por bonita no interior não desperta a menor atenção, porque não é bela senão pela aplicação do provérbio: *Em terra de cegos, quem tem um olho é rei*” (IP, 155, grifos do autor). O constrangimento que sentira vendo-se alvo de muitas lunetas revelou uma inferioridade acanhada. “Essa noitada foi o derradeiro clarão da enganadora despreocupação em que a Sra. de La Baudraye viveu desde a sua chegada a Paris” (MD, p. 439). Após um período de aventuras românticas na capital, ela retornou à província para recuperar o círculo dos seus adutores e a dignidade maculada por um romance adúltero com um dos “almofadinhas” de Paris, Estevão Lousteau.

A força das conexões ocultas na capital, ou o que Balzac costumava chamar de acaso, podia arruinar mesmo espíritos mais fortes e intrigantes como Flora Brazier, a Gapuiadora em *Um conchego de solteirão*. Após dezoito meses de núpcias com o fausto parisiense, foi progressivamente, através das manobras secretas de seu marido Felipe Bridou, divorciada dessa vida e dos meios para ostentá-la, sucumbindo sem mesmo conhecer a verdadeira causa da sua ruína. “Quando Felipe viu sua Gapuiadora habituada aos vestidos e aos prazeres caros, não lhe deu mais dinheiro e deixou que ela tratasse de arranjá-lo [...] por intermédio de um jovem e soberbo suboficial, deu-lhe o gosto pela bebida” (UCS, p.259).

La Peyrade, o famoso espião contratado por Nucingen em *Esplendores e Misérias das Cortesãs*, foi precursor no itinerário feito de Rastignac. Em 1772 deixou a casa paterna para fazer a fortuna que da família não poderia herdar. “Sétimo filho, tinha vindo a pé para Paris, com doze francos no bolso [...] aos dezessete anos, estimulado pelos vícios de um temperamento fogoso, pelo desejo brutal de fazer carreira que atrai tantos meridionais à capital [...]” (EMC, p.121). A sua corrupção foi necessária para poder sobreviver em Paris à grande Revolução, ao Império e por último, à Restauração.

Outros exemplos poderiam reforçar esse incansável combate entre a província e Paris, assim como demonstrar a sensibilidade do romancista para contrastar os seus tipos acentuando os caracteres de provincianos e parisienses nas suas particularidades, mas eles recairiam sempre no mesmo antagonismo.

Até aqui temos analisado tipos virtuosos de provincianos nos quais Balzac pretendeu destacar as qualidades morais que se opunham ao calculismo frio e interessado e, não raras vezes, criminoso da maioria dos parisienses. Importante lembrar que para Balzac a província não era isenta de ações auto-interessadas, como veremos com Félix Grandet, uma das figuras balzaquianas mais diabólicas e egoístas, no entanto provinciano. O fato de Balzac destacar as qualidades morais da província como contraponto à ambição parisiense deve ser entendido como a sua elegia a um mundo que resiste apenas em algumas tradições intocadas pela “plaina revolucionária”. Muitas das suas descrições são revestidas de um tom triste e nostálgico, mas, sobretudo, consciente do processo irreversível que as ideias revolucionárias desencadearam: “Ah! A nobre e sublime Bretanha, que terra de crenças e religião! Mas o progresso a espreita, estão construindo-lhe pontes e estradas; as idéias virão e adeus o sublime!” (BALZAC, v.3, 1989, p.376).

Outra razão para a generosidade dos tipos provincianos é apresentada por Rónai quando lembra que, segundo Balzac, nas cidades da província, ao contrário de Paris, “a criminalidade é menor – não porque nelas o homem seja mais virtuoso, mas sim porque o número de tentações que levam ao crime é mais reduzido” (RÓNAI, 1957, p.138). Ao entardecer, enquanto os bicos de gás ascendem nas ruas de Paris os desejos dos prazeres mais efêmeros, sempre renovados e sempre mais exigentes, a província se recolhe ao redor de uma vela de estearina para o jogo de cartas ou para os ofícios da costura ou da lã. Rostos concentrados no movimento das cartas ou na atenção mecânica das bordadeiras e costureiras contrastam com as máscaras parisienses: “máscaras de fraqueza, máscaras de força, máscaras de misérias, máscaras de alegria, máscaras de hipocrisia; todas extenuadas, marcadas todas pelos sinais indeléveis de uma ofegante avidez” (MOO, p 245).

Esse resumo da trajetória de alguns personagens ajudou-nos a compreender como Balzac via a circulação dos valores modernos no interior do país, sobretudo depois da centralização administrativa em Paris e como foram gradativamente repercutindo sobre as novas gerações. Para ilustrar, toda uma geração de jovens de *A Comédia Humana* aparece no desfile de provincianos e

parisienses ao longo da obra, evidenciando, segundo Lukács (1968), a consistência do realismo balzaquiano quanto ao processo histórico que vivenciava e o trânsito dos valores emergentes em toda a França onde os destinos da geração pós-napoleônica, a geração de Luciano, Calisto, Rastignac, eram a expressão do movimento de ascensão do capitalismo. É também a maneira de mostrar o contraste entre o antigo e o novo, o tradicional e o moderno, situando historicamente o fim do Antigo Regime e a emergência da sociedade burguesa de mercado.

“A condenação do mundo burguês” – o reino da mediocracia

É certo que Balzac atribuía à aristocracia o papel de senhor em uma sociedade em vias de se desintegrar. Essa desagregação social, alimentada cotidianamente pelas pressões materiais das quais os homens tentam se livrar, lançando mão de expedientes nem sempre nobres, era temida por Balzac. “Ao aumentar os direitos individuais, ao atacar a propriedade aristocrática, a Revolução Francesa causou, [na opinião de Balzac], a atomização das famílias e dos patrimônios e, sobretudo, atiçou as ambições e realidades pessoais” (TAILLANDIER, 2006, p. 94).

Já vimos que é nas obras de conservadores que Balzac tira a fundamentação de muitas das suas críticas a esse novo modelo de sociedade. Mesmo sabendo impossível um retorno às formas anteriores, Balzac não cansava de decorar a fala de alguns seus personagens com os preceitos moralistas como os que sustentavam os escritos de De Bonald e De Maistre. Para esses autores, assim como para Balzac, depois que a família deixou de ser a célula básica da sociedade, os conflitos decorrentes da luta individual afirmaram as diferenças que a filosofia Iluminista esforçara-se por apagar. É nesses mesmos termos que a aristocrata Luísa de Chaulieu explica à sua amiga Renata de l’Estorade as consequências da Revolução:

Sabes, minha filha, quais são os efeitos destruidores da Revolução? Jamais os suspeitarias. Ao cortar a cabeça de Luis XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os chefes de família. Hoje não há mais família, há somente indivíduos. Ao querer tornar-se uma nação, os franceses renunciaram a ser império. Ao proclamar a igualdade de direitos à sucessão paterna, mataram o espírito de família, criaram o fisco. Prepararam, pois, a fraqueza das superioridades e a força cega da massa, a extinção das artes, o reinado do interesse pessoal e abriram caminho à conquista (MJE, p.237-238).

Balzac não era a favor dessa emancipação em relação ao pátrio poder, cuja obediência que dele emanava era um dos alicerces da sociedade tradicional. Em muitos momentos lança a dúvida quanto à solidez dos novos pilares sociais, sobretudo, o individualismo e o interesse pessoal. Até que ponto eles poderiam garantir a estabilidade e a coesão que emanava da família tradicional?

Ao perder a solidariedade das famílias, a sociedade perdeu aquela força fundamental que Montesquieu descobrira e chamara a *honra*. Ela isolou tudo para melhor dominar, tudo dividiu para enfraquecer. Reina sobre unidades, sobre algarismos aglomerados como grãos de trigo num montão. Poderão os interesses pessoais substituir as famílias? (CA, 1954, p.85)

Em uma sociedade baseada na hierarquia e na obediência como outrora, pelo menos os conflitos estavam disfarçados sob um destino providencial. Existia a “convicção social geral de que os homens tinham direitos e deveres, de que a virtude não era simplesmente equivalente ao dinheiro, e de que as classes mais baixas, embora baixas, tinham suas modestas vidas na condição social a que Deus os havia chamado” (HOBSBAWM, 2004, p.278). Agora, que o “pau-de-sebo do poder” (Cam, p.145) estava liberado para todos os talentos, o conflito irrompia dessa luta individual desenfreada. “Pois uma sociedade fundada sobre o dinheiro e sobre a concorrência separa os indivíduos em nômades egoístas, hostis e indiferentes aos outros” (Löwy e Sayre, 1993, p.22). Ainda assim, esses cidadãos iguais perante a lei não poderiam chegar igualmente juntos ao pódio da arena social simplesmente porque não havia lugar para todos. Foi nesses termos que um dos personagens mais lúcidos de *A Comédia Humana*, Vautrin, resumiu para Rastignac o balanço das disputas parisienses desde que a sociedade se decompôs em indivíduos:

Uma fortuna rápida é o problema que se propõem resolver agora mesmo cinquenta mil rapazes que se acham na mesma situação que você. Você é uma unidade desse número. Avalie os esforços que terá de fazer e a ferocidade do combate. Como não há cinquenta mil bons lugares, vocês terão de se devorar uns aos outros como aranhas num frasco (PG, p.103).

O raciocínio de Vautrin sobre as chances de ascensão social levaram-no a conceber a sociedade como uma arena onde os mais fortes, nesse caso os mais espertos e menos sensíveis aos imperativos da consciência, triunfarão. Para isso, ele se pôe fora desse meio atuando como

um expectador e um transgressor das normas sociais e morais porque percebeu a inadequação flagrante quando se trata de ascender socialmente. As possibilidades e os lugares mais cobiçados são limitados, mas os desejos humanos de ascensão não têm limites e foram ainda mais estimulados pela ideologia liberal que libertou a sociedade da rígida hierarquia do Antigo Regime.

Para Rónai, a capacidade de Balzac como observador impediu-o de fazer expiar o crime e premiar a virtude. “Os bons, como tão freqüentemente acontece no mundo de Balzac, ficam apenas com a vitória moral: as altas posições, a riqueza, os prazeres da existência cabem aos espertos” (RÓNAI, 1957, p.82). O mérito e o talento cedem ao charlatanismo. “O contraste entre um mundo na teoria totalmente aberto ao talento e, na prática, com cósmica injustiça, monopolizado pelos burocratas sem almas e barrigudos filisteus, clamava aos céus” (HOBSBAWM, 2000, p.282).

Além de haver transferido da família para o indivíduo o ponto de todos os contatos, a Revolução também destruiu outro pilar do edifício social, a religião católica. Conforme já dissemos, Balzac via na religião o papel disciplinador dos apetites egoístas que os homens, assim como os animais, desenvolvem em situações limites. Mesmo sendo um místico que transitava pelas diversas filosofias ocultistas, Balzac aceitava a religião católica como um remédio necessário para impedir a proliferação do egoísmo.

Mas, se Balzac condenou os valores do mundo burguês e distinguiu a aristocracia como a classe que deveria conduzir o país depois da Revolução, isso não o impediu de mostrar os vícios da classe perdedora e, como afirmou Grib (1958), Balzac chegou a determinadas conclusões, porque viu com clareza as contradições insolúveis da nova ordem social. Diante de uma classe perdedora majoritariamente dominada pela “lepra social” e de uma burguesia ascendente, cínica e pobre no que se refere à cultura e às artes, Balzac teria optado pela primeira; dos males o menor. Entretanto, alguns autores como Fischer defendem essa escolha como uma aspiração romântica, uma vez que a aristocracia, a qual Balzac faz apologia ao longo de sua obra, nunca existiu de fato, está muito mais num plano ideal do que num retrato fiel do que fora no passado patriarcal.

A explicação de Löwy e Sayre sobre a visão romântica pode ser estendida a Balzac e de certa forma complementa a tese de Fischer sobre o modo como o romancista via a sociedade aristocrática no Antigo Regime. O passado idealizado é a referência utópica para o devir.

A visão romântica toma um momento do passado real em que não havia características negativas do capitalismo, ou estas eram atenuadas, quando características humanas sufocadas pelo capitalismo ainda existiam, e o *transforma em utopia*, molda-o como encarnação das aspirações e das esperanças românticas. Com isso se explica o paradoxo aparente de que o *passadismo* romântico pode ser - e, genericamente, de certa maneira, ele o é - também um olhar para o futuro; pois a imagem de um futuro sonhado para além do capitalismo se inscreve numa visão nostálgica de uma era pré-capitalista (LÖWY e SAYRE, 1993, p.23).

O partido de Balzac é em relação aos valores encarnados pela aristocracia do Antigo Regime. Entretanto, Grib (1958) faz uma distinção entre a verdadeira aristocracia, aquela dos antigos patrícios que é guiada pela tradição e na qual a honra está acima do interesse pessoal, e a aristocracia aburguesada que não se detém diante dos obstáculos morais para chegar a uma fortuna rápida ou de origem questionável. Mesmo que a verdadeira aristocracia só tenha existido num plano ideal, os valores que ela representa servem de parâmetro para a nova sociedade, pautada por valores burgueses.

O trabalho de Donnard sobre as “realidades econômicas e sociais de A Comédia Humana” lembra que na época de Balzac havia uma discussão, ensejada ainda no século XVIII pela tese de Boulainvilliers, que separava a França em duas raças: os nobres e os *routuriers*. Os primeiros, descendentes dos francos, eram os legítimos herdeiros da França e os segundos, “descendentes dos gauleses derrotados, deveriam apenas obedecer”. “Essa tendência era geral sob a Restauração e apesar de enfraquecida, ela subsistia ainda sob a Monarquia de Julho; o antagonismo que opunha a burguesia à nobreza traduzia-se por violentas discussões ideológicas [...]” (DONNARD, 1961, p. 237). Pernoud (1981) considera essa informação histórica insuficiente e racista, “desmentida pela experiência e pelos fatos”. Em todo o caso, essa tese foi alimentada por muitos anos e talvez Balzac tenha sofrido sua influência ao privilegiar a aristocracia como classe superior.

Mas, na opinião de Grib (1958), esses nobres não poderiam levar a França a um progresso material e, novamente, essa apologia cai numa visão romântica da classe privilegiada pelo romancista. O velho castelo dos Du Guénic, na cidade de Guérande na Bretanha, é um exemplo de como provavelmente Balzac considerava essa antiga nobreza de sangue. A descrição do barão Du Guénic, pai de Calisto Du Guénic, condensa todos aqueles traços distintivos de uma alma nobre e rígida em princípios. “Os firmes contornos da face, o desenho da fronte, a seriedade das

linhas, a rigidez do nariz, os lineamentos do arcabouço que só os ferimentos podem alterar, indicavam uma intrepidez sem cálculo, uma fé sem limites, uma obediência sem discussão, uma fidelidade sem transações, um amor sem inconstância. Nele o granito bretão se fizera homem” (Btz, p.193).

Fisicamente e moralmente isolados da capital francesa, os costumes haviam se sedimentado de geração em geração de modo que lá ainda era possível se sentir na Idade Média. Mas o velho casarão resistia apenas por tradição numa lenta acumulação muito próxima da avareza em desacordo com as novas formas de reprodução da riqueza, cujos resultados não poderiam assegurar o progresso material do seu séquito. Será a partir da vivência de Calisto em Paris e do seu casamento com uma das herdeiras dos Grandlieu que a fortuna dos Du Guénic poderá ser “restaurada”.

A “acumulação primitiva” já havia acionado um tipo particular de riqueza que se reproduzia numa velocidade e magnitude sem precedentes. Como mostram os números, no tempo em que Balzac exaltava a superioridade da aristocracia como classe, os valores burgueses de mercado já tinham alcançado uma dimensão considerável, configurando a irreversibilidade, pelo menos pacífica, do desenvolvimento da economia capitalista. “Em 1816, na Bolsa, 7 valores eram cotados, mais de 200 em 1847” (CAILLOIS, 1993, p.10). Em outro quadro apresentado por Barbéris (1971) sobre os números da economia francesa na época de *A Comédia Humana*, sobretudo na época da Monarquia de Julho (1830-1848), pode-se compreender a força da burguesia. Por exemplo, de 1815 a 1830 são fundadas 98 sociedades por ações, contra 1600 de 1840 a 1848. Em 1815 as ações da Minas de Anzin valem 1000 francos, em 1834 elas valem 150.000.

Barbéris (1971) situou a aristocracia do mundo moderno, a aristocracia balzaquiana, diante de duas possibilidades de escolha: ou ela se recusava a aceitar as novas regras do jogo, anulando-se e permanecendo apenas como um “código morto”, ou ela aceitava-o, jogando habilmente e “sem escrúpulos”. A aristocracia estava num processo tão acentuado de decadência que a sua sobrevivência já não era mais possível senão em convivência com o modo burguês de reprodução da riqueza. Nesse sentido, Balzac foi de uma lucidez admirável ao fazer vencer, por meios modernos, i.e. burgueses, os descendentes dessa antiga classe, um Rastignac e um De Marsay. Rastignac, por exemplo, será três vezes ministro, tornar-se-á barão e será o marido da filha de sua amante, Delfina de Nucingen, com o banqueiro mais poderoso de *A Comédia*

Humana, o barão de Nucingen. De Marsay, aliado aos liberais orleanistas de esquerda, realizará suas ambições políticas a partir de 1830, com o fim da Restauração, chegando a ministro e presidente do Conselho. “A nobreza, afinal de contas, fazia parte de um momento brilhante da Restauração. Ela não conta mais na França real” (BARBÉRIS, 1971, p.184).

A França à qual Barbéris faz referência é uma França burguesa, porém, em *A Comédia Humana* essa etapa de superação da aristocracia como classe não é tão evidente, pois, como observou Hobsbawm (2000), o fim da sociedade aristocrática não significou o fim da aristocracia. Ela resiste ainda como modelo de comportamento para a grande maioria dos burgueses. A burguesia balzaquiana, apesar de detentora de grandes somas monetárias como Grandet; usurária, antecipando o crédito bancário como Gobseck e Gigonet; comerciante como o Sr. Guilherme da Rua Saint-Denis; industrial como os Irmãos Cointet e César Birotteau; financeira como os Keller, etc., ainda busca referência na aristocracia e só mais tarde, mais ou menos a partir da segunda metade do século XIX, é que ela vai se consolidar enquanto classe autônoma com uma referência própria, ou seja, de si mesma.

Até lá, César Birotteau, à medida que vai enriquecendo vai adquirindo hábitos e maneiras distintas que se refletem até mesmo no afinamento da sua circunferência corporal. Carlos Grandet abrirá mão de um casamento milionário com Eugênia, sua prima, para esposar uma jovem aristocrata pobre, mas herdeira de títulos de nobreza que ele poderá desfrutar na condição de esposo. Nucingen, o banqueiro mais bem sucedido, tentará por muito tempo ingressar no brilhante salão da marquesa d’Espard, rainha do Faubourg Saint-Germain. Crevel, o antigo caixa de Cesar Birotteau, enriquecido durante a monarquia de Luis Felipe, ambicionará os mesmos títulos que distinguiam seu antigo patrão, entre eles, o de cavaleiro da Legião de Honra⁵⁶.

Até lá, muito “sabão para tirar a casca de plebeu” (*savonnette à vilain*)⁵⁷ será gasto para apagar a origem dos *parvenus*. Até lá, a distinção balzaquiana da *femme comme il faut*⁵⁸ e da

⁵⁶ A Ordem da Legião de Honra foi criada em 1802 por Napoleão Bonaparte com o intuito de distinguir, condecorando com a Cruz da Legião de Honra, aqueles militares e civis que tivessem prestado algum serviço memorável para a França. Era a comenda mais cobiçada por muitos personagens balzaquianos, principalmente os burgueses enriquecidos.

⁵⁷ Segundo a nota n.38 de *A Casa Nucingen*, *savonnette à vilain* era a expressão francesa para designar alguns cargos que os emergentes podiam comprar para apagar sua origem plebeia. Balzac refere-se a esse expediente em outros títulos de sua obra.

⁵⁸ Diz-se da mulher, ou homem (*comme il faut*) que ostentava maneiras elegantes que os distinguiu como membros da corte e se lhes assentava naturalmente. Os novos ricos, os *parvenus*, tentaram imitar essas maneiras, mas era possível perceber a diferença de uma graça transmitida hereditariamente e uma conquistada com aulas de etiqueta. Balzac dá um bom exemplo em *Ilusões Perdidas*: “Há modos indefiníveis de se pôr um chapéu: colocai-o um pouquinho mais para trás e tereis um ar atrevido; ponde-o muito para frente e tereis um ar velhaco; de lado, o ar é de

femme comme il en faut será assunto nos salões aristocráticos mostrando que a burguesia ainda precisa de uma referência externa à sua classe. Isso porque, “as classes em ascensão naturalmente tendem a ver os símbolos de sua riqueza e poder em termos daquilo que seus antigos grupos superiores tinham estabelecido como os padrões do conforto, luxo e pompa” (HOBSBAWN, 2004, p.256).

O fragmento a seguir, extraído de uma nota de um jornal realista em *Os Funcionários*, sugere muitas dúvidas sobre a verdadeira posição da burguesia e demonstra que durante a Restauração ela procurava satisfazer seus secretos interesses através de rasgos de servilismo para com o regime monárquico, envernizados por maneiras aristocráticas.

O Sr. Isidoro Baudoyer, representante de uma das mais antigas famílias da burguesia parisiense [...] acaba de renovar as velhas tradições de piedade que distinguiam essas grandes famílias, tão ciosas do esplendor da religião e tão amigas de seus monumentos. O Sr. Baudoyer doou a essa paróquia o ostensório que várias pessoas admiraram em casa do Sr. Gohier, ourives do rei. Graças a esse homem piedoso, que não recuou ante a enormidade do preço, a igreja de São Paulo possui hoje essa obra-prima de ourivesaria [...]. Apraz-nos tornar público um fato que prova o quanto são vãs as declamações de liberalismo sobre o espírito da burguesia parisiense. Em todos os tempos a burguesia foi realista; ela o provará sempre nos momentos oportunos (Fun, 1959, p203).

A explicação para isso talvez seja o período em que Balzac ambienta seus romances, pois a cronologia interna da maioria dos títulos de *A Comédia Humana* é a da França restaurada, no momento em que a aristocracia volta para casa e ensaia uma nova consolidação enquanto classe dirigente. Portanto, os valores que a distinguem são nesse momento os que simbolizam uma referência de comportamento, de hábitos e, em muitos casos, ideológica. Nessa época não estão muito claras as posições de classe e o que se percebe é uma pluralidade de grupos sociais com seus respectivos interesses em plena transição sem que sua posição econômica possa situá-los nessa ou naquela classe. A cisão de uma sociedade burguesa dividida entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho não se deu por completo e como o próprio Balzac vai demonstrar em alguns romances, o destino de muitos aristocratas ex-proprietários territoriais culminará numa posição subordinada em relação ao capital, ao mesmo tempo em que figuras como Grandet e Nucingen, de trabalhadores assalariados passarão a proprietários

cavalheiro; as mulheres *comme il faut* põem o chapéu de qualquer modo e ficam sempre com ar encantador”(IP, p.174, grifos do autor).

detentores de capital na sua forma mais fetichista, a de títulos. “Além do mais, com o progresso da indústria, frações inteiras da classe dominante s[erão] lançadas no proletariado, ou pelo menos ameaçadas em suas condições de existência” (MARX, 2007, p.55).

Também ressoa por essa época a influência da nobreza militar que Napoleão I criou em 1809 durante o Império e que via na aristocracia um modelo de etiqueta a ser “imitado”, apesar de detestada pela maioria dos admiradores da lenda napoleônica. Foi uma nobreza tão faustosa e opulenta como a anterior e comparável em grandeza à extensão das suas conquistas territoriais. A elite do corpo militar imperial auferiu títulos nobiliárquicos assim como os antigos domínios da aristocracia e os mais importantes cargos políticos. Buscava uma aproximação com a velha nobreza e sentia-se tão superior quanto ela, embora muitos deles tivessem sido recrutados nas diversas camadas da burguesia.

Segundo Pernoud (1981), o serviço militar tornou-se obrigatório aos homens entre os 20 e 25 anos a partir de 1798; até então esses postos eram reservados à nobreza, mas muitos deles escaparam a essa obrigatoriedade com o expediente dos “substitutos”. Mediante pagamento era possível apresentar um recruta substituto para servir ao exército imperial, eximindo-se de combater. Foi isso que fez o padre de Solis em *A Procura do Absoluto* para livrar seu sobrinho Emanuel de Solis da obrigação militar. “Comprou ultimamente um homem para salvar-me do recrutamento, a mim, pobre órfão” (PA, p.557), confessou Emanuel à sua amiga Margarida Claës⁵⁹. Com o serviço militar obrigatório e o expediente dos substitutos foi aberto caminho para que os membros da nova nobreza fossem na sua maioria provenientes da pequena e média burguesia. Além disso, “[n]aquele tempo, o esplendor militar, o aspecto dos uniformes e a autoridade das dragonas exerciam irresistíveis seduções sobre certos moços” (UCS, p.44). O barão de Montcornet, protagonista em *Os Camponeses*, é um dos representantes dessa nova nobreza militar. Depois de finadas as campanhas napoleônicas, esse antigo general retirou-se para as Aiges, nos arredores de Paris a fim de gozar a abastança que um “general-barão” podia usufruir. “Tapeceiro” como era pejorativamente chamado pelos camponeses das Aigues, numa remissão à sua origem plebeia que ele tentava apagar sob o título de barão e de proprietário de terras, significava que o povo via nele um concorrente que renegava as próprias origens;

⁵⁹ Foi também o que pensou fazer Goriot no desespero de conseguir doze mil francos para livrar sua filha Anastácia de algumas dívidas: “Se eu me vendesse como substituto?” (PG, p.200).

“Atormentado pelo demônio da aristocracia [...], teria lambido a lama da Ponte Real⁶⁰ para ser recebido pelos Navarreins, pelos Lénoncourt, os Grandlieu, os Maufrigneuse, os d’Espard, os Vandenesse, os Chaulieu, os Verneuil, os d’Herouville⁶¹, etc” (Cam, p.114). Morria de desejo de ser nomeado Par de França e ostentar o cordão azul.

Notamos, portanto, que o dinheiro em *A Comédia Humana* aparece não como um fim em si mesmo, mas como um meio de afirmação de uma classe, a burguesia, ao mesmo tempo em que permitirá mais tarde disseminar os valores próprios a essa classe. O dinheiro representa uma finalidade somente para aqueles casos arcaicos de entesouramento fora da lógica de reprodução e acumulação da riqueza na estrutura burguesa capitalista. Somente depois de 1848, depois da morte do romancista, quando a burguesia se consolida como classe hegemônica é que os valores que ela representa poderão converter o dinheiro num fim em si mesmo. O dinheiro será além de tudo o que fora até então - medida de valor e meio de troca - o principal veículo dos valores burgueses.

As artimanhas e os ardis que a burguesia balzaquiana empreende nas diversas intrigas de *A Comédia Humana* não visam ao dinheiro senão como meio de ostentar aqueles atributos que distinguiam a aristocracia. Todos os esforços são canalizados para a obtenção de um lugar cativo nas casas aristocráticas, para ter acesso às ilustres famílias do *Faubourg Saint-Germain*, para um camarote na Ópera, para comprar um título nobiliárquico juntamente com o pariatto e ostentar a roseta da Legião de Honra.

Com o advento da Monarquia de Julho, a classe média será “infiltrada nas fibras do Poder” (Bur, p.395), aproveitando a ocasião para elaborar seu catecismo social.

É na época de Luis Filipe que vemos formar-se o espírito burguês, e formular-se o código da vida burguesa. [Em jornais e revistas da época] encontram-se seriamente discutidas as questões do ‘bom tom’ e das ‘boas maneiras’, esses pequenos nada que fazem o homem e a mulher ‘bem educados’, essas minuciosas regras do ‘saber viver’ à delicada observação das quais reconhecemos um ‘homem *comme il faut*’, uma ‘mulher *comme il faut*’ [...] As formas exteriores passam a ter um lugar privilegiado. Sem dúvida, o saber, o talento, as virtudes, o gosto não são totalmente negligenciados, mas é preciso que essas qualidades profundas se manifestem por sinais exteriores facilmente reconhecíveis e basta que sua ausência seja dissimulada (GOBLOT *apud* PERNOD, 1981, p.383).

⁶⁰ “Ponte Real: Pont-Royal, uma das pontes do Sena em Paris, que liga a margem direita ao faubourg Saint-Germain” (N.T.)

⁶¹ Essas famílias correspondem à alta aristocracia da sociedade criada por Balzac.

O resultado, como observou Pernoud, será “esse universo convencional”, essas “falsificações da etiqueta de salões” como meio de se distinguir. Em *Os pequenos burgueses*, Balzac mostra que toda educação recebida na boa sociedade não era suficiente para apagar os sinais da estirpe. Celeste Colleville, por exemplo, teve durante seis anos aulas de música com os melhores professores, “sabia pintar regularmente a aquarela; dançava na perfeição; aprendera a língua francesa, a história, a geografia, o inglês, o italiano, tudo, enfim, que compreende a educação de uma moça de boa sociedade; [...] mas as mãos e os pés denunciavam-lhe a origem burguesa” (Bur, p.393).

Para Hobsbawm (2000), essa vulgarização dos valores aristocráticos pelos novos ricos só acontecia com aqueles burgueses mais abastados que podiam gastar uma parte dos seus lucros com esses luxos desnecessários. “Os Rothschild, monarcas por direito próprio, já se exibiam como príncipes. A burguesia comum não o fazia” (HOBSBAWM, 2000, p.293). Para a grande maioria, a imagem da burguesia está ligada à moderação, à previdência, à poupança, à modéstia, à sobriedade, enfim, àquelas virtudes necessárias à acumulação. De fato, o colorido, o brilho e o extravagante eram características da nobreza que a alta burguesia tentava imitar, ao mesmo tempo em que o preto, o cinza, o sóbrio, etc., davam o tom à trivial vida burguesa. Entre os mais pobres tratava-se de uma condição ditada pela nudez de suas casas e pela escassez dos seus recursos, enquanto que para as classes médias era o respeito às exortações do catecismo utilitário.

Somente a partir de 1850, com os progressos visíveis do “capitalismo e industrialismo”, a referência da burguesia se autonomiza dos padrões estéticos e culturais da aristocracia, institucionalizando-se em novos hábitos de consumo e de ostentação enquanto classe. O seu progresso econômico permite-lhe extrair de si mesma a referência que até então era ditada por outra classe. A partir daí...

O burguês torna-se autoconfiante, impertinente, arrogante, e imagina que pode esconder a humildade de suas origens e a constituição híbrida da nova sociedade elegante [...]. A dissolução do *ancien régime* entra na fase final e, com o desaparecimento dos últimos representantes da velha e boa sociedade, a cultura francesa passa por uma crise mais séria do que quando recebeu seu primeiro choque violento. Em arte, sobretudo na arquitetura e na decoração de interiores, o mau gosto jamais ditara moda de forma tão preponderante como agora (HAUSER, 1995, p.788).

Na sua antípoda, jovens de origem aristocrática como Rastignac e de Marsay, dotados de um caráter fortemente empreendedor e seduzidos pelas possibilidades de ganho, compreenderam e anteciparam-se ao funcionamento da engrenagem moderna, da qual se aproximaram a fim de dominá-la. São apresentados por Balzac como os novos *Condottieri*, espécie de aventureiros, “corsários de luvas amarelas” que transportaram para o século XIX “o velho espírito de aventura, pervertido e degradado, [que] procura agir nas florestas e sobre os mares da vida moderna” (BARBÉRIS, 1971, p.182). Hobsbawm refere-se a esse “elemento conquistador” como a aventura dos “bucaneiros do mundo dos negócios de Balzac” (2000, p.281). Longe de caracterizar um comportamento típico, eles são apresentados como triunfos marginais e os seus êxitos se dão muito mais a expensas do acaso e até da ilegalidade do que da organização racional dos seus empreendimentos.

Esse aspecto foi abordado de maneira similar por Sombart (1998) quando comparou o espírito capitalista francês com os demais países da Europa ocidental. Para ele, a França, até a Monarquia de Julho, “tinha pouca estima ao que se refere ao comércio e à indústria”, certa aversão pelo comércio e pelas profissões liberais, desdenhosamente consideradas. A maioria conservava ainda atitudes “com marcadas tendências senhoriais”. “Estes especuladores aventureiros de grande calibre, junto com outros tantos de igual espírito, porém de menor porte, continuam sendo até nossos dias uma característica exclusiva da França” (SOMBART, 1998, p.150)⁶².

O provável atraso no desenvolvimento capitalista francês em relação à Inglaterra e à Alemanha pode ser confirmado pelo exemplo de Barbéris (1971) quando observa que a mais robusta empresa capitalista de *A Comédia Humana* é a de César Birotteau, com uma dezena de funcionários e com rendimentos anuais perto de um milhão. Em Balzac, “O capitalismo é ainda [...] unicamente pessoal e financeiro, a burguesia mais roedora e proliferadora do que audaciosa, genial e determinada” (BARBÉRIS, 1971 p. 185). Em sua opinião, as demais empresas, como as finanças do banqueiro Nucingen, estão ainda em fase de conformação com o dinamismo do capitalismo europeu. Nesse caso específico Nucingen representa uma “fábula”, operando um capital “desmesurado” e aparentemente sem conexão com a realidade.

⁶² O texto de Werner Sombart aparece pela primeira vez em 1913 sob o título *Der Bourgeois*, portanto a expressão “nossos dias” diz respeito ao início do século XX.

O espírito burguês encontrará eco na França com o advento do ramo mais novo da monarquia ao poder, os Orléans. Igualmente, os interesses políticos da burguesia serão melhor esclarecidos sob Luís Filipe e depois no Segundo Império, com Napoleão III. “A influência dos sansimonianos, que se exercerá de maneira decisiva sob o segundo Império, apoiará ainda mais no sentido puramente individualista combatendo até mesmo a noção de herança e contribuirá para fazer da empresa, muito mais do que a propriedade territorial a fonte essencial de prestígio e de lucro” (PERNOUD, 1981, p.335).

Até a Revolução de Julho os interesses da burguesia não serão tão nítidos e ela será ainda revolucionária, no sentido de aspirar e lutar por aqueles antigos ideais democráticos de 1789. Mas depois, quando já estiverem economicamente definidas as suas posições, ela será neutra e bem comportada, zelosa dos seus capitais e temerária de que uma nova revolução possa abalar suas conquistas materiais.

Numa referência às artes, Hauser chega à mesma conclusão ao afirmar que “até 1848, a maior e mais importante parte das obras de arte pertence à escola ativista, depois de 1848 à escola quietista” (HAUSER, 1995, p.744).

Riqueza mobiliária e mobilidade social

No quadro do que se convencionou chamar Antigo Regime, Albert Soboul (1974) fornece as seguintes referências: a França era formada por três ordens: o clero, a nobreza e o terceiro estado. Os dois primeiros compunham aristocracia, respectivamente os que rezavam e os que combatiam, e o último o povo, os que trabalhavam. Possuía vinte e cinco milhões de habitantes dos quais dezesseis por cento habitavam na cidade. As províncias eram política e administrativamente autônomas.

Desde o século IX, a riqueza estava condicionada ao modelo agrícola de propriedade, compreendendo todos os níveis da população, do monarca até os servos. “É a terra a única fonte de subsistência e a única condição de riqueza [...] Os bens móveis não tinham nenhum valor econômico. Toda a existência social funda-se na propriedade ou na posse da terra” (PIRENNE, 1968, p.13). A posse da terra implicava também, além do status de nobre, uma série de privilégios como o direito a tributos, a exclusividade na carreira militar e até algumas sinecuras, etc. Era a propriedade da terra a maior fonte de distinção social na qual se baseava a sociedade

aristocrática. Baronatos, condados, marquesados, ducados, eram as designações para os senhorios concedidos pelo rei cuja extensão do território estava em relação direta com a honraria concedida, de barão, conde, marquês ou duque.

Em *A Comédia Humana* multiplicam-se os exemplos de famílias nobres como os Grandlieu, os Navarreins, os Chaulieu, os d'Espard (embora o marquês d'Espard tenha descoberto a origem espúria da sua fortuna), onde o nome estava geralmente ligado à grande propriedade com os seus conhecidos brasões e suas divisas, caracterizando mais ou menos o feitio de cada família. A genealogia dos personagens balzaquianos, estabelecida por Anne-Marie Meininger em 1987, ilustra o quadro típico de famílias nobres com suas armas e toda a tradição heráldica da qual Balzac se utilizou para compor a sua nobreza fictícia. Essas famílias, segundo Balzac, se distinguiam por uma superioridade inata que transparecia nos hábitos, na moral, na conduta em geral, herdada de seus antepassados e muito peculiar à sua casta. Normalmente, eram portadores de títulos de nobreza por origem, uma nobreza de sangue, transmitidos de geração em geração e não adquiridos com dinheiro como alguns burgueses fizeram mais tarde. Com a venda dos bens nacionais foi possível a muitos burgueses endinheirados adquirirem os antigos domínios da aristocracia, passando com esse gesto de uma classe a outra. Para reforçar o direito ao título nobiliárquico, muitos deles se lançaram na política ocupando lugares importantes no senado, na deputação e na municipalidade e logo seriam vistos como os novos nobilitados.

Como vimos repetindo, os laços tradicionais que sustentavam as relações no Antigo Regime foram rompidos paulatinamente com o monopólio do dinheiro e do interesse pessoal. Os nomes, as divisas, as armas, os brasões ligados à propriedade territorial e ao status dos detentores desses títulos foram substituídos pelos direitos outorgados pela propriedade mobiliária, ou seja, pelo papel moeda e toda sorte de especulação ligada à nova forma de propriedade. “O renascimento do comércio, a partir do século XI, e o desenvolvimento da produção artesanal haviam criado, no entanto, uma nova forma de riqueza, a riqueza mobiliária, e ao mesmo tempo uma nova classe social, a burguesia” (SOBOUL, 1974, p.22).

Uma das mudanças significativas operadas na sociedade a partir da Revolução de 1789 com impacto sobre a grande propriedade territorial foi o fim da primogenitura, juntamente com as instituições que organizavam a sociedade aristocrática. Somado a isso, a venda dos bens nacionais durante os anos mais tensos da República concorreria para revolucionar a antiga forma de propriedade. A propriedade foi alvo dos ataques republicanos. Os bens nacionais como os

castelos reais e outras propriedades aristocráticas assim como os bens do clero, igrejas e abadias, foram pilhados e postos à venda.

Essas mudanças representavam uma remodelação das formas de reprodução da riqueza, até então centrada na propriedade territorial ligada ao nome de um proprietário e toda a tradição que um modelo senhorial como esse implicava. A primogenitura outorgava a posse integral da terra para o filho mais velho, impedindo a divisão do solo entre os outros membros da família e, conseqüentemente, a redução da riqueza a pequenas quotas. Para as filhas, o caminho era um bom matrimônio, de preferência com algum nobre; e para os outros filhos, excluídos da primogenitura, a carreira militar poderia ser uma alternativa.

Em *Memórias de Duas Jovens Esposas*, romance epistolar ambientado na época da Restauração, acompanhamos o empenho de Renata de L'Estorade em assegurar ao primogênito um morgadio e aos demais uma situação tão cômoda como a do irmão mais velho. Essa prática do morgadio, restabelecida juntamente com os Bourbons em 1815, permitia que os bens da propriedade fossem acrescidos de melhorias ou incorporassem outros bens no intuito de aumentar sempre a riqueza da linhagem herdeira. Numa carta endereçada a sua amiga Luisa, ela fala das suas inquietações sobre o futuro material dos filhos:

Mas seria com quarenta mil libras de renda, das quais trinta pertencem ao morgadio, que eu poderia estabelecer convenientemente Atenais e esse pobre mendigozinho do Renato? Não devíamos nós viver com os proventos do nosso cargo e acumular sabiamente a renda das nossas terras? Em vinte anos teremos juntado cerca de seiscentos mil francos que servirão para dotar quer minha filha quer Renato, que destino à marinha. Meu pobrezinho terá dez mil libras de renda e talvez possamos deixar-lhe em dinheiro uma quantia que torne seu quinhão igual ao da irmã. Quando for capitão de navio, o meu mendigo fará um casamento rico e ocupará na sociedade uma situação igual à do irmão (MJE, p.349).

Essa forma de sucessão, o morgadio, havia sido interrompida com a Revolução, porque os nobres que não sucumbiram na guilhotina exilaram-se no exterior e suas propriedades se tornaram bens nacionais. “A idéia que a família pudesse se perpetuar sobre um domínio era insuportável para os homens da Revolução. Para prevenir a perenidade da família, o Código civil impôs a igualdade da partilha forçada do patrimônio constituída a cada geração” (PERNOUD, 1981, p.269). O regime do morgadio só seria retomado com a restauração da monarquia francesa, mas como veremos, ele já não interessava senão a alguns nobres.

Um exemplo desse processo de remodelação nos padrões de propriedade é a aquisição de um vinhedo, de uma velha abadia e de algumas terras arrendadas, por Félix Grandet, narrados por Balzac em *Eugênia Grandet*. O ex-tanoeiro empregou suas economias do tempo em que trabalhava no porto, acrescidas do dote da esposa, para tornar-se um dos mais ousados empreendedores da aldeia de Saumur adquirindo bens nacionais que a República colocara à venda no distrito. “O sucesso espetacular do tanoeiro que soube tirar proveito de todas as mudanças políticas é a forma que se tornou clássica, a de transferência de riquezas da aristocracia arruinada para a burguesia ascendente” (RUDICH e RUDICH, 1973, p.655).

A venda dos bens nacionais compreendia a alienação de todos os bens que estivessem nas mãos da aristocracia antes da Revolução, por isso as primeiras reações contra o antigo sistema significavam também o aniquilamento de tudo o que pudesse remeter aos seus mais imponentes monumentos, templos, igrejas, abadias, castelos, etc. Além de apagar esse passado patriarcal e opulento, havia a necessidade de dinheiro sonante para financiar os exércitos republicanos.

Daí, segundo Tocqueville (1979)⁶³, o caráter violento da Revolução que atacou toda a antiga ordem e como essa ordem estava de tal modo entrelaçada, parecia que toda a sociedade tinha sido destruída. Tocqueville lembra em *O Antigo Regime e a Revolução* que a divisão das propriedades rurais na França é anterior a 1789. O solo já estava parcelado e a Revolução apenas autorizou que se trocasse de mãos ao vender os bens do clero e da nobreza. “A causa desse fenômeno é, por um lado, que o camponês francês tornara-se proprietário de terras e, por outro lado, que escapara por completo ao governo do seu senhor” (TOCQUEVILLE, 1979, p.71). O senhor já não governava, era apenas uma pessoa distinta em função dos privilégios que gozava e dos tributos que arrecadava. Provavelmente, o fenômeno observado por Tocqueville no antigo regime diz respeito ao fato de não ser o proprietário quem cultivava a sua terra, mas seus arrendatários. Com o passar do tempo eles já eram proprietários. “Assim é que na diocese de Montpellier os camponeses já possuíam 38 a 40% da terra, a burguesia de 18 a 19%, os nobres de 15 a 16% e o clero de 3 a 4%, enquanto um quinto era de terras comuns” (HOBSBAWM, 2000, p.75). Hobsbawm explica que economicamente a sociedade rural ocidental já havia perdido muito das duas características feudais. “O camponês mais ou menos livre, grande, médio ou pequeno, era o lavrador típico” (HOBSBAWM, 2000, p.33). Com a Revolução, a relação que se

⁶³ O livro de Tocqueville a que estamos nos referindo, *O Antigo Regime e a Revolução*, foi publicado pela primeira vez em 1856.

baseava na propriedade-privilégio foi interrompida e muitos camponeses puderam adquirir legalmente uma parte da grande propriedade a qual, em alguns casos, já vinham cultivando. “A Revolução de 1789 foi a vingança dos derrotados. Os camponeses fincaram o pé no solo que a lei feudal lhes interditara durante mil e duzentos anos” (Cam, p.91). Para Lukács, o parcelamento da terra em pequenas propriedades é o núcleo da ação em *Os Camponeses* e representa uma etapa da revolução de 1789 que “segundo a perspectiva de Balzac terminará com o desaparecimento da cultura” (LUKÁCS, 1989a, p.313).

Os emigrados retornaram juntamente com os Bourbons em 1815, retomando algumas de suas antigas propriedades e recebendo indenizações sobre as perdas materiais causadas pela Revolução. Mas o quadro já havia mudado significativamente para que esses nobres mantivessem os antigos laços com a propriedade territorial e muitos deles foram obrigados a liquidar suas terras para pagar dívidas contraídas. Novamente entra em cena a astúcia do falso republicano Grandet que adquire, em 1818, o belo marquesado de Froifond. “A terra de Froifond, notável pelo seu parque, seu admirável castelo, suas fazendas, seus rios, lagoas, florestas, e valendo 3 milhões, foi posta a venda pelo Marquês de Froifond, obrigado a realizar seus capitais”(BALZAC, 1981, p.25).

Uma nova forma de riqueza atraiu muitos deles, cujas propriedades foram vendidas e o dinheiro obtido foi aplicado em títulos públicos. Temos com a aristocrata balzaquiana, Luisa de Chaulieu, amiga de Renata de L’Estorade em *Memórias de Duas Jovens Esposas*, uma atitude contrária à sua amiga e que diz muito a respeito dessa migração para a nova forma de riqueza material:

Pus um milhão no três por cento, quando estava a cinqüenta francos, e realizei assim sessenta mil francos de renda, ao invés de trinta mil, que tinha em propriedades. Ir durante seis meses do ano à província, escriturar arrendamentos, ouvir queixumes dos granjeiros que pagam quando querem, aborrecer-me lá como um caçador em dia de chuva, ter produção para vender e cedê-la com prejuízo; morar em Paris num palacete que representa dez mil francos de renda, empregar fundos em cartórios de notários, esperar os interesses, ser obrigada a processar gente para conseguir reembolso, estudar a legislação hipotecária; enfim, ter negócios no Nivernais, em Sena-e-Marne, em Paris, que fardo [...] Minha fortuna agora está em hipotecas sobre o orçamento. Em vez de pagar contribuições ao Estado, recebo dele, em pessoa, sem despesas, trinta mil francos a cada seis meses, no Tesouro [...] (MJE, p.338).

Conforme demonstrou a astuta Luisa de Chaulieu, a especulação mobiliária não apresentava os inconvenientes da exploração da riqueza territorial cujo valor não se limitava à realização da produção, mas também ao status que conferia ao proprietário da terra. Grandet também sabia disso quando propôs à sua filha Eugênia que investisse suas reservas em títulos públicos, ficando dessa forma livre das variações atmosféricas que muitas vezes arruinam a colheita levando por água abaixo o trabalho de um ano inteiro: “podes empregar teus 6000 francos no governo, e todos os seis meses receberás quase 200 francos de juros, sem impostos, nem reparações, nem granizo, nem geada, nem maré, nem nada disso que atrapalha os lucros” (BALZAC, 1981, p.167). Veremos em outro capítulo que essa garantia dos retornos em capital especulativo apresenta frequentemente tanta vulnerabilidade quanto nos casos da produção agrícola, tendo seu movimento regido por leis muito próximas às variações atmosféricas.

Através da sutileza de alguns personagens, Balzac problematiza a mudança comportamental em relação à riqueza territorial, acompanhando-a de uma concepção favorável aos investimentos em valores mobiliários.

A Bolsa é o *locus* de grandes investidores, como o barão de Nucingen, que desde a juventude descobriram as vantagens da riqueza abstrata. Na esfera mais inferior da sociedade, esse comportamento “especulativo” adquire formas variadas de investimentos. Balzac lembra que a fidelidade de muitos serviçais para com seus amos, aos quais dedicavam a vida e também seus pequenos tesouros⁶⁴ em situações adversas, foi substituída por aplicações regulares nas caixas econômicas.

O comportamento especulativo alcança todos os estratos da população. Em *Os Pequenos Burgueses*, Brígida Thuillier descobriu em tempo a inutilidade do entesouramento e aplicou o montante adquirido na fabricação de sacos para o Tesouro na agiotagem e no desconto de promissórias. Nanon, a fiel servidora de Grandet, “passava pela empregada mais rica de Saumur”. Seu salário de apenas 60 libras, “acumuladas ao longo de 35 anos, haviam-lhe permitido [...] colocar 4000 libras a render juros com Mestre Cruchot” (BALZAC, 1981, p.29). Outra serviçal, a Bougival de *Úrsula Mirouët*, seguiu os conselhos de seu patrão e “obteve trezentos e cinquenta francos de renda colocando assim cinco mil e tantos francos de economias”

⁶⁴ Esse foi o caso de Chesnel, notário de Alençon em *O Gabinete das Antiguidades*. Após ter esgotado todas as possibilidades jurídicas para livrar o jovem conde Vitorino d’Esgrignon de uma prisão por dívidas contraídas em Paris, se viu forçado pela sua fidelidade a essa antiga família aristocrática a vender suas propriedades e mais tarde o próprio tabelionato.

(UM, p.141). “Com o desenvolvimento do sistema bancário e notadamente desde que os bancos pagam juros por depósitos, põem-se neles ainda as poupanças em dinheiro e o dinheiro momentaneamente vadio de todas as classes” (MARX, 2008, p. 535).

Até no submundo das galés as aplicações em títulos públicos encontravam ressonância. A Sociedade dos Dez Mil, encabeçada pelo evadido Jacques Collin, conhecido como Vautrin, encarregava-se de gerir as poupanças particulares dos camaradas e prestar auxílio aos familiares e companheiras em caso de morte, ou restituí-las devidamente corrigidas em caso de liberdade. Vautrin era uma espécie de banqueiro dos forçados. Desde muito jovem ele aprendeu com a sua tia Jacqueline Colin, a Ásia de *Esplendores e Misérias das Cortesãs*, as manobras fraudulentas para extrair lucro superior dos investimentos. É claro que a Sociedade dos Dez Mil opera na clandestinidade e ilegalidade, ficando ao seu livre arbítrio a restituição ou não das quotas individuais. Mas, em todo caso, ela expressa um comportamento especulativo já bem avançado. Balzac não fornece os detalhes das especulações dos Dez Mil, mas através da falsa identidade de Jacques Collin, Sr. Vautrin, ele faz supor que esse digno rendeiro emprega seus fundos em algum investimento moderno. “Jacques Collin, mais conhecido por Engana-a-Morte [entre seus comparsas e a polícia], possui toda a confiança dos três presídios que o escolheram para seu agente e banqueiro. Ganha muito tratando deste gênero de negócios que, como é evidente requer um homem de marca” (PG, p.147).

Em outros romances como *A Solteirona* e *O Gabinete das Antiguidades*, essas duas formas de propriedade entram em conflito aberto. De um lado a nobreza e os valores da propriedade territorial, de outro, a burguesia e os valores emergentes ligados à posse de dinheiro (na sua forma líquida ou em ações). Em *A Solteirona*, por exemplo, a Srta. Rosa Cormon, com quarenta anos completos e ainda solteira, é cortejada por dois pretendentes rivais. O cavaleiro de Valois, velho fidalgo de maneiras distintas que vivia de pequenas rendas, foi um dos *chouans* quando das sublevações do oeste francês contra a República e Du Bousquier, líder do partido liberal em Alençon, descendente de uma antiga família local, “ficava a meio caminho entre o burguês e o fidalgo” (SOL, p.498).

Um, abrupto, enérgico, gestos largos e bruscos, de palavra breve e rude, escuro de tom, de cabeleira, de olhar, terrível na aparência, impotente na realidade como uma insurreição, representava bem a República. O outro, doce e polido, elegante, cuidado, chegando aos seus fins pelos meios lentos, mas infalíveis, da diplomacia, fiel ao gosto, era uma imagem da era palaciana (SOL, p.503).

Ambos viam nessa disputa a possibilidade de um casamento vantajoso. Du Busquier sairá vitorioso dessa arena.

A Srta. Cormom descendia de uma família plebeia, mas que “emparelhava-se com a nobreza, com a qual se tinha muitas vezes ligado por casamentos, e fornecera outrora intendentes aos Duques de Alençon, inúmeros juízes à Magistratura e vários bispos ao Clero” (Sol, p.517). A união com Du Busquier impor-lhe-á um conflito pessoal, existencial, pois, para seguir com seu pretendente ela terá que apoiá-lo numa acirrada campanha política que deverá arrasar as possibilidades aristocráticas.

O conflito em *A solteirona*, entre a burguesia e aristocracia, seguirá em *O Gabinete de Antiguidades* expressando o confronto entre as duas formas de riqueza, a territorial e a mobiliária. É uma questão corrente em Balzac e, normalmente, os poucos representantes da velha aristocracia acabam transigindo à ambição burguesa, principalmente entre as novas gerações.

Evidentemente, não se trata de conceber a sociedade numa espécie de maniqueísmo onde os nobres são bons e honestos e os burgueses ambiciosos e flibusteiros. Como foi mencionado em outra ocasião, tanto uma classe como a outra têm os seus “bons e maus” representantes, e Balzac realçou essas variações quando fez agir nobres corruptos ou quando imolou alguns burgueses puros que não podiam adaptar-se à brutalidade desse mundo material. Foi esse o triste destino de alguns deles como os músicos e velhos amigos Pons e Schmucke, a Sra. Grandet, Marta Michu, a jovem Pierre-Lorrain e muitos outros. Mas, apesar de algumas exceções, é facilmente verificável que o tom pejorativo que o termo burguês adquiriu ao longo do tempo aparece muito claramente em toda *A Comédia Humana*, enquanto que virtude, moral e honra parecem ser atributos exclusivos da aristocracia.

O *juste-milieu*⁶⁵

O aburguesamento que se atribui à sociedade - na França a partir de 1789 e mais precisamente com Luís Filipe depois de 1830 - refere-se especialmente a uma valorização sem

⁶⁵ *Juste-milieu* ou meio-termo: “expressão de Luis Felipe, que desejava manter um justo meio entre as concepções antagônicas da Revolução e da Restauração”. N.T. (CSS, p.313). Termo empregado também com o sentido de bom senso, ponderação, moderado, etc.

precedentes e de amplo alcance da esfera econômica. Como esclarecem alguns livros de história econômica, o conceito de burguês e por extensão o aburguesamento, não estava limitado pela circunscrição ao burgo ou por membros de uma classe social, mas significava também certo comportamento em relação à vida econômica. Em seu estudo sobre a burguesia parisiense no século XIX, Dumard (1970) fala da dificuldade em precisar esse grupo social que muitas vezes confunde-se com a classe média e situa-se economicamente entre a pobreza e a abundância. Assim como outras classes, sua definição deve ser buscada nos seguintes fatores: “condições de vida material, as origens sociais e a formação intelectual e moral, reações e comportamento individual e coletivo” (DUMARD, 1970, p.7).

Sombart apresenta o burguês típico como “uma figura especial que se desenvolve precisamente a partir desses grupos aparentemente burgueses [...], uma pessoa com uma conformação psíquica muito peculiar” (SOMBART, 1998, p.115). De acordo com sua análise, os primeiros representantes surgem na Itália renascentista como se pode constatar de manuais da época elaborados por esses homens ponderados que ostentavam certas virtudes nos hábitos quotidianos. Com elas pretendia-se uma boa administração do lar e dos negócios de maneira sistemática e racional, ou seja, “uma coordenação entre os fins e os meios”. A mais cultivada dessas virtudes era a temperança, o controle sobre os atos de despesas, descartando o supérfluo e o desnecessário, introduzindo-se assim a ideia de poupança.

O que Sombart ressalta é que as virtudes enumeradas e recomendadas nesses manuais do Quatrocento, como o *Della famiglia* de Leon Batista Alberti, são as mesmas encontradas nas máximas de Benjamin Franklin e nas reflexões de Defoe alguns séculos depois. Esses comportamentos, segundo Sombart, formaram a base de um espírito capitalista na acepção mais moderna do termo e contribuíram para originar uma “moral dos negócios”. Além disso, “[...] não podia significar outra coisa que a *radical condenação de todas as máximas da forma de vida senhorial*” (SOMBART, 1998, p.118, grifos do autor), voltada principalmente para uma “economia de gastos”. A moderação era a característica principal desses comportamentos, mas, nas treze virtudes que Benjamin Franklin se propunha a cumprir diariamente, podemos encontrar também e na seguinte ordem: 1) a temperança, 2) o silêncio, 3) a ordem, 4) a decisão 5) a parcimônia, 6) a diligência, 7) a sinceridade, 8) a justiça, 9) a ponderação, 10) a limpeza, 11) a serenidade, 12) a castidade e 13) a humildade. Todas faziam parte de um programa cotidiano

voltado para um melhor desempenho das atividades produtivas, uma otimização do tempo em relação às possibilidades de ganho econômico (SOMBART, 1998).

Weber (2004) considera equivocada a aproximação que Sombart faz entre as prescrições de Alberti e as máximas de Franklin. Para ele, somente no final do primeiro livro do nobre italiano é que podemos encontrar uma vaga referência à máxima “tempo é dinheiro”. As postulações de Alberti estão muito mais voltadas para uma administração eficiente do lar do que para uma preocupação com as maneiras de lucrar. Em relação ao dinheiro, elas preconizam uma contabilidade equilibrada, controlando as saídas em função das entradas, não podendo ser comparadas com o que Weber entende como espírito do capitalismo moderno. Este último, ao contrário, no que diz respeito às possibilidades de ganho chega a ser até mesmo imprevidente e aventureiro quando é motivado por um espírito empreendedor, subestimando a diligência e o cuidado que exortavam as postulações de Alberti.

Mas, se até aqui temos tratado *A Comédia Humana* como a condenação do mundo burguês com a sua conduta de vida limitada exclusivamente pelo ganho econômico e o interesse pessoal, devemos notar que os mais bem sucedidos empreendedores criados por Balzac passavam longe dessas virtudes que caracterizavam os primeiros burgueses de Sombart. Nucingen, Grandet, os Cointet, du Tillet, Rastignac, de Marsay, e até mesmo Vautrin, apenas para apresentar os mais famosos, não se orientavam totalmente pelas virtudes burguesas de Franklin. Justiça, honestidade, ponderação, humildade, sinceridade, ordem, etc., eram atributos de burgueses como César Birotteau, mas este sucumbiu justamente por não ter aceitado a fraude nos negócios e ter se deixado engabelar pelas artimanhas financeiras de du Tillet e Nucingen. Como bom burguês, César Birotteau vangloriava-se de permanecer honesto mesmo na prosperidade. Dizia que um homem de comércio deve ser “prudente nas despesas, moderado no luxo, a lei o obriga a isso, ele não se deve entregar a gastos excessivos” (CB, p.411)

Num ponto, porém, Sombart e Weber estão de acordo: mais importante que o exercício dessas virtudes é a aparência que se deve exibir de praticá-las à risca e, nesse caso, todos esses empreendedores bem sucedidos de *A Comédia Humana* escondiam-se sob uma inquestionável máscara de virtude. “No fundo, todas as advertências morais de Franklin são de cunho utilitário [...] só são virtudes para Franklin *na medida em que forem, in concreto*, úteis ao indivíduo, e basta o expediente da simples aparência, desde que preste o mesmo serviço” (WEBER, 2004, p.45-46, grifos do autor).

Quando precisou da polícia secreta de Paris, o barão de Nucingen foi atendido em suas demandas com a presteza que merece um homem de negócios ocupado com seus afazeres, em suma, um cidadão exemplar. Mas ele próprio “se atreveu a dizer que não há senão aparências de homem honrado” (CN, p.581). Da mesma maneira, Rastignac nunca manchou o nome aristocrático que carregava e soube disfarçar seus interesses sob a pele virtuosa do bom provinciano.

A famosa apóstrofe que conclui *A Casa Nucingen*, “as leis são teias de aranha através das quais as moscas grandes passam, enquanto as pequenas são retidas” (CN, p. 630), dá uma pista de como agiam os empreendedores na França dessa época, ou pelo menos, como Balzac percebia essa relação entre a esfera econômica e o sistema jurídico, numa analogia mais ampla, entre o Estado e a economia. O conselho de Vautrin a Rastignac é mais um exemplo de como utilizar o próprio sistema para colocar-se acima dos entraves jurídicos sem perder a aparência de homem honrado: “estuda bem o Código...” e descobre como usar isso a seu favor.

A sua crítica (de Balzac) está também associada aos hábitos burgueses que aconselham o comedimento, a ponderação, o bom senso, a mesquinhez, dos quais resulta inevitavelmente um tipo medíocre de indivíduo que não vai além das atividades diárias de uma função mecânica, no caso dos burocratas, ou de uma repetição maçante no caso de comerciantes tradicionais, insensíveis às artes e ao gênio. Para ilustrar, na apresentação inicial de *Ao “chat-qui-pelote”*, inscrição em uma tabuleta velha que introduz o leitor à modesta loja de tecidos no bairro Saint-Denis, o Sr. Guilherme e sua família aparecem como exemplares humanos de uma vida medíocre, renunciando, pelas características físicas e morais de si mesmos e do estabelecimento, onde passavam a maior parte do tempo, que o casamento de sua filha Augustina com o pintor Sommervieux, rico cavalheiro de doze mil francos de renda, não poderia resultar em outro desfecho que uma fracassada aliança entre o “*juste-milieu*” com a sensibilidade artística. No entanto, o Sr. Guilherme com sua experiência de negociante previa o desfecho trágico de sua Augustina, calculando os riscos dessa união amorosa como quem vislumbra um negócio qualquer. “Seus axiomas favoritos eram que uma mulher para ser feliz devia casar-se com um homem de sua classe; [...] Inventara essa espécie de provérbio de que um marido que falasse grego e a mulher latim corriam o risco de morrer de fome” (CHP, p.109-110).

Mas, como se tratava de um ardente desejo filial e de algumas libras de renda, o comerciante consentiu na união de sua caçula com o pintor. Esse consentimento não se fez senão

após uma longa advertência sobre o comportamento que Augustina deveria adotar em relação ao dinheiro e a atenção às cláusulas do contrato matrimonial:

Minha querida filha, tu te casarás com o teu Sommervieux, já que assim o queres; tens o direito de arriscar teu capital de felicidade. Mas eu não me deixo prender por esses trinta mil francos que se ganham estragando boas telas. O dinheiro que vem tão depressa, depressa se vai. Não é que esse jovem desmiolado disse hoje que, se o dinheiro era redondo, era para rolar? Se para os pródigos ele é redondo, é chato para as pessoas econômicas, que o empilham e o acumulam. Ora, pois, minha filha, esse belo rapaz falou em dar-te carruagens e diamantes, não é? Ele tem dinheiro, que o gaste contigo, *bene sit*⁶⁶. [...] Estarás de olho aberto no contrato, para que sejam bem estipuladas as doações que ele te pretende fazer. [...] assim, pois, jura-me agora que nunca assinarás coisa alguma em questão de dinheiro, senão a conselho meu [...] (CHP, p.111).

Augustina arriscou seu “capital de felicidade” esposando o excêntrico pintor, mas apesar da sua beleza, atributo que inicialmente atraiu Sommervieux, reproduzia a prudência materna matando dia a dia a graça que a natureza lhe prodigalizara. Incapaz de corresponder ao que o marido artista esperava dela, logo perderá seu encanto perante os olhos de Sommervieux que compreenderá a incompatibilidade da vida artística com o bom senso burguês. “Imediatamente compreende-se a inadequação entre os dois personagens, o pintor romântico de origem nobre e a filha do pequeno comerciante [...]” (BOUKHITINE, 2008, p.5).

Rónai mostra-nos mais uma vez que o realismo balzaquiano suplantou o romance dos jovens apaixonados ao fazer prevalecer os antecedentes sociais de cada um. “A moça ingênua e simples, produto da educação burguesa mais tradicionalista, não saberá adaptar-se à vida livre e despreocupada dos artistas” (RÓNAI, 1957, p.79). Por outro lado, sua irmã mais velha desposará o primeiro caixeiro de seu pai, José Lebas, cujo casamento permitirá a aposentadoria do Sr. Guilherme e a sucessão tranquila dos negócios do “*Chat-qui-pelote*” ao seu fiel funcionário, agora genro e membro da família, confirmando a validade do axioma de que o casamento deve ser uma união entre cônjuges de mesmo nível social.

A arte, para a maioria dos burgueses, só a interessa como meio de fazer aumentar o valor de uma coleção particular qualquer e ostentar seu valor em algarismos, isso quando não se resume a um amontoado de falsificações. “A civilização burguesa é, essencialmente, aquela para a qual interessam os bens pertencentes a uma ordem quantitativa e abstrata, bens intercambiáveis,

⁶⁶ *Bene sit*: “assim seja” (NT)

anônimos, não conferindo espécie alguma de responsabilidade [...] todas as coisas tornam-se mercadorias e o comerciante impõem à sociedade o caráter da sua profissão” (PERNOUD, 1981, p.401).

Balzac critica a estreiteza de uma visão de mundo burguesa que se atém aos aspectos materiais da existência, renunciando às aptidões do espírito para reproduzir uma vida mecanicamente prosaica, onde a maior virtude consiste em “pagar as contas em dia”. Ele conhecia muito bem os detalhes dessa existência, pois, durante alguns anos, viveu em Saint-Denis, bairro parisiense do pequeno comércio e da pequena burguesia donde, possivelmente, tirou os exemplares da família do senhor Guilherme, dos irmãos Rogrons e dos Matifat, antigos fornecedores do droguista César Birotteau. No fragmento a seguir, Balzac dá alguns detalhes interessantes desses tipos sociais:

A burguesia da Rue Saint-Denis ostentava-se majestosamente, exibindo-se em toda a plenitude dos seus direitos de divertida estupidez. Era essa mesma burguesia que veste os filhos de lanceiro ou de membro da Guarda Nacional, [...] diverte-se nos dias de guarda, passa os domingos numa casa de campo de sua propriedade, preocupa-se em ter um aspecto distinto, sonha com as honrarias municipais; essa burguesia invejosa de tudo e, não obstante, bondosa, serviçal, dedicada, sensível, complacente [...], enganada por suas virtudes e ridicularizada por seus defeitos por uma sociedade que vale menos do que ela, pois ela tem coragem precisamente porque ignora as conveniências; essa virtuosa burguesia que cria as filhas inocentes debilitadas pelo trabalho e cheias de predicados, que o contato das classes superiores diminui logo que ela as lança nesse meio [...]; uma burguesia, enfim, admiravelmente representada pelos Matifat, os droguistas da Rue de Lombards, cuja casa fazia fornecimentos à Rainha das Rosas há sessenta anos (CB, p.439-440).

O julgamento que faz desses valores está mais ou menos evidente ao longo de *A Comédia Humana*. Em alguns com mais ênfase como no caso de *Os funcionários*, onde vemos se repetir a vitória da mediocridade sobre a capacidade. Uma vez mais a mediocridade representada em Baudoyer prevaleceu sobre a inteligência e a dedicação representadas em Roubourdin. Graças ao lobby de uma esposa muito ambiciosa, envolvendo o padre da paróquia com a doação de um ostensório que resultou em benefício para a Congregação e a cooptação de um alto funcionário ministerial, des Loupeaulx, com a quitação de suas dívidas e a possibilidade de readquirir suas antigas propriedades fazendo-o elegível, Baudoyer foi indicado para assumir a seção ministerial que as qualidades, a dedicação e a inteligência de Roubourdin o faziam merecedor.

Em outros tipos, tanto o caráter como os acontecimentos estão de acordo com a época. A ação silenciosa, mas eficiente de Brígida Thuillier é um exemplo dessa ação dos *terendens*, comparação que Balzac faz com aqueles animais que vão roendo o tronco das árvores sob a casca, fazendo-as cair sem deixar nenhum vestígio aparente. Manobrando secretamente e com o auxílio da especulação imobiliária, ela fez de seu irmão, o estúpido Thuillier, candidato ao Conselho Geral da municipalidade e membro da Legião de Honra.

Esse e outros exemplos espalhados em *A Comédia Humana* denunciam a hipocrisia dos atores de uma sociedade que se vangloriava por ter nascido da liberdade e da igualdade, mas que substituía o mérito, que deveria ser o motor da mobilidade social, pela “pseudo-capacidade” que o dinheiro era capaz de comprar.

Para Balzac, a educação moderna concedida pelo Estado foi mais um fator importante na conformação de um tipo medíocre de indivíduo. O modelo “classificatório” em que se baseavam os exames seletivos não favorecia o desenvolvimento das inteligências, acabava por embotá-las depois de confinadas em alguma repartição, donde só saíam para desfrutar os magros recursos de uma merecida aposentadoria. Por outro lado, Pernoud lembra que personalidades como Lamartine, Vigny e Musset morreram pobres “à margem de uma sociedade que parecia suspeitar de toda originalidade pessoal, de tudo que não fosse enunciado por regras, fórmulas ou cânones” (1981, p.312).

PARTE II - UMA LEITURA DE BALZAC À LUZ DA SOCIOLOGIA DE MARX E SIMMEL

O caminho percorrido pela sociologia clássica, no que diz respeito à categoria dinheiro, pode ser um guia muito seguro para a análise das ideias enunciadas por Balzac em sua obra. A sociologia foi tomada pelo mesmo desafio de explicar a nova configuração social, a estratificação da sociedade em classes, tendo a burguesia como classe hegemônica, e os valores de uma sociedade de mercado centrada no dinheiro. Não é de estranhar, portanto, que o próprio conceito de materialismo histórico marxiano seja familiar à forma com a qual Balzac pretendia descrever a sociedade: “Assim, a obra a ser feita deveria ter uma tripla forma: os homens, as mulheres e as coisas, ou seja, as pessoas e a representação material que elas dão ao seu pensamento; enfim o homem e a vida” (BALZAC, 2007, p.xli).

Conforme dissemos no início da tese, a sociologia clássica desenvolveu suas análises numa perspectiva crítica à sociedade de mercado, destacando o dinheiro como elemento racionalizador das relações dessa sociedade e desagregador dos laços tradicionais. Os sociólogos clássicos destacaram em suas análises as causas, as consequências e até os princípios da proliferação dos valores de uma sociedade de mercado no século XIX. O tema que nos interessa aqui, o dinheiro, foi amplamente analisado por Simmel, mas também desmistificado por Marx quando explicitou o fetichismo da mercadoria dinheiro. Apesar de não tratarmos diretamente aqui, não se pode esquecer a reflexão sobre o desencantamento do mundo e a racionalização da vida que são o centro da obra de Max Weber.

Consideramos apropriada a “aferição” dos enunciados de Balzac a partir dos conceitos da sociologia clássica desses autores. Embora alguns filósofos tenham escrito sobre o dinheiro, é somente com a sociologia moderna, no final do século XIX, que se tem um campo de estudo definido com uma análise própria, explicando cientificamente os fenômenos que em Balzac eram apenas profecias. Podemos, no entanto, dar ensejo a uma crítica sobre o possível anacronismo entre o período em que Balzac escreveu seus romances e o período em que escreveram os sociólogos acima. Sabe-se que a delimitação do campo sociológico só se completou a partir da metade do século XIX. A esse respeito, valemo-nos da tese de Wolf Lepenies em *As três culturas* sobre a tensão constante entre a ciência e a literatura da qual nasce a sociologia no século XIX. “No final do século XVIII não é, portanto, possível uma separação nítida entre o modo de

produção da obra literária e o da obra científica” (1996, p.12). Segundo Lepenies, a tensão entre cultura científica e literária esteve na origem do processo de institucionalização da sociologia como disciplina autônoma, oscilando entre um conhecimento “classificatório-narrativo” ao “analítico-sistematizador”.

Aceitamos a literatura, assim como a história e a filosofia, como o germe do que mais tarde iria se constituir como disciplina, a sociologia, sabendo que, enquanto Balzac escrevia seus romances, a sociologia, como disciplina, ainda estava sendo gestada. Além disso, *A Comédia Humana* foi além do simples gênero literário e “[...] foi considerada por Marx como obra [...] criadora do embrião que geraria a moderna sociologia” (CONY, 2004, p.9).

A já referida influência da História Natural em *A Comédia Humana* vem confirmar a estreita relação entre ciência e literatura de modo a aceitarmos a afirmação do próprio Balzac, de que era “doutor em ciências sociais”. Não é estranho, nesse caso, ver pulverizados por toda *A Comédia Humana* os preceitos do conde Luís de Bonald sobre as consequências da Revolução e o seu manifesto contra os valores por ela propagados. De Bonald pode ser alinhado ao lado desses pensadores limítrofes entre a literatura, a ciência e a filosofia, tendo influenciado Balzac no que se refere à família, à religião católica e à monarquia.

Não seria justo renunciarmos ao potencial explicativo da obra de Balzac por não ser classificada como uma obra acadêmica ou científica, num momento em que as fronteiras entre a literatura e as ciências sociais ainda não estavam definidas. Além disso, como lembrou Rónai, Balzac nunca se referiu “as suas obras como romances, mas sim cenas de uma grande história dos costumes. [...] a atitude que assume ante a sua ficção é mais a de um historiógrafo que a de um ficcionista” (RÓNAI, 1957, p.111). Foi de maneira semelhante que Raymond Aron colocou Montesquieu entre os fundadores da sociologia. Para ele, se sociólogo é aquele que cria o nome “sociologia”, então seu fundador é Comte, mas “se o sociólogo se define por uma intenção específica, conhecer cientificamente o social enquanto tal”, então Montesquieu é tão sociólogo quanto Comte. Sendo assim, poderíamos imitá-lo alinhando Balzac aos precursores dessa disciplina, pois o que mais se destaca de sua obra é a preocupação em compreender os novos fenômenos sociais.

Uma ampla rede de pesquisas sobre literatura e sociedade já foi estabelecida, o que autoriza o emprego da literatura nos estudos de sociologia, seja como a manifestação estética de uma civilização, seja pelo seu conteúdo de crítica social, seja como a expressão consciente ou

inconsciente dos valores de uma classe, ou, finalmente, por esse conjunto de possibilidades. No Brasil, o pioneirismo de Antonio Candido encorajou diversas pesquisas em que os objetos literatura e sociedade são indissociáveis. No exterior, impossível enumerar todas as teses sobre esse assunto, mas com certeza, não poderíamos deixar de mencionar os trabalhos de Georg Lukács, seguido por Lucien Goldmann, dentro de uma tradição marxista de estudos sobre literatura e sociedade.

Começaremos a análise pela ordem cronológica dos escritos sociológicos que consolidaram os principais conceitos e categorias sobre o dinheiro e que nos servirão aqui como chave de leitura.

O DINHEIRO EM MARX

“O mundo da mercadoria” – uma metáfora da sociedade de mercado

A análise do significado do dinheiro em Marx não pode prescindir de uma análise da mercadoria. Se há algo de específico na sociedade que emerge no século XIX é a dimensão que as mercadorias adquiriram ao estruturar as relações entre os membros dessa sociedade. A mercadoria é a forma e a síntese do processo de produção capitalista, a forma independente que tomam as relações sociais de produção. “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 1985, p.41).

Ambas as categorias, mercadoria e dinheiro, existiam em sistemas econômico-sociais anteriores, mas de maneira esporádica, ocasional e independente, muito diferente das formas que assumiram e das funções que desempenharam em condições históricas particulares como a que estamos analisando.

A gênese desse processo já havia sido estudada pela economia política clássica. O livro de Adam Smith, intitulado *A Riqueza das Nações*, de 1776, é o ponto de partida para a análise da sociedade burguesa sob ótica da economia política. Smith, discutindo com as doutrinas mercantilistas, observou que a riqueza de uma nação era consequência do incremento das forças produtivas gerado pela divisão do trabalho e não o resultado das aquisições metálicas que marcou o período bulionista. Por sua vez, a divisão do trabalho é um processo histórico inevitável, pois resulta de uma característica do ser humano. “Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (1996, p.73). Através da divisão do trabalho, os homens se relacionam entre si. Todavia, é uma cooperação utilitarista, uma vez que ela está baseada no interesse egoísta. Como Smith observou, o homem é o único entre os animais que tem a faculdade de barganhar, mas o faz com o objetivo de atrair para si aquelas utilidades de que não dispõe e que não conseguiria apenas pela “benevolência alheia”.

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia.

Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa (1996, p.74).

De acordo com Smith, a sociedade é formada por conjuntos de indivíduos e seus respectivos talentos. São esses talentos pessoais (certas habilidades) que lhes permitem produzir uma parte das utilidades imprescindíveis à sua reprodução e à dos demais indivíduos. Porém, em função da especialização alcançada pela divisão do trabalho, o produtor não encontra mais escopo para a sua produção somente no seu consumo particular, sendo obrigado a trocar o seu excedente por parte do excedente produzido por outros indivíduos e assim completar a cesta de itens necessários à sua reprodução. E “é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos” (SMITH, 1996, p.74). Nesse sentido, a propensão à barganha, característica inata e exclusiva do homem, levaria à divisão do trabalho e ao consequente aprimoramento das forças produtivas num nível que exigiria um mercado cada vez mais extenso para o conjunto das mercadorias oriundas desse processo. O êxito e a expansão das trocas dependeriam, especialmente, dos limites do mercado. “Como é o poder da troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou em outros termos, pela extensão do mercado” (SMITH, 1996, p.77).

Percebemos, portanto, que a passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial e a emergência da economia burguesa de mercado representam para Smith um mecanismo natural, inevitável, uma vez que resulta de uma característica da natureza humana. Esse é o modo como a economia política explica as relações mercantis: utilidades trocadas por outras utilidades a fim de satisfazer uma propensão inata dos indivíduos, levando a uma expansão do mercado e consequentemente da riqueza nacional. Foi um esforço por parte dos teóricos da economia política em legitimar a divisão do trabalho e da mesma forma a necessidade da expansão do mercado, ou do mundo das mercadorias, como uma condição natural dos seres humanos, a propensão à troca. Nesse sentido, falar de mercadoria na acepção que lhe atribui a economia política implica conceituá-la dentro de uma lógica própria à sociedade de mercado, muito distinta dos outros sistemas sociais históricos, e da predisposição natural acentuada pela divisão do trabalho.

Ora, o que Marx faz é justamente desmascarar essa “naturalização” das relações entre as mercadorias, mostrando que a autonomização que elas assumiram (sob os auspícios da economia

política) em relação aos seus produtores, nada mais é do que o efeito “fantasmagórico” das próprias características da forma mercadoria na sociedade capitalista. A “forma mercadoria é uma forma social dotada da peculiaridade de inscrever nos produtos do trabalho sua marca eminentemente social, como se fosse uma propriedade natural dos objetos [...]” (NOBRE, 2001, p.20). As relações entre os homens tomam a forma de uma relação entre coisas, exteriores e alheias às suas faculdades e, não obstante, estranhas à consciência. Para Marx (1985), não é possível falar de uma relação entre as mercadorias, entre coisas que são o produto de um trabalho útil, e sim, de uma relação social entre os homens a partir do momento em que passam a produzir uns para os outros. Nesse sentido, o “mundo da mercadoria” é uma metáfora da sociedade capitalista em sua forma reificada. Em nenhuma formação econômica anterior a produção esteve voltada exclusivamente para valores de troca e, nos casos em que o excedente era trocado, não estava desvinculado do seu valor de uso. “O valor de troca não tem ainda forma independente, está ainda diretamente ligado ao valor de uso” (MARX *apud* LUKÁCS, 1989, p.98), complementando a sua função social.

Seguindo as explicações de Marx, um objeto só pode ser considerado mercadoria se possuir uma utilidade, um valor de uso. Podem, todavia, existir alguns bens que sejam úteis, mas não sejam mercadorias. Quando um trabalho útil, como o do sapateiro, produz sapatos para o seu próprio consumo, ele não gera uma mercadoria, mas um valor de uso. Entretanto se o trabalho útil de um sapateiro produz sapatos para serem trocados por outras utilidades, como por exemplo, casacos, cadeiras, etc., então ele criou uma mercadoria, assim como os demais trabalhos úteis criaram suas respectivas mercadorias.

Numa sociedade, cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias – essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 1985, p.49).

Daí, conclui Marx, quando se produz para os outros, o trabalho adquire “forma social”. Esse é, para Marx, o ponto de partida da produção capitalista. A reprodução humana é agora condicionada por uma interdependência social cada vez mais complexa e mais generalizada. Quanto mais a sociedade se atomiza, maior é a dependência dos indivíduos uns em relação aos outros para reproduzirem-se socialmente.

Esse é um dos pontos em que Marx avança em relação à economia política. A economia política, ao desconsiderar o “caráter social do trabalho” e tratá-lo como uma “qualidade material dos produtos”, conferiu às relações mercantis um status de autossuficiência, de independência em relação aos seus portadores. Das suas análises, deduz-se que as mercadorias se autonomizam nas relações de troca capitalistas e a substância que lhes é comum, o trabalho humano abstrato, desaparece em função das propriedades naturais das mercadorias. Por exemplo, ao trocarmos um sapato por um casaco, tomamos apenas em consideração suas características peculiares, ou o que o diferencia materialmente dos demais valores de uso; troca-se trabalho concreto por trabalho concreto. O que Marx explica é que se as mercadorias enquanto valores de uso podem ser intercambiáveis entre si, é porque há algo em comum que permite tomá-las ora como um valor equivalente, ora como um valor relativo. “As mercadorias [...] só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano [...]” (MARX, 1985, p.55). Mas, assim como os diferentes valores de uso têm qualidades materiais específicas que podem ser abstraídas em função de uma substância que lhes é comum, o trabalho humano abstrato, também o trabalho humano possui qualidades particulares a cada trabalhador que o diferencia dos demais trabalhos, ou seja, é a forma de trabalho concreto. Entretanto, “[a]o desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (MARX, 1985, p.44).

O trabalho humano abstrato corporificado na produção das mercadorias permite estabelecer uma relação de equivalência entre elas, tanto em uma relação de equivalência simples na qual se confrontam apenas duas mercadorias como numa relação de equivalência “extensiva” em que se confrontam várias mercadorias.

Assim, o trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais; ressalta-se, agora, sua própria natureza positiva. Ele é, agora, a redução de todos os trabalhos reais à sua condição comum de trabalho humano, de dispêndio de força humana de trabalho (MARX, 1985, p.75).

A partir do raciocínio marxiano, torna-se então evidente que o que confere valor a uma mercadoria e, portanto, permite o seu intercâmbio com as demais, não pode estar associado

exclusivamente a uma qualidade material sua ou do trabalho concreto nela cristalizado, mas a alguma característica comum a todas as mercadorias e que as tornam equivalentes entre si. “[O] caráter social específico dos trabalhos particulares, independentes entre si, consiste na identidade deles como trabalho humano e assume nos produtos a forma de valor [...]” (MARX, 1985, 83).

Estas explicações estão ainda ligadas a uma forma simples das relações mercantis. À medida que vão se ampliando e complexificando as relações “entre os indivíduos”, i.e, com o amplo sistema de divisão do trabalho, os instrumentos que permitem operacionalizar as trocas vão também adquirindo um caráter mais complexo. Se, por exemplo, precisamos trocar um casaco por um sapato, não é mais possível, como numa economia de troca simples, recorrer a todos os sapateiros para identificar se, entre eles, há algum que esteja disposto a trocar sua mercadoria (sapato) por casaco. “Para uma economia capitalista é óbvio que isto está completamente fora de cogitação [...] simplesmente forçaria o conjunto da população ativa a passar a maior parte do tempo procurando trocar bem, em vez de produzi-los” (SINGER, 1984, p.92).

Ademais, se todos os possuidores de mercadorias raciocinam do mesmo modo, ou seja, consideram suas mercadorias como equivalente geral de todas as outras, então “não há equivalente geral e o valor relativo das mercadorias não possui forma geral em que se equiparem como valores e se comparem como magnitudes de valor” (MARX, 1985, 96). É preciso que uma mercadoria encarne as qualidades das outras mercadorias como um equivalente geral, universal. Essa mercadoria na sociedade de mercado desenvolvida encontra sua expressão superior na forma dinheiro.

O dinheiro – forma acabada do mundo das mercadorias

Mas qual dentre elas poderia melhor representar o valor das demais mercadorias de modo que pudessem ser “qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis”? Geralmente a função de equivalente estava associada a uma mercadoria de necessidade comum, com um valor de uso amplamente difundido e aceito pela maioria dos produtores ou membros de uma comunidade. Essa função foi ao longo da história desempenhada por vários objetos, mas eles tinham “abrangência limitada” eram “mercadorias rústicas e intermitentes” (GERMER, 1997,

p.109). Por isso, no início o sal e o gado desempenharam a função de dinheiro sendo mais tarde substituídos pelo ouro e pela prata.

A qualidade comum a todas as mercadorias é o tempo de trabalho e como o “próprio tempo de trabalho geral apenas admite diferenças puramente quantitativas, é preciso que o objeto que terá de ser sua encarnação específica seja capaz de representar diferenças puramente quantitativas, pressupondo a identidade, a homogeneidade da qualidade” (MARX, 2008a, p.192). A mercadoria dinheiro deveria possuir inclusive qualidades materiais correspondentes à difusão das trocas e ampliação dos mercados. Isso quer dizer que ela deveria ser facilmente transportável, divisível, e que pudesse ser conservada por muito tempo sem perder suas qualidades materiais. Nesse caso, o ouro e a prata tiveram sobre as outras mercadorias a vantagem de “que a seu peso específico elevado, o qual representa um peso relativamente grande em pouco espaço, corresponde a seu peso específico econômico, o qual lhes permite encerrar muito tempo de trabalho, isto é, grande valor de troca, sob um pequeno volume” (MARX, 2008a, p.192). Os metais preciosos foram empregados como dinheiro por corresponder mais apropriadamente a essas qualidades⁶⁷.

A moeda de ouro metálica foi a mercadoria equivalente a todas as outras na sua forma dinheiro. Graças às qualidades supracitadas, a moeda de ouro desempenhou as funções de dinheiro até o momento em que, por um processo natural de seu curso, dela também se destacaram as características materiais para circular apenas como um símbolo. “O próprio curso do dinheiro, ao separar o peso real do peso nominal da moeda, a existência metálica desta de sua existência funcional, traz latente a possibilidade de o dinheiro metálico ser substituído, em sua função de moeda, por senhas feitas de outro material, por meros símbolos” (MARX, 1985, p.139). O desgaste sofrido pelas moedas em circulação obrigava a refundi-las para uma nova cunhagem em que o novo peso correspondesse exatamente ao valor que representavam em alíquotas de ouro, e o valor real e o valor nominal se iguallassem. Mas, “a moeda de ouro sublima-se em seu curso, até chegar a ser seu próprio símbolo, primeiramente na forma de débeis espécies de ouro, depois como moeda metálica subsidiária e, enfim, na forma de insígnias sem valor [...]” (MARX, 2008a, p.148). Assim nasce o papel-moeda que circula como dinheiro,

⁶⁷ Com o uso, mesmo o ouro e a prata, sofriam desgastes consideráveis o que obrigava às autoridades de cada país fundi-las para uma nova cunhagem (MARX, 1985).

representando as mesmas magnitudes de valores anteriormente expressadas nas quantidades de ouro das moedas metálicas em geral⁶⁸.

O conteúdo inscrito no símbolo representa uma quantidade ideal de valor e realiza a circulação das mercadorias anteriormente feita pela moeda metálica. Esses bilhetes são utilizados como dinheiro, mas para serem aceitos como tal é preciso a certeza de que o valor que trazem inscrito possa se realizar quando assumem determinadas funções. Foi um processo social que realizou a alquimia monetária de dinheiro metálico em um símbolo ideal, “mas não se sustém como tal senão porque sua existência simbólica está garantida pelo consentimento geral dos permutadores, porque adquire uma existência legal de convenção e, portanto, curso forçado” (MARX, 2008a, p.149). A intervenção do Estado foi determinante para garantir a legalidade desses signos monetários. “O Estado, que em preço monetário dava somente um nome de batismo a um peso de ouro determinado, e na cunhagem não fazia mais do que marcar o ouro com seu sinal, parece que agora, devido à magia de seu sinete, metamorfoseia o papel em ouro” (MARX, 2008a, p.153).

O dinheiro é a forma abstrata, a “forma transmutada” da mercadoria no mundo mercantil e funciona como equivalente geral. Além de medida de valores, o dinheiro desempenha as funções de meio de circulação, meio de pagamentos e instrumento de entesouramento e acumulação. Não é, portanto, uma categoria exclusiva da sociedade burguesa que estamos analisando, mas um dos seus pressupostos. Existia nas sociedades antigas como meio de troca e meio de pagamento, embora em muitos casos persistisse apenas como meio de troca sendo o pagamento de tributos, por exemplo, desempenhado por outros gêneros. “Essa simplíssima categoria alcança historicamente, portanto, seu ponto culminante somente nas condições mais desenvolvidas da sociedade” (MARX, 2008a, p.259). Naquelas em que a interdependência das relações de produção é a condição para a reprodução dos indivíduos, ou seja, naquelas de “indivíduos que produzem em sociedade”

Como medida de valor, ele é o avatar que encarna o valor de todas as mercadorias que nele se expressam através de seus preços. É uma representação ideal do preço de todas elas, quando se confrontam enquanto valores de uso intercambiáveis. “Os valores das mercadorias transformaram-se, assim, em diferentes quantidades imaginárias de ouro, portanto, em

⁶⁸ Referimo-nos às moedas metálicas em geral porque, além do ouro, a prata e o cobre também circularam como dinheiro.

magnitudes de ouro, em grandezas homogêneas apesar da imensa variedade de formas corpóreas” (MARX, 1985, p.109). Em contrapartida, a mercadoria dinheiro “só pode exprimir sua magnitude de valor de modo relativo a outras mercadorias” (MARX, 1985, p.102). Dinheiro e mercadoria são, portanto, as duas formas do valor, “modalidades distintas de existência da mesma magnitude de valor” (MARX, 2008a, p.157), onde o dinheiro é “seu modo de existência geral e a mercadoria seu modo de existência particular” (MARX, 1985, p.173).

Essas duas formas do valor são reveladas pela circulação simples de mercadorias como momentos de um mesmo processo: M-D-M, onde M-D representa a primeira metamorfose, a de mercadoria em dinheiro e D-M, a segunda, a de dinheiro em mercadoria e onde M e D são respectivamente mercadoria e dinheiro. Nesse circuito, o produtor tem que primeiro vender sua mercadoria para depois comprar outra de que necessite. O que equivale dizer que o dinheiro, ou a forma dinheiro da mercadoria, é apenas intermediário para adquirir mercadorias que satisfaçam necessidades particulares. Veremos em outra seção como essa fórmula se inverte quando o dinheiro, divorciando-se do seu papel de intermediário nas trocas, se transforma em capital, pré-condição para a existência da sociedade capitalista. Nesse caso ele deixa de ser o meio de consecução de uma finalidade para se transformar em ponto de partida de seu próprio curso de valorização.

O processo contínuo de atos de troca, alternando constantemente a posição dos produtores em vendedores e compradores de mercadorias, faz com que não se identifiquem com os produtos do seu trabalho. Ao trocar mercadoria por dinheiro, perde-se de vista o valor que as mercadorias assumem enquanto valores de uso, para se destacar apenas o valor de troca na forma dinheiro, a forma acabada do mundo das mercadorias. “É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-los em evidência” (MARX, 1985, p.84). Esse fenômeno que oculta o caráter social do trabalho e impede que se considere o ato da troca uma relação social entre os homens, ao invés de uma relação entre coisas, é o que Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*.

Por simbolizar na forma dinheiro a representação ideal do preço de todas as mercadorias, algumas pessoas são guiadas apenas pelo impulso acumulativo dessa forma de valor, visando conservar e aumentar a potência do valor de troca numa sequência de atos de reserva. Interrompem assim o circuito na primeira metamorfose M-D, para reter o dinheiro que resulta

dessa primeira transubstanciação. Desse modo, “uma porção de D circula a título de moeda enquanto a outra repousa [em cofres particulares] sob a forma dinheiro” (MARX, 2008a, p.161). Podemos citar como exemplo alguns personagens de *A Comédia Humana*, como Gobseck e Félix Grandet até certa altura da sua vida, em que esse movimento é interrompido, porque não conseguem abster-se das qualidades substantivas do dinheiro.

O comportamento entesourador está ligado a uma economia monetária metálica na qual as qualidades físicas do dinheiro, nesse caso, da moeda, são muito mais perceptíveis e atraentes. As moedas de ouro eram as mais cobiçadas, por sua cor amarela, seu brilho intenso, enfim, por características que fascinaram gerações a ponto de a história literária inscrever na posteridade nomes como o Harpagon de Molière. “O entesourador desdenha os gozos terrestres, temporais e transitórios, para correr atrás do tesouro eterno, que não pode ser corroído nem pelas formigas, nem pela ferrugem, e que é, ao mesmo tempo e completamente, celeste e terrestre” (MARX, 2008a, p.164). O que implica dizer que esse comportamento de atos de reserva de moeda está relacionado a métodos arcaicos de acumulação, sendo mais condizente com formas econômicas pouco desenvolvidas do que com uma economia monetariamente ativa. Na sociedade burguesa, onde predomina a produção capitalista, o dinheiro existe “enquanto momento de sua própria reprodução” (MARX, 1982, p.199), empregado na sua função de capital e, portanto, numa contínua acumulação que se dá necessariamente por outros moldes.

Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar dinheiro de circulação, obtém-na de maneira mais sagaz o capitalista, lançando-o continuamente na circulação (MARX, 1985, p.172).

O desenvolvimento da sociedade burguesa de mercado, a intensidade e magnitude das transações econômicas, seja na esfera da produção ou da circulação, exigiram cada vez mais o aperfeiçoamento das funções do dinheiro até o momento em que se desprende por completo de suas qualidades materiais que atraíam os entesouradores em épocas anteriores para funcionar apenas como um “sinal de valor” tecnicamente diferenciado.

O dinheiro se constitui como forma desenvolvida do capital com a decomposição do artesanato e da propriedade mercantil. O mundo mercantil, entretanto, não é o mundo capitalista, mas sim sua pré-condição. “De modo que - embora historicamente a categoria mais simples

possa ter existido antes da categoria mais concreta – ela só pode pertencer, no seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, a uma sociedade complexa [...]” (MARX, 2008a, p.260). Portanto, trabalho, dinheiro e circulação de mercadorias já existiam em sistemas sociais anteriores, mas não constituíam o modo de produção capitalista da sociedade burguesa, porque para isso era necessário o conjunto das condições que a engendraram como a organização histórica “mais desenvolvida” e “mais diferenciada”. Precisamente, foi necessário o processo histórico que separou os trabalhadores de seus meios de produção, levando-os a alienar a sua força de trabalho, a única mercadoria de que dispunham, a um capitalista e a produzirem socialmente num complexo sistema de divisão do trabalho.

O capital é uma relação social que pressupõe, de um lado, a propriedade dos meios de produção pelo capitalista e de outro, a força de trabalho alienável. Somente nessas condições especiais pôde o dinheiro se tornar capital. “Em outras palavras, só há capital quando o produtor direto perde o domínio dos seus meios de produção, perdendo desta maneira também a propriedade do seu produto” (SINGER, 1984, p.134). De tais condições, situadas historicamente como o modo predominante da sociedade burguesa, tem-se a produção capitalista.

A transformação do dinheiro em capital

O fragmento a seguir relativo à situação econômica da Champanha, descrita por Balzac em *O Deputado d’Arcis*, traz elementos importantes para exemplificar o que estamos tentando desenvolver sobre o processo de produção capitalista e a transformação do dinheiro em capital. Por outro lado, em sua percepção, talvez seja o ponto de partida pelo qual ele acreditava ser capaz de tornar-se um grande homem político. Nessas dissertações ele expunha o modo como imaginava “reformular” o país:

A campanha, num raio de dez léguas, está coberta de artesãos cujos teares se vêem através das portas abertas, quando se passa pelas aldeias. Esses artesãos correspondem a corretores, os quais vão ter a um especulador chamado fabricante. Esse fabricante entra em negócio com casas de Paris ou, muitas vezes, com simples lojistas a varejo, os quais, quer uns quer outros, têm uma tabuleta em que se lêem estes dizeres: *Fábrica de artigos de malha*. Nem um deles fabrica sequer uma meia, uma touca, uma peúga. Os artigos de malha vem da Champanha, pelo menos em grande parte, pois existem em Paris artesãos que rivalizam com os champanheses.

Esse intermediário entre o produtor e o consumidor não é uma chaga peculiar à indústria de malha: existe na maioria dos comércios, encarece a mercadoria por todo o lucro exigido pelo consignatário. Abater essas muralhas custosas, que prejudicam a venda dos produtos, seria uma empresa grandiosa que, por seus resultados, alcançaria as alturas de uma obra política. Efetivamente, com isso, lucraria a totalidade das indústrias, estabelecendo no interior a modicidade de preços tão necessária ao exterior para sustentar vitoriosamente a guerra industrial com o estrangeiro; batalha tão mortífera quanto a das armas. [...]

Vê-se, pela energia industrial desenvolvida por uma região para a qual a natureza foi madrasta, o progresso que teria a agricultura se o dinheiro dispusesse a comanditar o solo, que não é na Champanha mais ingrato que na Escócia, onde os capitais produziram maravilhas. Por isso, no dia em que a agricultura vencer as regiões não férteis desses departamentos, quando a indústria tiver semeado alguns capitais sobre a greda da Champanha, a prosperidade triplicará. De fato, a região não tem luxo, as habitações são simples; o conforto dos ingleses a invadirá, o dinheiro enveredará por essa rápida circulação que é a metade da riqueza, e que já se inicia em muitas zonas inertes da França.

Os escritores, os administradores, a Igreja do alto de seus púlpitos, a imprensa do alto de suas colunas, todos aqueles a quem o acaso dá o poder de influir sobre as massas, devem dizê-lo e repeti-lo: entesourar é um crime social! A economia ininteligente da província faz parar a vida do organismo industrial e perturba a saúde da nação.

Assim é que a pequena cidade de Arcis, sem trânsito, sem passagem, condenada, na aparência, à mais completa imobilidade, é relativamente uma cidade rica e cheia de capitais lentamente acumulados na indústria de malhas” (DA, 1958, p.236)

Num determinado momento, essa forma manufatureira de produzir cedeu lugar à indústria moderna com um proprietário capitalista e um quadro de trabalhadores assalariados que passaram a desempenhar as funções antes realizadas pelos artesãos. “O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; a média burguesia manufatureira foi perdendo seu espaço, cedendo lugar aos industriais milionários, aos chefes de exércitos industriais inteiros, aos burgueses modernos” (MARX, 2007, p.46). Isso implicou uma separação dos trabalhadores individuais dos seus meios de produção, alienados pelo capitalista, o novo proprietário. Esse proprietário foi em alguns casos o antigo intermediário e em outros os próprios trabalhadores que se organizaram para produzir de acordo com os novos métodos. “A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial” (MARX, 1985, p.388).

O ritmo da produção também foi alterado, porque agora ela não deve ser ocasional ou a venda da parte não consumida pela família, mas regular e padronizada, voltada exclusivamente

para o mercado. “O fabricante de roupas, por exemplo, em vez de receber do comerciante sua matéria-prima sucessivamente e em pequenas parcelas e trabalhar para este, compra ele próprio sua matéria-prima na proporção do seu capital” (MARX, 1982, p.199). A passagem da manufatura para a grande indústria significa, em última instância, a mudança nas relações de produção e de propriedade. No sistema de manufaturas, alguns mercadores encomendavam o produto a empresas domésticas que empregavam na produção a força de trabalho da família. A natureza da produção muda completamente. Agora não é o excedente produzido que deve ser comercializado, o objetivo não é gerar excedentes, mas produzir para o mercado, a produção subordinada ao capital comercial.

Em seguida, transformou-se em produção capitalista, cuja magnitude do capital disponível e o “desenvolvimento da produtividade do trabalhador” tornaram-se prerrogativas para a expansão do mercado, não sendo mais o mercado que subordina a produção, mas o contrário. “A grande indústria criou o mercado mundial [...]. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria” (MARX, 2007, p.47).

Não pretendemos nos deter nos aspectos particulares do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas apenas situá-lo no conjunto de transformações que alteraram as relações sociais de produção a fim de que possamos chegar à forma mais desenvolvida de propriedade, a sociedade por ações, onde a figura do capitalista desaparece do processo produtivo e a fábula do valor toma proporções inacessíveis ao senso comum.

Balzac estava além da opinião vulgar, pois foi capaz de perceber as nuances desse processo de valorização e compreendeu que o dinheiro inativo ou nas suas funções primitivas, como o entesouramento, por exemplo, não é capaz de aumentar a riqueza da sociedade. Aparece somente como o aumento da riqueza particular incapaz de abranger o processo como um todo, não significando mais que uma simples transferência de unidades monetárias de um indivíduo a outro. Por isso ele explica esse mecanismo de valorização quando dá o exemplo da cidade de Arcis, mostrando que a “circulação é a metade da riqueza” e que o entesouramento é uma chaga social que destrói as chances de prosperidade. O dinheiro, quando investido, na condição em que se torna capital, é capaz de gerar riqueza social, ao contrário do entesouramento que somente pode aumentar a riqueza particular na medida em que não é consumido.

Balzac critica esse comportamento avaro de entesourar cuja regularidade retira de circulação o dinheiro que poderia ser convertido em capital pelo processo produtivo. A ideia arcaica de que a riqueza depende de um acúmulo frequente de moedas é a herança do pensamento mercantilista que preconizava para as nações um comportamento semelhante. Ao narrar o homicídio de um avaro em *O Cura da Aldeia*, acusa, através da opinião pública de Limoges, o comportamento entesourador que retira dinheiro de circulação e empobrece a sociedade: “O velho Pingret era o primeiro autor do crime. Esse homem, acumulando seu ouro, roubara sua terra. Quantas empresas podiam ser fomentadas pelos seus capitais inúteis! Frustrara a indústria, fora castigado justamente” (CA, p.60).

Isso quer dizer que, na sua concepção já bem avançada, o dinheiro precisaria transformar-se em capital para dinamizar as regiões mais pobres e subdesenvolvidas. Esse raciocínio expressa sua consciência sobre a irreversibilidade das mudanças desencadeadas a partir da Revolução Francesa. Pressupõe-se, também, pelas características da região da Champanha, que esse processo já havia sido iniciado muito antes de 1789 e, embora subsistissem alguns artesãos, a tendência é que fossem subsumidos no movimento ascendente da economia burguesa.

Balzac reprova o papel do intermediário entre o produtor e o consumidor final, acreditando que, por essa razão, haveria um aumento no preço das mercadorias e conseqüentemente a coagulação das mesmas na esfera da circulação. Mas, por algumas limitações de conhecimento econômico, perfeitamente compreensíveis, o que ele não percebe é que sem esse intermédio poderia acontecer justamente o que ele temia, pois é a figura do comerciante que acelera a transformação das mercadorias em dinheiro. Em defesa de seu raciocínio pode estar o que Marx demonstrou como característico às primeiras fases do desenvolvimento do capital comercial, quando a “maior parte do capital dinheiro propriamente dito se encontra nas mãos dos comerciantes, cujo patrimônio se destaca dos haveres dos outros por constituir a riqueza em dinheiro” (MARX, 1985a, p.320).

O dinheiro “resultado do processo de circulação sob a forma M-D-M, constitui o ponto de partida do processo de circulação sob a forma D-M-D (MARX, 2008a, p.156). Na forma D-M-D o objetivo é alterar a magnitude do valor em função de um provável acréscimo em dinheiro no final do circuito. Por não ser interessante ao produtor comprar mercadorias para vendê-las pelo mesmo valor, esse processo implica, geralmente, um acréscimo na quantidade de dinheiro recuperada com a venda das mercadorias: D-M-D’, “a forma dominante da produção burguesa”

(MARX, 2008a, p.157). Nesse último caso, os extremos são qualitativamente iguais, mas quantitativamente distintos. É nessa segunda forma de circulação, D-M-D, que o dinheiro se transforma em capital. Portanto, “[o] dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação” (MARX, 1985, p.166).

Um exemplo dessas duas formas de circulação pode ser verificado no emprego do dote das filhas de Goriot, Anastácia (condessa de Restaud) e Delfina (baronesa de Nucingen) nas novelas *Gobseck* e *A Casa Nucingen* respectivamente. Ambas receberam como dote a mesma soma em dinheiro, mas chegaram a resultados muito distintos em função da circulação que o dinheiro realizou. Na primeira, trata-se das sucessivas visitas da condessa à casa do usurário a fim de renovar as promissórias assinadas em nome dos luxos do amante; na segunda, é narrada a aventura milionária do banqueiro Nucingen, o marido de Delfina.

Aqui podemos observar a diferença do dinheiro quando é consumido ou quando se torna capital. A parte de Anastácia foi consumida como dinheiro, gasto com joias, vestidos, etc. O dinheiro era para ela o meio pelo qual realizava seus atos de despesa, transformando-o em mercadorias que seriam consumidas em função de seus respectivos valores de uso. A parte que coube a Delfina, ao contrário, foi transformada em capital graças à fusão aos negócios do marido. O dote de Delfina entrou no patrimônio da casa bancária na forma de capital produtor de juros e foi potencializado pelas operações de crédito realizadas por Nucingen servindo, inclusive, de pretexto para a sua terceira liquidação. O dinheiro nesse caso foi vendido pelo seu valor de uso, qual seja, a faculdade de criar mais dinheiro.

A economia política acreditava que a riqueza poderia resultar dessa alteração da magnitude do valor, mas não podia explicar o seu surgimento. Viam apenas como uma espécie de lucro obtido na esfera da circulação através da venda das mercadorias por um preço acima do seu valor. Marx denunciou a ingenuidade desse raciocínio ao demonstrar que a criação do valor depende de uma forma particular de produção de mercadorias e a sua realização depende da circulação, o que corresponde à “metade da riqueza”.

Um dos argumentos mais polêmicos, mas que parece justificar melhor o fenômeno de valorização, é o conceito marxiano de mais-valia. Muito resumidamente, significa dizer que uma parte do trabalho alienado pelo capitalista não é remunerado na mesma magnitude do valor que a mercadoria comprada por ele por determinado período, a força de trabalho, é capaz de criar. Embora admitindo uma troca de equivalentes, de um lado o salário e de outro as mercadorias

produzidas, o que Marx explicou é que a força de trabalho é uma mercadoria especial, capaz de criar valor superior ao que recebe na forma de salário. O capitalista apropria-se então de uma parte de valor criado e é a partir dessa apropriação de trabalho alheio não pago que se pode explicar o aumento da riqueza. Segundo Marx, outros mecanismos são conscientemente empregados pelo capitalista para aumentar a capacidade de extrair mais-valia do processo produtivo e consequentemente apropriar-se de mais valor. A fase intermediária em D-M-D' explicaria o acréscimo de valor que na circulação de mercadorias se cristaliza na forma dinheiro.

O dinheiro em Balzac: “a procura do absoluto”

Para começar, poderíamos dizer que o dinheiro, no romance *A procura do Absoluto*, foi o objetivo a que se entregou o químico Balthazar Claës. Ironicamente, nessa busca obstinada pela transmutação de metais em ouro, ele dilapidou toda a sua fortuna e a de seus herdeiros. O absoluto seria aquela unidade química à qual todas as coisas estariam reduzidas e cuja confirmação ele visava obter a partir de uma série de experiências muito próximas à alquimia. Claës pretendia encontrar o absoluto e a partir daí fabricar ouro e diamantes. Estava preso a uma ideia fixa e, acima de tudo, a uma paixão pela ciência. No êxtase de suas experiências, Balthazar vislumbrava muitas riquezas com as quais coroaria seus dezesseis anos de estudos. Lemulquinier, o criado de quarto que se tornou o auxiliar mais otimista do químico e o único que tinha acesso ao laboratório secreto onde uma série de ensaios era recomeçada todos os dias, também acreditava que em breve amanheceriam ricos.

O absoluto para Claës representa simbolicamente o que o dinheiro representa idealmente no mundo das mercadorias da sociedade burguesa, a unidade absoluta de todas as coisas. É ele o denominador comum a que são reduzidos todos os bens intercambiáveis e alienáveis, raramente importando a sua natureza. É o “espírito real de todas as coisas” (MARX, 2005, p.169).

Esse espírito parece ter sido percebido com bastante lucidez por Balzac quando apresentamos seu personagem Gobseck na novela homônima publicada em 1830. John Ester Van Gobseck, um judeu holandês que vivia dos lucros da usura, costumava dizer que “só existe uma coisa material, cujo valor é bastante certo para que um homem se preocupe com ela. Essa coisa é o OURO” (Gob, p.485). Convicção que adquiriu à força de rolar como grumete por diversos continentes percebendo, como outros marujos balzaquianos, que os valores variavam a cada

mudança de latitude e a única coisa que permanecia sólida e inabalável era o poder do ouro como a representação metálica do dinheiro.

Em Gobseck, temos a impressão que Balzac pretendeu personificar a própria essência do dinheiro. Chamava-o de “homem cédula” (Gob, p.481) e, na medida em que correspondia à imagem do dinheiro, configurava-se em mistério para os que se atreviam penetrar nos segredos da sua alma, permanecendo como um fantasma desencarnado da substância material e das qualidades humanas, neutro e indiferente aos que com ele se confrontavam.

O narrador e principal interlocutor de Gobseck é um dos advogados de *A Comédia Humana*, Derville, que conta, no final de um salão na casa dos Grandlieu, a sua relação com esse usurário:

Embora eu me tivesse proposto analisá-lo, sou forçado a confessar, digo-o por vergonha minha, que seu coração, até o último momento, se me conservou impenetrável. A mim mesmo perguntei, algumas vezes, a qual sexo ele pertencia. Se todos os usurários se parecem com aquele, creio que são do gênero neutro [...]. Parecia-me mais indiferente do que incrédulo” (Gob, p.484).

Derville, na época estudante de direito, conservava, como todos os jovens, as quimeras que mais tarde são renunciadas em nome do amadurecimento imposto pela sociedade. Nessa ocasião, o futuro advogado via a relação entre Gobseck e o dinheiro como uma “patologia”, como uma relação degenerada fora dos padrões de normalidade. Mas com a perspicácia do mundo jurídico e acostumado a julgar os fatos para além da sua aparência imediata, esforçava-se para compreender e normalizar essa relação. Derville era demais burguês para não aceitar o poder do dinheiro, para não entender que o dinheiro é o “*sésame*” que abre todas as portas na modernidade. Lamentava Gobseck “como lamentaria um doente. Mas compreendia também que se ele tinha milhões no banco, poderia pela imaginação possuir a terra que tinha percorrido, esquadrihado, revolvido, avaliado, explorado” (Gob, p.484).

Gobseck também tinha a certeza de ser a própria significação do ouro ao questionar o seu interlocutor: “*Que existência poderia ser tão brilhante*⁶⁹ *quanto a minha?*” (Gob, p.485) – consequentemente, sua existência fundia-se na potência que o dinheiro confere ao seu possuidor. “[P]ossuo o mundo sem fatigar-me, e o mundo nada pode contra mim” (Gob, p.486).

⁶⁹ O termo brilhante pode indicar tanto uma característica material do ouro (enquanto dinheiro), nesse caso seu reluzir, como indicar que nenhuma forma de existência pode ser tão potente quanto a sua.

O dinheiro representa um tipo particular de fruição, pois essa fruição se dá pelo *poder ser* ou *poder ter* e não diretamente pelo *ser* ou *ter*. Essa particularidade, ao que tudo indica, foi captada por Balzac e se expressa na fala de Gobseck da seguinte maneira:

Sou bastante rico para comprar a consciência dos que movem os ministros, desde o contínuo do gabinete até à sua amante: *não é isso Poder? Posso ter* as mais belas mulheres e suas mais ternas carícias, não é isso o Prazer? Poder e Prazer não se resumem eles toda nossa ordem social? [...] Não é a vida uma máquina à qual o dinheiro imprime movimento? Fique sabendo: os meios confundem-se sempre com os fins: nunca se poderá separar a alma dos sentidos, o espírito da matéria. O ouro é o espiritualismo das vossas sociedades atuais (Gob, p. 491, grifos nossos).

Sua fruição estava, portanto, no poder de disposição que a posse do dinheiro representa. “O ouro representa todas as forças humanas [...]. Nossas fantasias exigem tempo, meios físicos ou cuidados. Pois bem! O ouro contém tudo em germe, dá tudo realizado” (Gob, p.485). Ante o raciocínio exposto pelo usurário, Derville foi tomado de estupefação ao compreender que o seu poder era o próprio poder do ouro: “Aquele velhinho seco crescera, transformara-se [...] numa imagem fantástica, na qual se personificava o poder do ouro” (Gob, p.492).

Quase duas décadas depois, em 1844, Marx escreveria de modo semelhante em seus Manuscritos econômico-filosóficos:

O que para mim existe por meio do *dinheiro*, aquilo que eu posso pagar, ou seja, o que o dinheiro pode comprar, sou *eu*, o próprio possuidor do dinheiro. O poder do dinheiro é meu próprio poder [...]. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela mulher*. *Conseqüentemente*, não sou *feio*, porque o efeito da *fealdade*, o seu poder de repulsa, é anulado pelo dinheiro. [...] Ademais, ele pode comprar para si as pessoas talentosas: quem tem poder sobre as pessoas inteligentes não será mais talentoso do que elas? Eu, que por meio do dinheiro posso *tudo* o que o coração humano ambiciona, não possuirei todas as capacidades humanas? (MARX, 2005, p.169, grifos do autor).

Balzac mostra como o fetichismo da mercadoria dinheiro, ao encarnar valor em si mesmo, consiste em revelar aos indivíduos apenas a sua forma de expressão de valor e, com isso, aguçar a ambição dos que nele se apegam. Foi o que aconteceu com Gobseck depois de ter gozado todos os prazeres imaginários que a posse do dinheiro lhe facultava. Como confessou a Derville, chegou ao “ponto de não mais gostar do poder do dinheiro, senão pelo poder e pelo dinheiro em si mesmos” (Gob, p.491).

De maneira mais racional que Claës e menos fetichizada que Gobseck, outros personagens empreenderam esforços na busca do absoluto. Alguns, no além-mar, explorando o comércio marítimo em países desconhecidos como Carlos Grandet e o Sr. Carlos Mignon, outros, na roleta russa da especulação onde o comércio de dinheiro assume formas ainda mais nebulosas.

Marx explica que uma parte do capital acumulado no processo produtivo deve se conservar na forma de tesouro, enquanto capital dinheiro destinado a cumprir funções puramente técnicas: “reserva de meios de compra, reserva de meios de pagamento, capital vadio na forma de dinheiro à espera de aplicação” (MARX, 1985b, p.365). É essa última forma, a de dinheiro vadio, que constituirá parte significativa do capital bancário.

Capital bancário – “Agora é que a ação começa”

Nesse movimento da economia capitalista de valorização do capital, a atuação dos bancos foi decisiva para garantir a sua continuidade e reprodução. Os bancos eram no início os administradores dos fundos de reserva das empresas, bem como das rendas de muitos proprietários. Para o capital inativo e o dinheiro recebido das rendas, os bancos passaram a oferecer uma remuneração cuja contrapartida era originada pelos empréstimos que realizavam. Assim, “a parte que de outro modo ficaria dormindo como fundo de reserva é emprestada, exerce função de capital produtor de juros” (MARX, 2008, p.535).

O capital bancário constitui-se então dos depósitos de particulares aos quais é prometida uma remuneração desses valores depois de um tempo determinado e pelo capital próprio do banqueiro; no total ele se compõe de bilhetes de banco e ouro na forma de depósito. A remuneração do capital do correntista, ou seja, o lucro que esse depósito originará vai depender de transações efetuadas pela casa bancária que pode emprestar seu capital a um terceiro, composto de juros pelo tempo que o disponibiliza e pelo risco desse empréstimo ou empregá-lo na especulação com ações. O valor emprestado servirá de capital-dinheiro ao prestatário, no caso o capitalista, que o lança no processo produtivo através da aquisição de meios de produção (máquinas, equipamentos, matéria-prima, empregados, etc.) e deverá retornar ao prestamista no final do prazo estabelecido, composto do principal e de uma parte do lucro obtido, na forma de juro. “Um banco representa, de um lado, a centralização do capital-dinheiro, dos emprestadores,

e, do outro, a dos prestatários. Em geral, seu lucro consiste em tomar emprestado a juro mais baixo que aquele a que empresta” (MARX, 2008, p.534).

Outra transação bancária capaz de produzir juros e, portanto, lucro ao capital bancário é o desconto de letras de câmbio. O portador de uma letra de câmbio pode, caso necessite de dinheiro antes do seu vencimento, descontá-la junto a uma casa bancária que efetuará a transação mediante uma comissão (ágio). A origem dessas letras estava na comodidade que ofereciam ao transportar esses valores na forma de moeda e na segurança em caso de furtos. Além disso, o desenvolvimento do comércio exigia algumas facilidades que o sistema bancário logo tomou a seu encargo. Por exemplo, para o transporte de determinada quantidade de moeda, dado o seu peso, os riscos de roubos e outros problemas de transporte, fazia-se necessário um documento que encarnasse esse volume monetário sem os inconvenientes descritos. A letra de câmbio cumpria essas condições, podendo ser levada de uma praça a outra e descontada em várias casas bancárias. Assim, uma rede de sucursais estabeleceu-se nas principais praças europeias para o desconto desses papéis. O comerciante de uma praça emitia a letra em nome de um terceiro em outra praça, que era geralmente uma extensão do seu banco, ou a um representante em outras localidades onde se realizava o desconto das letras. O fluxo contínuo dessas transações foi gradativamente divorciado do seu correspondente em depósitos, criando um capital fictício pela simples anotação contábil.

Finalmente, constitui-se como atividade lucrativa dos bancos a conversão de moedas nacionais em dinheiro mundial, quando do pagamento ou recebimento de transações internacionais. No início, essa mediação era feita por agentes de câmbio que a executavam como um negócio particular lucrativo. A combinação do emprego dessas três formas, o fundo de reserva dos capitalistas e o dinheiro vadio de todas as classes, o desconto das letras de câmbio e a conversão das moedas nacionais em dinheiro mundial são as bases do comércio de dinheiro que se institucionaliza no sistema bancário moderno. No início, a função dos bancos era facilitar os negócios dos capitalistas comerciais e industriais, concentrando as atividades feitas anteriormente por especialistas em cada empresa desses ramos. Mas, “tudo o que facilita os negócios, facilita a especulação; em muitos casos, ambos se entrelaçam tanto que é difícil dizer onde acaba o negócio e onde começa a especulação” (GILBART *apud* MARX, 1985a, p. 469).

Nucingen: O Rothschild de *A Comédia Humana*

Com a história de Frederico Nucingen, Balzac ilustra algumas contradições características desse comércio de dinheiro ao narrar em *A Casa Nucingen* as manobras financeiras do banqueiro mais audacioso que criou.

Suas aventuras são contadas detalhadamente nessa novela e episodicamente em outros romances. Segundo especialistas em Balzac, elas sugerem uma semelhança com um dos banqueiros mais importantes da Europa nessa época, o barão de Rothschild. Balzac dedica-lhe *Um Homem de Negócios*, demonstrando a estima que devotava a essa eminente figura do mundo financeiro. O barão James de Rothschild era um dos quatro filhos de um banqueiro de Frankfurt, Amschel Meyer, e juntos formaram na história da finança ocidental a maior dinastia já existente. Com bancos espalhados nas praças de Frankfurt, Paris, Londres, Viena e Nápoles controlavam os maiores investimentos em capital. “Na França, seu papel será essencial na formação de companhias de caminho de ferro, e não há um empréstimo nacional ou internacional que não passe pelas suas mãos” (PERNOUD, 1981, p.346). De maneira análoga, Balzac nos apresenta o seu Rothschild na pessoa de Nucingen.

Em *A Comédia Humana* o sistema bancário aparece mais desenvolvido que a grande indústria e graças a essa estrutura financeira é possível a Nucingen atingir lucros extraordinários em especulações altamente sofisticadas. Justamente pelos limites da estrutura industrial na França é que o êxito dos seus investimentos será visto pelos críticos de Balzac como o resultado de uma imaginação ambiciosa de romancista, divorciada da realidade econômica do país. Balzac vai mostrar, através da ação desses lobos-cervais da alta finança, que é o capitalismo financeiro que controla as engrenagens da sociedade.

Para nós, ao contrário, é exatamente dessa aparente fantasia milionária de Nucingen, dessa desconexão com a realidade industrial, que se manifesta a sensibilidade de Balzac em perceber os mecanismos modernos e mais desenvolvidos de reprodução da riqueza. Nesse constante movimento dos valores financeiros, Balzac fez Nucingen enriquecer. Exímio manipulador de ações de minas de chumbo, de minas de carvão, de construção de canais, especulador fundiário dos terrenos em Paris, etc., o banqueiro se tornou o burguês mais bem sucedido da sociedade balzaquiana, assim como a peça imprescindível no jogo da alta finança.

Em 1804 Nucingen não era ainda conhecido na Europa e seu nome estava limitado às praças do Faubourg Poissonnière e Estrasburgo. Planejou então uma suspensão dos pagamentos resgatando-os mais tarde, depois de sua liquidação tê-lo tornado conhecido nas principais praças europeias. “Por uma circunstância inaudita, os valores revivem, são disputados, dão lucros” (CN, p.580). Em pouco tempo suas ações eram procuradas por toda a Europa e cotadas bem acima da média. “Nucingen se beneficia de uma reputação, negativa é verdade, mas sai do anonimato” (COHEN, 1950, p.55).

Aproveitou também a instabilidade política de 1815 comprando títulos da Batalha de Waterloo⁷⁰, suspendeu novamente os pagamentos no momento da crise. Prevendo o desfecho do Império, o astuto alsaciano comprou cento e cinquenta mil garrafas de champanhe da Casa Grandet de Paris em processo de falência e mais cento e cinquenta mil garrafas de vinho de Bordéus a um franco e cinquenta cada, vendendo-as mais tarde, entre 1817 a 1819, aos aliados por seis francos a garrafa.

“Nucingen compreendeu [...] que o dinheiro só é uma potência quando se encontra em quantidades desproporcionais” (CN, p.610). Planejou então sua terceira liquidação por volta de 1826. Nessa época a Casa Nucingen contava com seis milhões entre fundos particulares e valores emitidos. Desse montante, aproximadamente dois milhões e meio eram fundos particulares, ou seja, aquela parte que corresponde aos depósitos dos correntistas para os quais o banqueiro promete um prêmio pelo uso desse dinheiro alheio. A baronesa d’Aldrigger, esposa de seu antigo padrão; o jovem Beaudenord; Carlos Grandet, agora conde d’Aubrion; o droguista Matifat e o marquês d’Aiglemont eram os principais proprietários dos valores emitidos pala Casa Nucingen. Reuniu então cinco milhões de francos desse capital e investiu em ações na América num negócio “cujos lucros tinham sido calculados de modo a chegar tarde demais” (CN, p.611).

Ao mesmo tempo, para sustentar seus planos especulativos, teve a ideia de criar uma sociedade por ações contando com alguns polichinelos para preservar a aparência de seus negócios. Essas ações seriam dadas aos correntistas em troca dos papéis de sua casa bancária cujo emprego se encontrava seguro em vários negócios na América. Mas, “[s]e ele próprio criasse uma empresa industrial por ações, com as quais se propusesse a indenizar seus credores, por meio de manobras mais ou menos hábeis poderia ser alvo de suspeitas; Nucingen agiu com

⁷⁰ Batalha que se desenrolou em Waterloo na Bélgica em 18 de junho de 1815 pondo fim a Era Napoleônica com a famosa derrota das tropas de Napoleão Bonaparte pelos Aliados (Prússia, Áustria, Suécia, Holanda) com apoio da Inglaterra durante o período dos Cem Dias.

mais esperteza: fez com que outro criasse”(CN, p.611). Sugeriu então a Du Tillet, banqueiro “intrujão” que “dançava na corda bamba das especulações financeiras” (CB, p.351) e com quem tinha relações desde o começo da Restauração, a ideia de uma empresa piramidal de valorização das ações que remuneraria os acionistas com “dinheiro fictício”. Nucingen, incitando-o com as possibilidades de lucro fácil, mas ocultando-lhes as meadas do seu negócio, repetia o sistema de Law⁷¹ um século depois. “Uma das particularidades de Nucingen é fazer que as mais hábeis pessoas da praça sirvam seus planos, sem lhos comunicar” (CN, p. 611).

Du Tillet, percebendo o engodo e temendo a censura em caso de a operação fracassar, apoiou-se no inescrupuloso Carlos Claparon como testa de ferro. Foi criada então a sociedade por ações da Casa Claparon, a qual Nucingen “apoiou com todo seu crédito”. Essa sociedade deveria oferecer dividendos atraentes nos primeiros anos de modo a dar credibilidade aos investimentos e atrair o maior número possível de acionistas. “Experimentada pela primeira vez, num momento em que abundassem capitais ingênuos, essa combinação devia produzir uma alta nas ações e, por consequência, um benefício para o banqueiro que as tivesse emitido” (CN, p.611). Marx refere-se a essa engenharia financeira de modo semelhante ao que se passou com a história comercial da Inglaterra entre 1845 e 1847: “Subscreviam-se tantas ações quantas se podiam, ou seja, até onde o dinheiro chegava para os primeiros pagamentos, quanto ao resto, depois se acharia a solução” (MARX, 1985a, p.469).

Quando foi premeditadamente alarmada a terceira liquidação da Casa Nucingen, por conta da separação de bens exigida pela esposa Delfina de Nucingen, cujo dote ele era o depositário, houve rumores pondo em dúvida as possibilidades de restituição dos capitais depois da liquidação do passivo. A Bolsa foi então o cenário onde se desenrolou o drama da terceira liquidação do banqueiro e os lobos-cervais, Du Tillet, Palma, Gigonnet, Werbrust, etc.⁷², se encarregaram de disseminar o pânico por meio de opiniões contraditórias sobre Nucingen, fazendo por outro lado a publicidade das ações da Casa Claparon, exaltando “a excelência do negócio”. Aqueles que possuíam papéis da Casa Nucingen ficaram desesperados com a encenação que presenciavam na Bolsa e só pensavam em passá-los para frente; era o “salve-se sem quem puder”. Matifat, o comerciante do bairro Saint-Denis, possuía trezentos mil francos em

⁷¹ “John Law (1671-1729), financista escocês, inspetor geral da Fazenda francesa; criou a Companhia das Índias e organizou, sob a Regência, um sistema bancário que teve como fim uma bancarrota memorável, a qual durante um século desacreditou aos olhos dos franceses as operações financeiras” (N.T. In: CB, p.484).

⁷² Usurários inventados por Balzac e figuram em várias cenas de *A Comédia Humana*.

sua conta na Casa Nucingen, vendeu-os a Giggonet a doze por cento abaixo do valor, perdendo em algumas horas trinta e seis mil francos. “Quando reina o pânico, o que preocupa o homem de negócios não é a taxa a que pode empregar seus bilhetes [...]. Se está sob a influência do pânico, não lhe importa ganhar ou perder. Procura pôr-se a salvo, e o resto do mundo que se arranje” (GURNEY *apud* MARX, 1985a, p.478).

Através de Rastignac, seu “Príncipe da paz”⁷³, Nucingen planejava oferecer as ações da Casa Claparon a seus clientes recuperando seus papéis pela metade do valor nominal, ficando, no final das contas, com o dinheiro deles. A atuação de Rastignac foi fundamental para o êxito de Nucingen. Como era o amante de Delfina, esposa do banqueiro, ninguém suspeitaria da sua cumplicidade nesse negócio e acreditariam que os conselhos que dava era uma indiscrição baseada na mais sincera amizade. Assim, ele convenceu Godofredo Beaudenord, cliente de Nucingen, a autorizar o barão a investir todo o capital que tinha depositado em sua casa bancária nas ações Claparon, evitando desse modo a catástrofe que estava na iminência de lhe acontecer: “Escreve muito simplesmente ao Barão de Nucingen uma carta antedatada de quinze dias na qual lhe dá ordem para empregar todos os teus fundos em ações (e citou-lhe a sociedade Claparon)” (CN, p.623).

Com a baronesa d’Aldrigger, ele foi simplesmente a “trombeta de Nucingen” anunciando que ela não tinha porque temer, pois, o antigo caixa de seu falecido marido tinha “arrumado as coisas, para, em caso de desgraça, cobrir a conta da baronesa com seus melhores valores [nesse caso, os da Casa Claparon]” (CN p.626)

Como comparou o trocista Bixiou, foi como oferecer um “pequeno pastel por um luís de ouro às crianças grandes, que, como as pequenas de outrora, preferem o pastel à moeda, sem saber que com esta podem obter duzentos pastéis” (CN, p.610).

Enquanto isso, numa viagem à Bélgica, Nucingen fingiu buscar recursos junto aos grandes financistas para poder solver seus papéis; a simulação se patenteava com boatos da separação de bens do casal. Em um mês realizou a terceira liquidação do passivo da sua casa bancária. “A sociedade Claparon fez negócios em demasia, houve congestão de valores [...]. Essa desgraça combinou-se com os acontecimentos de 1827⁷⁴” (CN, p.628). As ações da Casa

⁷³ Príncipe da Paz: alusão que Balzac faz a Dom Manuel Godoy Álvares Faria (1767-1815), “primeiro ministro e favorito de Carlos IV, da Espanha, e amante da rainha Luísa-Maria” (CN, p.620).

⁷⁴ Balzac deve estar se referindo aos acontecimentos políticos de 1827 que resultaram na dissolução da Câmara e fortalecimentos da esquerda (VOLKMANN, 2007).

Claparon, que no começo rendiam dividendos irresistíveis, caíram de 1250 francos para 400 francos, embora seu valor intrínseco fosse de 600 francos. “Nucingen que lhes conhecia o valor intrínseco, resgatou-as” (CN, p.628). O capital dos d’Aldrigger e de Beaudenord investido nessas ações representava setecentos mil francos e obtiveram por elas apenas duzentos e trinta mil. Isso porque, o “valor de mercado desses títulos é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula” (MARX, 1985a, p.538).

Beaudenord casou-se com a filha caçula dos d’Aldrigger e se viu reduzido a um orçamento de oito mil francos de renda para partilhar numa casa com seis pessoas e dois criados. Foi obrigado a voltar para o seu antigo cargo no ministério das finanças, onde Nucingen conseguiu-lhe o lugar depois de haver perfidamente rogado ao então ministro Cointet que ajudasse essa gente pela qual ele se lamentava de não ter podido fazer a fortuna. Quanto ao banqueiro, “ninguém tem exprobração a fazer-lhe. Quem viesse a dizer que a alta finança é muitas vezes um covil de ladrões e assassinos cometeria a mais insigne calúnia” (CN, p.630).

Essa historieta, embora se configure num golpe operado com maestria pelos lincês da alta finança, serve para demonstrar de onde surge o lucro de alguns investidores, sem que estes precisem empregar seu capital no processo produtivo, o único capaz de criar valor. A circulação apenas realiza esses valores com a aparente ideia de tê-los produzido autonomamente.

Os lucros e as fraudes de Nucingen eram possíveis graças ao sistema de crédito já bastante desenvolvido na França e à ausência de uma regulamentação jurídica dessas formas de investimento. Quem contou em detalhes essa operação financeira foi o caricaturista Bixiou durante um jantar num restaurante parisiense aos amigos Finot, dono de um jornal, Blondet, escritor e jornalista e a Couture, um novato do mundo da especulação. Bixiou explicou-lhes em detalhes como Nucingen agiu para se tornar um dos banqueiros mais conhecidos das diversas praças europeias, emissor de papéis solváveis e de uma solidez inquestionável. Serviu-se igualmente dessa história para explicar-lhes sarcasticamente com seu mais fino cinismo, de onde surgira a milionária fortuna de Rastignac, pois, como lembraram, em 1827 ele era apenas um provinciano pobre em Paris tentando uma carreira na magistratura. Graças a sua conivência com as fraudes de Nucingen, ele conseguiu abocanhar uma gorda fatia do capital dos acionistas na transação que acabamos de referir. “De Rastignac e a sra. de Nucingen compraram as ações

vendidas por Godofredo e pela baronesa. Nucingen foi feito par de França pela Revolução de Julho e grande oficial da Legião de Honra” (CN, p.629).

Num primeiro momento esse jogo da finança leva a crer que todos ganharão, mas com o “Tempo” aparecem em fila os engodados, desesperados em passar para frente suas ações desvalorizadas. A informação, como se pode ver, é um vetor importante para a profusão dos papéis. Ela corrobora para aquele movimento do mercado de alta e baixa que o senso comum pretende como o movimento natural do próprio mercado. “Se as mercadorias sobem e baixam, se os valores aumentam ou se deterioram, esse fluxo e refluxo é produzido por um movimento mútuo, atmosférico, em relação à influência da lua, e o grande Arago⁷⁵ é culpado por não apresentar nenhuma teoria científica sobre esse importante fenômeno” (CN, p.630)

O mérito de Balzac foi ter desfetichizado o poder do dinheiro, mostrando que a circulação da propriedade de mão em mão na forma de capital produtor de juros é apenas uma ficção, pois no somatório final, não passa de uma transferência de propriedade, ou o que Marx chamou de “logro generalizado”. Por outro lado, esse sistema “[r]eproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de embuste no tocante à incorporação de sociedades, de lançamentos e comércio de ações” (MARX, 1985a, 507), exatamente como vimos com Nucingen e companhia.

Embora Balzac não tenha se ocupado em explicar diretamente como se dá a criação do valor, mas somente o seu processo de valorização, deixou algumas sugestões ao longo de *A Comédia Humana*, muito próximas às da teoria do valor trabalho esboçada por Smith e continuada por Marx. Ainda em *A Casa Nucingen*, ele nos dá as pistas de onde buscar as leis de produção da riqueza quando indiretamente se refere à construção dos canais, à exploração de minas de chumbo e argentífera, aos negócios com a Espanha e com a América, onde estava empregada a maior parte do capital efetivo de Nucingen.

Em outro romance, *Melmoth Apaziguado*, enuncia precariamente, mas com muita intuição a verdadeira fonte do valor:

Aquilina nada sabia dos aborrecimentos daquela vida, gozava-a como o fazem muitas mulheres, sem mais indagar de onde vinha o dinheiro, assim como certa gente não indaga como nasce o trigo ao comer seu pãozinho dourado; ao passo que os dissabores e os trabalhos da agricultura estão por trás do forno dos

⁷⁵ “Dominique François Arago (1786-1853), físico francês, um dos maiores cientistas do século XIX; seus trabalhos mais importantes dizem respeito à polarização, à medição dos índices e ao eletromagnetismo”. N.T.(CN, p.630).

padeiros, como, por trás do luxo despercebido da maioria dos casais parisienses, repousam preocupações esmagadoras e o mais exorbitante trabalho (MA, p.289).

Temos acima uma análise muito brilhante sobre a falsa representação que o senso comum tem do valor, ou melhor, de como ignora as conexões existentes entre o processo de produção e a esfera da circulação. Essa, entre outras qualidades, é a fonte da assumida admiração que Marx tinha pelo romancista. O seu materialismo sobressai de várias maneiras no corpo da narrativa. Ao longo de *A Comédia Humana* ele decompõe as etapas do processo de produção capitalista, apesar de todo o atraso da França no que diz respeito à indústria e ao trabalho assalariado que, se unidos à história de Nucingen, são o prelúdio dessa ária tão bem executada pelo banqueiro mais perspicaz que ele criou.

Numa das suas obras admiradas por Marx⁷⁶, *A Obra Prima Ignorada*, com um pouco de imaginação, podemos perceber na fala de Frenhofer, um pintor obcecado pela perfeição, numa crítica ao seu jovem discípulo Porbus, em que mostra, assim como Marx, que a forma mascara a natureza do conteúdo e a aparência imediata se sobrepõe a ele. Aparece como superior e independente do processo de composição, no caso da pintura, exatamente como as formas mercadoria e dinheiro aparecem divorciadas do processo produtivo que as engendraram, subsumindo as relações sociais de produção pelas quais foram criadas:

A Forma é um Proteu⁷⁷ muito mais inatingível em sinuosidades do que o Proteu da Fábula; não é senão depois de demorados combates que se pode constrangê-la a mostrar seu verdadeiro aspecto. Vocês contentam-se com a primeira aparência que ela lhes entrega, ou quando muito com a segunda, ou com a terceira [...]. O vulgo admira, mas o verdadeiro conhecedor sorri (OPI, p.400-401).

“Sua existência, como surge na superfície, isola-se de suas conexões ocultas e dos elos intermediários mediadores” (MARX, 1982, p. 189).

Talvez, para Balzac, essa percepção fosse mais clara, porque ele ainda estava ligado aos seus instrumentos de produção e as obras que produzia - seus romances, seus artigos, suas peças de teatro, etc. - tornavam-se mercadorias assim que entravam na esfera da circulação capitalista. Costumava aferir o valor do seu trabalho pelos livros que escrevia. Numa carta de 1847 à

⁷⁶ “Marx recomendava-a a Engels chamando-a mesmo de “pequena obra-prima” (RÓNAI, vol. 15, p.393).

⁷⁷ Proteu – “figura mitológica que mudava constantemente de formas”. N.T. (OPI, p.400).

condessa Hanska, assegurava-lhe poder sair da complicada situação financeira em que se encontrava simplesmente escrevendo romances: “ainda alguns romances como *A Prima Bete* e estarei de pé” (BALZAC, 1999, p.917). Mais adiante, em junho de 1847, ele escreve à mesma condessa:

E é preciso ganhar 18 000 fr. de rendas e pagar 155 000 fr. de dívidas; o que exige um capital de 600 000 fr. Trabalhe, autorzinho de *A Coméd[ia] Hum[ana]*, faça *A Educação do príncipe*, faça romances, faça peças ... de cem *sous*! Pague teu luxo, expie tuas extravagâncias, e espere tua Ev. [eline] no inferno do tinteiro e da folha branca (BALZAC, 1999, p.926).

Embora Balzac e Marx estivessem se referindo a coisas distintas, um à pintura e o outro à produção capitalista, em ambos tornam-se evidentes as bases filosóficas pelas quais procediam em seus pensamentos.

O espectro da crise

Quando iniciamos essa pesquisa não imaginávamos que uma crise financeira abalaria a hegemonia de um dos países mais ricos do mundo⁷⁸. De repente, o mercado financeiro norte-americano entrou em colapso e muitos investidores viram o valor efetivo de seus papéis virarem pó. A crise financeira, embora com aspectos modernos, repetia o pânico das tulipas na Holanda no século XVII e o sistema de Law na França no século XVIII.

Em 1624 uma espécie rara de tulipa a *semper augustus*, trazida da Ásia pelos holandeses, teve seu valor cotado em 1200 florins e muitas pessoas, fascinadas pela valorização crescente dos bulbos dessa espécie, venderam seus bens para adquirir essas preciosidades e negociá-las no mercado como hoje se negociam ações acreditando que elas se valorizarão. “Num primeiro tempo esses bens eram cedidos antes mesmo que os bulbos fossem retirados da terra e a esperança da sua brotação aumentava a febre especulativa, o que determinou outros tipos de compra, semelhantes aos da Bolsa” (MÉCHOULAN, 1992, p.83). Essa onda de valorização dos bulbos de tulipas na Holanda ficou conhecida como a “tulipomania” e, apesar da riqueza que alguns especuladores auferiram com ela, o resultado foi uma bancarrota generalizada ditada pela

⁷⁸ Estamos nos referindo à “crise mundial” que teve impacto e repercussão internacionais, colocando em risco a hegemonia estadunidense.

irracionalidade dos pequenos comerciantes, os mais empolgados com esse negócio. “Pequenos artesãos e lojistas, que ignoravam tudo sobre botânica e horticultura, lançaram-se em 1643 no mercado da tulipa, ainda mais que corriam loucos boatos sobre a subida fulgurante dos preços em Paris e no norte da França” (MÉCHOULAN, 1992, p.82). O resultado foi uma queda no preço das tulipas e a falência dos que tinham realizado seus bens trocando-os por bulbos da planta.

Um século depois, a bancarrota francesa, decorrente da arquitetura fictícia do escocês John Law, tinha o mesmo sistema de valorização das tulipas, mas dessa vez, em papéis emitidos pelo banco real durante a regência da menoridade de Luis XV e pela companhia das Índias criada por ele com o objetivo de lançar num mercado incipiente ações altamente cotadas na expectativa de lucros futuros. Pernoud (1981) lembra que o resultado foi o mesmo de todos *boons* especulativos: a desvalorização das ações, uma sucessão de bancarrotas e até alguns casos de suicídio.

Não pretendemos discutir aqui essas crises nos seus pormenores, mas apenas referi-las para mostrar que quatro séculos depois elas continuam se repetindo nos seus moldes mais primitivos e ingênuos. As pessoas ainda reproduzem e acreditam na infalibilidade de um sistema que se valoriza constantemente, dando a entender que o dinheiro investido tem propriedades mágicas de se reproduzir e que todos podem lucrar infinitamente. Nesse circuito, o dinheiro aparece ao senso comum, à representação vulgar, como um ente soberano⁷⁹ que tem a capacidade de aumentar o montante das suas riquezas sem nenhum esforço por parte do especulador. De fato, isso é possível porque as formas modernas de propriedade podem realmente proporcionar lucros elevados sem o menor trabalho para o detentor de títulos de propriedades, seja na forma de ações ou títulos públicos.

Mas o acréscimo da riqueza não depende de propriedades imanentes ao dinheiro e sim do movimento do capital na esfera da produção e circulação capitalistas. Como foi mencionado, o dinheiro existia mesmo em formas pré-capitalistas, ele era, em alguns casos, símbolo de poder de distinção ou meio de pagamento exclusivo de determinados bens. A significação que assume na sociedade moderna diz respeito ao modo como foi apropriado e subjugado pelo modo de produção capitalista. Marx demonstrou como essas formas autônomas, a circulação de dinheiro e a mercadoria, tornaram-se “prévias suposições” da produção capitalista.

⁷⁹ Curiosamente o dinheiro já foi soberano. Esse era o nome da moeda de ouro inglesa equivalente a uma libra esterlina.

Há, entretanto, algumas diferenças que cooperaram para a mistificação do poder dinheiro. A riqueza na sua forma moderna não é mais ou ouro e pedras preciosas, mas o capital. Se no passado alguns especuladores corriam trocar seus lucros por barras de ouro, hoje essa transação não é mais comum, mesmo porque desde 1944 o lastro em ouro dos encaixes bancários foi extinto.

Uma das consequências do próprio ritmo do sistema monetário foi a criação de papéis fictícios, de capital fictício, em que as emissões superavam e ainda superam os depósitos efetivos. Por exemplo, Pernoud mostra o caso do Banco da França durante o Império, cujas operações com capital fictício, pelos quais ficou seriamente comprometido, ultrapassavam os depósitos efetivos: “em 1805, suas caixas não possuíam mais que 1,5 milhões de francos para 92 milhões exigíveis a vista” (PERNOUD, 1981, p.279). Graças a Austerlitz, esse rombo pôde ser coberto e os gestores do Tesouro Público substituídos.

Entretanto, em algum momento, esse sistema fictício tem de prestar contas à realidade e o resultado muitas vezes são as bancarrotas históricas do mundo financeiro. “Como o Tempo, a finança devora seus filhos” (CN, p.582). Basta uma dúvida, um alarde, uma crise política para que os ciosos especuladores realizem seus créditos e o resultado é a desvalorização dos seus títulos de propriedade ou, até mesmo, a impossibilidade de liquidez. Se, no entanto, essas crises se limitassem a um prejuízo dos titulares desses investimentos poderíamos compará-las a uma loteria especulativa, implicando risco apenas para os investidores mais destemidos. O problema é que, engendradas pela própria lógica do sistema, as crises acabam repercutindo nos pontos mais frágeis da sociedade e mesmo em pessoas que nunca especularam. A inflação, uma das consequências do frenesi especulativo leva, geralmente à carestia de itens de subsistência. Na época de Law, por exemplo, “no espaço de um mês [...], o preço do pão subiu em Paris de 2 a 3 *sous* a libra para 3 a 4 *sous*, segundo a qualidade; e, em fevereiro de 1721 a carne que valia 4 *sous* a libra em 1716, custará 14” (PERNOUD, 1981, p.138). Além disso, ocasionam falências generalizadas e o fechamento de muitos postos de trabalho.

A moral da história é uma história sem moral

O caráter vulnerável do movimento especulativo foi demonstrado por Balzac através das muitas bancarrotas que se sucederam no universo de *A Comédia Humana* e que tiveram como

substrato um capital fictício. Por outro lado, é a partir da crise que ele mostra como se consolida a figura central da sua narrativa, o barão de Nucingen. Embora apareça em 31 romances, mais do que qualquer outro personagem, o banqueiro será aparentemente a figura de fundo de toda a comédia balzaquiana, controlando o destino de suas vítimas. A crise tem como consequência a concentração da riqueza nas mãos de alguns especuladores.

Através das especulações de Nucingen, pudemos perceber que, na forma mais avançada de propriedade, a da sociedade por ações, é possível extrair dinheiro do próprio dinheiro, sem remeter, na aparência, às antigas formas mercantis de reprodução da riqueza, nas quais a partir de um *quantum* em dinheiro, poder-se-ia produzir mercadorias que seriam vendidas por um preço fixado a partir dos custos de produção, obtendo um lucro médio com a venda dessas mesmas mercadorias, reiniciando novamente o processo produtivo.

Quando se pressupõe os lucros da economia capitalista, pensamos, geralmente, nas importantes invenções tecnológicas da Revolução Industrial e na dinamização da produção através da grande indústria, composta de máquinas e equipamentos e trabalhadores assalariados vendendo para um rico capitalista a sua força de trabalho. Pressupõe-se uma estrutura moderna de indústrias e fábricas, produzindo uma infinidade de mercadorias, a ampliação dos mercados, do consumo e do gosto dos consumidores em ritmos extraordinários, ou seja, a constante superação dos limites da produção e do mercado. Mas, na França, no período em que Balzac está vivenciando as transformações paridas em 1789 e escrevendo a sua Comédia, essa estrutura produtiva não estava tão desenvolvida como na Inglaterra. Afinal, a revolução inglesa antecede a francesa em mais de um século, o que não pode ser desprezado quando se trata de analisar o processo de consolidação da sociedade burguesa de mercado nesses dois países. Portanto, a riqueza só pode ser explicada a partir do desenvolvimento de outras formas de lucro. É o caso do comércio de dinheiro baseado no capital produtor de juros. “Encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital – o dinheiro – e a fórmula D-M-D’, reduzida aos seus dois extremos D-D’. Dinheiro que cria mais dinheiro. É a fórmula mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido” (MARX, 1982, p.189). Para elucidar esse enigma, ou fantasmagoria como definiu Marx, é preciso recorrer aos seus princípios.

O que acontece com o desenvolvimento das relações capitalistas é uma ampliação sempre crescente do processo de acumulação através da produção e reprodução de mercadorias, até o momento em que ao circuito D-M-D’ se interpõe uma sucessão de transações financeiras que

subsumem essa forma simples, revelando-se apenas a sua forma valor. Nesse caso, as fases intermediárias ocultas em D-D' estariam presentes no modo de produção capitalista, justificando o acréscimo de dinheiro realizado na circulação de mercadorias.

Sem o menor esforço, sem precisar mesmo trabalhar, como num jogo de azar é possível apostar nos rendimentos futuros de um título, seja na forma de ações de uma companhia ou em obrigações do Tesouro. Por trás dessa maravilhosa fábrica de lucro, estão decompostas todas as etapas do processo produtivo, o único, segundo Marx, capaz de criar valor da mercadoria título. A especulação, nesse caso, é apenas um jogo entre a oferta e a procura por esses papéis, fazendo variar o seu preço em função da sua alta ou da sua baixa. “Uma vez que a propriedade aí existe na forma de ações, seu movimento e transferência tornam-se simples resultados do jogo de bolsa em que os peixes pequenos são devorados pelos tubarões e as ovelhas, pelos lobos da Bolsa” (MARX, 2008, p.586). A remuneração a que dá direito esse título de propriedade é o juro e como o proprietário jurídico, o detentor do título, está separado do processo de produção, o juro aparece à sua representação como uma propriedade intrínseca ao título. “No capital a juros se completa esse *fetichismo automático*, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que nessa forma, não traz mais o estigma do seu nascimento” (MARX, 1982, p. 190, grifos do autor).

No mesmo estilo de Balzac, cabe aqui uma digressão a respeito de um título de propriedade. O título nada mais é do que o direito que o seu portador (o proprietário jurídico) tem a rendimentos esperados para esse papel, ficando ao seu critério desfazer-se dele caso suspeite, por intuição ou informações privilegiadas, que os benefícios serão maiores passando-o para frente do que esperando a sua valorização. No caso dos títulos públicos - aqueles papéis emitidos pelo Estado com o objetivo de financiar obras públicas em infra-estrutura, seus exércitos ou seu custeio – o prêmio e a data para resgate são previamente fixados.

Balzac refere-se também a uma letra especial chamada “papagaio” que funciona como outra qualquer, mas que não é reconhecida juridicamente. “São bilhetes que não representam nem mercadorias nem valores fornecidos e que o primeiro endossante paga ao complacente subscritor, espécie de letra falsa tolerada por ser impossível constatá-la e porque, de resto, esse dolo fantástico não se torna real senão por uma falta de pagamento” (MA, p.289).

O preço da mercadoria título é a expressão monetária do seu valor, mas não necessariamente o seu valor. O valor do título só pode ser oriundo do processo produtivo

realizado na circulação, embora seu preço varie em função das expectativas da oferta e da procura em relação aos seus rendimentos futuros.

A origem do valor da mercadoria título pode ser explicada pela teoria do valor trabalho conforme vimos no início deste capítulo. Para Marx, a força de trabalho é uma mercadoria capaz de criar valor quando posta em ação, ou seja, quando produz mercadorias, cuja propriedade é de direito do capitalista dono dos meios de produção. A remuneração da força de trabalho, o salário, é a contrapartida pelo resultado do trabalho, do total de mercadorias produzidas e, conforme demonstrou nas teorias da mais-valia, ela não é equivalente ao valor da força de trabalho, mas é admitida como tal pelo trabalhador que não se reconhece nos produtos do seu trabalho e toma o pagamento em salário como equivalente. Dessa diferença, do trabalho total e da parte que cabe na forma de salário à força de trabalho resulta o que chamou de mais-valia, ou valor excedente, apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Depois de realizada pelo capitalista, a mais-valia assume as formas de lucro e juro como a remuneração do capital respectivamente, adiantado pelo proprietário dos meios de produção, o capitalista industrial, e pelo proprietário jurídico do título.

O juro pago pelo capital emprestado corresponde a uma parte do lucro da produção capitalista e aparece vulgarmente como “propriedade imanente de criar valor” do próprio capital emprestado. “O *juro* e não o *lucro* aparece, pois, como *criação de valor* do capital, brotando do capital, portanto de sua mera propriedade” (MARX, 1982, p.194, grifos do autor). O que Marx mostrou é que o juro e o lucro nada mais são do que as “formas mudadas da mais-valia”.

Segundo Marx, essa fetichização acontece porque a propriedade econômica do capital daquele capitalista que tomou como empréstimo um *quantum* em dinheiro, para empregá-lo como capital no processo produtivo, separa-se da propriedade jurídica do capital, “porque a apropriação de uma parte do lucro sob o nome de ‘juro’ aflui para um *capital em si* ou *proprietário do capital*, inteiramente separados do processo produtivo” (MARX, 1982, p.194, grifos do autor).

Como acabamos de saber, a odisséia financeira contada na novela *A Casa Nucingen* tem seu sustentáculo nos rendimentos de um capital fictício. Nucingen, casado com Delfina Goriot, a amante de Rastignac, soube tirar partido dessa ligação adúltera incluindo seu “rival” nas tramas da sua casa bancária. Concedeu liberdade conjugal à esposa mediante uma separação dos bens e autonomia para administrar sua fortuna, a qual prometia restituir aumentada depois de uma

especulação com minério. Além dos investimentos em ações, Nucingen realizava operações inescrupulosas de onde tirava lucros consideráveis e que não podiam passar pelo crivo da lei. Delfina explicou ao seu pai Goriot como agia o barão nos negócios que ele chamava de “operações”:

[Nucingen] compra terrenos baldios em seu nome e depois faz construir neles casas para indivíduos que são seus testas-de-ferro. Estes concluem as negociações sobre as construções com empreiteiros, a quem pagam com letras de câmbio a longo prazo, e consentem, mediante uma pequena quantia, a dar quitação [...]. Enquanto isso, os testas-de-ferro liquidam seus negócios com os empreiteiros, por meio de uma falência (PG, p.194).

A fortuna de Nucingen se desenvolveu em paralelo à economia burguesa. Seu comportamento na esfera econômica foi dinamizado após 1830, com o fim da Restauração, momento propício para os valores burgueses prosperarem sob Luis Filipe. “Para ele o banco é um pequeno departamento administrativo: tem os fornecimentos do governo, os vinhos, as lãs, os índigos, enfim, tudo o que proporciona algum lucro. Seu gênio abarca tudo”(CN, p.581). Utilizamos o exemplo de Nucingen para categorizar aqueles tipos cúpidos motivados não tanto pela posse do dinheiro, mas pela possibilidade de adquiri-lo através da especulação. Du Tillet não fica atrás, embora seu genitor não o tenha dotado da mesma potência do alsaciano: “um tem o aspecto fino dos gatos, é magro, delgado; o outro é cúbico, gordo, pesado como um saco, imóvel como um diplomata” (CN, p.581).

Balzac não os absolve, mas mostra através das reflexões dos quatro convivas que esses banqueiros agiam de acordo com a época. Uma época de charlatanismo quando a má fé atravessava os diversos níveis da economia francesa, desde o comerciante do bairro Saint-Denis até o elefante da alta finança. A diferença, porém, estava na expiação. Para o pequeno, cujo delito geralmente é motivado pela necessidade imperiosa da fome, todos os artigos minuciosamente discriminados no “código” para os grandes como Nucingen, os louros da virtude, os títulos nobiliárquicos e a alcunha de cidadão. Nucingen roubava, mas como diria Dostoiévski, roubava “por virtude”, porque queria fazer fortuna. “Você deseja *faire fortune*⁸⁰ e acumular muitos objetos, isto é cumprir um dever da natureza e da humanidade [...] Este último está protegido no mais alto grau, estimulado e organizado de modo extraordinariamente firme” (DOSTOIÉVSKI,

⁸⁰ Em francês, fazer fortuna

2000, p. 129, em francês no original). Mais uma vez as opiniões do escritor russo e do francês coincidem.

Numa das passagens de *Ilusões Perdidas*, Balzac menciona esse contraste, tão bem marcado, entre as expiações que sofrem os réus em função de suas respectivas categorias sociais e condena a hipocrisia daqueles que ousam bradar contra esse dispositivo legal que “mantém a barreira entre os pobres e os ricos, a qual, derrubada, traria o fim da ordem social” (IP, p.562).

Para Balzac, o problema era de natureza moral e não econômica. Os que foram engabelados com as ações de Nucingen foram atraídos pelo lucro e não hesitariam em passar esses papéis ao seu vizinho se assim pudessem realizar seus interesses. “Vivemos numa época de avidez em que não nos preocupamos com o valor da coisa, se ela proporciona lucros a quem passa para o vizinho; e passa-se a coisa para o vizinho porque a avidez do acionista que crê num lucro é igual à do fundador que lhe propõe” (CN, p.614). Aqui se revela a crítica balzaquiana aos valores em voga na sociedade de mercado, a luta de todos contra todos pela ascensão social centrada no dinheiro. A magnitude das transações de Nucingen ultrapassava as vilanias da ambição da arraia-miúda, embora oriundas do mesmo instinto egoísta. “Em ponto pequeno [...] o negócio pode parecer singular; mas, em grande escala, é a alta finança” (CN, p.610).

“A máquina em movimento”- O sistema de crédito

As sutilezas do sistema de crédito praticado por Nucingen e outros banqueiros de *A Comédia Humana* foram percebidas e apresentadas por Celestina Roubourdin em *Os Funcionários*. O ingênuo Xavier Roubourdin, marido de Celestina e chefe de uma sessão administrativa no Ministério, trabalhou incansavelmente durante seis anos numa obra que visava a uma redução drástica no orçamento. Com essa remodelação, ele esperava uma promoção interna coroando sua dedicada servidão às repartições públicas. Entretanto, ao conhecer detalhadamente os planos do marido, Celestina esclareceu-o quanto ao equívoco das suas pretensões:

Queres reduzir o orçamento, é a idéia vulgar burguesa! Mas seria preciso chegar a um orçamento de dois bilhões, a França assim seria duas vezes maior. Um sistema novo seria mover tudo pelo empréstimo, como o clama o Sr. De Nucingen. O mais pobre tesouro é o que está cheio de escudos sem emprego; a

missão de um Ministério da fazenda é de atirar dinheiro pelas janelas, porque ele torna-lhe a entrar pelas adegas, e tu o queres fazer acumular tesouros! Mas, ao invés de reduzir os empregos, o que se deveria fazer era multiplicá-los! Em lugar de reembolsar as rendas, seria preciso multiplicar o número dos que delas vivem. Se os Bourbons querem reinar em paz, devem criar capitalistas nos mais longínquos burgos, e sobretudo não deixar que os estrangeiros obtenham juros em França, porque um dia pediriam o capital; ao passo que se toda a renda fica na França, nem a França, nem o crédito perecerão. Foi isso que salvou a Inglaterra. Teu plano é um plano de pequena burguesia. Um homem ambicioso não deveria apresentar-se perante seu ministro senão renovando Law sem seus maus riscos, explicando o poder do crédito, demonstrando que não devemos amortizar o capital e sim os juros, como faziam os ingleses. (Fun, p. 240)

Esse poder do crédito ao qual a Sra. Roubourdin se refere com tanta ênfase, explicando ao marido que seria através de um aumento dos gastos públicos e não de uma redução dos mesmos que o país prosperaria, é o cerne da questão de Marx sobre o capital fictício, ou o capital produtor de juros.

Nessa perspectiva, a obra de Balzac pode ser considerada burguesa, revolucionária no sentido de antever e aceitar o novo a despeito dos antigos métodos de enriquecer. Esse paradoxo que transparece da sua revolta contra os produtos da sociedade burguesa e a nostalgia de um passado tradicional e, por outro lado, uma denúncia dessas mesmas formas arcaicas e estereis da vida tradicional em oposição ao progresso tecnológico e humano oriundo da sociedade moderna, está presente ao longo *A Comédia Humana*, dividindo as opiniões de seus principais críticos que veem nele ora um conservador, ora um revolucionário.

Se, por um lado, Balzac criticou os atos de reserva das pessoas avaras por inutilizar o dinheiro que em circulação poderia converter-se em capital, e daí o progresso de algumas regiões, por outro lado, ele condenou a *auri sacra fames*, esse afã de lucro ilimitado que levava à ruína muitas famílias desavisadas ao caírem nas garras de agiotas e prestamistas como Nucingen. Não se refere claramente a um sistema de regulação, mas deixa subentendido e algumas vezes evidente que o sistema jurídico é falho nesse aspecto. As leis são o chicote da burguesia. “Eles fizeram tantas leis que elas servem para qualquer esperteza...” (Cam, p.182). Em todo caso, o maior problema de sua época é moral. Não adianta criar leis para punir o vício, porque dessa forma reprime-se o ato em si e não sua volição.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que em poucas páginas Balzac resume a essência do dinheiro e a lição a que se pode chegar é que ele é o agente corrosivo dos laços sociais. Um dos principais temas que atravessa a obra balzaquiana é o lugar que o dinheiro ocupa na moderna

sociedade. Balzac não deixou de representar fielmente em sua obra a emergência da sociedade de mercado e a ascensão de uma nova classe, a burguesia. Como vimos, ele pretendia demonstrar que a busca do dinheiro como fim último e como condição generalizada é que levava ao solapamento dos valores que até então regiam a sociedade aristocrática. Balzac viu no princípio do dinheiro a razão dos conflitos e das contradições sociais de seu tempo. Mesmo sob uma perspectiva estética, ele foi capaz de diferenciar as motivações da ambição na sociedade moderna que, como já dissemos, foi marcada por uma sucessão de revoluções e por um transtornamento histórico dos valores. O dinheiro converteu-se no deus moderno por representar ao seu possuidor, independentemente do seu brasão ou da sua origem, um poder de disposição sobre os bens tangíveis e intangíveis que o seu desejo projetar.

Enquanto tal poder *inversor*, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais, etc., que pretendem ser para si *essência*. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez (MARX, 2004, p.160, grifos do autor).

Por outro lado, Balzac não tem a ingenuidade dos socialistas utópicos⁸¹ que pregavam, como fim das contradições, uma sociedade sem dinheiro. Contrariamente, veremos na terceira parte deste trabalho, que o dinheiro foi o principal instrumento de um projeto civilizador do doutor Benassis, protagonista em *O Médico Rural*. Vimos também que condenou o comportamento entesourador que rouba a riqueza social em vez de ser empregado como capital para dinamizar regiões economicamente estagnadas.

Da mesma forma em que a teoria marxiana do dinheiro pode ser uma chave analítica para a compreensão dos romances de Balzac, pode-se também dizer que o romancista antecipa Marx no que se refere ao significado do dinheiro na sociedade de mercado do século XIX.

O refinamento e a sofisticação da crítica de Marx à economia política clássica estão fortemente marcados pela erudição de um pensador que tinha a literatura como uma fonte de inspiração e conhecimento. É conhecida a admiração que Marx tinha por Balzac, embora não

⁸¹ Saint-Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837), Pierre-Joseph Prudhon (1819-1865) são considerados os principais representantes na França do socialismo utópico. Eram assim denominados por preconizarem uma sociedade ideal onde a harmonia e a igualdade re nassem sem os conflitos decorrentes da exploração, da propriedade e do dinheiro, mas não indicavam os meios para alcançá-la.

existam indícios do contrário (de que Balzac leu Marx), e não espanta que numa recepção tão favorável seja possível encontrar semelhança das suas conclusões.

Primeiro, poder-se-ia destacar o efeito fetichizante da mercadoria dinheiro que Balzac muito bem expressou em *Gobseck*, ao mostrar como seu personagem confundia-se no dinheiro e que o seu poder era o próprio poder do dinheiro. Em seguida, Balzac demonstra a inversão de prioridades numa sociedade capitalista de mercado onde o dinheiro, de instrumento para a satisfação das necessidades, acaba se tornando o fim por excelência.

Finalmente, assim como Marx, Balzac criticou o efeito desagregador do dinheiro por romper os laços sociais quando os indivíduos são movidos exclusivamente pelo interesse pessoal.

A intuição do romancista quanto ao desenvolvimento das forças econômicas da sociedade burguesa é amplamente elogiada pelos historiadores e críticos literários. Apesar de análises esparsas, não sistematizadas, elas formam um importante documento para a pesquisa sociológica. Talvez porque uma das suas características como romancista era buscar as leis e os princípios que estavam na origem dos fenômenos.

SIMMEL: DA SUBSTÂNCIA À FUNÇÃO

Mil e novecentos é o ano da publicação da *Philosophie des Geldes*, ou a *Filosofia do Dinheiro* de Georg Simmel, obra que coroou uma série de estudos sobre a modernidade e que tem como objeto central as influências recíprocas entre o dinheiro e a sociedade. Trata-se também de uma investigação acerca do conjunto de significantes pelos quais os indivíduos atribuem valor às coisas, ou seja, de motivações subjetivas que estão no substrato do processo de valorização das instituições monetárias. Seu estudo está dividido em duas partes, sendo uma primeira analítica na qual “esclarece a essência do dinheiro a partir de condições e relações de vida em geral” e uma segunda na qual, inversamente, sintetiza a influência do dinheiro nessas condições e relações (SIMMEL, 1987, p. 15).

O dinheiro é o objeto por excelência da modernidade e o processo do qual culminou sua superioridade como o instrumento monetário mais perfeito nas suas qualidades foi longamente explorado por Simmel nessa obra. De fato, já vimos que o dinheiro não surgiu pronto e acabado como um mediador universal dos valores. Ele é o resultado do desenvolvimento das relações sociais cuja complexidade levou ao aperfeiçoando das suas funções até o momento de tornar-se o meio ideal para esse fim, despindo-se das suas qualidades imanentes para revelar-se como um intermediário neutro, desprovido de substância.

Contrariamente, nas formas econômicas primitivas, o dinheiro era um valor de uso, um objeto portador de valor, geralmente em função da sua necessidade. Assim foi com o sal. O valor do sal não provinha exclusivamente das suas qualidades materiais, mas pela necessidade que ele suscitava como um valor de uso consumido em larga escala. Os vários objetos que desempenharam ao longo da história o papel de dinheiro estavam, portanto, associados a um valor-substância que foi gradativamente convertendo-se em valor-função, ou seja, desprendendo-se do seu caráter de substância, das suas qualidades materiais, para ser utilizado apenas pelas suas qualidades funcionais. Nesse processo histórico, concorrerem para a sua afirmação algumas características como a durabilidade, a divisibilidade e, sobretudo, a conservação. Por isso o ouro foi até recentemente o objeto que mais se aproximou dessas exigências.

Pela capacidade de se converter em outros valores, o dinheiro aparece como um ente neutro e uma técnica puramente econômica. Portanto, para chegarmos a algumas conclusões sobre o dinheiro, é preciso passar pelo processo social de valorização. O valor de um objeto só

pode ser validado socialmente quando ele é posto em relação com outro. Não se pode falar de valor absoluto a partir de características imanentes, mas é possível relativizar essa avaliação pelo confronto com outros valores. Compreender o valor do dinheiro em Simmel significa compreender a própria noção de valor nas trocas materiais.

Como vimos observando, a sociologia clássica ocupou-se com a explicação das consequências mais imediatas, todavia profundas, desse fenômeno na vida social. No entanto, há que se considerar as diferentes interpretações dos sociólogos clássicos a esse respeito. Por exemplo, Simmel e Marx têm uma teoria divergente quanto ao processo de criação de valor. Enquanto para Marx o valor é de natureza objetiva, a quantidade de trabalho humano abstrato corporificado nas mercadorias, para Simmel ele é decorrente de uma avaliação subjetiva que se prende à diferença das coisas e não ao seu núcleo comum.

Ambos concordam que os objetos, os valores em geral, têm uma essência comum. Para Simmel, essa essência não é devida à sua unidade, mas à sua diferença. Daí a hierarquização dos valores. A realidade é estabelecida pela consciência que elenca os vários níveis de valor. Simmel lembra que o tempo todo somos chamados a significar as coisas, a realizar exames de valor; “ela [a consciência] vive no mundo dos valores que estabelece os conteúdos da realidade no seio de uma ordem plenamente autônoma”(1987, p.23)

Contrariamente a Marx, para Simmel o valor não reside numa condição de unidade entre as coisas com uma base comum, e sim, num juízo de valor subjetivo com gradações específicas para essas coisas. Entretanto, a teoria de Simmel concorda com o ponto de vista marxiano quanto à capacidade de autonomização dos objetos na moderna sociedade de mercado. O valor é resultado de uma avaliação subjetiva, mas que se objetiva no ato da troca, conferindo à coisa trocada um valor intrínseco que coincide com a autonomização do valor do objeto em relação ao sujeito. Para Simmel, o aperfeiçoamento técnico do dinheiro está intimamente relacionado com o processo de objetivação dos objetos e, este último, com o distanciamento do sujeito a partir do sentimento de desejo.

Assim, o valor nasce da distância entre sujeito e objeto por um processo de objetivação. Para exemplificar esse distanciamento, Simmel fala da relação entre o sujeito e a obra de arte. Normalmente não a sentimos fora de nós, como uma coisa externa e, nesse caso, não ocorre um processo de objetivação, porque ela está totalmente fundida ao sujeito de modo a não se apresentar como externa a ele. O valor se dá a partir do ato da percepção de um objeto através do

distanciamento do sujeito, ou seja, pela confrontação de ambos e daí nasce o desejo em possuir esse objeto. Nesse processo de valorização, obstáculos entre o sujeito e o objeto desejado fazem a preciosidade da coisa, aumentando o desejo de transpô-los para chegar ao prazer da posse. Sendo assim, o grau de estima do objeto encontra-se na razão direta aos obstáculos a serem superados para a sua aquisição, podendo levar, em alguns casos, quando esses obstáculos forem insuperáveis, a uma indiferença total pelo objeto.

Substância absoluta das coisas, mas significância específica para cada uma delas, o caráter subjetivo do valor diz respeito a estimações particulares. O mesmo bem pode ter o mais alto grau de estima para um indivíduo e o mais baixo para outro, mas isso deve decorrer das motivações psicológicas de cada um. Em todo o caso, essa atribuição de valor diz respeito à representação que os outros indivíduos têm desse objeto. Se a ninguém interessa como objeto de desejo a ser conquistado pela superação de obstáculos que se interpõem entre o sujeito e o objeto, então o seu valor não encontrará respaldo em nenhuma consciência individual. O desejo só se torna consciente quando os obstáculos a serem superados são percebidos pelo sujeito, ou seja, quando há a separação sujeito/objeto. Mas, para possuir valor econômico, é preciso que o objeto desejado entre em relação com outro objeto, suscitando um desejo recíproco. O objeto não possui valor econômico em si mesmo, é um *quantum* de valor que se mede em relação a outro; “é sempre a relação dos desejos entre si, realizados na troca, que faz de seus objetos valores econômicos” (SIMMEL, 1987, p.76).

A troca de objetos e o seu processo de valorização estão inseridos num circuito econômico em que cada indivíduo abre mão de um objeto para a aquisição de outro. Isso é mais visível numa economia primitiva em que prevalece o escambo e a moeda raramente é o meio de troca. O seu caráter abstrato em uma economia monetária desenvolvida é resultante da relação econômica que tem o dinheiro como intermediário, em que a troca de mercadorias é animada pelo uso da moeda como medida de valor.

A série teleológica, ou a seqüência de objetos intermediários que se sucedem até o objetivo final, foi alargada na economia monetária moderna com a introdução sempre crescente de objetos no circuito econômico, caracterizando a interdependência das relações mercantis. Mas o fenômeno para o qual Simmel dirigiu sua atenção nessas ações em finalidade foi o fato de o dinheiro subverter a série teleológica, indo parar no final da seqüência como um “bem autônomo”, o objetivo supremo dos indivíduos. Daí resulta, como veremos a seguir, uma série de

comportamentos atípicos em relação ao dinheiro, podendo levar ao que Simmel chamou “hipertrofias”, quando o valor atribuído ao dinheiro por esses comportamentos atinge o nível do patológico.

O diagnóstico das patologias em relação ao dinheiro

Num artigo sobre os aspectos psicológicos da *Filosofia do Dinheiro*, François Cusin nota que, ao nos aproximarmos das motivações e cognições das ações individuais em relação ao dinheiro, a obra de Simmel foi decisiva para trazer à superfície e compreender as diferentes lógicas de comportamentos ligados a ele. Simmel localizou seis patologias ou degenerações em relação ao dinheiro que são tipos especiais de comportamento, evoluindo numa escala que vai desde a indiferença absoluta até a ambição desenfreada. Essas patologias são manifestações oriundas da própria natureza do dinheiro. O dinheiro tem a capacidade de colocar em constante armadilha as suas funções, substituindo-as por finalidades absolutas. Este é, segundo Simmel, o paradoxo da modernidade, qual seja: o dinheiro, de meio tecnicamente perfeito, converte-se num fim em si mesmo (CUSIN, 1998). A partir dessa constatação Simmel apresenta o quadro das patologias encontradas:

- 1) Avaro: inversão dos meios e dos fins na série teleológica. O dinheiro é um fim em si mesmo, ao mesmo tempo, rejeita consumir.
- 2) Egoísta/Cúpido: semelhante ao avaro, o dinheiro também é a razão última desse tipo. Mas, diferente do avaro, a valorização maior é a do dinheiro “passível” de se adquirir e não do dinheiro adquirido.
- 3) Econômico/Parcimonioso: esse comportamento pode ser de dois tipos, ambos com aversão ao desperdício: a) rejeitam o desperdício em razão do valor concreto que atribuem aos bens materiais; b) consumo exaustivo dos bens materiais em função do sacrifício monetário para adquiri-los. Ex.: consumir um medicamento além da quantidade recomendada, mesmo que já tenha cumprido o tratamento. Esse segundo tipo está mais próximo do avaro.

- 4) Pródigo: para o pródigo o poder potencial do dinheiro não pode ficar abstrato, tem que se concretizar através de atos de despesas. O dinheiro tem importância para o ato de “entregar” e não para o de “conservar”.
- 5) Asceta: para esses indivíduos o dinheiro representa o risco de tornar-se um fim em si mesmo e dessa forma abalar os valores morais, religiosos e estéticos, por isso é severamente rejeitado.
- 6) Cínico/*blasé*: comportamento sintomático da modernidade ligado aos aperfeiçoamentos do dinheiro e à mercantilização da vida. Caracteriza-se pela indiferença a tudo que acreditam ser adquirível pelo dinheiro.

Balzac: patologista da vida social

No seu “zôo social”, Balzac construiu tipos em que as motivações ligadas ao dinheiro se aproximam da tipologia das hipertrofias identificadas por Simmel. Essa é uma das questões que nos propusemos a analisar na pesquisa e o que foi encontrado até aqui é uma pista interessante para tipificar alguns deles, senão como tipos puros dessas degenerações, pelo menos como variações aproximadas, confirmando a superioridade de Balzac não somente como romancista, mas também como patologista da vida social. “Diferentes estudos sobre Balzac puderam mostrar quantas paixões individuais foram representadas em *A Comédia Humana*, desde a cupidez até a eretomania” (FISCHER, 1977, p.135). Partindo de um único ser, o homem, o romancista coloriu com diferentes matizes a variedade humana e, a exemplo dos naturalistas, ele se esforçou em “classificar” as espécies do seu tempo.

Portanto, numa obra que muitos elogiaram por fazer “concorrência ao registro civil” da França, dada a variedade de caracteres encontrados, não seria surpreendente ver se destacarem tipos em que a relação com o dinheiro fosse considerada como os desvios identificados, quase um século depois, pelo filósofo alemão.

A partir da tipologia simmeliana, tentaremos um breve inventário de personagens de *A Comédia Humana* em que seus comportamentos apresentem características que possam ser analisadas de acordo com o constructo elaborado por Simmel.

Avareza, cobiça e parcimônia

Mão-de-vaca, pão-duro, unha-de-fome, sovina, etc., são os adjetivos que frequentemente qualificam as pessoas avaras. O tom satírico desses adjetivos demonstra que a avareza é um sintoma patológico visto como uma degeneração do comportamento individual em relação ao dinheiro; um desajuste de avaliação e valorização subjetivas. Mesmo se tratando de adjetivos que ouvimos corriqueiramente, é importante lembrar que a avareza é um fenômeno muito anterior à modernidade ou à época em que estamos considerando aqui como a da emergência da sociedade burguesa de mercado. Um dos primeiros registros desse comportamento foi encontrado em Euclião, personagem da peça *Aululária* de Plauto, escrita entre 194 e 191 a.C. Nessa peça a trama gira em torno de uma “panela de ouro” escondida por Euclião e a disputa da mão da sua filha entre Licônidas e seu tio Megadoro⁸². O desfecho é um tanto curioso, porque no final o avarento torna-se pródigo. Como veremos, a prodigalidade está no extremo oposto à avareza, tendo essas duas degenerações a mesma base valorativa e, para ambos, o dinheiro não é mais que um fim em si mesmo.

Assim como Plauto, Molière (1622-1673) ilustrou esse comportamento no papel do seu famoso personagem, Harpagon, na peça *O Avarento* que estreou em Paris em 1668. Harpagon é, talvez, o avaro mais conhecido de todos os tempos e, apesar de Molière estar sob o mecenato de Luís XIV, ao lado de artistas como Racine, Corneille, Le Brun, etc., ele conseguiu fazer, satiricamente, a crítica a uma sociedade na qual já havia germinado a paixão pela riqueza, nesse caso, a paixão pelo ouro. A trama dessas peças, *O Avarento* e *Aululária*, têm um núcleo comum centrado na paixão humana e na avareza. Nos dois casos a avareza sobrepujou qualquer sentimento que não fosse a paixão pelo ouro. O suposto sentimento fraternal dos dois avarentos (Euclião e Harpagon) não vigorou diante da possibilidade da perda de seus tesouros materiais e a paixão pelo ouro prevaleceu sobre a paixão humana. O pânico resultante da ameaça da perda do ouro sufocou, extinguiu qualquer sentimento fraternal.

Foi exatamente o que aconteceu com Félix Grandet, no romance *Eugênia Grandet*. Sua ação começa com um comportamento próximo ao econômico, trabalhando como tanoeiro no porto, economizando e explorando todas as possibilidades de formar um pequeno capital. Como sabia ler, escrever e contar, conseguiu tirar proveito desses atributos. Foi nomeado prefeito de

⁸² <http://pt.shvoong.com/books/mythology>. Acesso em 05.01.2008.

Saumur, o que lhe rendeu algumas honrarias e um acréscimo considerável do seu capital depois de uma série de benfeitorias realizadas em interesse próprio. Aproveitou também os acontecimentos políticos quando da venda dos bens nacionais para adquirir, a preços módicos, uma velha abadia. Com esse prodígio, Grandet passou por uma figura “afeiçoada às novas idéias” e teve dos habitantes de Saumur o respeito que se inspira nesses casos. “Harpagão, desastrado, desmoralizado, ludibriado, era um objeto de riso; Grandet hábil, coberto de honrarias e feliz, tornar-se-á um objeto de temor” (TAINÉ, 1958, p.lii). Além disso, cultivava alguns arpentos de terra, vindimava e arrendava outra parte.

Sua natureza avara se revelava todas as noites quando, em seu gabinete secreto, gozava os prazeres da posse do ouro, fascinado pelo brilho do metal amarelo. “Ninguém [...] tinha permissão de penetrar naquele recinto, onde o velho fazia questão de ficar sozinho, como um alquimista em seu laboratório” (BALZAC, 1981, p.64). Como todo avaro, ele também temia que pudessem descobrir o volume da sua riqueza e assim tornar-se alvo de alguma exploração pecuniária. Dizia sempre não ter vintém e não possuir “outro patrimônio além de uma plaina e dois bons braços” (BALZAC, 1981, 62). Segundo Simmel, o avaro vive num estado constante de vigília diante da ameaça de que alguém descubra seu tesouro e com isso obrigue-o a abrir mão desse valor em eventuais casos de necessidade.

Sendo o dinheiro, nesse caso, o ouro, “o corpo no qual se reveste o valor econômico”, ele é também a representação abstrata de todos os valores possíveis. Daí a sua superioridade como meio absoluto. Para o avaro, o dinheiro é potência, porque, ao não gastá-lo, ele experimenta um prazer oriundo da negatividade desse ato: o fato de concentrar nele todas as possibilidades de gozo futuro. A retenção do dinheiro transfere continuamente para um futuro sempre iminente o prazer do poder de disposição: “é verdadeiramente um simples possível, no sentido de um porvir sem o qual o presente que temos em mão não teria sentido; mas é também um real ‘poder’ no sentido que estamos absolutamente certos da realização desse futuro” (SIMMEL, 1987, p.290). Entretanto, essa disposição nunca se realiza porque para o avaro nenhum bem de consumo lhe interessa, nem no presente nem no futuro. Evita o consumo de modo a conservar intacta a potência do montante acumulado. O aumento da sua fortuna nada mais é do que o resultado de constantes privações pela negação do consumo. Evidentemente, quando ocorre em alguns casos de somas inesperadas, como o espólio de familiares ou dotes, virem fazer parte dessas fortunas,

isso não representa nenhum empecilho para o avaro, pelo contrário, acaba fortificando a relação entre o desejo e a sua realização.

O desprezo pelo gasto é decorrente da sobrevalorização do dinheiro como fim absoluto. A riqueza deve continuar abstrata a fim de poder encarnar todos os valores possíveis. “E se o avaro não o exerce jamais de maneira efetiva, é a fim de conservar intacto o sentimento dessa força potencialmente utilizável, fonte para ele de um prazer bem mais intenso do que os objetos são capazes de proporcionar” (CUSIN, 1998, p. 425).

O avaro vive em constante defesa do seu tesouro. Para ele, a maneira mais eficaz de ocultar esse tesouro é negando-o perante toda a sociedade. Por isso os avaros geralmente se fazem passar por vítimas das condições sociais e lamentam sua situação miserável de nada possuir. Conseqüentemente, são pintados como figuras patéticas em desacordo com as regras mínimas de convívio social, uma espécie de sociopatas para quem a sociedade representa um risco permanente de descobrir o segredo escondido sob a sua miséria aparente. Grandet usava de subterfúgios para dissimular seu verdadeiro caráter e o grau de discernimento que possuía dos negócios. Gaguejava e fingia-se de surdo a fim de distrair seus oponentes, fazendo com que todos pensassem que não possuía astúcia suficiente para acumular riquezas.

Simmel lembra que a avareza é um comportamento que se acentua com o passar dos anos e por isso esse pendor à poupança é mais característico nas pessoas idosas. Devido a uma tendência natural à redução da sensualidade associada à perda dos ideais que animam a juventude, essas forças volitivas vão perdendo sua capacidade de persuasão, não restando outro objetivo a não ser o apego a essa potência abstrata, “materializada na posse do dinheiro”. No entanto, Simmel considera um erro supor que o avaro é aquele indivíduo que fica imaginando todas as possibilidades de gozo que o dinheiro acumulado por ele pode oferecer. “A forma mais pura de avareza é sobretudo aquela em que a vontade não vai realmente além do desejo de dinheiro [...]” (1987, p.293).

No caso de Grandet, sua avareza transparecia também em detalhes que a vida regular de um avaro retém para o proveito próprio e economia de suas energias. Grandet se beneficiava das caças e de outros alimentos como ovos, manteiga, frangos, etc., “extorquidos” semanalmente dos seus arrendatários e obrigava o moleiro, seu locatário, a comprar uma parte dos grãos para depois “trazer-lhe o farelo e farinha”. “A lenha era cortada em suas sebes ou vinha das velhas *truisses*”⁸³

⁸³ Truisse: “Tufo de árvores na Vendéia” (N.T.)

meio apodrecidas que ele recolhia da beira dos seus campos” (BALZAC, 1981, p.20). Seu comportamento parcimonioso não suportava qualquer ideia de desperdício e, sob o pretexto de extravagâncias por parte da empregada da casa, a grande Nanon, principalmente depois da chegada de seu sobrinho Carlos Grandet de Paris, ele mesmo se encarregava das provisões diárias, submetendo sua esposa e filha a um cardápio miserável. Vale a pena expormos seu diálogo com Nanon numa dessas conferências matinais sobre o cardápio do dia:

Sobrou pão de ontem? – perguntou ele a Nanon.

Nem uma migalha, senhor.

Grandet apanhou um grande pão redondo, bem enfarinhado, modelado numa dessas cestas chatas que em Anjou servem para amassar pão, e ia cortá-lo quando Nanon disse:

Hoje somos cinco, senhor.

É verdade – respondeu Grandet -, mas teu pão pesa 6 libras, ainda vai sobrar. Aliás, esses moços de Paris [referindo-se a Carlos], vais ver só, não comem pão.

Então comem o acompanhamento ? – disse Nanon.

No Anjou, essa expressão do vocabulário popular significa tudo o que é servido junto com o pão, desde a manteiga passada na fatia, acompanhamento vulgar, até as geléias de albergue, o mais requintado dos acompanhamentos; e todos os que, em criança, lamberam o acompanhamento e deixaram o pão, hão de compreender o alcance dessa pergunta.

Não – disse Grandet -, não comem nem acompanhamento nem pão. São quase moças casadoiras (BALZAC, 1981, p.74).

O tom satírico desse diálogo apresenta Grandet como um sovina rabugento que cumula as migalhas de uma existência parcimoniosa. Para o indivíduo econômico, o valor está representado no objeto e não no dinheiro em si. Entretanto, a valorização não é decorrente da utilidade ou finalidade do objeto, mas do fato desse objeto simbolizar uma quantia em dinheiro que foi gasta num momento anterior, para a sua aquisição. “Por conseguinte, o econômico abrirá mão mais facilmente de uma quantidade monetária do que de um objeto”. (CUSIN, 1998, p. 426). São aquelas pessoas que se desesperam pela perda de uma agulha e ao mesmo tempo são capazes de realizar despesas desproporcionais sem nenhuma relação com o valor concreto do objeto. Têm mais apego a uma folha de papel usada, pela finalidade que pode ter, do que a uma cédula de dinheiro, “são geralmente bastante independentes de considerações em dinheiro” (SIMMEL, 1987, p.294). Por outro lado, há uma obstinação pelo valor de uso do objeto e uma indiferença pelo seu valor de troca. “O fim (o objeto) o faz esquecer o meio, o que torna portanto o fim

acessível o tempo todo, enquanto que para o avaro, o meio (dinheiro) o faz esquecer o fim [...]” (SIMMEL, 1987, p.295).

Embora muito parcimonioso em seus atos e lembrando o comportamento econômico descrito por Simmel, esse não era exatamente o caso de Grandet. Na verdade, para os mais astutos moradores de Saumur, ele não era visto dessa maneira, mas sim, como um excelente especulador de fundos públicos e da miséria alheia. Afinal, Grandet aproveitou também a falência do irmão em Paris para especular com os credores.

Prometendo reparar a honra da família, ele se responsabilizou pela quitação da dívida junto aos credores que, depois de muitos anos de espera pelo cumprimento dessa promessa, acabaram vendendo seus papéis a um preço bem inferior ao nominal. Grandet, por intermédio de um banqueiro de Saumur, comprou esses títulos esperando lucrar com a venda no momento da sua revalorização. Para isso, alardeou na praça financeira o retorno do seu sobrinho Carlos que fizera fortuna nas Índias e quitaria a dívida paterna. O resultado foi uma supervalorização dos papéis que ele então aproveitou a ocasião para vendê-los, lucrando mais uma vez e, sobretudo, de forma vil, sobre a desgraça da família.

Grandet acompanhou a evolução dos instrumentos monetários, despiu-se da sua pele de avaro para se tornar um dos mais ousados investidores dos bancos parisienses. A sua metamorfose se completou quando tomou conhecimento das possibilidades de lucro pela aquisição de títulos públicos. Como um misto de cúpido e avaro, Grandet compreendeu a essência do dinheiro quando explicou à sua filha Eugênia o mecanismo da “reprodução ampliada”. Para ele o dinheiro tinha vida própria: “Na verdade, os escudos vivem e se agitam, como homens; eles vão e vêm, eles suam, eles produzem” (BALZAC, 1981, p.168). Essa metamorfose não aconteceu sem pesar, Grandet sofria com a entrega do seu ouro. Mas, concluiu que, “[n]ão se pode ao mesmo tempo ser e ter sido. Os escudos não podem rolar e ficar no nosso bolso, senão a vida seria bela demais” (BALZAC, 1981, p.143). Compreendia, enfim, que esse desapego temporário renderia “frutos saborosos”.

A cupidez é a avareza atualizada pela evolução da economia monetária. Lá, onde Simmel chamou a atenção para o grande paradoxo da modernidade - o dinheiro graças ao aperfeiçoamento das suas qualidades de meio tecnicamente perfeito torna-se um fim em si mesmo - a cupidez encontra a sua forma mais pura. Devido ao refinamento e sofisticação de suas funções, o dinheiro põe em constante armadilha seu papel de intermediário.

A avareza, diferentemente da cobiça, não tem o impulso de ultrapassar sempre as quantidades monetárias. O avaro não tem como objetivo final o enriquecimento, isso acaba sendo uma consequência de seu comportamento parcimonioso que não suporta atos de consumo. Uma das provas a esse sentimento é que o avaro, no jargão atual dos mercados de capitais, é “avesso ao risco”; ele não pretende extrair mais dinheiro do seu capital, pois teme os riscos envolvidos nessas transações financeiras. Esse comportamento de risco é mais característico do cúpido. Porém, como o avaro procura ampliar constantemente a sua segurança contra as adversidades, e esta lhe aparece em correlação positiva à quantidade de dinheiro, acaba aumentando o seu tesouro a fim de diminuir as incertezas que acompanham as situações contingentes.

O cúpido é aquele indivíduo para quem as fronteiras da sua fortuna, da sua riqueza material, não podem ficar estagnadas, devem ser sempre transpostas por um acréscimo do benefício monetário. Difere do avaro porque não rejeita os atos de consumo ou entrega dos seus bens se isso representar o aumento desejado. Enquanto o avaro fica preso às formas arcaicas de acumulação, o cúpido se empreende em especulações arriscadas das quais poderá tirar um lucro superior. O aumento de seus bens não se limita às privações materiais como as que se impõe o avaro num regime de vida austero, mas cresce conforme a evolução dos instrumentos monetários. Investimentos em fundos públicos, operações de crédito, a usura na sua acepção moderna, são exemplos dessas transações. Diferentemente do avaro, ele se concentra mais na “possibilidade de adquirir” do que no adquirido.

O cúpido, além de querer ver aumentada a sua fortuna, dedica-se em excluir qualquer concorrente de seus negócios. Grandet, assim que teve uma oportunidade, logrou seus companheiros produtores de vinho, apesar do acordo tácito existente de esperarem um bom momento para venderem juntos a produção.

Minha mulher – foi dizendo sem gaguejar. – Desta vez logrei-os a todos. Nosso vinho está vendido! Os holandeses e os belgas iam-se embora esta manhã, eu fui passear na praça, diante do hotel deles, com ar de quem não quer nada. Alguém que tu conheces, veio a mim. Os donos de todas as boas vinhas guardam a sua colheita e preferem esperar, não sou eu que os impede. Nosso belga estava desesperado. Eu notei aquilo. Negócio feito, ele fica com a nossa colheita a 200 francos o barril, metade a vista. Recebo em ouro [...]. Em três meses os vinhos baixam (BALZAC, 1981, p.99).

Podemos deduzir do fragmento acima que, em situações de desregulamentação da esfera econômica, esse comportamento pode ter impactos sociais negativos para o conjunto da sociedade. “Como não existe aqui um trabalho ou uma medida objetiva para fixar a reivindicação do indivíduo, ninguém está, *a priori*, inclinado a reconhecer as pretensões do outro, de modo que ninguém põe freio às suas próprias reivindicações [...]” (SIMMEL, 1987, p. 298).

É fácil compreender a transformação sofrida por Grandet ao longo da narrativa, pois, diz respeito ao próprio movimento da economia monetária concentrado numa novela. Quando Grandet soube que era possível especular com títulos públicos, sua cobiça foi aumentada, expandindo os limites do seu interesse e conseqüentemente da sua reserva metálica. A evolução das mentalidades econômicas no sentido da intuição para as possibilidades de lucro aparece não só em Grandet, mas em outros tantos personagens de *A Comédia Humana* que, de simples entesouradores, converteram-se em ávidos especuladores, tirando vantagem das flutuações das taxas de juros e dos prêmios dos títulos públicos em decorrência da instabilidade política ocasionada pelos acontecimentos históricos.

Segundo Simmel, o comportamento cúpido é condizente com o contexto de uma economia monetária desenvolvida e ativa na qual a busca pelo dinheiro tornou-se um fim em si mesmo, legitimado socialmente e onde o aperfeiçoamento das funções do dinheiro contribuiu significativamente para essa conduta. Essa evolução das mentalidades econômicas foi explicada a Grandet pelo Sr. Cruchot, notário de Saumur:

- Um título é uma mercadoria que pode ter sua alta e sua baixa. Isto é uma dedução do princípio de Jeremias Bentham sobre a usura. Esse publicista demonstrou que o preconceito contra os usurários era uma tolice.” E prosseguiu, “[...] o dinheiro é uma mercadoria, e o que representa o dinheiro se torna igualmente mercadoria [...] como é notório que, submetida às variações costumeiras que regem as coisas comerciais, a mercadoria-letra, trazendo tal ou qual assinatura, como tal ou qual artigo, existe em abundância ou falta na praça, tem preço alto ou cai a nada [...]” (BALZAC, 1981, p.119).

Mesmo tendo se tornado um especulador conhecido dos bancos parisienses, Grandet carregou a avareza até o fim de sua vida como uma doença que iria se manifestar mesmo na hora da morte. O ponto culminante da sua avareza coincidiu com o ponto culminante das suas forças vitais. “Quando o padre lhe aproximou dos lábios o crucifixo de prata dourada para fazê-lo beijar

a imagem de Cristo, Grandet fez um gesto medonho para agarrá-lo, e esse último esforço lhe custou a vida” (BALZAC, 1981, p. 193).

Todas essas operações não o tornavam, portanto, um avaro na acepção mais pura do termo. “Grandet guarda ainda alguns traços exteriores do avaro tradicional [...] mas, está já bem longe de um usurário como Harpagão, que não faz mais que acumular dinheiro na sua caixinha” (FISCHER, 1977, p.132). O que Grandet fazia era legal e legítimo num momento em que as mudanças ocasionadas na sociedade impeliam os indivíduos a assegurarem seus interesses privados, uma vez que não podiam mais contar com a benevolência de um senhor. “Balzac não faz dele um tipo eterno, toma o cuidado de situá-lo num contexto histórico e social, fazendo de Grandet um comprador de bens nacionais e um exímio especulador” (DUDIEF e DUFIEF, 2007, p.401).

A avareza, a cobiça e a parcimônia estiveram concentradas em Felix Grandet e não podemos medir a intensidade dessas forças de modo a distinguir qual delas prevaleceu sobre as outras. Em poucos detalhes pudemos constatar algumas das características descritas por Simmel sobre essas patologias monetárias. Grandet não é o único avaro de *A Comédia Humana*. Assim como ele, outros personagens ilustraram a vasta galeria de tipos sociais degenerados. Entre eles o velho Séchard, pai de Davi Séchard em *Ilusões Perdidas*, uma espécie de tirano que despojou o filho dos bens materiais vendendo-lhe a própria tipografia; o velho Pingret em *O Cura da Aldeia*, vítima do latrocínio que visava ao seu ouro; e o Sr d’Orgemont em *A Bretanha em 1799* que, após uma sessão de tortura, não entregou o esconderijo do seu ouro. Estes são alguns exemplos de comportamentos avaros que abundam na obra de Balzac, como veremos a seguir com Gobseck.

A avareza tem na sua origem a tentativa de assegurar garantias contra as adversidades da vida material. Geralmente as pessoas se tornam avaras porque temem precisar de dinheiro em algum momento futuro. Prendem-se ao dinheiro por um impulso psicológico que pode ter sua explicação, entre outras causas, na dificuldade em adquiri-lo em algum momento anterior da experiência pessoal. Por exemplo, pessoas que passaram por dificuldades de ordem material têm a tendência a economizar, acreditando com isso, garantir-se contra adversidades futuras. Em alguns casos isso pode levar a uma hipertrofia desse comportamento até atingir a avareza na sua forma mais pura.

Gobseck, o usurário mais temível das cenas balzaquianas, pode ser um exemplo do que acabamos de referir, mesmo porque essa experiência foi vivida no além-mar, quando trabalhou como grumete em navios holandeses, onde sofreu severas restrições de ordem material.

Sua mãe logo que ele atingiu a idade de dez anos, embarcara-o como grumete, para as possessões holandesas nas grandes Índias, por onde ele rolara durante vinte anos. Por isso as rugas de sua fronte amarelada guardavam segredos de horríveis acontecimentos, de terrores súbitos, de acasos inesperados, de travessias romanescas, de alegrias infinitas: fomes suportadas, amor espezinhado, fortuna comprometida, perdida, reconquistada, a vida muitas vezes em perigo, e salva talvez por essas determinações, cuja rápida urgência desculpa a crueldade” (Gob, p.482).

Gobseck parece mais avaro que Grandet, mas não menos egoísta. Ambos têm obsessão pelas qualidades do ouro, porém Gobseck está muito mais ligado à conservação do dinheiro do que à sua reprodução. A prova dessa diferença pode ser o montante das duas fortunas, sete milhões de francos de Gobseck contra dezessete milhões adquiridos legalmente por Grandet. Além disso, Gobseck morreu deixando um estoque de produtos perecíveis, objetos e joias sem nunca os ter consumido, ao passo que Grandet sempre renovou seu estoque metálico, porque compreendeu que poderia ter mais ouro se entrasse na ciranda financeira da especulação, mesmo que isso implicasse uma entrega temporária de seus bens.

Gobseck “economizava o movimento vital e concentrava todos os sentimentos humanos no *eu*. Por isso a sua vida escoou-se sem fazer mais ruído que a areia de uma ampulheta” (Gob, p.481, grifos do autor). Como vimos com Simmel, a avareza é realçada pela perda da sensualidade e dos ideais da juventude. Depois de baixada a poeira das revoluções juvenis, o que fica são quimeras, utopias e a certeza de que o dinheiro é o único que oferece garantias seguras. Gobseck, “superior à sua maneira, sabe por instinto que as paixões se desgastam e que os poderes passam” (TAILLANDIER, 2006, p.74). Na resenha da vida que fez para Derville, jovem estudante de direito e cheio de ambições, advertiu-o quanto ao inevitável naufrágio das ilusões: “O senhor é moço, tem as idéias próprias da idade, vê imagens de mulheres nos seus tições, ao passo que eu nada mais vejo, nos meus, do que carvão. O senhor crê em tudo, eu não creio em nada. Guarde as suas ilusões se puder” (Gob, p.485).

Mas esse inofensivo sovina era também um cruel usurário. Empréstava dinheiro à nobreza falida de *A Comédia Humana* e não hesitava em executá-los, caso não honrassem a palavra

empenhada. Foi o algoz de uma das filhas de Goriot, a condessa de Restaud, que para livrar-se das promissórias, depenou seu pai até o último “garfo da prataria”. Gobseck também sabia que o poder do dinheiro apagava as diferenças de origem, por isso não declinou jamais, nem mesmo com os ardis lisonjeiros que a condessa empregou para evitar o protesto das promissórias. Diante das afetações de superioridade da sua cliente, ele respondeu: “Se o rei me devesse, senhora, e não me pagasse, eu o intimaria mais depressa ainda do que qualquer outro devedor” (Gob, p.489).

O raciocínio do usurário impressionava pela sua lógica. Ele sabia que aqueles que recorriam à sua bolsa estavam à beira de um abismo íntimo, de uma falência iminente, do contrário, não procurariam uma casa bancária para socorrer-lhes financeiramente? Nessas circunstâncias ele costumava tirar, “cinquenta por cento [...] algumas vezes cem, duzentos ou mesmo quinhentos” (Gob, p.494), sobre o capital adiantado. Desse modo, ele também seguia o fluxo da economia monetária, mesmo que isso parecesse a tirania de um avaro desprovido de razão.

Ora, por que raramente condenamos a taxa de juros e o “não” que muitas vezes acompanha o pedido de um empréstimo bancário quando não se têm os penhores necessários, mas achamos uma aberração os interesses que usurários, como Gobseck, cobram pelos seus empréstimos? Por que a avidez de Nucingen, dos Mongenod, dos Keller, legião de banqueiros criada por Balzac, não causa a mesma repugnância que a rapacidade de usurários como Gobseck, Gigonnet, Werbrust, Palma, também criaturas balzaquianas? O que nesses últimos é pintado como uma patologia, nos primeiros é visto como a astúcia necessária no mundo das finanças. Mas, tanto estes como aqueles, ditam o ritmo do progresso de uma sociedade em plena floração. Talvez a resposta a esse apelo sensível esteja no estilo balzaquiano que Auerbach denominou “demoníaco-orgânico”, ao descrever pessoas, objetos e ambientes, que constituem um meio determinado, como “meios extremamente sugestivos e sensórios”, impondo a comparação de seres humanos com animais “que tem sobre a força imaginativa dos homens um efeito demoníaco e vil” (2004, p.423). Por isso, talvez pretendendo denunciar os efeitos negativos da avareza, Balzac tenha exagerado na compleição demoníaca de personagens como Grandet e Gobseck ao compará-los com ratos, jiboias, tigres e outros animais. Outra resposta plausível talvez seja o fato de as operações financeiras terem se institucionalizado no capital bancário e não no capital usurário, forma primitiva em que se manifesta o comércio de dinheiro, fortemente combatida pela Igreja Católica durante a Idade Média.

Embora Gobseck apresentasse esse aspecto caricaturado, deformado, característico das degenerações analisadas por Simmel, é preciso relativizar seu comportamento num contexto mais amplo. Para isso, podemos contar novamente com a teoria de Lukács, para a qual o movimento dessas trajetórias individuais, aparentemente marginais, tem uma conexão necessária dentro do quadro de desenvolvimento da sociedade capitalista que estamos tratando aqui como a sociedade burguesa de mercado. As trajetórias de Gobseck e a da Condessa de Restaud, por exemplo, poderiam ilustrar a vitória dos valores burgueses sobre a aristocracia, no período analisado.

Quando Balzac escreveu, ainda não havia se completado o processo de consolidação da sociedade burguesa, estando abertos os canais para a crítica e a indagação sobre os rumos do desenvolvimento histórico. “Balzac verifica que esse mesmo processo traz consigo uma dilaceração, uma deformação do homem, e ele repele tal coisa em nome da salvaguarda da integridade humana” (LUKÁCS, 1968, p.41).

Fora desse circuito dinâmico da acumulação primitiva, mas não totalmente à parte, outros tipos participam para o progresso econômico da sociedade. Estão mais próximos daquela acumulação arcaica que vai se sedimentando na ação mecânica de atos de reserva, uma avareza desculpada pela força do hábito. “Para as províncias, a riqueza das nações consiste menos na ativa rotação do dinheiro do que numa estéril acumulação” (SOL, p.578). Essa constatação de Balzac pode ser exemplificada pelo comportamento da provinciana Zefirina Du Guénic, irmã do barão Du Guénic no romance *Beatriz*. Aos oitenta e quatro anos ela conservava ainda uma forma arcaica de entesourar. “Ela vestia um saiote de fazenda encorpada por cima de uma saia de piquê, verdadeiro colchão que escondia luíses duplos, e bolsas cosidas a um cinto que ela desprendia todas as noites e tornava a pôr todas as manhãs, como um vestuário” (Btz, p.200). O comportamento de Zefirina é característico de uma avareza inveterada que já se tornou um hábito inconsciente, mas que não se mostra patológico porque, para Balzac, o dinheiro deixa de ser um fim quando alguma causa nobre se impõe. Enfim, foi assim que o romancista a julgou: “Quando a avareza se propõe um fim, ela deixa de ser um vício, torna-se o meio de uma virtude, suas privações excessivas tornam-se oferendas contínuas, tem finalmente a grandeza da intenção oculta sob suas pequenezas” (Btz, p.206). Zefirina nunca se casou e viveu pelo amor à família e pela única joia do antigo casarão dos Du Guénic, Calixto, seu sobrinho. Seus luíses, ciosamente acumulados, eram para ela a garantia de que nenhuma adversidade perturbaria o futuro do seu querubim. O tilintar das moedas cozidas sob as suas saias era o lembrete das suas sistemáticas

privações e a manifestação sonora de uma forma arcaica de entesourar. Em Balzac, a avareza é a necessidade que se transforma em hábito.

Desculpada pela mesma natureza da avareza de Zefirina, mas com os ardis da acumulação moderna, a Srta. Brígida Thuillier, solteirona protagonista em *Os Pequenos Burgueses*, dedicou toda a sua vida para o sucesso do seu único irmão, Jerônimo, e para a sobrinha ilegítima Celeste Colleville, acumulando desde a adolescência, quando teve a ideia de costurar sacos vazios para o Tesouro, os frutos do seu árduo empreendimento e da parcimônia, aliados às maravilhas da especulação moderna. Ao cabo de alguns anos, conseguiu formar uma pequena fortuna que ela soube decuplicar nos momentos de instabilidade política, tão favoráveis aos sábios especuladores, e escondê-la, como todo avaro, do irmão e da cunhada pela frugalidade dispensada na administração doméstica.

“Sua prodigalidade relativa, desde que se tratasse do irmão ou de Celeste, era o oposto da avareza” (Bur, p.447). E foi assim que ela acumulou de liberalidades os convivas reunidos em sua casa na ocasião de um jantar quando seria anunciada a candidatura de Jerônimo para o Conselho Municipal. “No meio da hilaridade provocada por essa abundância de coisas deliciosas, fruto da gratidão, e que a pobre criatura, no seu delírio, servia com uma profusão que compensava a magreza da sua hospitalidade de cada quinzena, chegavam numerosos pratos de sobremesa: montes de bolinhos, pirâmides de laranjas, pilhas de maçãs, queijos, compotas, frutas cristalizadas vindas das profundezas de seus armários, e que, sem as circunstâncias, não teriam figurado sobre a toalha” (Bur, p.452).

Por outro lado, a oscilação do comportamento da Srta. Thuillier em relação ao dinheiro se aproxima da tese de Simmel, quando mostra que a avareza e a prodigalidade, embora aparentemente opostas, comungam a mesma base valorativa, ou seja, o avaro precisa do dinheiro para retê-lo, enquanto o pródigo precisa do dinheiro para entregá-lo. Talvez por isso ela tenha se permitido despesas exageradas que, em condições normais, jamais o faria.

Esses foram apenas alguns exemplos do comportamento avaro, cúvido e parcimonioso que, conforme antecipamos, não existem em *A Comédia Humana* na sua forma pura. A tipologia de Simmel, embora fornecida pela realidade, serve apenas como referência desses comportamentos.

De acordo com a escala anterior, podemos dizer que os avaros são os mais recorrentes na narrativa balzaquiana. Com características muito próximas das descritas e analisadas por Simmel,

porém em vários graus de valorização do dinheiro, eles misturam as tendências avaras, cúpidas e parcimoniosas. Alguns tipos estão ainda presos às formas tradicionais de acumulação enquanto outros, mais ousados, animam seu interesse com especulações financeiras em fundos públicos.

Simmel situa historicamente a origem desses comportamentos em períodos anteriores à sociedade burguesa de mercado. Com a dissolução da sociedade feudal, onde o senhor assegurava a subsistência dos membros da sua propriedade, dissolveram-se também os laços que sustentavam essas relações feudais e o seu elemento pessoal típico, dando lugar à impessoalidade das novas condições de sociabilidade. Esse rompimento foi um processo que desencadeou o sentimento de si, do indivíduo como portador de direitos, mas sem a garantia da sua subsistência. Nas antigas formas sociais como o feudo, o pagamento de tributos e as obrigações não eram sempre em dinheiro, e, na maioria dos casos, uma parte da produção era destinada ao pagamento dos encargos. “Desse modo, esse tipo de contribuições desapareceu finalmente, confundindo-se com os impostos gerais exigidos dos indivíduos, por assim dizer, desprovidos de toda especificidade, tornando-se por essa razão o correlato da liberdade pessoal própria à época moderna” (SIMMEL, 1987, p.352).

Além disso, na modernidade, a posse do dinheiro está relacionada à construção da identidade, porque o dinheiro é fonte de poder social, político e econômico, como bem lembrou Cusin, em seu artigo sobre Simmel. “[U]m dos traços fundamentais da modernidade é justamente fazer repousar o status social, não mais sobre a propriedade fundiária, mas sobre a propriedade monetária, reforçando assim o laço entre dinheiro e identidade social” (CUSIN, 1998, p.425). A riqueza atrelada à terra, até então status de poder e prestígio, perde sua referência frente ao papel-moeda e ao crédito. Isso caracteriza uma nova forma de poder, não mais simbolizado na terra, mas abstrata e universal, simbolizada no dinheiro. O valor que a propriedade territorial representava era absoluto e não poderia ser relativizado ou quantificado em outro bem, pois seu valor ia além do simples valor econômico. Símbolo sagrado do qual a família e as gerações futuras poderiam retirar a sua sobrevivência e assegurar a sua união, ela foi, entre os antigos, um bem inalienável. Simmel lembra também que as bases da Igreja foram assentadas sobre a propriedade da terra de modo a garantir um poder e fidelidade concretos.

Com a constante valorização do dinheiro e o número sempre ilimitado de objetos que com ele podem ser adquiridos ou apenas quantificados economicamente, a terra foi perdendo o status

de sagrado e o seu parcelamento permitiu a substituição de um significado puramente social por um valor econômico denominado em unidades monetárias.

A igreja também contribuiu para o caráter místico do dinheiro. Como ela sempre condenou moralmente os negócios terrenos e o apego aos bens materiais, acabou por torná-lo um ídolo perverso, um símbolo do mal que ameaçava os ícones da sua sagrada instituição⁸⁴. Simmel fala das especulações em torno de grandes fortunas como a dos Grimaldi, dos Médicis, dos Rothschild, tidas como lucros espúrios provindas de pactos ou confabulações demoníacas. “Donde o fato que, da Idade Média ao século XIX, a população tem o costume de pensar que as grandes fortunas não se formaram de maneira regular e que os seus possuidores são personalidades um pouco inquietantes” (SIMMEL, 187, p. 292).

A necessidade de moeda nasceu também com as obrigações em dinheiro e daí, em alguns indivíduos, essa busca pelo dinheiro como meio de garantir essas obrigações, mais a sua subsistência e também a melhoria das suas condições, degenerou em um comportamento de valorização absoluta do dinheiro.

Prodigalidade

Uma das manifestações mais antigas da prodigalidade foi narrada na parábola bíblica conhecida como *O filho pródigo*. Situada num período muito anterior ao da modernidade, nela temos a imagem típica do pródigo, aquele indivíduo que dilapida seus bens sem se preocupar com o amanhã. Adjetivos não faltam para qualificar esse gênero extravagante e perdulário e o mesmo tom satírico dos predicados dos avaros é encontrado nos mão-aberta, mão-furada, mãos-rotas, etc., que servem para qualificar os pródigos.

Segundo Simmel, a origem desse comportamento nos remete às formas primitivas de economia natural na qual a dificuldade de conservação dos bens materiais levava à sua consumação imediata. “É preciso destacar aqui que, em épocas de economia natural, a acumulação avara de valores é incompatível com sua natureza, com a capacidade de conservação

⁸⁴Ironicamente, a reportagem divulgada na revista *Isto É* em 1º de abril de 2009, *Dinheiro não cai do céu*, refere-se a atuação de algumas paróquias da Igreja católica na Itália como fiadoras de empréstimos feitos por seus fieis. “No início do ano, o pároco de Padula, Vincenzo Frederico, foi obrigado a socorrer uma família em situação de emergência assinando como fiador um contrato de empréstimo de 10 mil euros (R\$ 30 mil). A garantia clerical ajudou a reduzir os juros. O ato cristão correu a aldeia e logo formou-se uma fila na porta da igreja. Todos buscavam o mesmo ‘milagre’. ‘Estou me sentindo um banqueiro’, diz o padre”.

extremamente limitada dos produtos agrícolas” (SIMMEL, 1987, p.296). Fica fácil compreender que, em uma economia primitiva como a nômade, por exemplo, com exceção feita ao gado e a alguns animais domésticos, seria impossível o deslocamento para novas regiões se tivessem que transportar estoques de alimentos e outros bens de consumo. Então, podemos dizer que, nessas formas pré-modernas, os seus membros têm um estilo de vida independente das preocupações de acumulação. Por outro lado, como apontou Simmel, os limites ao comportamento perdulário eram impostos naturalmente pela limitada capacidade de absorção e vazão desses itens de consumo.

Mas a prodigalidade entre os nômades não tem a mesma natureza da prodigalidade nas formas econômicas subsequentes. Na sociedade moderna, como a economia monetária está já no seu apogeu, os atos de prodigalidade assumem uma forma totalmente distinta. “Em economia monetária, o pródigo [...] não é uma pessoa que distribui de maneira insensata seu dinheiro *in natura*, mas utilizando-o em gastos insensatos, ou seja, sem relação com os seus recursos” (SIMMEL, 1987, p.297, grifos do autor).

O consumo inconsequente, desproporcional à sua renda, qualifica o pródigo como um indivíduo que valoriza as coisas e não o dinheiro, muito embora atrás desses atos de despesa se esconda um primeiro nível satisfação, pela valorização do dinheiro. Está também preso à lógica de um tempo em que o dinheiro encontrou seu absolutismo incontestável. A prodigalidade, apesar de aparentemente oposta à avareza, parte da mesma base de valorização do dinheiro. Nesse caso, o dinheiro é também um fim em si mesmo. Mas um segundo nível desse objetivo diz respeito a entrega do dinheiro para a aquisição de um valor concreto. No avaro o objetivo concentra-se no primeiro nível, o da retenção e, no pródigo, num segundo nível, o da entrega. Diferentemente do avaro, o poder potencial do dinheiro não pode ficar abstrato, tem que se concretizar através de atos de despesas. Outra coincidência ao avaro é que ambos os fenômenos (avareza e prodigalidade) não podem ser presenciados em pessoas muito pobres. A prodigalidade não pode ser atribuída a um indivíduo que precisa gastar toda a sua renda para sobreviver, tampouco a avareza pode se manifestar em alguém que não pode acumular aquilo que será imprescindível à sua manutenção, mesmo naqueles casos em que essas pessoas vivem com o mínimo possível.

Para Simmel, o comportamento perdulário não se reduz ao uso inconsequente do dinheiro, mas a uma avaliação valorativa do objeto que nem sempre coincide com o seu valor

efetivo. Então, o pródigo, no auge da sua satisfação por uma aquisição qualquer, não levará em conta o preço do objeto, nem a sua utilidade, mas simplesmente o prazer de adquiri-lo. Essa satisfação é fugaz e deve ser sempre renovada com novos atos de consumo.

Por não se prender ao valor do objeto, mas ao momento da aquisição, ele não deve ser confundido com os adeptos das doutrinas epicuristas, hedonistas ou eudemonista, embora Simmel lembre que nos pródigos estes aspectos estão misturados de maneira quase indistinguível.

A sociedade burguesa de mercado contribuiu para a exacerbação de um comportamento consumista muito próximo ao da prodigalidade. Numa época em que as mercadorias são a secreção do funcionamento de suas fábricas, quando a produção em série levou a um rebaixamento dos preços em relação aos produtos oriundos das antigas corporações, quando as gigantescas lojas de departamentos passaram a reunir num único espaço o número sempre crescente de artigos variados e atrativos, os atos de consumo são estimulados por apelos de natureza cognitiva, psicológica e emocional, até o ponto em que passem da necessidade à prodigalidade. Nesse caso, percebe-se que a prodigalidade está em consonância com a nova ordem social. A busca incessante pelo dinheiro é uma característica dos pródigos e a condição sem a qual não podem satisfazer seus atos de despesa. Vimos ligeiramente, na sessão sobre os provincianos em Paris, que o arsenal de mercadorias necessárias aos estrepantes na capital compreendia uma indumentária individual para enfrentar a guerra cotidiana de sociabilidade. As regras de etiqueta ordenavam trajes especiais para as diferentes ocasiões, para as diferentes estações e mesmo para os diferentes turnos. Sobrecasaca preta em plena luz do dia configurava-se num sacrilégio para os mais janotas, luvas amarelas era sinal de riqueza e elegância entre os homens. Além de personagens como Luciano de Rubempré, Carlos Grandet, e alguns dândis, as mulheres ocupam um lugar de destaque nos comportamentos perdulários da obra balzaquiana.

Para começar, um caso em que a prodigalidade de afetos fazia-se com dinheiro constitui um dos dramas mais impressionantes dos ciclos balzaquianos. Trata-se de João-Joaquim Goriot, protagonista em *O Pai Goriot*. Para conquistar o amor de suas filhas, já conhecidas nossas, Anastácia e Delfina, o ex-comerciante de farinhas despojou-se de todos os bens materiais que possuía sem, no entanto, lograr a atenção da qual se julgava merecedor. “Goriot foi banido da sociedade, porque, ao doar toda sua fortuna à suas filhas, cessou de ter um valor social [...] (FISCHER, 1977, p.136). O ex-comerciante enriquecido com a Revolução expirou lamentando a

sua miséria e o desdém filial que disso resultava: “Ah! Se eu fosse rico, se tivesse conservado a minha fortuna [...] O dinheiro dá tudo, até filhas! Oh! Onde está meu dinheiro?”

Goriot é um caso especial de prodigalidade, pois foi dilapidando todo o seu patrimônio para saciar uma afeição doentia pelas filhas e a origem dos seus atos de despesa é apenas um meio para o fim esperado. Nesse caso, apesar da enorme liberalidade que conduziu o resto da sua existência, levando-o a uma miséria deplorável, não tem a ver com o prazer direto do ato da troca de dinheiro por utilidades. É uma situação muito mais complexa, mas muito interessante porque a chave dessa ligação paternal ou filial é o dinheiro. São suas duas filhas que carecem constantemente de atos de prodigalidade e para satisfazer esses desejos recorrem à bolsa paterna. Uma delas conseguiu o título de condessa casando-se com o Conde de Restaud; a outra, o de baronesa, casando-se com o famoso banqueiro Barão de Nucingen. As duas competiam acirradamente nessa sociedade de aparências onde o dinheiro desempenhava um papel decisivo. Ostentavam joias e roupas nos salões e bailes que frequentavam, disputando uma posição social elevada. Anastácia não só levou à falência o seu pai, extorquindo-lhe até o título de renda vitalícia, como dilapidou sua própria fortuna com atos de prodigalidade insensatos.

Como as hipertrofias analisadas por Simmel são comportamentos degenerados em relação ao dinheiro e como o dinheiro passa a ocupar um lugar de destaque com a emergência da sociedade burguesa, não é de surpreender que se possa acomodar uma vida perdulária em concomitância aos novos valores. Um empurrãozinho foi dado pelos especialistas do comércio para fazer sucumbir àqueles temperamentos mais perdulários. O “ilustre” Gaudissart, o rei dos caixeiros viajantes de *A Comédia Humana*, explica o mecanismo das vendas e como faz agir a astúcia na hora de comerciar:

Saber vender, poder vender e vender! O público não suspeita quantas grandezas Paris deve a essas três faces do mesmo problema. A suntuosidade de lojas tão ricas como os salões da nobreza antes de 1789, o esplendor dos cafés, que amiúde suplanta, e muito facilmente, o da nova Versalhes, o poema das vitrinas destruído todas as noites, reconstruído todas as manhãs; a elegância e a graça dos jovens que atendem as compradoras, as fisionomias cativantes e os trajes das moças que devem atrair os compradores; e, enfim, recentemente, as profundezas, os espaços imensos e o luxo babilônico das galerias onde os comerciantes monopolizam as especialidades reunindo-as, tudo isso não é nada... é apenas o lado material da questão. Sim, a nosso ver, é pouco, se comparado com os esforços da inteligência, os ardis dignos de Molière, empregados pelos sessenta mil caixeiros e as quarenta mil caixeiras que assaltam a bolsa dos compradores [...] (Gau, p...).

A prodigalidade como patologia é a mais difícil de ser identificada nas cenas de *A Comédia Humana*, justamente por dizer respeito a um comportamento extremamente moderno, influenciado e alimentado pela superprodução de mercadorias. Para dar conta de vender tantos produtos que sufocavam o mercado, era preciso criar hábitos inusitados de consumo, renovando-os incessantemente. Entretanto, como cada vez mais os valores se convertem em mercadoria, os limites do patológico são sempre transpostos e dificilmente constatáveis.

O comportamento perdulário em *A Comédia Humana* não se manifestava apenas nos requintes e exageros do vestuário, dos carros e da mobília da casa. No caso dos homens, o jogo era uma fonte de gastos insensatos, mesmo se fosse motivado pelo objetivo de ganhar dinheiro. Muitos rapazes dilapidaram suas fortunas em cassinos e nos banquetes onde o jogo era animado por rodadas milionárias. Esse comportamento era mais comum aos jovens de origem aristocrática acostumados a esgotarem suas rendas sem se indagarem sobre a origem da sua riqueza. Foi o que aconteceu com o marquês Vitorino d'Esgrignon em *O Gabinete das Antiguidades*. Ao chegar em Paris para tomar ares da Corte, logo foi inserido nos círculos da elite parisienses e começou a frequentar a Ópera, o Jockey Clube, além de viajar para a Itália em companhia de seu amor e a principal causa da sua ruína.

É preciso lembrar que esse tipo de comportamento é mais comum às pessoas ricas ou de origem aristocrática porque, como demonstrou Simmel, aqueles que devem extinguir sua renda no intuito de sua subsistência não podem ostentar um comportamento perdulário. Esse comportamento não é apenas o exagero dos atos de despesa, mas a desproporção entre esses atos e a renda em dinheiro com a qual se realizam. Nesse caso, podemos ver muitos jovens da sociedade balzaquiana agindo de maneira inconsequente quando assinam promissórias, comprometendo-se com dívidas que ultrapassam os seus recursos. Podemos citar como exemplo Luciano de Rubempré, Vitorino d'Esgrignon, Saviniano de Portenduère, Godofredo Beaudenord, Isabel Roubourdin, Anastácia Goriot, Máximo de Trailles, La Pelférine, etc.

Em Balzac não encontramos nenhum personagem cujos atos de despesa cheguem a um grau de degeneração. O que foi possível perceber é que as mulheres foram, talvez, as vítimas mais frágeis dos apelos publicitários. O vazio de sentido comum à sociedade moderna foi preenchido, nos casos em que possuíam meios para isso, pelo consumo desenfreado de mercadorias.

Outros autores do século XIX ilustraram muito bem os destinos dessas vítimas em romances como *Madame Bovary* de Gustave Flaubert (1821-1880) e *O Paraíso das Damas* de Émile Zola (1840-1902), em que as mulheres encontraram no consumo e na enxurrada de mercadorias baratas o preenchimento e o sentido para as suas vidas desestruturadas. Esses romances são posteriores a Balzac e expressam mais nitidamente o desenvolvimento do consumo e dos consumidores como resultado da superprodução capitalista.

O comportamento ascético

O ascetismo, quando em sua forma patológica, é a negação do dinheiro em virtude do risco que ele representa de tornar-se um fim em si mesmo. Os ascetas se refugiam numa vida de pobreza e de disciplina espiritual, temendo que, de outra maneira, eles não possam resistir à tentação do dinheiro, pois, como meio absoluto, ele pode “comprar” tudo o que a ele se confronta. “Assim, para uma sensibilidade ascética, ele representa o verdadeiro símbolo do diabo que nos seduz sob a máscara da candura e da simplicidade” (SIMMEL, 1987, p.304).

Comportamento encontrado entre os monges budistas e também entre os franciscanos, ele não se reflete da mesma maneira nessas duas filosofias existenciais. Para o primeiro grupo, o dinheiro deve ser rejeitado como a única maneira de afastar o risco que ele representa pelos atrativos das suas funções. Para o segundo grupo, ao contrário, a pobreza encontra sentido em si mesma suprindo todas as necessidades do espírito pela renúncia dos bens terrenos. “A pobreza tornou-se aqui um bem positivo” (SIMMEL, 1987, p.306). Esses comportamentos são também vistos por Simmel como uma patologia porque, assim como ao avaro e ao pródigo, o dinheiro pode tornar-se um fim em si mesmo, com a diferença que, para os ascetas, ele representa uma ameaça à perenidade dos outros valores aos quais faz concorrência.

O voto de pobreza combinado ao desapego total dos valores é a causa nobre e ideal à qual o asceta se entrega. Esse comportamento é mais condizente com ambientes sociais complexos, onde os produtos necessários à subsistência humana, anteriormente encontrados no trabalho individual ou intercambiados num círculo muito restrito, passaram à condição de mercadorias; a reprodução material passou a depender de certas quantidades monetárias que serão convertidas no conjunto de itens necessários à reprodução. Nesse sentido, é também um comportamento que se verifica com mais familiaridade em uma economia monetária do que numa economia natural.

Como Simmel demonstrou, nesses estágios de economia primitiva, o suprimento das necessidades individuais ou mesmo coletivas provinha do trabalho autônomo ou de apropriações aleatórias dos produtos da natureza. Nesses casos, não fazia sentido um comportamento ascético porque o dinheiro não tinha ainda o status de valor absoluto que pode levar a termo todos os fins esperados.

Ao tornar-se um fim em si mesmo, o dinheiro põe em cheque valores ideais tais como a moral, a religião e a estética (CUSIN,1998). Para o asceta, a “saúde da alma” passa pela renúncia dos valores materiais, sobretudo do dinheiro, e a pobreza torna-se o objetivo ideal, o fim absoluto que conduzirá ao seu êxito.

Como a narrativa balzaquiana faz questão de resguardar os valores do Antigo Regime, enfatizando a religião católica porque nela via o papel de pacificadora da sociedade, é fácil encontrar inclinações ascéticas em alguns de seus personagens, sobretudo, nas mulheres. Elas têm, geralmente, uma vida dedicada à família, à religião e aos valores espirituais, sem apego aos valores materiais. No entanto, não são tipos puros de ascetas como os budistas ou franciscanos, conforme vimos com Simmel, mas apresentam traços característicos desses comportamentos.

Por exemplo, A Sra. Grandet, esposa do avaro Félix Grandet, teve uma vida dedicada à família e à religião, num regime de vida tão rigoroso que Balzac chamou de “monástico”. Ela vivia sem nenhuma ostentação, na frugalidade e no marasmo da pequena Saumur. “A senhora Grandet trajava invariavelmente um vestido de levantina esverdeada, que se acostumara a fazer durante cerca de um ano; usava um grande lenço de algodão branco no pescoço, um chapéu de palha trançada e punha quase sempre um avental de tafetá preto. Saindo pouco de casa, gastava pouco os sapatos. Enfim, nunca queria nada para si mesma” (BALZAC, 1981, p.34). Mas esses andrajos, essa indiferença aos luxos de uma vida material, apesar de toda a fortuna do marido, não representavam apenas o testemunho de fé numa vida futura como recompensa à observação dos sagrados mandamentos. Eram, principalmente, o sinal da tirania de um avaro, seu marido, para o qual o seu dote e a herança de seus pais vieram juntar 100 mil francos de renda e dos quais ela nunca exigiu o mínimo pecúlio. De tempos em tempos seu marido lhe dava alguns trocados, os quais eram lentamente restituídos à medida que o avaro “mendigava-os”, dizendo tomá-los como um pequeno empréstimo.

O hilotismo a que fora reduzida encontrava a resignação nos preceitos religiosos que ordenavam uma obediência incontestável ao senhor da casa. Aqui é importante notar que até

mesmo seu confessor aconselhava essa servidão incondicional, pois, à crença inabalável no poder divino, à obediência dócil e ao desapego dos bens terrenos, a Providência nos reserva a bem-aventurança. Além disso, o conselho religioso estava fundamentado na hierarquia da sociedade tradicional que ordenava à esposa a obediência ao cônjuge.

Embora apresentasse um estilo de vida ascético, a senhora Grandet não deve ser vista como um tipo de degenerado, mesmo porque o dinheiro não era uma tentação a ser combatida; simplesmente ele não existia para ela. Permanecia indiferente ao dinheiro, pois não o via nem como um fim absoluto nem como um meio tecnicamente perfeito. De acordo com suas “pálidas ideias” sobre do mundo, o dinheiro não era mais que o pagamento do pão bento e dos dois lugares na igreja, o seu e o de sua filha Eugênia.

A Sra. Grandet morreu vítima de uma dessas “tragédias burguesas” de *A Comédia Humana*. Tragédia moderna que, segundo Balzac, não empunha armas, não usa venenos, mas o cálculo dissimulado que arrasta consigo os espíritos mais frágeis. Como não admitia contestar a autoridade do marido, a Sra. Grandet não resistiu ao conflito doméstico que dividiu o pai, Félix Grandet, e sua filha, Eugênia, por causa de uma quantia de aproximadamente seis mil francos em moedas raras que Eugênia acumulava ano a ano, na ocasião do seu aniversário e que entregou ao seu primo Carlos quando ele partiu para as Índias. Depois de várias tentativas frustradas para reconciliação dos litigantes, A Sra. Grandet “se extinguiu sem deixar escapar a menor queixa. Cordeiro sem mácula, ia para o céu e só lamentava deixar cá na terra a doce companheira de sua fria existência [...]. Tremia ao abandonar aquela ovelha, pura como ela própria, sozinha em meio a um mundo egoísta...” (BALZAC, 1981, p.188).

Ela nunca combateu o apego ao dinheiro e aos bens materiais, mas sabia que o egoísmo e a paixão pelo dinheiro que o seu marido alimentava seriam julgados pelo tribunal divino: “Que Deus o perdoe, assim como eu o perdôo [dizia ao marido]. Um dia você há de precisar de indulgência” (BALZAC, 1981, p.178). Compreendia também que era a avidez insaciável do marido a causa de todas as suas misérias e as da filha e que haveria uma recompensa celestial para as suas vidas infelizes. Quando proferiu sua última divisa à Eugênia: “Só no céu há felicidade, tu o saberás um dia” (BALZAC, 1981, p.188), a Sra. Grandet revelou a origem da sua conduta ascética.

No entanto, seríamos injustos se a enfileirássemos ao lado dos tipos de comportamentos degenerados. Afinal, a Sra. Grandet, apesar de ser uma esposa milionária, não manifestou os

sintomas de uma patologia, foi somente a vítima da cupidez do marido e da avareza dos seus velhos pais. Não podia combater o poder do dinheiro como o agente corruptor da alma, tampouco poderia ter exigido o conforto e o luxo que a fortuna do marido poderia comprar, simplesmente porque nunca conhecera outra vida que não a de severas privações.

Em outro romance, *O Averso da História Contemporânea*, Balzac apresenta-nos uma sociedade secreta, a “Ordem dos Irmãos da Consolação”, que se ocupava com ações beneficentes empregando o dinheiro como meio de atenuar as atribulações daqueles que eram acometidos pela miséria material. Eram uma espécie de “[...] velhos juízes cujo código contém somente absolvições, doutores para todos os males cujo único remédio é o dinheiro inteligentemente empregado [...]” (AHC, p.639).

O Sr. Alain, um dos iniciadores da irmandade, teve a ideia de formá-la após ter julgado mal o procedimento de um amigo para o qual ele havia emprestado uma quantia em dinheiro. Mongenod, um antigo colega de liceu, tomou emprestada uma soma em dinheiro para, num último lance de sorte, investir numa peça de teatro em que vinha trabalhando e com a qual esperava restituir ao amigo o dinheiro adiantado. Fracassado em seu empreendimento, Mongenod partiu para a América em busca de fortuna, deixando o Sr. Alain sem nenhum rastro do seu paradeiro. Após algum tempo, retornou e restituiu o dobro do valor emprestado, mas, nesse ínterim, o Sr. Alain já havia lançado mão de todos os recursos legais que os credores mais atrevidos se utilizam para garantir o reconhecimento da dívida. O Sr. Alain explicou para o neófito Godofredo, um ex-dândi que pretendia fazer parte da irmandade, a origem da associação e o seu princípio fundamental: “Foi, pois, o arrependimento que tive de ter mal apreciado o coração do meu amigo de infância que me deu a idéia, por mim mesmo, de consagrar aos pobres a fortuna que ele me trouxera e que aceitei sem me revoltar contra a enormidade da quantia restituída em lugar da que eu tinha emprestado: a destinação dela tudo conciliava” (AHC, p.597).

O Sr. Alain confirmou a necessidade do desapego material explicando que, segundo o catecismo a *Imitação de Cristo*, livro que seguiam à risca, era-lhes interdito possuir qualquer bem: “somos apenas distribuidores, e, se tivéssemos um único gesto de orgulho, não seríamos dignos de ser distribuidores. Não seria *transire beneficiendo*⁸⁵, seria gozar pelo pensamento” (AHC, p.598, grifos do autor).

⁸⁵ *Transire beneficiendo*: em latim, “viver fazendo o bem” (N.T.)

Estavam muito próximos dos franciscanos que vivem pelo bem do próximo. O móvel das suas ações era a caridade e o dinheiro, empregado como meio, não era tido como um inimigo das virtudes católicas, embora todos os membros dessa irmandade soubessem que a verdadeira causa das mazelas parisienses era o lema peremptório de fazer fortuna, “a única garantia social” desde a Revolução. “Infelizmente [...] uma das maiores desgraças das revoluções na França, é que cada uma delas é um novo impulso dado à ambição das classes inferiores” (AHC, p.546). Apesar de não ser visto como um risco à corrupção da alma, o dinheiro estava ausente do suprimento individual dos membros dessa sociedade. Compreenderam que ele era a causa de muitos infortúnios e, a partir de então, retiraram-se da sociedade vivendo num claustro fortificado pela observação das prescrições religiosas.

Esses “quase-monges” despojaram-se de todos os seus bens, inclusive de suas antigas identidades nobiliárquicas. Assim, a baronesa de La Chanterie era apenas a Sra. La Chanterie, o Marquês de Montouran, antigo líder dos *chouans*⁸⁶, tornou-se o Sr. Nicolau e o antigo Barão de Tresnes era agora o Sr. José. O Sr. Alain e o Padre Rêze completavam a irmandade que logo acolheria em seu seio o jovem Godofredo, ex-dândi que depois de haver dilapidado sua fortuna, pretendia renunciar ao mundo e juntar-se a eles. De uma vida de prodigalidades, Godofredo passaria à vida ascética.

Essas oscilações tão bruscas de um comportamento a outro talvez possam ser explicadas no quadro das patologias de Simmel, ou seja, o dinheiro continua sendo um valor absoluto que tudo pode ao que a ele se confronta. Se, numa vida pródiga, ele é a potência que deverá converter-se constantemente em outros valores, para o asceta ele será eternamente uma potência material que precisa ser rejeitada. Nos dois casos o valor do dinheiro é absoluto e por isso Godofredo troca facilmente uma vida pela outra.

Outras manifestações ascéticas decoram falsas virtudes de personagens balzaquianos, como por exemplo, as da beata Angélica Bontemps, esposa do conde Granville, na novela *Uma Dupla Família*. Entretanto, não nos ocuparemos de suas ações uma vez que não são motivadas pela rejeição do dinheiro em função de seu poder corruptivo, mas por uma estúpida obediência às mais rígidas prescrições católicas.

⁸⁶ *Chouan* – nome dado aos membros da *chouannerie*, movimento revolucionário que, juntamente com os vendemianos, procurava restabelecer a antiga ordem monárquico-católica. Os episódios dessa contra-revolução são narrados em *A Bretanha em 1799*.

O *Blasé* e o Cínico

Fechando o ciclo das patologias em relação ao dinheiro na mesma ordem apresentada por Simmel, o *blasé* e o cínico são duas mentalidades emblemáticas do alvorecer da sociedade burguesa. São comumente confundidos nas grandes cidades europeias do século XIX com os dândis. Mas, embora possuam aquele olhar indiferente e impassível a tudo que lhes é externo, é preciso destacar algumas nuances desses comportamentos. O dandismo foi um estilo de vida iniciado na Inglaterra e disseminado pela Europa na primeira metade do XIX. Teve em Oscar Wilde e Charles Baudelaire seus principais expoentes. Caracterizava-se, principalmente, por uma afetação no vestir, no modo excêntrico de se portar em sociedade e possuía muito mais características externas, físicas do que psicológicas, enquanto que, no cínico e no *blasé*, como veremos, a afetação era proveniente de um fastio pelas novidades, de uma exaustão dos apelos sensoriais nas metrópoles; ambos estavam ligados a um estilo de vida urbano.

Apesar de a maioria dos dândis ser vista como *blasé*, não consideraremos aqui o dandismo como um comportamento patológico e, amparados pela obra de Simmel, centralizaremos a análise nas particularidades do cínico e do *blasé*.

No caso do cinismo, Simmel foi buscar a etimologia do termo no mundo clássico. Entre os socráticos, o cinismo consistia numa filosofia de liberdade moral do indivíduo, numa igualdade dos valores pela ausência de hierarquia entre eles, o que poderia tornar-lhes indiferentes às posições de senhor ou escravo, do belo ou feio, do rico ou do pobre, etc. Para eles, o termo não tinha ainda a conotação pejorativa dos dias atuais e faziam questão de se identificar publicamente como cínicos. Costuma-se dizer que essa corrente filosófica teve início quando Sócrates, ao passar pelo mercado de Atenas, indagou-se sobre a quantidade de bens materiais que o homem grego dependia para viver. Acreditavam, ao contrário, numa vida de desapego dos bens materiais, considerados supérfluos.

Mas, se para os cínicos da antiguidade, o objetivo consistia na elevação dos valores a um nível de igualdade entre eles, de modo a fazer desaparecer qualquer hierarquia valorativa, o cinismo da sociedade moderna, ao contrário, consiste num aviltamento dos mesmos de modo a reduzi-los a valores de mercado. A peculiaridade entre as duas formas de cinismo é que, tanto uma como a outra pretendem eliminar a diferença de níveis de valor. A primeira, pela “finalidade moral, positiva e ideal”, e a segunda, pela redução dos seus conteúdos a um preço de mercado,

porque agora tudo pode ser rebaixado ao extremo. “A noção de preço de mercado aplicada a valores que, por sua natureza, refutam toda avaliação externa àquela pela qual provém a suas próprias categorias e ideais, é a objetivização acabada da subjetividade cínica” (SIMMEL, 1987, p.308).

O cínico experimenta uma espécie de gozo ao certificar-se que todos os valores devem inclinar-se ao valor incontestável e absoluto do dinheiro. “Para Simmel, o cinismo é uma espécie de perversão no sentido em que o rebaixamento dos valores proporciona ao cínico um prazer particular” (CUSIN, 1998, p.427). A bolsa de valores é, segundo Simmel, o palco por excelência do rebaixamento dos valores, pois é lá que as grandes fortunas passam de mão em mão, independentemente do mérito ou qualquer ligação pessoal e onde são negociadas as mais elevadas somas.

Nesse processo de mercantilização da vida, aqueles que possuem dinheiro possuem também valores pessoais, morais e ideais, ao passo que aos desprovidos de recursos materiais esses valores são interditos. Em resumo, as qualidades se reduzem a meras quantidades. “O dinheiro desempenha um papel fundamental, pois permite cada vez mais tudo comprar e, portanto, reduz todos os valores a preços de mercado” (CUSIN, 1998, p.427).

No *blasé*, outro comportamento reconhecido por Simmel, a indiferença ao dinheiro e às coisas venais é a sua marca. O *blasé*, aparentemente alheio a tudo que o rodeia, aparece como superior à média dos indivíduos, mas até aí isso não caracterizaria nenhuma degeneração comportamental. O problema é que no *blasé* todas as possibilidades de encantamento ou deslumbramento foram esgotadas, seus estímulos não podem ser ativados, porque foram continuamente obsedados por novidades que agora não levam a nenhum grau de satisfação. Por isso o *blasé* está sempre buscando novas formas de prazer, “sob o risco de permanecer continuamente prisioneiro dos meios que permitem usufruí-los” (CUSIN, 1998, p.428). Paradoxalmente, isso quer dizer que no *blasé* o dinheiro é também um fim absoluto, porque é o único meio capaz de assegurar os prazeres que ele busca incessantemente na tentativa de superar o tédio resultante do esgotamento das novidades. O *blasé*, afetando uma atitude indiferente a tudo, volta-se para a sua subjetividade como uma espécie de “autista urbano”.

Mas, é preciso distinguir a indiferença do *blasé* em relação ao dinheiro daquela que vimos no comportamento econômico. Neste último, a supervalorização dos objetos levava a uma

renúncia involuntária do dinheiro, enquanto que no *blasé* essa indiferença provém do alargamento das fronteiras de bens passíveis de aquisição, ou seja, da mercantilização da vida.

Assim como o cínico, para o *blasé* todos os valores são conversíveis em unidades monetárias, cifráveis em preços de mercado. Valores como a ética, a honra e a palavra, até então fortemente protegidos pelos imperativos morais, são agora taxados em algarismos, porque o status não se funda mais nesses valores, mas na propriedade mobiliária. Portanto, quem possui valores mobiliários possui valores morais. Por isso Simmel apresenta o *blasé* como um comportamento “sintomático da modernidade”, resultante do estiolamento da sociedade tradicional e da emergência da sociedade burguesa de mercado.

Embora os Grandet e os Gobseck tenham marcado presença em *A Comédia Humana*, ilustrando dramas violentos nos quais o prazer pela posse do dinheiro afasta qualquer ato de despesa, podemos dizer que os cínicos e os esnobes (*blasés*) não ficam atrás dos avaros; estão presentes nas diversas cenas da obra balzaquiana. À primeira vista, não aparecem como tipos patológicos, mas logo que emitem seus julgamentos acerca dos homens e da sociedade, sobressaem os indícios sintomáticos desse comportamento. Provavelmente porque os cínicos e *blasés* se confundem com um estilo de vida comum à moderna sociedade burguesa. Uma das críticas feitas aos progressos trazidos por ela foi a venalidade desenfreada que abrange todas as esferas da vida com a consequente espiritualização da matéria combinada à materialização do espírito.

Conforme vimos com Simmel, os cínicos têm um desprezo mordaz por todos os bens tangíveis ou intangíveis, porque acreditam que, se o dinheiro tudo pode comprar, então as coisas mais preciosas passam por mercadorias e se reduzem a um valor de mercado.

O caso mais emblemático desse processo de venalidade é narrado em *A Pele de Onagro*, versão balzaquiana do *Fausto*, onde o conde Rafael de Valentin, vítima de uma miséria pungente, decide se jogar nas águas do Sena pondo fim a suas atribulações. “Morto, valia cinquenta francos, mas, vivo, era apenas um homem de talento sem protetores, sem amigos, sem enxergão para se cobrir nem um cantinho para se abrigar, um verdadeiro zero social [...]” (PO, p.27). Mas, antes de levar a cabo seu projeto de suicídio, Rafael entra num antiquário e adquire um talismã poderoso, uma espécie de pele oriental capaz de realizar todos os seus desejos à custa do seu tempo de vida. O pacto foi consumado e a pele trazia inscrita a fatal sentença ao seu possuidor: “Se me possuíres, tudo possuirás. Mas, tua vida me pertencerá [...]” (PO, p.45).

Rafael é um caso típico do jovem aristocrata, possuidor de um nome e de um título, no entanto, sem fortuna depois da Restauração. “Em Paris, principalmente depois de 1830, ninguém sobe sem abrir caminho, *quibuscumque viis*⁸⁷, e muita força, através de uma assustadora massa de concorrentes” (PP, p.437).

Para sobreviver, empenhou seus últimos recursos no aluguel de uma mansarda e no mínimo necessário durante os anos em que se dedicou à produção de uma grande obra filosófica, *A Teoria da Vontade*⁸⁸, com a qual pretendia, trabalhando dia e noite, despojado de qualquer conforto material, conquistar dinheiro e alcançar a glória. Após quase três anos de uma existência monacal, Rafael foi convencido por Rastignac a entrar na arena parisiense, a abandonar a ciência e a desfrutar dos prazeres mundanos. Isso significaria a união com alguma burguesa endinheirada, a mesa de jogo e o famoso “sistema inglês”, dívida sobre dívida. Mais absurda ainda foi a proposta que fez a Rafael, sugerindo-lhe que “vendessee” as memórias de sua tia ao inescrupuloso jornalista Finot, ficando assim temporariamente livre dos problemas financeiros.

Rafael não apresentava um comportamento cínico, foi, como em outros casos de *A Comédia Humana*, convencido por seus mentores e pela exaustão dos seus esforços não reconhecidos a abandonar uma vida ascética e a desfrutar de uma vida superficial constantemente alimentada por novas sensações. Depois de ter esgotado todos esses prazeres e ter gozado a vida perdulariamente, Rafael caiu novamente em aflição. A decisão do suicídio foi uma escolha que, à primeira vista, parecia a fuga da miséria e dos sofrimentos físicos e morais causados por ela. Mas, analisada no quadro dos comportamentos patológicos em relação ao dinheiro, poderíamos supor que Rafael já não possuía nenhum estímulo sensorial, porque, a exemplo dos *blasés*, ele já se fartara de tudo e a vida já não tinha mais sentido. Para renovar os seus prazeres ele precisava de dinheiro, ou, da solução encontrada por Balzac, um talismã. “A pele misteriosa simboliza [...] o poder do dinheiro, o caminho que a ambição de conquistar a sociedade, fez escolher ao herói ao preço de todos os valores humanos; ela simboliza as relações reinantes às quais ele acaba de se submeter” (FISCHER, 1977, p.157).

⁸⁷ Em latim, “por quaisquer meios” N.T.

⁸⁸ Segundo seus biógrafos, durante o período em que Balzac foi interno no Colégio Vendôme, ele teria escrito uma obra intitulada *Tratado da Vontade*, que foi confiscada pelo diretor do colégio. Paulo Rónai aponta nesse detalhe um “primeiro indício da identidade” entre Balzac e o personagem Rafael de Valentin, embora Balzac nunca tenha afirmado que seus romances fossem autobiográficos. Essa mesma obra foi iniciada por outro personagem, Luis Lambert, da qual Rafael de Valentin seria o continuador.

A opinião de Rastignac, assim como a de jornalistas e críticos que costumavam banquetear com Rafael, dá-nos uma ideia de como pensavam os cínicos do universo balzaquiano:

Ora, como zombamos tanto da liberdade quanto do despotismo, tanto da religião quanto da incredulidade; e como para nós, a pátria é uma capital onde as idéias se trocam e se vendem a tanto por linha, onde todos os dias fornecem pretexto para suculentos jantares e numerosos espetáculos, onde formigam prostitutas licenciosas, [...] onde os amores se pagam à hora como as carruagens; e como Paris será sempre a mais adorável de todas as pátrias, a pátria da alegria, da liberdade, da inteligência, das belas mulheres, dos maus sujeitos, do bom vinho, e onde o bastão da autoridade nunca se fará sentir em excesso, pois se vive perto dos que o seguram... nós, legítimos sectários do deus Mefistófeles, resolvemos encarregar-nos de cair o espírito público [...] (PO, p.52).

Os cínicos e *blasés* de *A Comédia Humana* confundem-se o tempo todo, sendo praticamente impossível fazer a distinção de um comportamento a despeito do outro. Têm uma postura irônica e são pródigos no sarcasmo, destroem uma intenção virtuosa com uma epigrama, dardejaram ironias. Seus julgamentos são tecidos a partir da aparência ou do interesse pessoal e as suas ligações estão em relação direta com os benefícios que elas proporcionam. “Zombavam de tudo, mesmo do próprio futuro” (PO, p.55). Aquilina, uma das cortesãs convidadas para animar o jantar da fundação de um jornal na casa de um banqueiro, explica a Rafael sua filosofia de vida: “O futuro? [...] Que é que chama de futuro? Por que hei de pensar numa coisa que ainda não existe? Nunca olho para trás nem para diante de mim. Já não é bastante ter de me ocupar com o dia inteiro numa vez só? (PO, p. 75).

Diferente dos avaros que veem nos atos de poupança a garantia contra atribulações no curso de suas vidas, o desprezo pelo futuro e suas possíveis adversidades é uma marca nos comportamentos cínicos e *blasés*. Pensam e agem de acordo com a época cuja instabilidade nada pode prever nem garantir. Para que ser fiel a um regime se ele pode cair? Mesmo Napoleão I foi derrotado. Fidelidade, tradição, hierarquia eram valores do Antigo Regime que não podiam harmonizar-se a uma sociedade cujos valores são cifrados em dinheiro e as posições mudam constantemente de lugar.

Fedora, outra personagem dessa narrativa, à qual Fischer (1977) pretende uma metáfora da sociedade, não teme as imprecações de Rafael quando, no paroxismo da sua paixão por essa “mulher sem coração”, é recusado por ela. Rafael pintou-lhe o futuro sinistro de uma velhice

solitária, mas ela respondeu friamente: “Sempre serei rica [...] E com dinheiro sempre podemos despertar, em torno de nós, os sentimentos indispensáveis ao nosso bem-estar” (PO, p.134).

Nesse quadro sombrio que Balzac nos dá da sociedade de seu tempo, Rastignac é, talvez, o tipo mais puro desse comportamento. Sua lógica está em harmonia com as pressões que experimentou nos primeiros anos de aprendizado em Paris e os ensinamentos de Vautrin parecem ter produzido nele o efeito necessário. Somente o dinheiro poderia abrir as portas dessa sociedade glamorosa na qual ele esforçava-se por manter-se desde o dia em que nela foi introduzido pela sua tia rica, a viscondessa de Beauséant. “É o dinheiro, a base dessa ordem social, o dinheiro que permite vencer, que permite comprar a honra e os sentimentos, o dinheiro que fazia falta a Rafael e a ele também” (FISCHER, 1977, p.156).

Na época em que a narrativa se desenrola, Rastignac é amante de Delfina de Nucingen. Ele empregará todo o seu talento para estabelecer uma rede de relações frutíferas em termos de benefícios materiais, explicando a Rafael o resumo do seu sistema:

A vida de um homem ocupado em gastar o seu dinheiro constitui, freqüentemente, uma especulação; emprega o capital em amigos, em prazeres, em protetores, em relações. Quando um negociante arrisca um milhão, que lhe acontece? Durante vinte anos não dorme, não bebe, nem se diverte, fica chocando o seu milhão, anda com ele pela Europa inteira; incomoda-se, entrega-se a todos os diabos que o homem inventou e, por fim, uma liquidação, como já vi acontecer, o deixa sem dinheiro, sem nome, sem amigo. O perdulário, porém, leva a vida divertida, ocupado em fazer correr os seus cavalos. E, se por acaso perde o capital, fica com a possibilidade de ser nomeado recebedor-geral, de se casar bem, de ficar adido a um ministro ou a um embaixador. Continua a ter amigos, reputação e até dinheiro. Conhecendo os segredos da sociedade, manobra-a em seu benefício. Ou esse sistema é lógico, ou estou louco (PO, p.105).

Rastignac tira suas conclusões a partir da convivência que teve com as fraudes financeiras do banqueiro Frederico de Nucingen. No entanto, o que lhe parece óbvio como condição necessária à sobrevivência na moderna sociedade burguesa é muito difícil de ser evidenciado em espíritos como Rafael de Valentin, daí o seu total fracasso e a fuga da sociedade, seja pelo suicídio, seja pela reclusão consciente e voluntária.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, a tese de Ian Fischer sustenta que Rastignac sempre foi ambicioso, mesmo antes de chegar a Paris. Seu *début* na capital francesa, decidido a tudo conquistar pelo próprio mérito, foi duramente frustrado e os acontecimentos que presenciou

despertaram sua ambição, até então contida por barreiras morais. A diferença é que agora ele não conta mais com o trabalho e a dedicação para vencer na capital, lançará mão de instrumentos menos escrupulosos para conduzir ao seu triunfo. Se até então os valores morais herdados da casa paterna orientavam a sua conduta, a corrupção que ele conheceu no seio daquela pensão burguesa e mesmo nos mais distintos círculos da aristocracia o fez perceber que “[...] o talento, o trabalho, os sentimentos, a aplicação não são bons para nada e que a única coisa necessária, é o dinheiro” (FISCHER, 1977, p.137). Julgando a sociedade a partir da experiência pessoal, seu sistema parecia-lhe irrefutável.

Não poderíamos deixar de considerar aquele que foi o preceptor de Rastignac nos ensinamentos da vida prática. Vautrin, ou o ex-forçado Jacques Collin, representa nas narrativas em que protagoniza a encarnação do cinismo da moderna sociedade. Durante a época em que morou na Pensão Vauquer, decifrou ao pensionista os artigos do código dos bem aventurados em Paris. Seu cinismo impressionou Rastignac que, egresso de uma família de nobres provincianos assim como Rafael, hesitava em aceitar os preceitos desse homem terrível. Vautrin ensinou-lhe que

Em Paris, o homem honesto é aquele que se recusa a partilhar. Não falo desses pobres ilotas que em toda a parte cumprem o seu dever sem jamais serem recompensados por seus trabalhos e que eu denomino a santa-confraria-dos-sapatos-velhos-do-bom-Deus. É certo que neles reside a virtude em todo o esplendor de sua estupidez, mas neles também reside a miséria. Estou vendo já as caretas dessas honradas pessoas, se Deus nos fizesse a brincadeira de mau gosto de não comparecer ao julgamento final (PG, p.103).

Vautrin estava fora e acima dessa “colméia humana”. Ele se assemelhava à consciência gangrenada de uma época em que o dinheiro pode comprar todos os títulos, todas as honras, todos os prazeres, todos os afetos, enfim, a própria vida. E é exatamente isso que Vautrin, numa das suas encarnações, a do falso padre espanhol Carlos Herrera, compra de Luciano de Rubempré, sua alma e seus sentidos. À exemplo de Rafael de Valentin, Luciano vende sua vida em troca dos prazeres que o dinheiro pode comprar e dos quais ele não mais desfruta desde a sua debacle em Paris. Da mesma maneira que Rastignac, Luciano tinha sido “mordido pelo luxo parisiense”, o que facilitou o assédio de Vautrin, tornando irresistível o poder das suas palavras. O pacto com Herrera seria a oportunidade para recuperar o luxo, mas também a dignidade, perdidos na sua primeira estada em Paris. Ao avistar o jovem poeta na iminência do suicídio,

proferiu palavras tão mágicas quanto às inscritas no talismã de Rafael: “Dê-se a um homem de Deus como quem se dá ao diabo, e terá todas as probabilidades de um novo destino [...]. O Mal, cuja configuração poética se chama Diabo, usou para com aquele homem meio feminino as suas mais vivas seduções, e primeiro pediu-lhe pouco dando-lhe muito” (EMC, p. 96-97). O desfecho de Vautrin e de Luciano é narrado em *Esplendores e Misérias das Cortesãs*. Ao primeiro, um cargo de chefe de polícia, ao segundo, o suicídio.

Toda uma legião de cínicos e *blasés* é apresentada em vários romances de Balzac, com destaque para *Ilusões Perdidas*, na qual enfatiza o cinismo do meio jornalístico e literário. Destes, dois aparecem também em *A Casa Nucingen*, Finot e Blondet, comentando sarcasticamente os golpes financeiros do banqueiro que enriqueceu ajudado pela conjuntura histórica e pela ambição de alguns tolos. “Esses espirituosos *condottieri* da indústria moderna [...], deixam as inquietações para os seus credores e guardam para si os prazeres, não tendo outra preocupação além de seus trajes” (CN, p.572, grifos do autor). Balzac apresenta esses comportamentos como fruto de uma época que revela “o esgotamento de almas entregues a si mesmas, sem outra finalidade que a satisfação do egoísmo [...]” (CN, p.573). Entre os nobres, o conde Maximo de Trailles, De Marsay e o conde de La Palférinne são exemplos dos tipos analisados. Não nos concentraremos em nenhum desses personagens, porque, dada as diversas tonalidades dos seus caracteres, não acrescentariam nenhum elemento novo em relação ao comportamento cínico.

Comportamentos como esses geralmente levam a outra forma degenerada, a prodigalidade. A necessidade que os cínicos têm em comprovar a venalidade das coisas e os *blasés* em renovar as suas sensações só pode ser satisfeita numa vida perdulária, na qual, para o primeiro, a cada entrega monetária corresponde um prazer adquirido e para o segundo, o fundamento do seu ceticismo: “a onipotência, a onisciência, a oniconveniência do dinheiro” (CN, p.574).

Talvez sejamos criticados por “deformar” personagens tão caros a Balzac, como por exemplo, Rastignac, atribuindo-lhes características de tipos degenerados. Os diversos escalonamentos dos personagens a partir do quadro dos comportamentos analisados por Simmel não têm a intenção de deturpá-los, mas apenas situá-los na nova ordem de coisas onde são obrigados a movimentar-se se não quiserem perecer. Por outro lado, essa opressão social que eles parecem sofrer é uma das características do realismo de Balzac, quando traz, como um dos

objetos da moderna literatura, a dicotomia indivíduo/sociedade. Em alguns casos, o caráter patológico de tais indivíduos pode ser desculpado pela necessidade de sobrevivência numa sociedade que, por sua natureza, é muitas vezes injusta ou não pode assegurar a estabilidade que parecia existir em outros sistemas sociais. É por isso que a religião católica tem um significado tão importante para o romancista, ela é um dos elementos disciplinadores capaz de conter os impulsos egoístas e impedir que a luta individual pela sobrevivência degenerem em barbárie.

A dicotomia indivíduo/sociedade que a sociologia se encarregará de analisar mostra a força do realismo de Balzac quando apresenta-nos composições muito próximas às que a ciência se utilizou para o estudo dos fatos sociais.

Algumas considerações sobre o valor simbólico do dinheiro

Pelo que vimos no quadro das patologias elaborado por Simmel, esses comportamentos de natureza subjetiva em relação ao dinheiro podem ter explicações de natureza objetiva. Entretanto, pretendemos apresentar outras hipóteses ligadas a tais manifestações, diferente do que foi abordado até aqui e que estão, de certo modo, ligadas ao conteúdo sócio-histórico de *A Comédia Humana*.

Primeiramente, esses comportamentos são a manifestação psicológica a partir de uma série de transformações iniciadas com o processo revolucionário que sacudiu as bases institucionais da França desde 1789. A complexidade da sociedade burguesa de mercado concentrou no indivíduo todas as funções antes partilhadas entre a nobreza, o clero e a monarquia. O solapamento dessas instituições que organizavam a vida no Antigo Regime transferiu para o indivíduo a responsabilidade de suas escolhas e as consequências diretas e indiretas em função destas.

Os desvios das causas levantadas pelos revolucionários, uma liberdade a qualquer preço sem igualdade de condições, levou a uma luta de todos contra todos no intuito de encontrar o lugar que anteriormente era assegurado por uma sociedade estamental. “Ao proclamar a igualdade de todos, foi promulgada a *Declaração dos direitos da inveja*” (Btz, p.435, grifos do autor).

A falta de uma concepção ampla da vida, tantas vezes lamentada por Balzac, esvaziou o significado das ações individuais que procura agora um lugar privilegiado na constelação dos

novos atores econômicos. O dinheiro passou a ser o principal instrumento de ascensão social e nele os indivíduos se apegaram como a um deus moderno que “dá tudo em germe”.

Outra causa, ligada à anterior, foi o “aburguesamento” da sociedade. Estamos nos referindo à legitimação da finalidade das ações individuais na esfera econômica, assegurada pelo direito moderno e pelas normas legais, daquilo que até então poderia ser visto como uma atitude vulgar relegada às classes marginais da sociedade, como o comércio e a finança, por exemplo. Simmel fala da aversão à troca econômica nas comunidades primitivas, tendência que também podia ser percebida entre os aristocratas que, assim como os chefes e líderes das referidas comunidades, não se sentiam nenhum pouco à vontade em inclinarem-se, em rebaixarem-se a atividades como essas. Nesse sentido, o contrato é o instrumento jurídico que abstrai as qualidades individuais dos atores econômicos, ocupando-se exclusivamente com as qualidades dos objetos nele contemplados, um instrumento jurídico que não leva em conta o status das partes envolvidas, contribuindo para um nivelamento dos interesses.

A partir do momento em que uma instituição como o direito legitima a troca econômica com normas legais que não se atem às qualidades individuais, isso significa que ele autoriza um comportamento racional em relação ao dinheiro, no qual a ideia do lucro sempre constante pode levar a uma ultrapassagem, também constante, das fronteiras do interesse pessoal. Não estamos contestando o papel do direito na sociedade moderna, de fato ele é indispensável à “saúde” das trocas econômicas. Estamos apenas reforçando a ideia de que ele pode ter sido um dos fatores que contribuiu para o aburguesamento dos comportamentos relacionados ao dinheiro e que, em casos mais extremos de situações anômicas, ou seja, onde nenhuma instituição reguladora atua para conter os apetites egoístas, ele pôde contribuir para a manifestação das hipertrofiadas descritas por Simmel.

Vimos como, no final de *A Casa Nucingen*, Balzac refere-se de maneira semelhante quando julga o Código como um instrumento falho e parcial quanto aos critérios de justiça. Nele existem brechas por onde os mais astutos e também os de maior poder econômico podem utilizá-lo em benefício próprio. Em defesa do governo absoluto ele condena a justiça moderna quando diz que “a legalidade mata a sociedade moderna” (CN, p.630). Se as tramas de Nucingen nos parecem imorais e hediondas, elas são, pelo menos, legais. Igualmente, quando Vautrin aconselha a Rastignac: “estuda bem o Código e vê como usar isso a seu favor”, ele está se

referindo às brechas por onde se pode passar para chegar a situações vantajosas sem haver infringido a lei.

Para autores como Pernoud, o Código Civil promulgado por Napoleão I foi elaborado a partir de interesses condizentes com uma sociedade liberal e não tinha dispositivos que regulassem ou interferissem na atividade econômica especulativa. “O Código não continha nenhuma disposição concernente a essa forma de propriedade, cuja importância seria enorme na sociedade do século XIX: os valores mobiliários” (PERNOUD, 1981, p.265). A liberdade dos investidores não era obstaculizada por amarras legais. “Nenhum título, nenhuma garantia, nenhuma caução eram exigidas de quem, tendo crédito, tem em mãos as chaves da expansão econômica. Jamais, mesmo durante a Renascença, a riqueza tinha visto se abrir para ela as mais amplas expectativas” (PIETTRE *apud* PERNOUD, 1981, p. 265).

Paralelamente à crítica do arranjo jurídico moderno está a experiência prática de Balzac como amanuense. Não podemos menosprezar o fato de Balzac ter iniciado uma carreira no direito, tendo-se bacharelado em 1819. A experiência como estagiário no escritório do senhor Merville, em 1817 e no do senhor Passez, em 1818, deve ter inspirado alguns casos judiciais como, por exemplo, a interdição do marquês d’Espard em *A Interdição*, a retrovenda realizada por Derville em *Gobseck*, a perda dos bens do coronel Chabert na novela homônima, e muitos outros.

Esses fatores de natureza objetiva, situados historicamente no alvorecer da sociedade burguesa, foram, segundo Balzac, estimulantes aos impulsos egoístas generalizados por toda a sociedade a partir da atomização dos indivíduos. Sem a justiça arbitrária do monarca e a contenção dos impulsos egoístas pela religião católica, a sociedade degeneraria em comportamentos como os que vimos acima.

Mas, a análise simmeliana sobre o dinheiro não se limitou às influências perniciosas desse elemento paradoxal da modernidade nas avaliações subjetivas, tampouco à dissolução dos laços sociais das coletividades em que foi introduzido e se desenvolveu como meio absoluto. É fato que o desenvolvimento da economia monetária teve ampla repercussão nas esferas social e cultural, mas não deve ser visto apenas como uma etapa superior ou o apogeu do mercado. Simmel buscou nas suas conexões as influências recíprocas da moeda na vida dos indivíduos da sociedade de mercado e como essas relações repercutiram no próprio aperfeiçoamento da moeda.

Balzac traz um elemento novo em relação às motivações ligadas ao dinheiro: o prazer. O dinheiro na maioria dos comportamentos balzaquianos não se torna, necessariamente, um fim por excelência. O prazer é a instância suprema das paixões humanas e o dinheiro é o instrumento que garante a satisfação máxima do prazer. Se os sociólogos clássicos analisaram as motivações ligadas ao dinheiro no quadro de uma sociedade de mercado, Balzac, em sua obra, extrapola as motivações puramente utilitaristas, oferecendo-lhes também um significado sensual. “A sensualidade [...] não é jamais isolada, é uma força indefinida, análoga e sempre ligada a outras formas de possessão (o poder e o dinheiro) que podem substituí-la ou ser substituídos por ela. Daí a figura essencial da cortesã que faz da sensualidade ao mesmo tempo poder e dinheiro” (GRANGE, 1990, p.79). Levando essa motivação ao extremo, Balzac desenvolveu, no antigo capitão republicano, o barão de Hulot, o comportamento patológico da libertinagem, fazendo de sua história a “parábola moderna do *pai pródigo*” (PB, p.40). Deixando-se pilhar pelos ardis de uma cortesã, o antigo chefe dos Azuis, arruinou sua família em aproximadamente cem mil francos num lapso de tempo inferior a dois anos.

Simmel avançou em relação a Marx ao analisar as motivações psicológicas e o significado do dinheiro como símbolo e não apenas como uma estrutura econômica que oculta relações sociais de produção, mas continua admitindo o dinheiro como fim absoluto ao supor que o paradoxo emblemático da modernidade é que o aperfeiçoamento do dinheiro como meio tecnicamente perfeito elevou-o à condição de fim absoluto.

Existem sim comportamentos degenerados nos quais o dinheiro aparece como o prazer maior, por exemplo, Grandet e mesmo Gobseck. Mas, na maioria dos casos, o dinheiro torna-se o protagonista dos entrecos em *A Comédia Humana*, porque assegura aos seus portadores um prazer que vai além da posse. Por isso Anastácia Goriot submete-se às mais vis humilhações de Gobseck e Luciano aceita a servidão e fidelidade a Vautrin. Em ambos os casos é o prazer que alimenta ambição pelo dinheiro.

Mesmo Nucingen, o arquétipo de capitalista, que compreende que o dinheiro não provém de uma riqueza abstrata, autônoma, mas distante, do trabalho e por isso seus investimentos nas minas de chumbo argentíferas são manobras eficientes, gasta milhões insensatamente quando deseja possuir Esther Gobseck, a Torpedo, antiga cortesã e amante de Luciano de Rubempré. O título que Balzac dá a esse episódio “*em quanto o amor fica aos velhos*” prova que o prazer que Nucingen quer ressuscitar tem o dinheiro como meio de consecução e não o contrário.

Outro exemplo que destitui o dinheiro da sua posição de fim supremo é o dote que as famílias burguesas esmeravam-se em conseguir para suas filhas visando a uma aliança com a aristocracia. Casando-se com nobres, elas se tornariam, em razão dos títulos nobiliárquicos de seus esposos, duquesas, condessas, viscondessas, marquesas, etc. Se o dinheiro fosse entesourado ou empregado como capital para que pudesse valorizar-se constantemente, ele poderia ser visto como o fim de todas as ações. No entanto, em muitos casos, ele foi empregado como meio de garantir uma posição social distinta, uma identidade e o status que um bom dote representava. Se fosse exclusivamente o dinheiro o principal objetivo da burguesia ascendente, em vez de casar suas filhas com cavalheiros da Legião de Honra, mais conhecidos pelos vícios do jogo e pela vida despreocupada que levavam, teriam investido essas somas milionárias em formas modernas de enriquecimento.

PARTE III – A SOCIEDADE IDEALIZADA POR BALZAC

Diante de tudo o que vimos até aqui, não resta dúvida de que certo pessimismo paira sobre a narrativa balzaquiana e, de certa forma, na sociologia clássica. Ambos partiram da mesma realidade e com preocupações muito semelhantes. *A Comédia Humana* já foi elevada à altura de documento para a pesquisa social, antecedendo as reflexões da sociologia clássica no que concerne à emergência da sociedade burguesa de mercado e as suas relações orientadas pelo dinheiro.

Resta saber se na visão de Balzac há alguma saída para esse mundo caótico percebido e descrito tanto por ele como pela sociologia. A partir de pistas encontradas em sua obra, apresentaremos nesta terceira parte o que pode ser visto como alternativo à lógica burguesa.

Balzac, como já dissemos, foi um observador, mas também um crítico da sociedade de seu tempo. Descreveu em vários romances a ascensão desenfreada da burguesia endinheirada, a mobilidade social assegurada pela riqueza mobiliária e as consequências sociais engendradas nesse movimento. Apontou como principal efeito da nova configuração o rompimento dos laços que uniam a sociedade tradicional sustentada por instituições centenárias, como a honra, a família, a propriedade territorial, a religião católica, a monarquia, etc. Viu na ascensão burguesa o fim dos costumes, das ideias, das tradições, enfim, da cultura nacional que tornava a França superior às demais nações europeias. Admite, portanto, certa predileção pela sociedade aristocrática e repudia o aburguesamento acelerado a partir de 1789. Contrariamente, em outras ocasiões acusa a imobilidade da província em razão do atraso de suas ideias degeneradas em fanatismo e exalta os frutos do progresso burguês, como o vapor, a fotografia, a navegação, e outras conquistas científicas. Vemos, portanto, a coexistência de dois sistemas de valores em uma mesma realidade cuja persistência do primeiro pode ser explicada pela fisionomia pouco definida do segundo. Trata-se de um período de transição marcado pela luta de ambos pela sua reprodução enquanto forma dominante.

A ambiguidade no julgamento desses princípios fez com que o vissem de maneira duvidosa e até oportunista. Para muitos, inclusive para a amiga republicana Zulma Carraud, a assumida preferência pelos valores aristocráticos era uma tentativa de granjear a estima daqueles que poderiam auxiliá-lo numa carreira política. Crítica, aliás, da qual se defendeu alegando que as razões de seu monarquismo estavam em concordância com suas palavras e seus atos.

Politicamente, o confronto se dava entre a ala conservadora, a favor da monarquia, e a ala mais liberal em prol da república.

Mas, por que condenaríamos essa possível ambiguidade que parece confundir a narrativa, tornando-a inapreensível do ponto de vista de uma coerência ideológica? Por que não desejaria Balzac o melhor de dois sistemas, a nobreza que distinguia a sociedade aristocrática e as benesses do progresso das Luzes? Por que não defenderia as vantagens que cada uma oferece?

Para os que o acusavam de contradição entre seus pensamentos e suas ações, mais ambígua ainda foi sua resposta ao dizer que: “Um engenheiro pode declarar que determinada ponte está prestes a ruir, que há perigo para todos em utilizá-la, e não obstante ele a atravessa quando ela é o caminho único para chegar à cidade” (Pre, p.672). Responde sem esclarecer se toma partido da aristocracia decadente porque nela vê o único caminho possível, ou, ao contrário, se lança mão de meios burgueses, porque só assim conseguirá chegar a algum lugar. Uma conciliação desejável pode ser vislumbrada na fala da personagem Diana de Maufrigneuse, dita princesa de Cadignan, que expõe a questão de maneira análoga: “[...] não pertença ao número daqueles que julgam impossível ser ao mesmo tempo republicano e ter um nobre coração. A Monarquia e a República são as duas únicas formas de governo que não abafam os belos sentimentos” (SPC, p.514). Semelhante à opinião da princesa é o caráter do notário Chesnel em *O Gabinete das Antiguidades*. “A virtude de Chesnel pertence essencialmente às classes colocadas entre as misérias do povo e as grandezas da aristocracia, e que podem, dessa maneira, unir as modestas virtudes do burguês aos pensamentos sublimes do nobre, iluminando-os com o archote de uma sólida instrução” (GA, p.724).

São qualidades como essas que Balzac parece conjugar no opúsculo intitulado *O Médico Rural*, narrativa singela que, na opinião de Félicien Marceau (1960), tem o protagonista como porta-voz de Balzac. Romance menos conhecido do que *Eugênia Grandet*, *O Pai Goriot* ou *Ilusões Perdidas*, é ao lado dos que compõem os ciclos balzaquianos uma verdadeira obra-prima. Já tivemos a ocasião de antecipar na apresentação deste trabalho que *O Médico Rural* aparece como uma representação do mundo idealizado por Balzac. Nessa novela, cujo protagonista é um médico, o doutor Benassis, o conflito social inexistente, porque antes da chegada do médico todos vivem numa inércia letal e, depois, a ação orientar-se-á pela harmonia de interesses e pela vontade geral. No entanto, seria preciso imaginar uma situação de continuidade para saber se esse mundo ideal, se essa harmonia de seus membros seria capaz de sustentar-se por si mesmo, sem a

intervenção do doutor Benassis. É preciso saber se a situação de prosperidade conquistada graças às ideias e atitudes do médico sustentar-se-ia para além das suas fronteiras territoriais sem se deixar corromper pelo interesse nascido da própria prosperidade. À medida que as relações fossem se complexificando entre as comunidades, ampliando as trocas mercantis que era a base da sua economia, o dinheiro, símbolo da riqueza e da prosperidade continuaria desempenhado eternamente sua função de instrumento?

Para melhor responder essa questão, é preciso explicar em que consistia o sistema desenvolvido por Balzac em *O Médico Rural*. Pode ser visto por vários ângulos: “é ao mesmo tempo um romance da vida rural, um repertório de crônicas militares, uma profissão de fé política, a história de uma grande decepção amorosa, enfim, a afirmação orgulhosa de uma elevada ambição espiritual” (GUYON *apud* MARCEAU, 1960, p.iii).

Sem renunciar à análise desse conjunto de temas, mas privilegiando sua “profissão de fé política”, abordaremos preferencialmente o projeto civilizador que tem, entre outros, o dinheiro como instrumento de execução e um médico, o Dr. Benassis, como idealizador desse processo.

“As grandes revoluções de um pequeno vale”

Esse médico deixou a vida que durante muitos anos levou despreocupadamente em Paris e empregou seus conhecimentos e sua cultura para civilizar e dinamizar economicamente um dos cantões atrasados da França. Sua empresa não foi gratuita, buscava no isolamento a aceitação das adversidades que motivaram o abandono de uma existência mundana. Depois de sofrer uma grande decepção amorosa e ter-se esgotado pelos vícios da capital francesa, decidiu aliviar seus pesares buscando sentido para a vida no claustro religioso. Dirigiu-se então para a Grande Chartreuse⁸⁹, mas logo que lá se instalou reconheceu o egoísmo do claustro, a inutilidade de uma vida que se escoa lentamente num retiro que “nada mais é do que um longo suicídio” (MR, p.460). Querendo tornar útil seu arrependimento, abandonou o mosteiro em busca de uma obra que pudesse empreender em proveito de seus semelhantes. Confessou mais tarde a intuição que se revelara como um chamado divino: “Se Ele me havia dotado de alguma força espiritual não seria meu dever empregá-la para o bem dos meus semelhantes?” (MR, p.460).

Ao deixar A Grande Chartreuse passou por um vale esquecido na miséria e soube, por meio do vigário local, a “situação deplorável” em que se encontrava aquele cantão. Tendo que pernoitar nesse lugar foi tocado pelo “dedo de Deus” ao decidir então “empregar o resto de [seus] dias numa empresa árdua qualquer” (MR, p.320). Estabeleceu-se por lá oferecendo gratuitamente seus conhecimentos médicos para os mais necessitados, adquirindo com seus próprios recursos os remédios que fazia chegar das farmácias de Grenoble. Como muitos heróis balzaquianos, ele trocou o pensamento pela ação. Começou como médico, depois prefeito e terminou como o patrono da comunidade, uma espécie de “santo laico” a cujas ideias a população se entregava sem titubear.

Depois de ser o seu médico, de curar seus males físicos, ele percebeu que poderia ser útil àquela miséria se os ajudasse a mudar de condição. Entre eles viviam alguns cretinos que o doutor foi obrigado a expulsar para impedir que a moléstia se propagasse naquele vale. O lugar era privilegiado pela natureza e inspirava muitos projetos. “Enfim, era uma bela terra, era a França!” (MR, p.294). Mas a população, carente de instrução e de recursos materiais, “estagnavam-se no lodo e viviam de batatas e laticínios; os queijos, que a maioria deles levava

⁸⁹ Mosteiro do século XVII da ordem dos cartuxos situado nos Alpes franceses próximo a Grenoble. Numa carta à Zulma Carraud, em setembro de 1832, quando se encontrava em Aix-les-Bains, Balzac dizia ter visitado a Grande Chartreuse e ter-se admirado com o que viu (BALZAC, 1999, p.752).

em pequenos cestos para Grenoble ou para as redondezas constituíam os únicos produtos dos quais tiravam algum dinheiro” (MR, p.320). Além disso, seu projeto esbarrava em resistências burocráticas. O antigo prefeito, “em harmonia com a miséria pública” (MR, p.319) não se entusiasmava com as ambições de um recém chegado. O doutor Benassis contou mais tarde os empecilhos em que esbarrava seu empreendimento: “Tinha de enfrentar umas quantas coisas, esbarrava com umas quantas idéias. Achei uma oposição violenta fomentada pelo *maire* ignorante, cujo lugar eu havia tomado, cuja influência se esfumava ante a minha”(MR, p.322).

Para melhorar a região ele teve que aceitar a tarefa de melhorar as pessoas, a começar pelo antigo prefeito, que, fisgado pelo interesse, foi um dos instrumentos da sua “ação benéfica”: “meu antigo *maire* foi bebericar nas tavernas com os seus amigos, e soube demonstrar aos nossos administrados que uma boa estrada carroçável seria uma fonte de riqueza para a localidade, permitindo que todos negociassem com Grenoble” (MR, p.322).

Entretanto, suas ideias não surtiriam efeito se não se demonstrassem por um resultado prático. Conforme confessou mais tarde: “Todos os camponeses são filhos de São Tomé, o apóstolo incrédulo, querem sempre fatos em apoio das palavras” (MR, p.321).

Logo que o doutor Benassis pôs em prática seus conhecimentos, a vida no burgo começou a mudar. Com algumas técnicas como a irrigação, a cultura em cinco rotações, prados artificiais e uma estrada para o escoamento da produção, foi possível elevar a produtividade agrícola e aumentar o número de habitantes. “As terras das redondezas formavam campos perfeitamente lavrados e semeados; seus antigos jardins convertidos em prados eram regados por sistemas de irrigação tão perfeitos quanto os do Limousin” (MR, p.306). Os primeiros resultados começavam a surtir efeito, indicando que as boas condições materiais tornavam-se favoráveis ao desenvolvimento saudável de seus membros. Se há alimento, há força e disposição para o trabalho, se há trabalho há riqueza. Com fartura, a população tende a aumentar. “Os prados, o gado, todas as produções se multiplicam [...]” (MR, p.314). Assim, Benassis avaliava as conseqüências positivas de seu projeto ao ver mais que duplicar o número de habitantes. Quando chegou ao “vale a população era de setecentas almas; agora sobe a duas mil” (MR, p.314).

Em pouco tempo os moradores das montanhas desceram em busca de trabalho no vale. Não tardou para que a notícia das melhorias se espalhasse pelas adjacências atraindo mais trabalhadores. Depois de criada a primeira empresa, uma fábrica de cestos de vime, que trouxe para o local “um produtor e alguns trabalhadores” (MR, p.321), mais braços especializados

vieram se instalar na aldeia. “Outras doze famílias, cujos chefes eram trabalhadores, produtores e consumidores, vieram, assim, estabelecer-se [...]; pedreiros, carpinteiros, telhadores, marceneiros, serralheiros, vidraceiros que tinham trabalho para muito tempo” (MR, p.324) incrementavam a capacidade produtiva do vilarejo.

Os antigos casebres precisavam ser reconstruídos com material mais resistente e segundo padrões de higiene, pois, quando o doutor Benassis chegou naquele lugar, os ranchos eram “verdadeiras estrebarias, onde animais e gente se amontoavam em grande promiscuidade” (MR, p.320). No segundo ano da sua administração, setenta casas tinham sido construídas. Além das casas, algumas granjas foram erguidas somando-se às novas edificações o que dava um caráter de dinamismo à aldeia. “Essas novas construções, as granjas, o moinho, as plantações, as estradas deram trabalho a todos os trabalhadores especializados [...]” (MR, p.325), cujas rendas reverteram em benefício da comunidade.

“Quatro anos bastaram para mudar a face do burgo” (MR, p.326). O sistema do doutor Benassis era simples: o povoamento criava novas necessidades. “A necessidade engendrava a indústria, a indústria engendrava o comércio, o comércio criava o lucro, o lucro o bem-estar, e o bem-estar idéias úteis.” (MR, p.324). A visão que o militar Genestas teve ao se aproximar do burgo, quando procurava pelo benfeitor Benassis, dá-nos uma ideia do triunfo conseguido pelo médico na aplicação do seu sistema. Genestas ...

pôde examinar facilmente casas bem construídas, cujos telhados novos alegravam a antiga aldeia. Nessas habitações novas, coroadas por uma avenida de árvores novas, ouviu os cantos peculiares aos operários no trabalho, o murmúrio de algumas oficinas, um ranger de limas, o ruído dos martelos, os gritos confusos de vários industriais. Notou a débil fumaça das chaminés das casas de família e a mais abundante das forjas do carpinteiro, do serralheiro, do ferrador. Enfim, na extremidade da aldeia [...], Genestas viu granjas esparsas, campos bem cultivados, plantações perfeitamente cuidadas e como que um pequeno recanto da Brie perdido numa vasta dobra de terreno, de cuja existência entre o burgo e as montanhas que terminam a região, à primeira vista, ele não teria podido suspeitar” (MR, p.304).

A pergunta que nos fazemos é a mesma que o capitão Bluteau, identidade falsa de Genestas, fez ao doutor Benassis depois que viu concretizadas as ideias do médico: como isso aconteceu? Como foi possível aumentar uma população pobre e inculta em menos de dois anos? O doutor Benassis explicou-lhe que esse acréscimo “deu-se naturalmente, e em virtude de uma

lei social de atração entre as necessidades que nós nos criamos e os meios de satisfazê-las. [...] Os povos sem necessidades são pobres. [...]” (MR, 319).

A educação também foi um dos recursos empregados por ele para fazer avançar a cultura naquele local hostil a melhorias de qualquer natureza. Assim é que o doutor Benassis resolveu “educar esta terra como um preceptor educa uma criança” (MR, p.320). Hoje todos sabem ler e escrever, “ninguém pede esmolas, há trabalho para todos” (MR, p.331).

Os cultos religiosos assim como suas práticas folclóricas não foram rechaçadas pelo novo *maire*⁹⁰ dentro do modelo de produção e administração por ele implementados. Esse médico compreendeu que, apesar de toda a ignorância em que viviam os aldeões, essas práticas formavam o amálgama da comunidade. O culto e os rituais fúnebres, por exemplo, geravam o laço necessário para impedir que seus instintos primitivos degenerassem em selvageria. Além disso, as práticas religiosas com a promessa de recompensas futuras eram um penhor necessário às misérias da vida material e um instrumento muito útil para governar os povos.

Os primeiros beneficiados com o sistema do doutor Benassis foram, como ele mesmo disse, os seus apóstolos. Os incentivos de povoar o burgo vinham dos próprios habitantes que dia a dia se tornavam mais prósperos, atraindo mais trabalhadores. Mas, todos esses fatores, a boa vontade do médico, a educação, a instrução, os rituais religiosos e a publicidade que seus habitantes faziam das melhorias não seriam suficientes para transformar a miséria em prosperidade se ele não tivesse compreendido o papel do dinheiro, ou melhor, do crédito, nesse processo. O dinheiro serviu como o principal instrumento para ampliar a riqueza da comunidade.

O dinheiro como elemento civilizador

Da herança paterna Benassis tinha ainda oitenta mil francos. Essa soma inicial foi fundamental para executar o seu projeto civilizador. Era preciso ser o “banqueiro” daquela aldeia, fornecer o crédito necessário para financiar as indústrias e as edificações, principalmente nas fases iniciais quando não se pode contar com o retorno imediato do capital investido. Convenceu os habitantes que eram mais aptos a algumas tarefas ou que tinham o espírito empreendedor para que aplicassem seus conhecimentos na economia local. De Grenoble atraiu outros, como o cesteiro, depois vieram uns quantos com suas respectivas aptidões.

⁹⁰ *Maire*: em francês, o equivalente a prefeito.

Benassis emprestava a soma necessária para iniciar uma empresa. Conforme explicou ao amigo Genestas, esse dinheiro era recuperado através do consumo e reinvestido novamente no burgo na forma de capital. As somas adiantadas foram recuperadas no próprio circuito do capital: “Conquanto as edificações representem bem os sessenta mil francos que nós atiramos na localidade, esse dinheiro nos foi amplamente devolvido pelas rendas que os consumidores criaram” (MR, p.326). Os mais abastados pagavam-lhe os adiantamentos prestados, mas dos mais pobres ele nada exigia. Como médico adotou o mesmo procedimento. Cobrava seus honorários e o valor dos medicamentos daqueles que eram realmente ricos e atendia gratuitamente os indigentes. A distribuição da riqueza se dava em detalhes como esse, os mais ricos pagavam os honorários e com os honorários Benassis comprava os medicamentos de Grenoble a fim de atender aqueles não podiam efetivamente pagar por esses cuidados.

À medida que o dinheiro circulava na comunidade, aumentavam os incentivos para investimentos e desarmava os mais receosos de seus argumentos pessimistas. “A circulação do dinheiro fazia nascer em todos o desejo de ganhá-lo; desaparecera a apatia, o burgo despertava” (MR, p.325). O doutor Benassis contou também com o apoio de outros benfeitores que vislumbraram os benefícios e a nobreza de uma ação desinteressada. O senhor Gravier, antigo cura, adiantou mais de quarenta mil francos sem ter a certeza do reembolso, fiando-se apenas nas expectativas do médico. De modo semelhante, “[o] desejo do lucro desenvolve uma ambição que desde então levou [...] os industriais a se expandirem do burgo para o cantão e deste para o departamento, a fim de aumentarem seus benefícios com o aumento de suas vendas” (MR, 326).

Sua ação política foi tão necessária e eficaz quanto às somas desembolsadas por ele e por outros empreendedores. Atuou em favor daquela comunidade com os mesmos impulsos da maternidade:

[...] fiz com que ficasse estabelecido que o nosso burgo era proprietário de toda a montanha ao pé da qual se acha a aldeia abandonada. O valor dos matos situados nas alturas bastou para pagar as terras e as casas prometidas, as quais foram construídas. [...] A conclusão desse caso e a conquista dos bens comunais, cuja posse nos foi confirmada pelo Conselho de Estado, fizeram-me adquirir uma grande importância no cantão (MR, p. 313)

A estrada, obra talvez mais difícil de executar em função das elevadas somas que exige para sua execução, foi conseguida graças à perseverança e determinação de Benassis depois de enfrentar toda a burocracia e as resistências naturais àqueles que são investidos de poder público.

Convencendo-os da importância de ligar o burgo a outras localidades, fez com que uma verba municipal extraída do fundo de caridade do departamento fosse liberada para a construção da estrada.

Parte do dinheiro que não era invertido como capital produtivo foi empregado para a construção de uma nova prefeitura onde o doutor Benassis fez instalar uma escola comunitária, trazendo como mestres um padre ajuramentado⁹¹ e uma “digna senhora arruinada”. Mais tarde essa professora fundou, com as rendas adquiridas e com o auxílio pecuniário do burgo, um internato para moças para onde as famílias mais abastadas começaram a enviar suas filhas. O doutor Benassis chegou a criar um “fundo de reserva que permitirá um dia à comuna pagar várias bolsas às crianças que dêem esperanças para as artes ou para as ciências” (MR, p.364). Essa primeira escola representava um passo importante para a continuidade das obras iniciadas por Benassis, impedindo assim que o futuro as transformasse numa fábula sem vínculo com a realidade existente, fruto de um capricho individual e egoísta. Veremos em sessão seguinte que uma ação com potencial transformador encontra seus germes na própria realidade que pretende revolucionar.

O doutor que, depois de tantas decepções, havia renunciado à vida luxuosa de Paris e se despojado de seus bens para viver como um monge em algum lugar afastado da civilização descobriu em tempo que o “dinheiro representa faculdades e se torna necessário para praticar o bem” (MR, p.363). Ele sabia, por exemplo, que a fortuna “involuntariamente adquirida” com suas granjas-modelo era “um meio e não um resultado” (MR, p.331). Com o lucro que elas proporcionavam, ele poderia continuar fornecendo o crédito àqueles que se inspirassem na sua iniciativa, além de possibilitar a prestação de serviços gratuitos aos que precisassem de seus conhecimentos médicos.

Ao cabo de doze anos de intensos trabalhos e atuação política exemplar, apoiada por benfeitores como o novo cura, o Sr. Janvier, o doutor Benassis contabilizava orgulhoso ao amigo Genestas todos os bens e as rendas geradas na comuna. Em pouco tempo ela teria renda própria o que isentaria os habitantes das contribuições fiscais:

A comuna possui hoje duzentos arpentos de mato e cento e sessenta arpentos de prados [...] ela dá cem escudos de honorários suplementares ao cura, duzentos francos ao guarda rural, outro tanto ao professor e à professora da escola; tem

⁹¹ “Padre juramentado: isto é, que em 1790 prestou juramento à Constituição civil do clero” (MR, p.328).

quinhentos francos para suas estradas, outro tanto para as reparações da *mairie*, do presbitério, da igreja, e para algumas outras despesas. Daqui a quinze anos ela terá madeira de corte para cem mil francos e poderá pagar suas contribuições sem que isso custe um vintém aos seus habitantes (MR, p. 328).

Na primeira fase do seu projeto civilizador, que durou em média cinco anos, ele dirigiu os trabalhos e o emprego do dinheiro rumo às necessidades básicas da comunidade, mostrando a urgência de uma estrada, de um moinho e de indústrias como a do ferreiro, do cesteiro, etc. Na segunda fase, estimulou o luxo, ou o que poderíamos considerar supérfluo, mas isso foi um efeito natural da própria circulação do dinheiro e da prosperidade da comunidade. Como ele já havia explicado, uma necessidade leva à outra e o desejo de lucro levava à expansão, fosse das indústrias para outras localidades, fosse a ampliação para novos ramos industriais. Assim surgiu o curtume, a vinícola, a destilaria de batatas, o lavadouro de lãs, etc. “Quanto às pessoas que não tinham dinheiro”, Benassis fornecia, como o fez para as indústrias de primeira necessidade, o crédito necessário, “principalmente para os pobres laboriosos; eles serviam de exemplo”(MR, p.327).

Enfim, o burgo desenvolvia-se numa lógica muito próxima aos preceitos da economia política clássica: divisão social do trabalho e ampliação dos mercados. De acordo com suas doutrinas, o doutor Benassis explicava em que deveria consistir a riqueza de um país:

Não basta a uma localidade nada perder da massa de dinheiro que ela possui e que forma seu capital; não se poderá aumentar seu bem-estar fazendo passar com mais ou menos habilidade, pelo jogo da produção e do consumo, essa quantia no maior número possível de mãos. Não é esse o problema. Quando um país está em pleno rendimento e seus produtos em equilíbrio com o seu consumo, é preciso, para criar novas fortunas e fazer aumentar a riqueza pública, fazer no exterior trocas que possam trazer um ativo constante na sua balança comercial (MR, p.329).

A divisão social do trabalho se dera naturalmente com os avanços materiais da aldeia. Como “sinal de prosperidade, ninguém mais cozia seu próprio pão, para não perder tempo e as crianças cuidavam dos rebanhos” (MR, p.329).

Entretanto, a aldeia não poderia manter por muito tempo o ritmo das trocas e a ampliação da riqueza contando apenas com o mercado local e alguns itens levados para o comércio de Grenoble. “[E]ra preciso fazer durar esse foco industrial atirando-lhe incessantemente novos alimentos. O burgo não tinha ainda uma indústria nascente que pudesse manter essa produção

comercial e fazer necessárias grandes transações, um entreposto, um mercado” (MR, p.329). Foi então que o doutor Benassis resolveu atrair estrangeiros especializados em alguma atividade e que pudessem aproveitar o que o burgo possuía como matéria-prima, criando uma indústria de maior porte em condições de assegurar estabilidade a longo prazo. Benassis oferecia todos os incentivos necessários aos novos empreendedores, principalmente o financiamento dessas empresas com o crédito de que necessitavam. A primeira foi uma fábrica de calçados de um tirolês muito habilidoso que no início utilizava a matéria-prima do curtume local, mas logo se viu obrigado a negociar com outros fornecedores; empregava aproximadamente quarenta operários. Benassis avaliara que “o calçado é um desses consumos que jamais estacionam, uma fabricação de que todas as vantagens são prontamente apreciadas pelo consumidor” (MR, p.330). A segunda foi uma fábrica de chapéus cujo proprietário, um simples camponês, saiu em vantagem por pesquisar em toda a região os meios de conseguir produzir com menor custo do mercado. Comprando insumos por preços mais baixos, ele poderia enfrentar a concorrência oferecendo no mercado os chapéus que produzia com um custo menor.

O crédito fornecido pelo doutor Benassis foi a alavanca necessária para impulsionar a indústria local, dinamizar o burgo e oferecer trabalho a todos. “Existem na comuna doze casas ricas, cem famílias abastadas, duzentas que prosperam, o resto trabalha” (MR, p.331). Isso foi possível graças ao seu desapego das recompensas materiais e ao pouco valor que dava às coisas desse mundo. Viu o dinheiro apenas como um meio e não como uma finalidade absoluta, seu maior lucro foi a estima conquistada e o prazer de ouvir dizerem alegremente quando passava: “Bom dia, Sr. Benassis”.

As doutrinas do dr. Benassis se veem repetidas em *O cura da Aldeia*, na figura do padre Bonnet. Nessa cena da vida rural, o dinheiro é um elemento civilizador capaz de levar a prosperidade a uma aldeia hostil de solo infértil e grandes extensões incultas. Montegnac era uma vila conhecida pela criminalidade e pelo vandalismo de seus habitantes que viviam muito próximos da barbárie, alimentando-se dos roubos e assaltos dos viajantes que por ali passassem. Semelhante ao Dr. Benassis, o padre Bonnet foi o responsável pelo sentimento de dignidade que transformou esses selvagens em almas dóceis, trabalhadoras e religiosas. Essa é a alternativa que mais se aproxima das convicções católicas e monárquicas de Balzac.

Inversamente ao que vimos em *A Casa Nucingen*, o crédito, ou melhor, o microcrédito⁹², com o qual o doutor Benassis potencializou os pequenos capitais da comunidade, relativos às atividades dos fabricantes de sapatos, de chapéus, de telhas, de cestos, etc., teve como o resultado uma melhora geral nas condições de vida dos habitantes da aldeia, configurando uma tendência contrária à acumulação de capital, qual seja, a concentração da riqueza. Financiando obras que de outro modo jamais se concretizariam, pode ser visto não apenas pelo impacto econômico que causou, mas, igualmente, pelo político e pelo social.

“O Futuro é o Homem Social”

Em doze anos, desde o dia em que se instalara na aldeia, os principais problemas e resistências encontrados pelo doutor Benassis foram sanados e a imagem de prosperidade e satisfação de seus habitantes era a que prevalecia no burgo.

Uma das razões do sucesso de seu projeto foi ter percebido a importância em se harmonizar os interesses, aparentemente antagônicos, como os do indivíduo e os da comunidade. A solução desse conflito se deu numa confluência constante de interesses, fazendo-os perceber que, ao se dedicarem também à vida coletiva, estariam contribuindo ao seu próprio bem-estar. Para isso foi necessário o discernimento que provavelmente adquiriu na vida prática de Paris. Como explicou a Genestas, “[...] a administração não consiste em impor às massas idéias ou vontades mais ou menos justas, e sim em imprimir às idéias boas ou más dessas massas uma direção útil que as faça concorrer ao bem coletivo” (MR, p.335). Foi desse modo que convenceu o rebelde Butifer a parar de caçar nas propriedades rurais, cessando assim com o vandalismo que praticava nelas. Sugeriu-lhe que empregasse dignamente a destreza que possuía como exímio caçador, alistando-se em algum regimento do exército onde poderia ser útil à pátria. Para Benassis, “todos nós temos as nossas inclinações, que é preciso saber, ou combater, ou torná-las úteis aos nossos semelhantes” (MR, p.392).

A preocupação com o bem geral consistia em igualar a satisfação de uma comunidade fundada sobre a hierarquia e desse modo reprimir a inveja natural dos menos favorecidos em

⁹² Não estamos nos referindo a acepção contemporânea do termo que significa um pequeno empréstimo às pessoas que não têm acesso às linhas tradicionais de crédito bancário. Utilizamos simplesmente para referir incentivos em menor escala.

relação a seus superiores. Para Benassis, espécie de alter ego de Balzac, a igualdade conforme proclamada pela Revolução de 1789 era uma ilusão, porque os indivíduos são culturalmente diferenciados e essas diferenças se manifestam sempre que convivem em coletividade. Para corroborar seu raciocínio, cita o exemplo dos habitantes da montanha e os do vale. Por razões geográficas, esses dois grupos conservam hábitos e costumes particulares a cada um. “Em cima a força, embaixo a habilidade; em cima sentimentos vastos, embaixo um perpétuo entendimento dos interesses da vida material [...] duas populações que, separadas unicamente por um riacho, são dissemelhantes em tudo, estatura, modo de caminhar, fisionomia, costumes, ocupação [...]” (MR, p. 346). Esta observação está de acordo com a importância que Balzac atribuía ao espaço físico, ao ambiente onde os indivíduos formam seu caráter e como o modificam reciprocamente. Mostramos em várias ocasiões como ele via a variedade dos costumes em razão do meio em que se desenvolvem. A Bretanha, por exemplo, é simbolizada em *A Comédia Humana* como um lugar rochoso, selvagem e hostil às mudanças nos valores que circulam de Paris para o interior da França. Foi de lá que partiu a maior sublevação contra a República Francesa como reação às novas instituições.

A lei, principal instrumento de 1789, procurou nivelar juridicamente os indivíduos, menosprezando os aspectos culturais que os fazem agir de modo particular.

Ora, como, admitindo-se um completo nivelamento, as unidades sociais perfeitamente iguais, os nascimentos nas mesmas proporções, e dando a cada família uma mesma extensão de terra, ao cabo de pouco tempo tornar-se-iam a encontrar as irregularidades de fortuna atualmente existentes, resulta dessa verdade flagrante que a superioridade de fortuna, de pensamento e de poder é um fato a que nos devemos submeter, um fato que a massa considerará sempre como opressivo, vendo privilégios nos direitos mais justamente adquiridos (MR, p.403).

Quem sabe, muito mais importante que ser igual perante a lei é sentir-se parte de um todo, mesmo que esse todo admita desproporção de suas partes. De que vale uma igualdade abstrata reconhecida apenas juridicamente se não se pode participar da vida em sociedade simplesmente porque para isso são necessários meios dos quais a grande maioria está excluída? Melhor seria o sentimento de pertencimento a uma comunidade onde todos poderiam participar ativamente da vida social apesar das inevitáveis diferenças entre eles.

Nesse sentido é que Balzac justifica a necessidade da hierarquia social em seu sistema político, levando em conta as diferenças morais, físicas e materiais de cada um. Para o doutor Benassis, seu porta-voz, isso significava aplicar adequadamente as leis às massas, não sendo a boa administração mais do que a arte de distribuir o conteúdo homogêneo dessas leis à forma particular de cada cultura e de cada indivíduo. Para isso, ele contou com o apoio do cura, o Sr. Janvier, encarregado de disciplinar as almas daquele cantão.

O papel do Sr. Janvier foi fazer coincidir os dogmas religiosos com os projetos administrativos da comunidade. Uma das maneiras de harmonizar os interesses foi ter demonstrado em seus sermões que a propriedade era sagrada e que a extensão do respeito a esse direito não provinha da magnitude da posse, mas no direito em si. Portanto, aquele camponês que roubasse o seu patrão poderia ser igualmente roubado, mesmo que o fosse em menor proporção, porque o seu ato abriria precedentes para comportamentos como o seu. A condenação divina estava no ato de roubar e não no montante do roubo. “Efetivamente, Deus não considera o roubo segundo o valor do objeto roubado; Ele julga o ladrão” (MR, p397).

O cura também os fez compreender que “o ócio dos ricos é recompensa de uma vida econômica e séria” (MR, p.397). Mas, suas palavras só seriam respeitadas se fossem verdadeiramente comprovadas, não se limitando a uma evangelização ideológica em favor dos mais abastados. Para o povo, “quem consome sem produzir é um espoliador” (MR, p.402), portanto, era preciso que cessassem as injustiças sociais que são geralmente o fermento da revolta popular. “Essas injustiças mantêm no povo um ódio surdo contra as superioridades sociais. [...] como poderemos exigir de infelizes que não têm pão que se resignem a suas desditas e respeitem a propriedade?” (MR, p.361). Para Balzac, foram essas injustiças que convocaram o povo em 1789. Desse modo, na administração do doutor Benassis, a prosperidade do patrão repercutia favoravelmente na do empregado; mesmo que em menor grau, todos atingiram uma situação de bem-estar. “O menos bem aquinhoado era aquele que tinha somente a sua horta, seus legumes, suas frutas temporãs para cultivar” (MR, p.329).

Infelizmente, na avaliação que fazia sobre a época, sobretudo pelo que vivenciara em Paris, a sociedade caminhava para o individualismo. Em sua opinião, desde que os princípios da *honra*, da *virtude cristã* e do *patriotismo* se foram com o fim da monarquia e da religião católica, a única virtude que prevalece é o egoísmo. A sociedade que no passado estava unida por um sentimento verdadeiro e duradouro está agora pelo interesse pessoal que é passageiro. Os

indivíduos creem apenas em si mesmos e o patriota que decida fazer uma obra para o bem geral, abrindo mão de seu próprio interesse, só a conseguirá com a ajuda de um grande acidente.

Para Benassis, tanto o bem como o mal podem produzir resultados, mas a sociedade se deixa seduzir pelo brilho de uma ação destruidora. “O mal possui uma voz retumbante que desperta as almas vulgares e enche-as de admiração, ao passo que o bem permanece mudo muito tempo” (MR, p.334). Por isso, aquele que quiser salvar a nação do “naufrágio” para o qual se encaminha terá que “servir-se do egoísmo” para justificar seu procedimento e ser aplaudido por ela. Dizia que seu modo de pensar poderia parecer estranho, mas ele era fruto “das reflexões que as catástrofes nos últimos quarenta anos [lhe] inspiraram” (MR, p.401).

Concluía que o governo deveria ser concentrado numa única pessoa, porque a massa não poderia legislar sobre si mesma, dada a variedade de ideias e preconceitos que a compõe. “A lei traz em si a sujeição a regras: toda regra é uma oposição às tendências naturais, aos interesses do indivíduo; poderá a massa decretar a lei contra si mesma?” (MR, p.404). Desse modo era preciso estimular “vontades reais” e dificultar as “veleidades incompletas”, encontrar homens fortes com sentimentos patriotas capazes de esquecerem-se de si mesmos para se dedicarem à tutela das massas. “Não basta ser homem de bem para civilizar o mais humilde canto da terra, é preciso ademais, ser instruído; além disso, a instrução, a probidade, o patriotismo nada são sem a vontade firme com que um homem deve desprender-se de todo e qualquer interesse pessoal para dedicar-se a um pensamento social” (MR, p.334).

Esses homens, nos quais cada época teria o seu representante, deveriam ser bastante firmes em sua conduta para não se deixar corromper pelo poder de sua autoridade. Quanto às massas, deveriam ver em seu representante um modelo cuja rigidez de caráter não inspira inveja ou revolta. A resignação total seria garantida com o sancionamento do privilégio e da autoridade pelos dogmas religiosos. Conforme explicou o doutor Benassis, no passado foi necessário o *Terror* para fazer cumprir as leis, mas a religião era, em sua opinião, a única capaz de sancionar as “leis sociais”.

Em outras palavras, o doutor prescrevia para o resto do país o sistema que pusera em prática numa pequena aldeia. Seu sistema consistia em ...

Ver sempre além do momento e antecipar-se ao destino, estar acima do poder e aí ficar apenas pela consciência dos serviços que presta e sem se iludir sobre as próprias forças, despir-se das próprias paixões e mesmo de qualquer ambição

vulgar a fim de permanecer senhor de suas faculdades, para prever, querer e agir constantemente; fazer-se justo e absoluto, manter a ordem em larga escala, impor silêncio ao coração e não ouvir senão a inteligência; não ser nem desconfiado nem confiante, nem incrédulo nem crédulo, nem grato nem ingrato, nem atrasado em relação a um acontecimento nem surpreendido por um pensamento; viver enfim pelo sentimento das massas e dominá-las sempre estendendo as asas do espírito, o volume da voz e a penetração do olhar, vendo não as minúcias, mas as conseqüências de tudo [...] (MR, p.407).

Essas ideias difundidas pelo doutor Benassis são, conforme muitos julgamentos feitos ao longo de *A Comédia Humana*, a maneira como Balzac via o movimento de sua época. Provavelmente a dimensão moral de *O Médico Rural* tem inspiração na sua concepção política da sociedade. Numa carta de setembro de 1832, endereçada à amiga Zulma Carraud, ele fala de um “petit in-18”, referindo-se ao *O Médico Rural*, com o qual espera “fazer amigos” e ganhar o prêmio *Monthion*⁹³.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, o romancista sempre sonhou com glória e dinheiro. Segundo biógrafos, a ideia do livro pode ter sido concebida em 1832, quando Balzac viajava para Aix para encontrar-se com a marquesa de Castries e acompanhá-la numa viagem para a Itália. Essa marquesa era sobrinha do duque Fitz-James, chefe do partido legitimista, para a qual Balzac deve ter exposto suas concepções políticas e pelas quais pretendia unir-se a ela. Foi uma aventura meteórica na vida do escritor e como todos os seus empreendimentos, naufragou com a renúncia categórica por parte da aristocrata.

Acusado por Zulma Carraud de ter cortejado a marquesa com a intenção oportunista de lograr o apoio que o duque Fitz-James poderia dispensar à sua deputação, Balzac defende-se inflamadamente na mesma carta de 1832 contra as reprovações sofridas, explicando à amiga que sua opção partidária não foi tomada à revelia de suas convicções:

Meu partido não foi tomado cegamente, não fui movido por nenhuma consideração pessoal [...]. Jamais me venderei. Permanecerei sempre na minha linha, nobre e generoso. A destruição de toda a nobreza fora da Câmara de Paris; a separação do clero de Roma; os limites naturais da França; a igualdade perfeita da classe média; o reconhecimento das superioridades reais; a economia nas despesas, a elevação das receitas para uma melhor conversão dos impostos, a instrução para todos, eis os principais pontos da minha política (BALZAC, 1999, p.752).

⁹³ “Prêmio da Academia Francesa destinado a recompensar ações virtuosas” (MR, p.288).

Alguns desses pontos coincidem com a administração do doutor Benassis. Vimos acima como a elevação das receitas, o reconhecimento das superioridades e a instrução para todos foram prioritariamente considerados na sua gestão. Sem falar na nobreza e generosidade que distinguiam sua pessoa. Além disso, ele jamais se vendeu. Disse orgulhoso ao amigo Genestas que “os ricos não poderiam comprar [seu] tempo” (MR, p.315) porque ele pertencia às pessoas daquele vale. O doutor Benassis era uma dessas superioridades reconhecidas por meio do qual Balzac acreditava difundir suas ideias.

Independentemente da possível relação entre o desejo de conquistar a estima de uma forte representante da aristocracia, a marquesa de Castries, para avançar na vida política e a verdadeira fidelidade aos preceitos difundidos em *O Médico Rural*, cujos principais pontos estão resumidos nessa carta, é preciso considerar a dimensão utópica dessa narrativa como uma das possíveis mostras que o romancista dava em favor de uma época menos egoísta.

A utopia de *O Médico Rural*

Esse mundo ideal, sem intempéries, sem crises financeiras, sem vítimas da guilhotina da especulação, sem analfabetos, sem revolta e pleno de resignação, só pode figurar como uma ilha em meio ao oceano de interesses que transborda por toda *A Comédia Humana*. O caráter idílico da narrativa aproxima-se de uma fantasia da criação artística sem correspondente na realidade.

O cenário onde se desenrola a trama de *O Médico Rural* é uma paisagem campestre isolada entre as montanhas e distante da vida agitada das cidades. Embora a aldeia negocie seus produtos com Grenoble, a sensação que se tem quando Balzac descreve o vale margeado de montanhas é a de um lugar que existe apenas como algo desejável, imaginário. “Nesse lugar o vale é largo. Várias casas pitorescamente situadas na pequena planície ou ao longo da torrente animam aquela região bem cultivada, fortificada por todos os lados pelas montanhas e sem saídas aparentes” (MR, p.303).

Segundo Löwy e Sayre, uma das tendências do romantismo anticapitalista consiste em buscar esse mundo perdido, “reencontrar o paraíso no presente, mas, desta vez, no real. Trata-se da fuga para países ‘exóticos’, ou seja, fora da realidade capitalista, para um ‘alhures’ que conserve no presente um passado primitivo. A atitude do exotismo é uma busca do passado no presente por simples deslocamento no espaço” (LÖWY e SAYRE, 1993, p.24). Nesse sentido a

nostalgia impregnada em *O Médico Rural* representaria aspectos românticos da obra de Balzac, uma vez que busca nos valores do passado pré-capitalista a regeneração do mundo atual. Em contrapartida, a ação consciente e útil do doutor Benassis visando à perenidade da sua obra em proveito das futuras gerações substitui a tendência romântica, até certo ponto idealista, pela tendência revolucionária com forte potencial transformador.

De acordo com a tipologia construída por Löwy e Sayre (1993) para dar conta das nuances de uma visão de mundo romântica, Balzac situar-se-ia entre o romantismo restitutionista e o resignado. O primeiro caso, fortemente marcado pela referência a um passado pré-moderno e o segundo, pela aceitação, “a contragosto”, do triunfo da civilização industrial. De fato, essas duas formulações estão fundidas na visão “trágica” que Balzac tem da sua época.

Apesar de sua antipatia à sociedade burguesa, precisamente a aversão que revelava por seus representantes mais proeminentes, Balzac não tinha uma aspiração fora do sistema vigente, pois estava consciente da irreversibilidade do processo detonado em 1789. Seu ideal aparece em *O Médico Rural* como a vontade de reformar e organizar a sociedade existente, invocando para isso os valores de um passado patriarcal. Não tem, portanto, a ingenuidade de pretender transformá-la radicalmente rompendo com as instituições burguesas dominantes, mas, domesticar o comportamento egoísta através dos laços religiosos em uma hierarquia compacta que privilegie as diferenças de cada um, valorizando suas aptidões e conduzindo-os sob a autoridade de um poder forte.

Todos esses ingredientes encontravam-se no passado imediatamente anterior. Balzac restaura-os em sua comunidade imaginária a fim de atenuar os impactos negativos da sociedade burguesa de mercado. Se o laço que une um indivíduo a outro for somente o do interesse pessoal, então não seria possível ao doutor Benassis conter a subversão do seu principal instrumento civilizador, o dinheiro, em uma entidade autônoma com finalidade intrínseca.

São os valores da comunidade que orientam a vida coletiva na aldeia. Comunidade no sentido que a sociologia lhe atribui quando a confronta com outro conceito de sociabilidade, a sociedade. Para Nisbet, comunidade tem um sentido muito mais amplo do que o de uma comunidade local: “o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo” (NISBET, 1978, p.255). Sem esses elementos da sociabilidade comunitária, a empresa do doutor Benassis seria apenas uma etapa do mesmo processo que em

grandes cidades, como Paris, já se encontrava em fase bem avançada. Não é o caso, evidentemente, de reabilitar a sociedade patriarcal, a Restauração dos Bourbons já havia dado mostras da inexequibilidade de uma intenção como essa.

Para o doutor Benassis, tratava-se apenas de uma ação com finalidade bem definida: erradicar a pobreza material e espiritual daquela gente ao mesmo tempo em que realizava suas ideias de resignação. “De resto, *para os corações feridos sombra e silêncio*” (MR, p.461, grifos do autor).

Pudemos observar nas seções precedentes que a mudança ocasionada na aldeia teve como efeito natural a continuidade dos projetos iniciados, porque satisfazia as aspirações dos habitantes. Com o tempo, a disseminação das ideias de um indivíduo tomou um curso próprio pelo impulso das novas forças que despertava. Nesse caso, poderíamos nos perguntar se há uma proposição utópica na representação balzaquiana traduzida nas ações do doutor Benassis.

O conceito de utopia é comumente associado a uma situação ideal sem conflitos, um mundo perfeito, onde reina a tranqüilidade, a abundância e a harmonia de todos os seres que vivem nesse espaço. Os mitos do *El Dorado* e da *Cocanha*⁹⁴ são alguns exemplos dessas situações. Por consequência, há também a associação com aquilo que não pode ser realizado, mas apenas imaginado como um simples possível e por isso sempre remetido a um devir ideal. Aquilo por que se luta mesmo sabendo que jamais existirá de fato; a “utopia como função”. Não adotaremos aqui nenhuma dessas direções exclusivamente, nem um país fantástico onde nos rios corre leite e vinho, nem um devir ideal o qual se espera atingir um dia. Para Mannheim, esses mitos “constituíam, mais precisamente, colorações complementares do retrato da realidade da época do que utopias atuando em oposição ao *status quo*, e desintegrando-o” (1976, p.228). Tomaremos, portanto, como utopia o conceito elaborado pelo filósofo húngaro em seu livro *Ideologia e Utopia* como aquelas “imagens desiderativas” que podem transformar a ordem de coisas existente, a *topia*.

De acordo com Mannheim, a mentalidade utópica corresponde a um estado de espírito em “incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre [referindo como utópicas] somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformam em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”

⁹⁴ Esses mitos tiveram grande repercussão durante a Idade Média. Diz-se que influenciaram as grandes navegações e os descobrimentos no século XVI porque na intenção de buscar esses paraísos perdidos acabaram chegando ao novo mundo.

(MANNHEIM, 1976, p.216). Um dos critérios que considera válido para distinguir a utopia da ideologia é a realização dessas imagens desiderativas.

A utopia pode surgir como o desejo de um único indivíduo. “Costuma-se falar em tais casos de um precursor e do seu papel como pioneiro, atribuindo-se essa realização individual, em termos sociológicos, ao grupo a que transmitiu sua visão e em cujo benefício concebeu tais idéias” (MANNHEIM, 1976, p.230).

É o que parece significar a conduta do médico que dedicou parte de sua vida, de sua fortuna e seus conhecimentos para transformar uma aldeia miserável e inculta num modelo de comunidade próspera e civilizada. Como o seu criador, o médico inventado por Balzac sabia que a maior garantia, tanto para a aceitação na resignação quanto para a contestação na luta, era trabalho contínuo. Igual a um professor que há anos repete as mesmas lições, Benassis renovava diariamente o entusiasmo na localidade com ideias e ações revolucionárias, porque “as ideias pouco valem onde o que se necessita é uma vontade” (MR, p.335). Para que essas ideias não fossem apenas o conteúdo ideológico de uma aspiração individual, era preciso que tivessem de fato a possibilidade de transformar a ordem existente, levando em conta o caráter dinâmico dessa realidade e as forças primitivas que se encontravam em estado latente. “Somente quando a concepção utópica do indivíduo se impõe a correntes já existentes na sociedade, dando-lhes uma expressão, [...] sendo por este traduzida em ação, somente então pode a ordem existente ser desafiada pela luta por outra ordem de existência” (MANNHEIM, 1976, p.231).

O papel que o personagem Benassis desempenha no meio em que atua permite dizer que existe uma utopia em *O Médico Rural*, na medida em que encontrou no próprio conteúdo da comunidade os elementos para sua transformação. Havia no médico a vontade firme de mudar a condição dos habitantes para uma situação mais desejável sem que pudesse ter consciência da dimensão utópica que o seu projeto poderia significar.

Desarmou todas as resistências que momentaneamente dificultavam a prática dos seus planos, entre elas, o fato de ser um burguês. Depois, fez como ele mesmo disse: uma sopa de pedra. Sob o pretexto de uma simples cooperação, ia solicitando cada vez mais o trabalho dos habitantes à medida que avançava nos resultados, conseguindo finalmente uma bela realização. Mas as ideias do doutor Benassis só se mostraram exequíveis e amplamente compartilhadas porque, segundo Mannheim, “suas aspirações se encontram encarnadas em utopias apropriadas para a situação em mudança” (1976, p.231). Talvez por isso mesmo o doutor Benassis tenha

admitido que só pôde atrair correligionários, lançando mão de argumentos baseados no interesse de cada um. Dito de outra maneira, através de um discurso ideológico.

Diante das dificuldades, ele optou pela luta. Entre a renúncia categórica à vida moderna proporcionada pelo isolamento ou em muitos casos pelo abandono desse mundo incurável e a ação concreta dentro dessa mesma realidade, Balzac certamente seguiu a segunda alternativa e o dr. Benassis também. Nos momentos em que depunha aos amigos e familiares sobre sua real situação, jamais deixava dúvidas de que somente o trabalho extenuante de quinze horas diárias poderia salvá-lo, assim como a Benassis: “Meu trabalho é uma prece ativa, meu suicídio moral é a vida desse cantão, por sobre o qual me agrada, ao estender a mão, semear felicidade e alegria, dar o que não tenho” (MR, p.461).

A alternativa que apresentamos para expressar o mundo idealizado por Balzac não é suficiente para aplicarmos à realidade. Provavelmente ela não se sustentaria sem uma transformação radical das formas de reprodução social e material da sociedade como um todo.

Entretanto, seria pedir demais a Balzac que nos ofereça alternativas eficazes à lógica individualista e autointeressada da sociedade burguesa de mercado se, até hoje, mesmo com todo o progresso científico e tecnológico, continuamos a presenciar as mais hediondas cenas dessa contradição histórica. De fato, o paradigma da modernidade ainda espera pelo seu triunfo, mas o verdadeiro triunfo, aquele do ideal democrático e fraterno e não o da liberdade do mercado.

Embora dotado de uma forte capacidade de compreensão do seu tempo e se autoafirmando “doutor em ciências sociais”, não era possível que nos legasse, além de toda a riqueza documental da sua obra, uma teoria científica ou um pensamento sistematizado em leis e axiomas. O que nos parece muito mais autêntico e fecundo como contribuição é esse conjunto de cenas que resumem de maneira brilhante a infância da nossa época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que norteou nossa pesquisa foi a de analisar como Balzac via a relação que os indivíduos estabeleciam com o dinheiro na emergente sociedade do século XIX. Vimos que o lugar do dinheiro foi central em sua obra. Embora não aparecesse de modo tão evidente, podemos dizer que foi o grande personagem das intrigas narradas. Seu protagonismo estava associado à mudança de valores desencadeada pela Revolução em 1789. Dizia respeito à passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna na qual se destacava como uma estrutura capaz de veicular a visão de mundo burguesa. Justamente por ter-se convertido num símbolo mediador das novas relações sociais é que o poder do dinheiro agia nos bastidores dessa sociedade nova, tornando-se um elemento imprescindível para a mobilidade social.

Balzac viveu momentos importantes dessa passagem, como a Restauração e a Monarquia de Julho, de modo que, para ele, o dinheiro também representava um valor imprescindível e, portanto, ambicionado. O que nos leva a concluir que o julgamento que fez desse símbolo não foi alheio à sua própria experiência. Endividado ainda muito jovem, passou boa parte de sua vida na caça ao metal. Ora como escritor, ora como empresário, ora como especulador e até como aventureiro, quando partiu para a Sardenha a fim de explorar os resíduos das antigas minas de prata que os romanos, com suas técnicas primitivas de extração, não puderam exaurir. O resultado de todas essas buscas foi sempre um grande desastre com o consequente agravamento do montante de suas dívidas.

A experiência social e histórica na passagem para o século XIX teve também grande influência no julgamento do romancista sobre a nova sociedade. Entretanto, decorridos alguns séculos, parece fácil perceber a transição a que estamos nos referindo, mas, no momento em que Balzac ensaiava sua carreira de escritor, ela não era ainda tão nítida, pois a instabilidade política que a acompanhava dificultava a previsão de cenários. Tratava-se, sobretudo, de um período instável de acomodação das novas instituições em que a burguesia disputava com a aristocracia o controle do poder político e econômico. Portanto, o grande mérito de Balzac foi o de ter captado o movimento que estava em curso e a forma que se desenhava diante de si.

O dinheiro foi igualmente o grande inspirador de muitas novelas suas, porém alguns de seus personagens tiveram melhor sorte em seus empreendimentos. Balzac narrou o despontar de grandes fortunas oriundas, em parte, da conjuntura histórica como a de Grandet, comprador de

bens nacionais, a de Nucingen, fornecedor de mercadorias ao exército dos Aliados, a de Rastignac em cumplicidade com Nucingen, a de Gobseck, praticando a usura sobre a aristocracia falida, etc. Narrou também o acúmulo pacioso, quase vitalício, de pequenos tesouros e aí podemos citar o empenho de serviçais como Nanon e a Bougival, o da Srta. Du Guénic, entre outros. Intermediando essas duas categorias de acumuladores, uma série de especuladores e entesouradores formava a “classe média” da sociedade balzaquiana, mostrando a centralidade do dinheiro em todos os estratos sociais. Vimos que até mesmo para os forçados, alienados de seus direitos civis, era preciso um banqueiro que se encarregasse de gerir o dinheiro acumulado fazendo a ligação financeira entre a família e o condenado, função desempenhada por Vatin em *Esplendores e Misérias das Cortesãs*.

Vimos também que esses comportamentos estavam ligados a uma mudança sócio-cultural em relação à riqueza a partir da alteração dos padrões de propriedade, pois o solapamento da sociedade do Antigo Regime, a sociedade aristocrática que Balzac considerava exemplar, significava também o desaparecimento de antigas instituições, como a propriedade territorial em torno da qual se organizava a vida econômica e social da época. A emergente sociedade burguesa de mercado legitimava-se em novas instituições como a propriedade mobiliária, responsável por um fenômeno novo, o da mobilidade social. O dinheiro permitia a mudança de status na sociedade e aquele plebeu que nascesse sem títulos e sem honrarias poderia agora, com o fim da rigidez estamental do Antigo Regime, alcançar um lugar privilegiado na constelação social se possuísse riqueza em sua forma abstrata. Por isso muitos se lançaram, assim como o próprio Balzac, na aquisição continuada de poder econômico. Para a burguesia, era uma oportunidade de ascensão social, distinção e controle político, semelhante ao poder que a aristocracia possuía no passado, enquanto para a aristocracia era uma questão de sobrevivência e reprodução de seus antigos privilégios.

Além de descrever os aspectos particulares da transição histórica, Balzac também a vivenciou, narrando seu funcionamento. Criticou, portanto, a emergência da sociedade burguesa e lamentou o fim da sociedade aristocrática, na qual via o grande repositório da cultura francesa, esboroando-se diante das oportunidades de lucro que a burguesia emergente vislumbrava até mesmo nas obras de arte. O assédio constante de uma classe que impunha sua marca venal às mais nobres concepções do espírito representava, em sua opinião, a morte da cultura e de seus verdadeiros talentos. Mostrou-nos, por exemplo, como os sonhos do jovem poeta de Angoulême,

Luciano de Rubempré, foram duramente frustrados ao descobrir que suas poesias e seu épico interessavam somente pelo lucro esperado e não por seus conteúdos. Em outras novelas, não referidas ao longo deste trabalho, Balzac mostrou-nos como a sobrevivência de muitos artistas como a do escultor Venceslau Steinbock em *A Prima Bete*, e a de Pedro Grassou em novela homônima, deveria passar por concessões ao mercado das artes. A defesa que fez da sociedade aristocrática resultava, portanto, de reflexões como essas em que via a cultura de tantos séculos curvar-se ao novo mecenas.

Entretanto, seu deslumbramento exagerado com a sociedade aristocrática passava muitas vezes por esnobismo e até oportunismo, sendo severamente acusado pelos mais próximos, como a amiga Zulma Carraud. Mas ele defendia-se dizendo ter optado pelo poder certo, porque via nesses nobres instruídos desde muito jovens as qualidades necessárias para conduzir a nação sem se rebaixarem “ao cálculo dos interesses diários e mesquinhos da existência” (DL, p.148). Ao mesmo tempo, condenava a apatia, a imobilidade e a impotência da aristocracia, frente ao dinamismo, ao empreendedorismo e ao trabalho contínuo com que a burguesia lutava para impor-se hegemonicamente. Em *A Prima Bete*, o audacioso Crevel se referiu aos burgueses Popinot e du Tillet como ambiciosos que possuíam como único capital a vontade de vencer na vida, em sua opinião, o maior capital que um homem pode ter. Na conclusão de Crevel, “os capitais nos dão de comer, o que não acontece com a moral!” (PB, p.41). Pois bem, os jovens nobres dispunham de todas as qualidades necessárias para tutelar as massas, mas como observou em *A Duquesa de Langeais*, perderam a confiança que lhes era devida ao organizarem o orçamento do país em proveito próprio.

O tom ambíguo que transparecia de suas opiniões, do qual foi vítima quando se lançou politicamente, estava em harmonia com a época histórica. Uma época nascida da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas que exigia a posse de dinheiro para o indivíduo que pretendesse usufruir os benefícios dessa tríade. Por isso, vimos como a consciência cínica de Vautrin esclareceu à Rastignac o verdadeiro mecanismo a que todos estavam submetidos. Havia o direito à ascensão social, porém, não havia lugar para todos e a contradição histórica se revelava em circunstâncias como essa. Nesse caso, segundo Vautrin, só havia duas possibilidades: a revolta ou a resignação. A revolta, no sentido que Balzac lhe atribui, não é a ação armada, mas a rebeldia contra o sistema, contra a sociedade opressora na qual só é possível agir servindo-se das próprias armas que ela oferece. Por exemplo, a revolta de Rastignac traduziu-se na divisa proferida do alto

do Père-Lachaise: “agora é nós”, desafiando a sociedade na qual pretendia triunfar. Rastignac armou-se do egoísmo e do interesse pessoal para ter relações vantajosas. Sua trajetória de provinciano em Paris, na qual Balzac o fez primeiro pensionista da Sra. Vauquer e depois ministro e genro do banqueiro Nucingen, é um exemplo muito claro da revolta sugerida por Vautrin.

Outro tanto de personagens, porém, não teve a mesma atitude. A resignação foi o caminho escolhido pela maioria dos que acreditavam no “além-túmulo” e nos prêmios de uma vida eterna, como por exemplo, a Senhora Grandet. O que não significa dizer que a resignação não pode produzir efeitos positivos em vida. Vimos na última parte da tese que a resignação do doutor Benassis encontrou sentido na ação concreta com a qual revolucionou um pequeno vale.

Para Balzac, o problema de sua época era um problema moral e somente a religião católica poderia impedir capitulações de consciência como as de Rastignac. Acreditava na função disciplinadora dessa instituição capaz de conter a manifestação do egoísmo em indivíduos livres depois de 1789. A religião, além de ser um excelente instrumento em favor dos governantes, era o freio necessário à inveja nascida dos direitos declarados.

Enfim, em sua principal obra, *A Comédia Humana*, Balzac percebeu e descreveu os fenômenos sociais que mais tarde seriam sistematizados e explicados cientificamente. A sociologia como disciplina nascida da divisão do trabalho científico no final do século XIX procurou responder questões que estavam soltas nas reflexões de Balzac. Muitas delas foram prematuramente enunciadas e explicadas por ele. Ao considerar o acaso em termos de relações sociais, acabou revelando o caráter aparentemente circunstancial e até enigmático de muitos acontecimentos. Essa é uma questão cara à sociologia, sobretudo a de Marx, pois nas formas fetichizadas e ininteligíveis estão subsumidas as relações sociais que as engendram. Claro que em Marx essas relações encontrar-se-ão numa fase mais adiantada do desenvolvimento da sociedade burguesa de mercado e, portanto, intensamente reificadas, mas em Balzac já havia indícios irrefutáveis dessas formas.

Quanto ao processo de valorização do dinheiro e a sua transformação em capital, vimos no capítulo relativo a Marx que, em *A Comédia Humana*, o capital comercial, o capital bancário, o crédito e as especulações financeiras apresentavam aspectos bem avançados como os analisados por Marx em *O Capital*. As especulações de Nucingen, por exemplo, traziam reflexões importantes sobre o desenvolvimento do crédito e do capital fictício, podendo ser

verificadas ainda hoje, quando se veem repetidas em dimensões análogas. Balzac demonstrou que o enriquecimento do banqueiro se deveu a uma transferência inescrupulosa de valores na esfera da circulação e que sua importância na narrativa era devida à institucionalização do sistema bancário do qual era o principal representante na sociedade balzaquiana.

Em outros casos, o comportamento avaro de grande parte do elenco misturava-se com formas modernas de acumulação. A metamorfose de Grandet, por exemplo, simboliza uma evolução das mentalidades econômicas no quadro da transição histórica que estamos referindo. De simples entesourador na província, ele se transformou num dos nomes mais respeitados nos bancos parisienses, realizando especulações com títulos públicos e com os títulos da dívida de seu irmão.

Balzac demonstrou que esses comportamentos apresentam aspectos nocivos ao pleno convívio social, como Gobseck, por exemplo, que de tanto entesourar acabou apegando-se exclusivamente ao poder do dinheiro, gozando psicologicamente de todos os prazeres que sua riqueza podia comprar, mas incapaz de manifestar qualquer sentimento desinteressado em relação a seus semelhantes.

Nesse sentido, sua narrativa é também uma crítica aos efeitos negativos da generalização desses comportamentos egoístas altamente destrutivos, capazes de romper vínculos duradouros e fraternais, como os laços sanguíneos, substituindo-os por ligações passageiras como o interesse pessoal. Balzac criticou o efeito desagregador do princípio do dinheiro incapaz de unir os indivíduos além das suas relações mercantis.

Igualmente, o quadro das patologias analisadas por Simmel serviu-nos de aferição para esses comportamentos ligados ao dinheiro, mostrando o realismo do romancista ao descrever uma época histórica de ascensão do dinheiro, quando a cobiça, a prodigalidade e o cinismo estavam em plena harmonia com os novos valores.

Seu talento foi também o de ter se antecipado na compreensão das ações humanas, procurando oferecer respostas aos fenômenos sociais de seu tempo. As contribuições do Balzac sociólogo constituem-se num grande acervo à disposição da pesquisa sociológica, seja numa perspectiva clássica, seja numa perspectiva contemporânea. Afinal, o dinheiro parece ser ainda o principal meio de realização do interesse pessoal.

REFERÊNCIAS

- ARANDA, Daniel. Le lecteur dans le retour. *Poétique*, n. 128, novembre 2001, Paris: Le Seuil, p.409-419
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura universal*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BALZAC, Honoré. *À Paris*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1993.
- _____. *La Comédie Humaine*. Paris: Omnibus, 2007. t.1.
- _____. *La Comédie Humaine*. Paris: Omnibus, 1999. t.4.
- _____. Lettres Choisis. In: BALZAC, Honoré de. *La Comédie Humaine*. Paris: Omnibus, 1999. t.4.
- _____. *Le Médecin de Campagne*. Paris, 1960 (Collection Astrée).
- _____. *A Comédia Humana*. 2. ed., São Paulo: Globo, 1989. v. 1-3.
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1989. v.4.
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1990. v. 5-10.
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1991. v. 11.
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1959. v. 12
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1992. v. 13, v. 15.
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1954. v. 14
- _____. *A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1993. v. 16-17.
- _____. *Eugênia Grandet*. São Paulo: Abril, 1981.
- _____. *O Pai Goriot*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *Os Jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004a.
- BARBÉRIS, Pierre. *Balzac: une mythologie réaliste*. Fraça: Larousse, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BERÈS, Pierre (org). In: SAINTE-BEUVE. *Le siècle du progrès*. Paris: Herman éditeur des sciences et des arts, 1992.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *Proust sociologue: de la maison aristocratique au salon bourgeois*. Paris: Descartes & Cie, 1997.

BOUKHITINE, Anabel. *Scènes d'Ateliers: artistes et ateliers dans quelque nouvelles de Balzac*. Paris, 2008. [texto apresentado em seminário para validação da disciplina: “Paris au XIX siècle: lieux et décor d’une histoire effacée”, na EHESS].

BOUTERON, Marcel. Balzac et la gloire. In: *Hommage à Balzac (UNESCO)*. Paris: Mercure de France, 1950, p. 93 a 110.

BRAGA, Teófilo. Balzac e o naturalismo no romance. In: *A Comédia Humana*. vol.6. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xiv-xxxi.

BRANDES, George. Balzac. In: *A Comédia Humana*. vol.9. Porto Alegre: Globo, 1956, p. xii-xl.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material economia e capitalismo séculos XV – XVIII: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAILLOIS, Roger. (prefácio). Balzac et le mythe de Paris. In: BALZAC, Honoré. *A Paris*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Ensayos y comentarios*. São Paulo: Editora da Unicamp e Fondo de Cultura de México, 1995.

_____. *L’endroit et l’envers: essais de littérature et de sociologie*. Éditions UNESCO, Éditions Métaillié, 1995 (tradução do português: Jacques Thiériot).

CARVALHO, Ronald. A humanidade vista por Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. Porto Alegre: Globo, 1954, p.xxv-xxviii.

CASALEGNO, Frederico. Autour du texte, de l’hyperllittérature, et à la découverte d’un nouvel environnement communicationnel. *Sociétés Revue des Sciences Humaines et Sociales*, Bruxelles, n.62, 1998, p. 49-55.

CASTEX, Pierre-Georges. L’univers de la Comédie Humaine. In: BALZAC, Honoré. *La Comédie Humaine*. vol.1, Paris: Gallimard, 1976.

CHOTARD, Loïc. L’inscription des événements revolutionnaires dans “La Comédie Humaine”. *L’année Balzacienne: Balzac et la Révolution*. Paris: PUF, 1990, p. 61-73.

COHEN, Gaston. Le capitalisme au temps de Nucingen. *Europe Revue Mensuelle*. Bruxelles, n.55-56, 1950, p.53-58. Numéro Balzac special.

CONY, Carlos Heitor. (prefácio). In: BALZAC, Honoré de. *Os Jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CURTIUS, Ernest Robert. A influência de Balzac. In: BALZAC, Honoré. *A Comédia Humana*. vol.15. Porto Alegre: Globo, 1959, p.xi-xxxviii.

CUSIN, François. Motivations et cognitions dans les comportements liés à l'argent: l'apport de Simmel. *L'Année sociologique*, 48 n°2, 1998. p.417-445.

DAUMARD, Adeline. *Les bourgeois de Paris au XIX siècle*. Paris: Flammarion, 1970.

DODD, Nigel. *A sociologia do dinheiro*. São Paulo: FGV Editora, 1997.

DONNARD, Jean-Hervé. *Balzac: les réalités économiques et sociales dans La Comédie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1961.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Notas de inverno sobre impressões de verão*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

DUFIEF, Piere e DUFIEF, Anne-Simone. Balzac une vie. In: BALZAC, Honoré de. *La Comédie Humaine*. t.1. Paris: Omnibus, 2007.

DUMAY, Raymond. *Mort de la littérature*. Paris: Rene Julliard, 1950.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. São Paulo: EDUSC, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

FAGUET, Emile. Balzac. In: BALZAC, Honoré. *A Comédia Humana*. vol.7. Porto Alegre: Globo, 1959, p. xiv-xxxviii.

FERNANDEZ, Ramon. O método de Balzac. In: BALZAC, Honoré. *A Comédia Humana*. vol.13. Porto Alegre: Globo, 1954, p. xi-xxiv.

FISCHER J.O. *Époque romantique et réalisme: problèmes méthodologiques*. Praha: Université Charles IV, 1977.

FREITAS MOURÃO, Ronaldo Rogério de. O animal filosófico. In: *Entre Livros: entre clássicos*. N. 6. Ediouro, 2006, p. 74-83.

GAGNEUX, Yves. Les personnages de la Comédie Humaine entre représentation et illustration. In: *La Comédie Humaine en peinture: le regard de Serge Kantorowicz*. Maison Balzac: Paris Musées, 2000, p. 10-25.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Sciences humaines et la philosophie*. Paris: Gonthier, 1966.

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural, São Paulo: Nova Cultural, 1998. 24 v.

GRANGE, Juliette. *Balzac: l'argent, la prose, les anges*. Paris: La Différence, 1990.

GRIB, V. Balzac, uma análise marxista. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. vol.10. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xxii-lxxiii.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HIRSCHMANN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
_____. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

JAMES, Henry. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A comédia Humana*. vol.17. Porto Alegre: Globo, 1955.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

LABOURET, Mireille. À propos des personnages reparaissants: constitution du personnage e “sens de la mémoire”. *L'Année Balzacienne: le personnage balzacien*, Paris, p.125-142, 2005. Anual

LASEN DIAZ, Amparo. Les mondes parallèles. Un apport de la science de fiction à la compréhension de la temporalité des jeunes. *Sociétés Revue des Sciences Humaines et Sociales*, Bruxelles, n.62, p.35-48, 1998.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

LOTTE, Fernand. *Dictionnaire biographique des personnages fictifs de la Comédie Humaine*. Paris: José Corti, 1952.

LÖWY, Michael. *Lucien Goldmann ou le pari communautaire*. Paris, 2008. Disponível em: <<http://www.semimarx.fr>> acessado em 31 out 2008.

_____. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LÖWY, Michael et SAYRE, Robert. *Revolte et mélancolie*. Paris: Payot, 1992.

_____. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca ciências e sociedade, 1989.

_____. *Sociologia de la literatura*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1989a.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCEAU, Félicien (org.). In: BALZAC, Honoré de. *Le Médecin de Campagne*. Paris, 1960 (Collection Astrée)

MARTINEZ-ESTRADA, Ezequiel. *Realidad y Fantasia en Balzac*. Baía Blanca: Cuadernos del Sur, 1964.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 10.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985. 1.I, v.1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 1.I, v.1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3.I, v.5.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985a. 3.I, v.5.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas)

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MCGUIRE, Leslie. *Os grandes líderes: Napoleão*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MÉCHOULAN, Henry. *Dinheiro e liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MEININGER, Anne-Marie (org.). *Généalogie des personnages de la Comédie Humaine*. Paris: Paris Musées, 2005.

MILLE, Pierre. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. vol.12. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xiii-xx.

MITOLOGIA: *Enciclopédia semanal dos mitos e lendas greco-romanos*. São Paulo: Victor Civita, n.46, 1973.

MOLIÈRE. *Comédias*. São Paulo: Paumape, 1993.

MORETTI, Franco. O século sério. *Novos estudos*: CEBRAP, n. 65, p. 3-33, 2003.

MORTIMER, Raymond. Introdução a Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. vol.12. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xxi-xxxiv.

NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Ltc, 1978. p. 255-262.

_____. Conservantismo. In: BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (orgs). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p.118-165.

NOBRE, Marcos. *Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre história e consciência de classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.

NOGACKI, Edmond. Honoré de Balzac: do pintor real à personagem romanesca. In: *Balzac a obra-mundo*. O colóquio de São Paulo. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEIXOTO, Paulo Matos. (Introdução). In: MOLIÈRE. *Comédias*. São Paulo: Paumape, 1993.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000

PERNOUD, Régine. *Histoire de la bourgeoisie en France : les temps modernes*. Éditions du Seuil, 1981.

PICON, Gaëtan. *Balzac*. Paris: Seuil, 1993.

PIETRI, Susi. *L'invention de Balzac: lectures européennes*. Saint-Denis: PUV, 2004.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

PONTES, Heloisa. Por uma sociologia do mundo intelectual. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p.112-126, 1991.

RICARD, Bertrand. Pour un rapprochement de la littérature et de la sociologie. *Sociétés Revue de Sciences Humaines et Sociales*, Bruxelles, n.62, p.5-8, 1998.

ROBB, Graham. *Balzac: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROIS DE FRANCE. *Louis XIV: le règne éblouissant*. Paris: Editions Atlas, 2008

RÓNAI, Paulo. A vida de Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A comédia Humana*, vol.1. 2. ed. São Paulo: Globo, 1989. p. 10-73.

_____. A Vida de Balzac. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--]

_____. *Balzac e a Comédia Humana*. 2. Ed. Porto Alegre: Globo, 1957.

_____. Apresentação de “Um príncipe da Boêmia”. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. vol.11. Porto Alegre: Globo, 1958, p.29-30.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

RUDICH, L e RUDICH, N. Eugenie Grandet, martyr du capitalisme. In: *Lucien Goldmann et la sociologie de la littérature: Hommage à Lucien Goldmann*. Bruxelles, 1973, p. 651-670.

SAINTE-BEUVE. *Le siècle du progrès* (Anthologie établie et présentée par Pierre Berès). Paris: Herman Éditeur des sciences et des arts, 1992.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economista)

SIMMEL. Georg. *Philosophie de l'argent*. 1 ed. Paris: PUF, 1987.

SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SOMBART, Werner. *El burguês: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno*. Madrid: Alianza, 1998.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

TAILLANDIER, François. *Balzac*. São Paulo: L&PM, 2006.

TAINÉ, Hippolyte. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. *A Comédia Humana*. vol.2. Porto Alegre: Globo, 1958. p.xiii-lxvi.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Editora da UNB, 1979.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história: 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VOLKMANN Jean-Charles. *Petite chronologie de l'histoire de France*. Paris: Gisserot, 2007.

ZELIZER, Viviana. O significado social do dinheiro: “dinheiros especiais”. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (orgs). *A nova sociologia econômica*. Oeiras: Celta, 2003.

ZOLA, Émile. *Au bonheur des dames*. Paris: Le Livre de Poche. N. 228, 1982

ZWEIG, Stefan. *Os construtores do mundo: Balzac – Dickens – Dostoiewsky – Holderling Kleist – Nietzsche*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946.

_____. *Balzac: le roman de sa vie*. France: Éditions Albin Michel, 1996.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. vol.1, 3. ed. Brasília: UNB, 1994.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia da Letras, 2004.

_____. *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

WENZLER, Claude. *Généalogie des rois de France et épouses royales*. Rennes: Editions Ouest-France, 2001.

ANEXOS

Dedicatórias dos títulos de *A Comédia Humana*

Ao “Chat-qui-pelote” – À MLE. MARIE DE MONTREAU

O Baile de Sceaux – A HENRI DE BALZAC

Memórias de Duas Jovens Esposas – A GEORGE SAND

A Bolsa – A SOFKA

Modesta Mignon – A UMA POLONESA (Condessa de Hanska)

Uma Estréia na Vida – A LAURE

Alberto Savarus – À MADAME ÉMILE DE GIRARDIN

A Vendeta – A PUTTINATI

Uma Dupla Família – À SRA. CONDESSA LOUISE DE TÜRHEIM

A Paz Conjugal – À VALENTINA SURVILLE

A Senhora Firmiani – A ALEXANDRE DE BERNY

Estudo de Mulher – AO MARQUÊS JEAN-CHARLES DI NEGRO

A Falsa Amante – À CONDESSA CLARA MAFFEI

Uma Filha de Eva – À CONDESSA BOLOGNINI

A Mensagem – AO MARQUÊS DÂMASO PARETO

O Romeiral – A D. W. (Denise Wyzlezynska)

A Mulher Abandonada – À DUQUESA D’ABRANTES

Honorina – A ACHILLE DEVÉRIA

Beatriz – À SARAH (Condessa Guidoboni-Visconti)

Gobseck – AO BARÃO BARCHOU DE PENHOEN

A Mulher de Trinta Anos – A LOUIS BOULANGER

O Pai Goriot – A GEOFFROY SAINT-HILAIRE

O Coronel Chabert – À CONDESSA IDA DE BOCARMÉ

A Missa do Ateu – A AUGUSTE BORGET

A Interdição – AO CONTRA-ALMIRANTE BAZOCHE

O Contrato de Casamento – A ROSSINI

Outro Estudo de Mulher – LÉON GOZLAN

Úrsula Mirouët – À SOPHIE SURVILLE

Eugênia Grandet – A MARIA

Pierrete – À SRTA. ANA DE HANSKA

O Cura de Tours – A DAVID ESTATUTÁRIO (David d'Angers)

Um Conchego de Solteirão – A CHARLES NODIER

O Ilustre Gaudissart – NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

A Musa do Departamento – AO CONDE FERDINAND DE GRAMONT

A Solteirona – A EUGÈNE-AUGUSTE-GEORGES-LOUIS MYDI DE LA GRENERAYE
SURVILLE

O Gabinete de Antiguidades – AO BARÃO DE HAMMER-PURGSTALL

Ilusões Perdidas – A VICTOR HUGO

Ferragus – A HECTOR BERLIOZ

A Duquesa de Langeais – A FRANZ LISTZ

A Menina dos Olhos de Ouro – A EUGÈNE DELACROIX

História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau – AO ALPHONSE DE
LAMARTINE

A Casa Nucingen – À ZULMA CARRAUD

Esplendores e Misérias das Cortesãs – AO PRÍNCIPE ALFONSO SERAFINO DI PORCIA

Os Segredos da Princesa de Cadignan – A THÉOPHILE GAUTIER

Facino Cane – NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Sarrasine – A CHARLES DE BERNARD DU GRAIL

Pedro Grassou – AO TENENTE-CORONEL DE ARTILHARIA PÉRIOLLAS

A Prima Bete – A DOM MICHELE ANGELO CAJETANI, PRÍNCIPE DE TEANO

O Primo Pons - NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Um Homem de Negócios – AO BARÃO JAMES DE ROTSCCHILD

Um príncipe da Boêmia – A HEINE

Gaudissart II – À PRINCESA CRISTINA DI BELGIOSO

Os Funcionários – À CONDESSA SERAFINA SAN SEVERINO

Os Comediantes sem o Saberem – AO CONDE JULES DE CASTELLANE

Os Pequenos Burgueses – À CONSTANCE VICTOIRE (Condessa de Hanska)

O Averso da História Contemporânea - NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Um Episódio de Terror – AO SR. GUYONNET MERVILLE

Um Caso Tenebroso – AO SR. MARGONNE

O Deputado de Arcis – NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Z. Marcas – A MONSENHOR CONDE GUILLAUME DE WURTENBERG

A Bretanha em 1799 – AO SR. THEODORE DABLIN, NEGOCIANTE

Uma Paixão no Deserto – NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Os Camponeses – AO SR. S.P.B. GAVault

O Médico Rural – À MINHA MÃE (Laure Sallambier)

O Cura da Aldeia – À HÉLÈNE (somente na 1ª edição)

O Lírio do Vale - AO SR. J.-B. NACQUART

A Pele de Onagro – AO SR. SAVARY

Jesus Cristo em Flandres – À MARCELINE DESBORDES-VALMORE

Melmoth Apaziguado – AO GENERAL BARÃO DE POMMEREUL

Massimilla Doni – A JACQUES STRUNZ

A Obra-prima Ignorada – A UM LORDE

Gambara – AO MARQUÊS DE BELLOY

A Procura do Absoluto – À JOSÉPHINE DELANNOY

O Filho Maldito – À BARONESA JAMES DE ROTHSCHILD

As Maranas – À CONDESSA MERLIN

O Conscrito – A ALBERT MARCHAND DE LA RIBELLEIRIE

“*El Verdugo*”- A MARTINEZ DE LA ROSA

Um drama à Beira-mar – À PRINCESA CAROLINE GALITZIN DE GENTHOD

Mestre Cornélius – AO CONDE GEORGES MNISZECH

A Estalagem Vermelha – AO MARQUÊS DE CUSTINE

Sobre Catarina de Médicis – AO MARQUÊS DE PASTORET

O Elixir da Longa Vida – AO LEITOR

Os Proscritos – ALMAE SORORI (“irmã querida” À LAURE SURVILLE)

Adeus – AO PRÍNCIPE FRÉDÉRIC SCHWARZENBERG

Luís Lambert – *ET NUNC ET SEMPER DILECTAE DICATUM* (À Dileta, Sra. Laure de Berny)

Seráfita – À EVELINE DE HANSKA

Fisiologia do Casamento – AO SENHOR?

Pequenas Misérias da Vida Conjugal – NÃO CONSTA DEDICATÓRIA

Obras de *A Comédia Humana* de Balzac

Plano geral

Esta é a relação das oitenta e oito obras que compõem *A Comédia Humana*, na ordem em que estão dispostas nos dezessete volumes da edição da nova Editora Globo, São Paulo, lançados entre 1989 e 1993:

Título no Brasil	Título Original	Divisão	Subdivisão	1a. Edição	Volume
Ao “Chat-qui-pelote”	La Maison du “Chat-qui-pelote”	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1829	I
O Baile de Sceaux	Le Bal de Sceaux	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1829	I
Memórias de Duas Jovens Esposas	Memoires du Deux Jeunes Mariées	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1841	I
A Bolsa	La Bourse	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	I
Modesta Mignon	Modeste Mignon	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1844	I
Uma Estréia na Vida	Un Début Dans la Vie	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	II
Alberto Savarus	Albert Savarus	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	II
A Vendeta	La Vendetta	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1830	II
Uma Dupla Família	Une Double Famille	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	II
A Paz Conjugal	La Paix du Ménage	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1829	II
A Falsa Amante	La Fausse Maîtresse	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	II
A Senhora Firmiani	Madame Firmiani	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	II
Estudo de Mulher	Étude de Femme	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1830	II
Uma Filha de Eva	Une Fille d'Ève	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1838	II
A Mensagem	Le Message	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	III
O Romeiral	Le Grenadière	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	III

A Mulher Abandonada	La Femme Abandonnée	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	III
Honorina	Honorine	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1843	III
Beatriz	Béatrix	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1839	III
Gobseck	Gobseck	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1830	III
A Mulher de Trinta Anos	La Femme de Trente Ans	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	III
O Pai Goriot	Le Père Goriot	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1834	IV
O Coronel Chabert	Le Colonel Chabert	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1832	IV
A Missa do Ateu	La Messe d'Athée	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1836	IV
A Interdição	L'Interdiction	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1836	IV
O Contrato de Casamento	Le Contrat de Mariage	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1835	IV
Outro Estudo de Mulher	Autre Étude de Femme	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Privada	1842	IV
Úrsula Mirouët	Ursule Mirouët	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1841	V
Eugênia Grandet	Eugénie Grandet	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1833	V
Pierrette	Pierrette	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1839	V
O Cura de Tours	Le Curé de Tours	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1832	V
Um Conchego de Solteirão	Un Ménage de Garçon	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1841	VI
O Ilustre Gaudissart	L'Illustre Gaudissart	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1833	VI
A Musa do Departamento	La Muse du Département	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1844	VI

A Solteirona	La Vieille Fille	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1836	VI
O Gabinete das Antigüidades	Le Cabinet des Antiques	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1837	VI
Ilusões Perdidas	Illusions Perdues	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Provinciana	1843	VII
Ferragus	Ferragus	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1833	VIII
A Duquesa de Langeais	La Duchesse de Langeais	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1834	VIII
A Menina dos Olhos de Ouro	La Fille aux Yeux d'Or	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1835	VIII
História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau	Histoire de la Grandeur et de la Décadence de César Birotteau	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1837	VIII
A Casa Nucingen	La Maison Nucingen	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1837	VIII
Esplendores e Misérias das Cortesãs	Splendeurs et Misères des Courtisanes	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1869	IX
Os Segredos da Princesa de Cadignan	Les Secrets de la Princesse de Cadignan	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1839	IX
Facino Cane	Facino Cane	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1836	IX
Sarrasine	Sarrasine	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1830	IX
Pedro Grassou	Pierre Grassou	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1839	IX
A Prima Bete	La Cousine Bette	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1846	X

O Primo Pons	Le Cousin Pons	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1847	X
Um Homem de Negócios	Un Homme d' Affaires	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1845	XI
Um Príncipe da Boêmia	Un Prince de la Bohème	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1846	XI
Gaudissart II	Gaudissart II	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1844	XI
Os Funcionários	Les Employés	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1838	XI
Os Comediantes sem o Saberem	Les Comédiens sans le Savoir	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1846	XI
Os Pequenos Burgueses	Les Petits Bourgeois	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1854	XI
O Avesso da História Contemporânea	L'Envers de l'Histoire Contemporaine	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Parisiense	1848	XI
Um Episódio do Terror	Un Épisode sous la Terreur	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Política	1831	XII
Um Caso Tenebroso	Une Ténébreuse Affaire	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Política	1841	XII
O Deputado de Arcis	Le Député d'Arcis	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Política	1854	XII
Z. Marcas	Z. Marcas	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Política	1840	XII
A Bretanha em 1799	Les Chouans	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Militar	1829	XII
Uma Paixão no Deserto	Une Passion dans le Désert	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Militar	1830	XII
Os Camponeses	Les Paysans	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Rural	1855	XIII
O Médico Rural	Le Médecin de Campagne	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Rural	1833	XIII
O Cura da Aldeia	Le Curé de Village	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Rural	1841	XIV

O Lírio do Vale	Le Lys dans la Vallée	Estudos de Costumes	Cenas da Vida Rural	1836	XIV
A Pele de Onagro	La Peau de Chagrin	Estudos Filosóficos		1831	XV
Jesus Cristo em Flandres	Jésus-Christ en Flandre	Estudos Filosóficos		1831	XV
Melmoth Apaziguado	Melmoth Réconcilié	Estudos Filosóficos		1835	XV
Massimila Doni	Massimila Doni	Estudos Filosóficos		1839	XV
A Obra-Prima Ignorada	Le Chef-d'œuvre Inconnu	Estudos Filosóficos		1832	XV
Gambara	Gambara	Estudos Filosóficos		1837	XV
A Procura do Absoluto	La Recherche de l'Absolu	Estudos Filosóficos		1834	XV
O Filho Maldito	L'Enfant Maudit	Estudos Filosóficos		1837	XVI
As Maranas	Les Marana	Estudos Filosóficos		1832	XVI
O Conscrito	Le Réquisitionnaire	Estudos Filosóficos		1831	XVI
"El Verdugo"	El Verdugo	Estudos Filosóficos		1830	XVI
Um Drama à Beira-Mar	Un Drame au Bord de la Mer	Estudos Filosóficos		1835	XVI
Mestre Cornélius	Maître Cornélius	Estudos Filosóficos		1831	XVI
A Estalagem Vermelha	L'Auberge Rouge	Estudos Filosóficos		1831	XVI
Sobre Catarina de Médicis	Sur Catherine de Médicis	Estudos Filosóficos		1843	XVI
O Elixir da Longa Vida	L'Élixir de Longue Vie	Estudos Filosóficos		1830	XVI
Os Proscritos	Les Proscrits	Estudos Filosóficos		1831	XVI
Adeus	Adieu	Estudos Filosóficos		1830	XVI
Luís Lambert	Louis Lambert	Estudos Filosóficos		1832	XVII
Seráfita	Séraphîta	Estudos Filosóficos		1834	XVII

Fisiologia do Casamento	Physiologie du Mariage	Estudos Analíticos		1829	XVII
Pequenas Misérias da Vida Conjugual	Pathologie de la Vie Sociale	Estudos Analíticos		1846	XVII

Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Obras_de_A_Comédia_Humana_de_Balzac
Categorias: Livros da França | Honoré de Balzac > acessado em 06.02.2010.

PLANO DO CONJUNTO DE A COMÉDIA HUMANA (tradução a partir do trabalho de DUFIEF e DUFIEF In: BALZAC, Honoré. La Comédie Humaine. t.1. Paris: Omnibus, 2007)

Catálogo estabelecido por Balzac

Este é o plano de A Comédia Humana estabelecido por Balzac em 1845 para uma edição completa em 26 volumes. Inúmeros títulos não seriam escritos (eles figuram em itálico). Outros serão inseridos depois: Um Homem de Negócios, Gaudissart II, os dois romances dos Parentes pobres (A Prima Bette e o Primo Pons) e Pequenas Misérias da Vida Conjugal.

I. ESTUDOS DE COSTUMES

Seis livros: 1. Cenas da vida privada; 2. da província; 3. parisiense; 4. política; 5. da vida militar; 6. da vida rural.

Cenas da Vida Privada (quatro volumes, tomo 1 a 4): 1. *Les Enfants*. 2. *Un pensionnat de moisselles*. 3. *Intérieur de collègue*. 4. Ao “Chat-qui-pelote”. 5. O Baile de Sceaux. 6. Memórias de duas jovens esposas. 7. A Bolsa. 8. Modesta Mignon. 9. Uma estréia na vida. 10. Alberto Savarus. 11. A Vendeta. 12. Uma dupla família. 13. A paz Conjugal. 14. A Senhora Firmiani. 15. Estudo de Mulher. 16. A falsa Amante. 17. Uma Filha de Eva. 18. O Coronel Chabert. 19. A Mensagem. 20. O Romeiral. 21. A Mulher Abandonada. 22. Honorina. 23. Beatriz. 24. Gobseck. 25. A Mulher de Trinta Anos. 26. O Pai Goriot. 27. Pedro Grassou. 28. A Missa do Ateu. 29. A Interdição. 30. O Contrato de Casamento. 31. *Gendres et Belles-Mères*. 32. Outro Estudo de Mulher.

Cenas da Vida da Província (quatro volumes, tomo 5 a 8): 33. O Lírio do Vale. 34. Úrsula Mirouët. 35. Eugênia Grandet. - OS CELIBATÁRIOS: 36. Pierrete. 37. O Cura de Tours. 38. Um Conchego de Solteirão. - OS PARISIENSES NA PROVÍNCIA: 39. O

Ilustre Gaudissart. 40. *Les Gens Ridés*. 41. A Musa do Departamento. 42. *Une Actrice en Voyage*. 43. *La Femme supérieure*. - AS RIVALIDADES: 44. *L’Original*. 45. *Les Héritiers Boirouge*. 46. A Solteirona. - OS PROVINCIANOS EM PARIS: 47. O Gabinete de Antiguidades. 48. *Jacques de Metz*. - 49. ILUSÕES PERDIDAS: 1ª parte: Os Dois Poetas. 2ª parte: Um Grande Homem da Província em Paris. 3ª parte: Os Sofrimentos do Inventor.

Cenas da Vida Parisiense (quatro volumes, tomos 9 a 12): HISTÓRIA DOS TREZE: 50. Ferragus. 51. A Duquesa de Langeais. 52. A Menina dos Olhos de Ouro. - 53. Os Funcionários. 54. Sarrasine. 55. História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau. 56. A Casa Nucingen. 57. Facino Cane. 58. Os Segredos da Princesa de Cadignan. 59. Esplendores e Misérias das Cortesãs. 60. A Última Encarnação de Vautrin. 61. Les Grands, L’Hôpital et le Peuple*. 62. Um Príncipe da Boêmia. 63. Os Comediantes sem o Saberem. 64. Echantillon de Causeries Françaises*. 65. *Une Vue Du Palais*. 66. Os Pequenos Burgueses. 67. *Entre Savants*. 68. *Le Theatre comme il est*. 69. Os Irmãos da Consolação (O Averso da História Contemporânea).

Cenas da Vida Política (três volumes, tomos 13 a 15): 70. Um Episódio de Terror. 71. *L'Histoire et le Roman*. 72. Um Caso Tenebroso. 73. *Les Deux Ambitieux*. 74. *L'Attaché d'Ambassade*. 75. *Comment on Fait un Ministère*. 76. O Deputado de Arcis. 77. Z. Marcas.

Cenas da Vida Militar (quatro volumes, tomos 16 a 19): 78. *Les Soldats de La République (três episódios)*. 79. *L'Entrée en Campagne*. 80. *Les Vendéens*. 81. Os Chouans (A Bretanha em 1799). – OS FRANCESES NO EGITO: (1º episódio) 82. *Le Prophète*. (2º episódio) 83. *Le Pacha*. (3º episódio) 84. Uma Paixão no Deserto. – 85. *L'Armée Roulante*. 86. *La Garde Consulaire*. 87. *SOUS VIENNE*: 1ª parte: *Un Combat*. 2ª parte: *L'Armée Assiégée*. 3ª parte: *La Plaine de Wagram*. – 88. *L'Aubergiste*. 89. *Les Anglais en Espagne*. 90. *Moscou*. 91. *La Bataille de Dresde*. 92. *Les Traînards*. 93. *Les Partisans*. 94. *Une Croisière*. 95. *Les Pontons*. 96. *La Campagne de France*. 97. *Le Dernier Champ de Bataille*. 98. *L'Emir*. 99. *La Pénissière*. 100. *Le Corsaire Algérien*.

Cenas da Vida Rural (dois volumes, tomos 20 a 21): 101. Os Camponeses. 102. O Médico Rural. 103. *Le Juge de Paix*. 104. O Cura da Aldeia. 105. *Les Environs de Paris*.

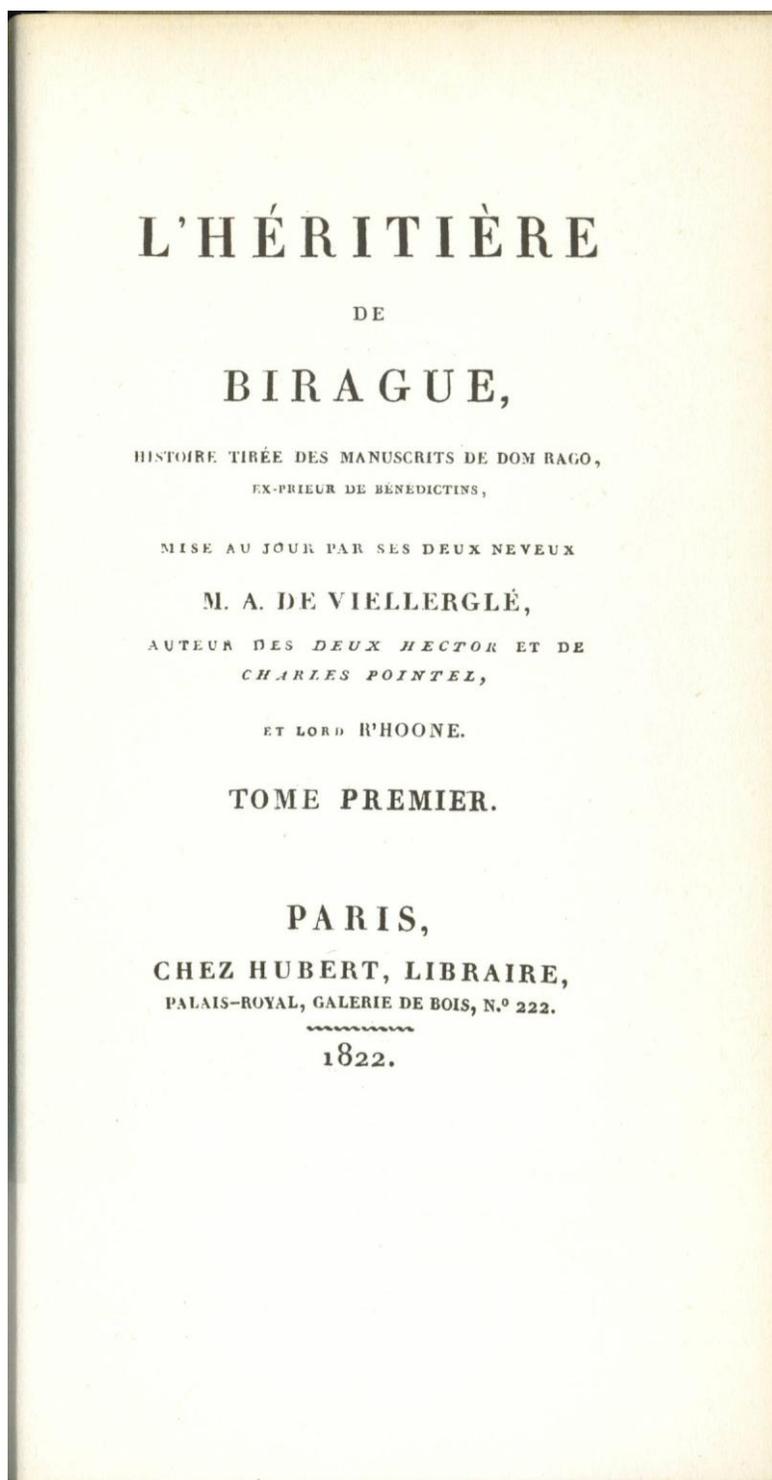
II. ESTUDOS FILOSÓFICOS

(Três volumes, tomos 22 a 24): 106. *Les Martyrs Ignorées*. 107. A Pele de Onagro. 108. Jesus Cristo em Flandres. 109. Melmoth Apaziguado. 110. Massimila Doni. 111. A Obra-Prima Ignorada. 112. Gambara. 113. A Procura do Absoluto. 114. *Le Président Fritot*. 115. *Le Philanthrope*. 116. O Filho Maldito. 117. Adeus. 118. As Maranas. 119. O Conscrito. 120. El Verdugo. 121. Um Drama à Beira Mar. 122. Mestre Cornelius. 123. A Estalagem Vermelha. 124. Um Mártir Calvinista. 125. A Confidência dos Ruggieri. 126. O Dois Sonhos. 127. *Le Nouvel Abeilard*. 128. O Elixir da Longa Vida. 129. *La Vie et les Aventures d'une Idée*. 130. Os Proscritos. 131. Luís Lambert. 132. Seráfita.

III. ESTUDOS ANALÍTICOS

(Dois volumes, tomos 25 a 26): 133. *Anatomie des Corps Enseignants*. 134. Fisiologia do Casamento. 135. Pathologie de Vie Sociale*. 136. *Monographie de La Vertu*. 137. *Dialoghe Philosophique et Politique sur les Perfections du XIX siècle*.

* Não encontramos correspondente na edição brasileira, mantivemos o título original.



Frontispício do romance *A Herdeira do Birague*, assinado por Lord R'hoone (pseudônimo de Balzac) e M.A. de Viellerglé (pseudônimo de Auguste Lepoitevin), publicado em janeiro de 1822.

Fonte: BALZAC, Honoré. *Le Médecin de Campagne*. Paris, 1960 (Collection Astrée).

LE
DERNIER CHOUAN
OU
LA BRETAGNE EN 1800,

PAR M. HONORÉ BALZAC.

Elle était parfaitement belle.

Elle lui dit : Qui suis-je pour résister aux désirs
de mon Seigneur ? Faire votre volonté sera un sujet
de joie jusqu'à ma mort.

Elle frappa fortement deux fois son cou et lui sé-
para la tête du corps.

JUDITH, ch. 8-12-13.

TOME PREMIER.

PARIS
URBAIN CANEL, LIBRAIRE,
RUE DES FOSSÉS-MONTMARTRE, N. 3.
1829

O Último Chouan: Primeiro romance assinado por Balzac (sem a partícula aristocrática), publicado em 1829. Na última edição o título foi modificado para *Os Chouans ou a Bretanha em 1799*.

Fonte: BALZAC, Honoré. *Le Médecin de Campagne*. Paris, 1960 (Collection Astrée).

DICIONÁRIO DOS PRINCIPAIS PERSONAGENS DE A *COMÉDIA HUMANA*

EXTRAÍDO DE: DUFIEF, Piere e DUFIEF, Anne-Simone. Les principaux personnages. In: BALZAC, Honoré de. Comédie Humaine t.1. Paris: Omnibus, 2007.

ARTHEZ, barão Daniel d'

Escritor e homem político ele será o amante da princesa de Cadignan. Aparece como o sócia ideal de Balzac. Encontra-lo-emos em *Ilusões Perdidas* onde é a alma do Cenáculo.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

BARGETON, Maria-Luiza Anaïs de

Nascida Maria-Luiza Anaïs de Négrepelisse, esposou o senhor Bargeton, gentil-homem de Angoulême. Tem um caso com Luciano de Rubempré que a seguirá a Paris. Em Paris, ela se lança na alta sociedade graças à sua prima, a marquesa d'Espard. Viúva, Anaïs esposará o conde Sixto de Châtelet.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

BEAUSÉANT, Viscondessa, depois marquesa Clara de

Nascida Clara de Bourgogne, prima de Rastignac, pertence à mais alta aristocracia. Seu amante Ajuda-Pinto abandona-a para casar-se com Berta de Rochefide.

O Lírio do Vale

O Pai Goriot

A Duquesa de Langeais

Gobseck

BENASSIS, doutor

Com aproximadamente cinquenta anos em 1829, Benassis exerce sua profissão de médico rural como um verdadeiro santo laico. Esse homem forte e caridoso é uma figura utópica.

O Médico Rural

BIANCHON, Horácio

Estudante de medicina em *O Pai Goriot*, depois médico de diagnósticos seguros. Homem de coração é como o advogado Derville o testemunho lúcido de uma sociedade corrompida. Aparece com muita freqüência nos títulos de A Comédia Humana.

César Birotteau

O Pai Goriot

A Missa do Ateu

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Casa Nucingen

A Pele de Onagro
A Prima Bette
O Primo Pons
Estudo de Mulher
Uma Dupla Família

BIROTTÉAU, César

Filho caçula de um vinhateiro de Chinon. Perfumista e comerciante ativo ele desenvolve o negócio de seu antigo patrão, Ragon, “A Rainha das Rosas”, e torna-se o sogro de Anselmo Popinot. Vítima da indelicadeza do notário Roguin, é obrigado a decretar falência e deve vender seu negócio ao caixa de seu estabelecimento, Crevel. Com enormes economias conseguirá reembolsar todas as suas dívidas.

César Birotteau
A Prima Bette

BIROTTÉAU, cura Francisco

Irmão de César é o confessor de Henriette de Mortsau em *O Lírio do Vale*.

O Cura de Tours
O Lírio do Vale

BLONDET, Emílio

Jornalista do Jornal de Debats, esse personagem teve talvez por modelo Emile de Girardin, filho ilegítimo do general conde de Girardin. Blondet passa por “um dos príncipes da crítica”. É o amante fiel da senhora de Montcornet com quem se casará em 1837 e que o fará nomear prefeito.

Ilusões Perdidas
Esplendores e Misérias das Cortesãs
A casa Nucingen
Os Camponeses
A Pele de Onagro

CHABERT, coronel Jacinto

Essa criança encontrada, depois criança da tropa, é o coronel do Império durante as campanhas de Napoleão. Tido por morto em Eylau, ele ainda vive. No seu retorno a Paris fica sabendo que sua esposa casou-se novamente e é agora a condessa Ferraud. Rejeitado e espoliado de sua fortuna por ela, ele recusa-se a lutar. Derville o reconhecerá no hospício de Bicêtre em 1840.

O Coronel Chabert

CHARDON, Eva

Jovem totalmente devotada ao irmão (Luciano de Rubempré). Casa-se com David Séchard e convence-o a renunciar à sua vocação de inventor e de se retirar para a sua propriedade em Marsac.

Ilusões Perdidas
Esplendores e Misérias das Cortesãs

COINTET, os irmãos

Impressores rivais de David Séchard o arruinarão e o espoliarão de sua invenção. Dividem habilmente a clientela de Angoulême: um clerical o outro, liberal.

Ilusões Perdidas
A casa Nucingen

COLLIN, Jaqueline

Tia de Vautrin do qual se torna cúmplice, aparece sob diversos nomes falsos: Ásia, Sra. de Saint-Estève, e disfarces: cozinheira e costureira.

Esplendores e Misérias das Cortesãs
A Prima Bette

DAURIAT

Encarna o tipo de livreiro editor que explora os escritores e considera os livros como “gorros de algodão”.

Ilusões Perdidas
Esplendores e Misérias das Cortesãs

DERVILLE

Advogado de César Birotteau, de Ferraud, dos Grandlieus, de Delfina de Nucingen, etc. Modelo de homem da lei honesto. Aparece em numerosos romances, não como ator, mas como testemunho. Ele pôde ter tido por modelo mestre Guillonet de Merville de que Balzac foi estagiário.

Um Caso Tenebroso
O Coronel Chabert
César Birotteau
O Pai Goriot
Esplendores e Misérias das Cortesãs
A Casa Nucingen
Gobseck

ESPARD, marquês Carlos-Maurício-Maria-Andoche

Chefe do ramo primogênito dos Nègrepelisse. É um dos mais distintos senhores da corte de Carlos X. Vive separado de sua esposa

A Interdição
O Lírio do Vale
O Primo Pons
Ilusões Perdidas
Esplendores e Misérias das Cortesãs

ESPARD, Joana-Clementina-Atenaís de Blamont-Chauvry, marquesa de Sobrinha da senhora de Chaulieu, prima da senhora de Bargeton, é uma rainha em Paris. Frequentemente apresentada ou citada, ela encarna a personagem da grande dama sem coração nem moral. Egoísta e ambiciosa não é como a maioria das mulheres da moda: “nem mãe, nem esposa, nem amante”.

A Interdição

Um Caso Tenebroso

O Lírio do Vale

César Birotteau

O Pai Goriot

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Casa Nucingen

A Prima Bette

Os Segredos da Princesa de Cadignan

FACINO CANE

Clarinetista cego. Diz ser um nobre veneziano e herói de uma história de amor onde se misturam o romanesco, com a fuga da prisão de Veneza após encontrar lá um tesouro fabuloso, e o fantástico, da “febre de ouro”.

Facino Cane

FLORINA

Pseudônimo de Sofia Grignoult. Cortesã ricamente mantida por vários amantes. No coração da vida artística e elegante ela aparece constantemente em *A Comédia Humana*. Acabará casando-se com o escritor Raul Nathan.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Casa Nucingen

César Birotteau

A Prima Bette

O Primo Pons

GAUDISSERT, Félix

Caixeiro viajante faz a publicidade para César Birotteau. É amigo de Anselmo Popinot que, tornando-se ministro, ajudá-lo-á emprestando-lhe capitais e oferecendo-lhe o privilégio de um teatro em falência onde serão empregados Pons e Schmuke.

O Ilustre Gaudissart

César Birotteau

O Primo Pons

GENESTAS, Pedro José

Pseudônimo: comandante Bluteau. Militar saído do regimento, antigo infante da tropa. Conhece o doutor Benassis e jura continuar sua tarefa depois da morte deste.

O Médico Rural

GIRAUD, Leon

Filósofo e membro do Cenáculo de d'Arthez. Foi nomeado conselheiro de Estado sob Luis Filipe.

Ilusões Perdidas

A Prima Bette

GOBSECK, Jean-Esther van

Imagem ao mesmo tempo realista e fantástica do usurário. Depois de ter navegado pelos mares como grumete se instala em Paris e envolve-se nos negócios de dinheiro de vários personagens de A Comédia Humana, tem entre suas mãos os seus destinos.

Gobseck

O Pai Goriot

Ilusões Perdidas

César Birotteau

Os Funcionários

Esplendores e Misérias das Cortesãs

GORIOT, João-Joaquim

Antigo comerciante de massas que fez fortuna durante a Revolução. Ao ficar viúvo experimenta uma paixão devorante por suas filhas que o levam à ruína. Uma delas é Delfina, casada com o banqueiro Nucingen, a outra, Anastácia, casada com o conde de Restaud. Esse “Cristo da paternidade” que vive na pensão Vauquer abre os olhos de Rastignac sobre a ferocidade do mundo.

O Pai Goriot

Gobseck

A Casa Nucingen

Esplendores e Misérias das Cortesãs

GRANDET, Félix

Antigo mestre tanoeiro instalado em Saumur. Comprador de bens nacionais, hábil especulador que sofre da “febre de ouro” e não pode suportar a idéia de que sua filha Eugênia tenha dado “seu ouro”. Encarnação do avaro, seu personagem o fez comparar, para grande satisfação de Balzac, a Harpagão de Molière.

Eugênia Grandet

GRANDET, Senhora

Nascida senhorita de la Gaudinière, casa-se com Félix Grandet. Morreu vítima do conflito entre seu marido e sua filha Eugênia Grandet.

Eugênia Grandet

GRANDET, Eugênia

Filha única do pai Grandet (Félix Grandet), vive sob a autoridade do velho avaro. Apaixona-se por seu primo Carlos que a trocará por outra. Todavia, ela o salva da falência. Casou-se com o magistrado Cruchot de Bonfons de quem ficará viúva aos trinta e três anos de idade.

Eugênia Grandet

GRANDET, Carlos

Jovem parisiense, primo de Eugênia Grandet que se apaixona por ele. Ignora a colossal fortuna de Eugênia e casa-se com a senhorita d'Aubrion em troca de um título de conde.

Eugênia Grandet

GRANDLIEU

Essa família representa a mais fechada das aristocracias. Clotilde de Grandlieu, perdidamente apaixonada por Luciano de Rubempré tenta impô-lo a seu pai, o duque Ferdinando de Grandlieu, outrora embaixador. Josefina de Grandlieu, sua irmã, é casada com o marquês d'Ajuda Pinto. Família numerosa apresentada por toda A Comédia Humana.

Um Caso Tenebroso

O Pai Goriot

A Duquesa de Langeais

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Prima Bette

Beatriz

Gobseck

GRASSOU, Pedro

Nascido em Fougères, pintor sem talento, mas renomado entre a burguesia.

Pedro Grassou

A Prima Bette

O Primo Pons

GUDIN, Padre

Reitor bretão fanático, ele prega a guerra civil. É morto pelos contra-Chouans sob as ordens do comandante Hulot.

A Bretanha em 1799

KELLER, Conde Francisco

Rico banqueiro de origem judia, deputado e depois par de França. É amigo de Nucingen, de Rastignac e de Marsay.

César Birotteau

Eugênia Grandet

Esplendores e Misérias das Cortesãs

LANGEAIS, Duquesa de

Nascida Antonia de Navarreins. Uma das rainhas de Paris, um dos ornamentos da aristocracia. Ela teve uma ligação com o general de Montriveau. Frequentemente apresentada em A Comédia Humana, terminará seus dias em um convento de Baleares. Essa personagem teve provavelmente por modelo a marquesa de Castries.

O Lírio do Vale

O Pai Goriot

Ferragus

A Duquesa de Langeais

LA PEYRADE

Aliás, Pai Canquole. Policial, amigo e camarada de Corentin.

Um Caso Tenebroso

Esplendores e Misérias das Cortesãs

LOUSTEAU, Estevão

Escritor, jornalista e depois proprietário de um jornal de teatro. Leviano e corrompido, aparece em *Ilusões Perdidas* como o anti-d'Arthez, o anjo mau de Rubempré. Encontramo-lo em vários romances de A Comédia Humana.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Prima Bette

LUPEAULX, Conde Clemente Chardin des

Dândi e homem político ele frequenta o meio das cortesãs. É um personagem potente, mas igualmente pronto para se envolver em complicações e equívocos.

Os Funcionários

César Birotteau

Eugênia Grandet

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Casa Nucingen

Os Camponeses

MARCILLAC, Senhora

Tia de Rastignac. Aconselhado por ela, Rastignac se apresenta à Sra. de Beauséant.

O Pai Goriot

MARSAY, conde Henri de

Filho natural do lorde Dudley, Henri de Marsay é um dos personagens que figuram mais freqüentemente em A Comédia Humana. É o rei dos dândis e amante de várias “mulheres da moda”, é recebido nos meios aristocráticos mais fechados. Balzac o fará, nos romances que cobrem o reinado de Luis Filipe, o modelo de homem político habilidoso e sem escrúpulos.

O Contrato de Casamento

Um Caso Tenebroso

O Lírio do Vale

A Menina dos Olhos de Ouro

O Pai Goriot

Úrsula Mirouet

Ferragus

A Duquesa de Langeais

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

MATIFAT

Droguista, fornecedor da “Rainha das Rosas”, é o protetor de Florina.

César Birotteau

Ilusões Perdidas

O Primo Pons

MAUFRIGNEUSE, duquesa Diana de

Nascida d’Uxelles, ela será em conseqüência da morte de seu sogro, princesa de Cadignan. Rainha do grande mundo pelo seu nascimento, pelas suas alianças e pela sua beleza, aparece em numerosos romances de A Comédia Humana.

O Lírio do Vale

O Pai Goriot

A Duquesa de Langeais

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

Os Segredos da Princesa de Cadignan

MAUPIN, Camile

Pseudônimo de Felicidade de Touches. Aristocrata e escritora cujo personagem foi inspirado em George Sand. Em seu salão ela recebe vários personagens de A Comédia Humana.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

Beatriz

MICHU, Marta

Esposa de Michu em “Um Caso Tenebroso”, ela é a filha de um artesão de Troyes que se tornou presidente do conselho revolucionário. Morre de desgosto depois da execução de seu marido.

Um Caso Tenebroso

MONTRIVEAU, marquês Armando de

Aristocrata e general de Napoleão, participou de uma expedição científica na África. Um dos reis de Paris frequentemente citado em A Comédia Humana.

O Lírio do Vale

O Pai Goriot

A Duquesa de Langeais

Ilusões Perdidas

MORTSAUF, condessa Henriette de

Nascida Lenoncourt-Givry. Esposa do conde de Mortsauf é profundamente apaixonada por Félix de Vandenesse o qual ela aconselha sobre a conduta a seguir no mundo.

O Lírio do Vale

César Birotteau

Ilusões Perdidas

O Primo Pons

NANON

Empregada devotada dos Grandet.

Eugênia Grandet

NATHAN, Raul

Jornalista, romancista, autor dramático talentoso, porém preguiçoso. Esposará Florina sua antiga amante.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Pele de Onagro

Uma Filha de Eva

Os Camponeses

NAVARREINS, duque de

Aristocrata amigo e aliado das famílias d’Espard, de Grandlieu, de Verneuil. É o pai da duquesa de Langeais.

Um Caso Tenebroso

A Duquesa de Langeais

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Pele de Onagro

NUCINGEN, barão Frederico de

O barão de Nucingen casado com a filha do pai Goriot é um personagem central em *A Comédia Humana*. Encarna a potência ascendente do dinheiro. Experimenta uma paixão violenta por Esther Gobseck.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

César Birotteau

A Menina dos Olhos de Ouro

O Pai Goriot

Eugênia Grandet

Ferragus

A Casa Nucingen

Gobseck

A Prima Bette

O Primo Pons

NUCINGEN, baronesa Delfina de

Filha do pai Goriot e esposa de Nucingen. Amante de Henri de Marsay e depois de Rastignac do qual ela fará a fortuna. Reina sobre o “segundo mundo”: a alta burguesia e o grande comércio, sem ser recebida pela aristocracia que constitui o “primeiro mundo”.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

César Birotteau

O Pai Goriot

Ferragus

A Casa Nucingen

A Pele de Onagro

O Primo Pons

PONS, Silvano

Músico, grande prêmio de Roma, torna-se o chefe da orquestra no teatro de Gaudissart. Colecionador apaixonado é amigo de Schmucke e parente do presidente Camusot de Marville.

O Primo Pons

RASTIGNAC, barão depois conde Eugênio de

Jovem nobre provinciano e ambicioso vem a Paris para estudar medicina. Sua carreira é agitada: estudante sem fortuna em *O Pai Goriot*, acaba conde, par de França, ministro e rico. Tem uma ligação com Delfina de Nucingen e casa-se com sua filha, Augusta de Nucingen. É um dos personagens mais citados em *A Comédia Humana*.

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

O Pai Goriot

A Casa Nucingen

A Pele de Onagro
O Prima Bette

RESTAUD, conde de

Marido de Anastácia, a filha mais velha do pai Goriot. Para impedir que sua esposa arruinasse a família e os filhos precisou fazer uma transação jurídica com Gobseck por intermédio de Derville.

O Pai Goriot
Gobseck

RESTAUD, condessa Anastácia de

Filha do pai Goriot, ela é a amante de Máximo de Trailles, um jogador que a explora levando-a mesmo a espoliar seus filhos legítimos para privilegiar os que teve com ele.

O Pai Goriot
Gobseck

RIDAL, Fulgêncio

Membro do Cenáculo de *Ilusões Perdidas*, esse “vaudevilista” faz um contraponto positivo ao personagem Lousteau e a todos os que gravitam em torno dele.

Ilusões Perdidas

RUBEMPRÉ, Luciano de

Nascido Luciano Chardon. Filho de um antigo cirurgião dos exércitos republicanos reformado por ferimentos e estabelecido como farmacêutico em Angoulême. A ambição política e literária levam Luciano a Paris em companhia da Sra. de Bargeton. Trabalha com jornalistas, leva uma grande existência e vive com uma atriz, Corália. Endivida-se, arruinando-se a si mesmo e aos seus. À beira do suicídio ele encontra o padre Herrera, aliás Vautrin, e cai no seu golpe. Suspeito de ter envenenado sua amante Esther Gobseck, é preso e levado à Conciergerie onde cometerá o suicídio.

Ilusões Perdidas
Esplendores e Misérias das Cortesãs

SCHMUCKE, Wilhem

Pianista e professor de música alemã. Amigo de Pons devota-se a esse último e morre de desgosto alguns dias depois do amigo.

O Primo Pons
Uma Filha de Eva

SÉCHARD

Dono de uma tipografia em Angoulême enriquecido durante a Revolução. Aposenta-se vendendo a empresa a um preço exorbitante a seu filho Davi Séchard. Figura entre os avaros de A Comédia Humana.

Ilusões Perdidas

SOMMERVIEUX, barão Teodoro de

Pintor consagrado com o Prêmio Roma. Sem dúvida foi o amante da Sra. de Carigliano. Pedro Grassou estudou em seu ateliê.

Ao “Chat-qui-pelot”

César Birotteau

Pedro Grassou

TILLET, Ferdinando du

Caixa no estabelecimento de César Birotteau de onde é demitido depois de ter roubado seu patrão. Enriqueceu por meios inescrupulosos, é um dos “lobos-cervais” da finança. Encontramo-lo em todos os negócios suspeitos de A Comédia Humana.

César Birotteau

Ilusões Perdidas

A Casa Nucingen

Uma Filha de Eva

Esplendores e Misérias das Cortesãs

TRAILLES, conde Máximo de

Dândi sem escrúpulos que freqüenta tanto as cortesãs como os salões aristocráticos. Não hesita em deparar suas amantes, por exemplo, Anastácia de Restaud. Encontramo-lo freqüentemente em A Comédia Humana.

César Birotteau

O Pai Goriot

Ilusões Perdidas

Gobseck

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Prima Bette

VALENTIN, marquês Rafael de

Jovem nobre, pródigo, dilapida sua herança e conhece a miséria. A ponto de se suicidar receberá de um velho em um antiquário uma pele com poderes fantásticos.

A Pele de Onagro

VAUQUER, Senhora

Pequena burguesa que depois de alguns infortúnios será proprietária de uma pensão no Quartier Latin.

O Pai Goriot

VAUTRIN, aliás, Carlos Herrera, Engana-morte

Seu verdadeiro nome é Jacques Collin. Antigo forçado no qual se reconhece a identidade de François Vidocq, o famoso galé que se tornou chefe de polícia. Balzac consagra um ciclo – *O Pai Goriot*, *Ilusões Perdidas* e, sobretudo, *Esplendores e Misérias das Cortesãs* – a esse herói prometeico dotado de poderes excepcionais que é também uma grandiosa encarnação do Mal

O Pai Goriot

Ilusões Perdidas

Esplendores e Misérias das Cortesãs

A Prima Bette